

10º Interculte | 2015



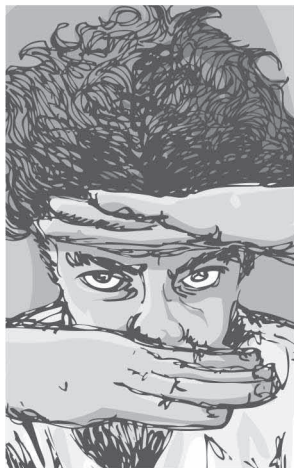
Cinemas Possíveis: rupturas e autorias na contemporaneidade.

ANAIS

27 a 29/10/2015


UNIJORGE
MEMBRO DA REDE
ILUMINO

10º Interculte | 2015



Cinemas Possíveis: rupturas e autorias na contemporaneidade.

ANAIS

27 a 29/10/2015

UJ
UNIJORGE
MEMBRO DA REDE
ILUMINO

MANTENEDORA - ASSOCIAÇÃO BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Reitor

Guilherme Marback Neto

Pró-Reitoria Acadêmica

Midian Angélica Monteiro Garcia

Pró-Reitoria de Educação a Distância

Paloma Santana Modesto

Gerência Acadêmica e Administrativa

Nédio Luiz Pereira Junior

Gerência de Pós-Graduação Presencial

Maurício Barbosa

Coordenação do Núcleo de Publicações

Alessandra Argolo Espírito Santo Carvalho

Coordenação do Núcleo de Pesquisa em Práticas

Docentes

Carlos Alberto Ferreira Danon

Organizadores

Alessandra Argolo ES Carvalho

Carlos Alberto Ferreira Danon

Editoração

Rodrigo Caiobi Yamashita

Lizie Catarine Rosário de Souza

Revisão

Alessandra A. ES. Carvalho

Carlos Alberto Ferreira Danon

Núbia Peixoto Barreto

Capa

Ney Costa – Designer gráfico

Comissão Organizadora do 10º INTERCULTE

Adriana Medeiros

Aline Cristina Ferreira de Santana

Alessandra Argolo ES Carvalho

Camila Magalhães Pigozzo

Doralice Barboza Lauton de Sousa

Edinaldo Luz das Neves

Hormindo Rocha

Katia Jane Chaves Bernardo

Iuri Brandão Nascimento

Lilia Dória Pinto Couto

Midian Angélica Garcia

Patrícia Barros Moraes

Sylvia Dalcon Bastos Barreto

Scheila Bulhões de Souza

Suzeli Mauro

Comissão Científica

Alessandra Argolo Carvalho

Edinaldo Luz das Neves

Midian Angélica Garcia

Suzeli Mauro

-
- E56a Interculte: Cinemas possíveis: rupturas e autorias na contemporaneidade (10. : 2015: Salvador, BA)
Anais [recurso eletrônico]/ 10º Interculte: Cinemas possíveis: rupturas e autorias, 27 a 29 de outubro de 2015, Salvador, Brasil. – Salvador, Unijorge, 2015.
380 p.

Disponível em: <http://revistas.unijorge.edu.br/publicacoes/>
ISBN 978-85-60333-23-3

1. Cultura. 2. Tecnologia. 3. Educação. I. Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). II. Título.

CDU 088

Apresentação 7

A ação direta de constitucionalidade nº 16 do STF e os reflexos na responsabilidade subsidiária da administração pública. 8

*Vera Mônica de Almeida Talavera
Pericles Batista Passos*

**Análise do uso e ocupação do solo:
uma caracterização histórica a partir das geotecnologias. 21**

*Filipe Siqueira Toscano Prestes
Geraldino da Silva Lopes
Iran Carlos Caria Sacramento*

Bullying na escola: uma visão do professor de educação física da cidade de Fortaleza-CE. 32

*Karizia di Paula Oliveira Santos de Farias
Dionísio Leonel de Alencar
Helio Jose Bastos Carneiro de Campos*

Contribuição dos Transportes Verticais para Integração Modal. 46

*André Luís dos Santos
Juan Pedro Moreno Delgado
Sibelle Brito da Silva Gomes*

Cultura africana e afro-brasileira na sala de aula: desafios e perspectivas atuais para aplicação da lei 10.639/03. 57

Fernanda Lícia de Santana Barros-UNEB

**Dispositivo para aleitamento materno: uma estimulação ao vínculo
mãe/filho para mães impossibilitadas de amamentar. 69**

*Gessica da Silva Souza,
Jamile Meneses dos Santos,
Leandro Mota Carvalho,
Lorena Gonzales Siqueira*

**Eco-design de painel celular usando compósito de resíduos
particulados de MDF e resina poliéster. 77**

Marcelo Geraldo Teixeira

**Estudo de reaproveitamento de resíduos de processos gráficos
compostos por etiquetas de papel Couchê e bopp com cola, em
empresa do município de Lauro de Freitas, Bahia. 91**

*Camila C. Linhares
Camila S. Dos Santos
Liz Regina A. Conceição
Raphael T. Neri
Givaldo S. Reis*

**Os Efeitos Jurídicos do Assédio
Moral no Trabalho. 104**

Patricia Rosane Matos de Almeida

Porque neuroaprendizagem? 145

Luís Freire

**Produção de vinheta digital em estilo 3d
para campanha educativa de combate à dengue. 161**

*Marcelo Geraldo Teixeira
Amaury Moura de Aquino
Larissa da Cruz Rosario
Lucio Bouvier da Costa
Milca Bomfim Conceição
Uilson de Freitas Fernandes*

**Reforma administrativa das Nações Unidas: compreendendo
a abertura de escritórios compartilhados. 177**

Matheus de Oliveira Souza

**Representações identitárias através da auto-inscrição e
do princípio de alteridade: leituras do ser negro na música
da cidade de São Paulo. 190**

Renato de Lyra Lemos

**Geotecnologias aplicadas ao transporte público de Salvador-BA:
o uso do gps no subsistema de transporte
especial complementar. 205**

*André Luís dos Santos
Juan Moreno Delgado
Francisco Ulisses Santos Rocha*

Resumos 217

APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) promoveu, em 2015, mais uma edição do INTERCULTE – Encontro Interdisciplinar de Cultura, Tecnologias e Educação. O evento, destinado a alunos, docentes e pesquisadores de diferentes instituições, é realizado anualmente e tem como objetivo propiciar um espaço de convergência e socialização de questões integradas a múltiplos saberes.

Na sua décima edição, o INTERCULTE trouxe como temática “Cinemas possíveis: rupturas e autorias na contemporaneidade”, na qual as comunidades externa e interna foram convidadas a participar e contribuir com interessantes discussões sobre cinema no contexto da educação.

Como em suas edições anteriores, o evento contou com palestras, mesas redondas, oficinas, minicursos e apresentações de trabalhos acadêmicos.

Nessa coletânea podem ser encontrados os trabalhos apresentados durante o evento e que foram submetidos no formato de resumo ou de artigo. Desejamos Boa leitura.

Comissão organizadora do 10º INTERCULTE

AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 16 DO STF E OS REFLEXOS NA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Vera Mônica de Almeida Talavera¹
Pericles Batista Passos²*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar a importância do estudo acerca da responsabilidade subsidiária da Administração Pública em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador principal dos trabalhadores terceirizados, sobretudo no que tange ao conflito existente do item IV da Súmula nº 331 do TST e o § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), mais precisamente, no que se refere à constitucionalidade do mencionado dispositivo daquela Lei Federal.

¹ Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), em Salvador Bahia, BR. Especialista em Direito do Trabalho pela - UniFMU - Universidade - Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo – SP.BR. Mestre em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos – SP.BR., Doutoranda em Direito pela Universidade Católica do Salvador Bahia, BR. Sócia do Lapa Góes e Góes Advogados Associados em Salvador – Bahia. BR. E-mail: v-monica@uol.com.br

² Advogado. Especialista em Direito do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito – FBD. Pós-Graduando em Direito Processual Civil pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. Advogado Associado do Lapa Góes e Góes Advogados Associados em Salvador – Bahia. BR. E-mail: pbpassos@hotmail.com

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À LUZ DA ADC Nº 16 DO STF

É sabido que sempre houve um interminável debate no mundo jurídico acerca da responsabilidade subsidiária dos entes públicos em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador principal dos trabalhadores terceirizados.

Nesse contexto, o STF, em 24.11.2010, por maioria, julgou procedente o pedido formulado em ADC movida pelo Governador do Distrito Federal para declarar a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, tendo ficado vencido parcialmente apenas o Ministro Ayres Britto, que dava pela sua inconstitucionalidade somente no que respeita à terceirização de mão de obra.

Bem assim, a discussão foi permeada pela determinação das decisões proferidas pelas Cortes Trabalhistas, tomadas com base na redação, então em vigor, do item IV da Súmula nº 331 do TST, condenando, como responsáveis subsidiários, os entes públicos tomadores dos serviços dos trabalhadores terceirizados ao pagamento das obrigações trabalhistas inadimplidas por seus empregadores, que celebraram com a Administração Pública, em estrita observância da referida Lei de Licitações, contratos administrativos para a prestação contínua de serviços, teriam ou não implicado, necessariamente, considerar inconstitucional aquele § 1º do art. 71 daquela Lei, ainda que de forma implícita.

Na medida em que esse dispositivo da lei federal jamais foi declarado inconstitucional por meio do específico incidente de inconstitucionalidade regulado pelos arts. 480 a 482 do Código de Processo Civil (CPC), as decisões proferidas pelos órgãos fracionários dos Tribunais que não tivessem absolvido os entes públicos de qualquer responsabilidade por aquelas obrigações trabalhistas, por aplicação direta e automática do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, teriam, na verdade, considerado inconstitucional esse preceito de lei embora sem o explicitar, com violação da cláusula de reserva de plenário prevista no art. 97 da Constituição Federal e, em consequência, da Súmula Vinculante nº 104.

Em decorrência daquela decisão e a partir de então, passaram a serem proferidas decisões liminares e finais pelo STF em centenas de Reclamações e de Agravos Regimentais em Reclamações ajuizadas pelos entes públicos condenados pelos órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas, com base no item IV da Súmula nº 331 do TST, todas elas cassando aquelas condenações e determinando, em consequência, o retorno dos autos de cada processo aos órgãos que as haviam proferido, para prolatarem outras decisões.

Sabe-se, também, que os arts. 102, inciso I, I, e 103-A, § 3º, da Constituição Federal estabelecem, respectivamente, que compete originariamente ao STF processar e julgar a reclamação “para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões” e, nos casos referentes a Súmulas vinculantes, para cassar “a decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar,” quando “determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso”.

Essa situação, afetando dezenas de milhares de trabalhadores terceirizados de todo o país que já haviam obtido a condenação dos entes públicos aos quais prestaram serviços e um número bem maior de reclamantes com ações trabalhistas semelhantes ainda em curso, causou enorme perplexidade em todos os operadores do Direito do Trabalho, pela gravidade das consequências que aparentemente adviriam daquela decisão da mais alta Corte de Justiça brasileira.

Saliente-se que o afastamento da responsabilidade subsidiária daqueles entes públicos que se utilizaram dos trabalhadores terceirizados pela automática e absoluta aplicação da literalidade daquele preceito da Lei de Licitações, em todo e qualquer caso trabalhista, deixaria ao desamparo todos aqueles empregados que somente estavam executando o responsável subsidiário daquelas obrigações trabalhistas porque o patrimônio de seu empregador e devedor principal já se mostrara, em cada processo, incapaz de suportar seu adimplemento.

No entanto, foi possível verificar, por meio do exame dos

fundamentos determinantes daquela decisão, que aquele pronunciamento do STF, embora tenha implicado significativa modificação de seu posicionamento anterior sobre a necessidade de rigorosa observância dos ditames de sua Súmula Vinculante nº 10 pelos órgãos fracionários dos Tribunais e declarado expressamente ser constitucional o § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93, não acarretou, na verdade, consequência tão drástica para os milhões de trabalhadores terceirizados interessados.

Compreende-se que, no julgamento, o STF absolutamente não reconheceu, com base naquele preceito legal e como pretendiam as centenas de entes públicos que atuaram como interessados nos autos daquela ADC, a total impossibilidade de condená-los a responder de forma subsidiária pelos débitos trabalhistas dos contratados que lhes prestarem serviços por intermédio de trabalhadores terceirizados – apenas ali se condicionou essa condenação à apuração, à luz das provas e das circunstâncias de cada caso concreto, da culpa do ente público demandado pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas.

Nesse diapasão, algumas questões são levantadas, como pode a Administração Pública, ao contratar, após regular procedimento licitatório, determinada empresa fornecedora de mão de obra terceirizada para lhe prestar serviços de modo contínuo, simplesmente ignorar, no curso daquele contrato administrativo e no momento de sua rescisão, se esta, na condição de empregadora, está ou não cumprindo, a tempo e a modo, todas as obrigações trabalhistas (constitucionais, legais e as estabelecidas em normas coletivas de trabalho) para com seus empregados, de cujos serviços o ente público é tomador?

Em outras palavras, o preceito do § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93, literal e isoladamente interpretado e aplicado, é suficiente para, a priori, absolver o ente público de qualquer responsabilidade pela satisfação dos direitos trabalhistas daqueles trabalhadores terceirizados que lhe prestam serviços?

De forma contrária, há outros preceitos legais, no ordenamento jurídico brasileiro em vigor, que podem e devem ser aplicados de

forma simultânea e sistemática no julgamento desses dissídios individuais, para permitir a conclusão de que o ente público tomador dos serviços dos trabalhadores terceirizados tem, nesses casos, o dever legal de fiscalizar o cabal e tempestivo cumprimento, por aquela empregadora, de suas próprias obrigações trabalhistas, e, não havendo sido provado que assim o fez, terá incorrido em conduta culposa (ainda que omissiva), ensejadora de sua responsabilidade extracontratual pelos danos a eles causados, nos estritos termos da legislação civil, subsidiariamente aplicável à esfera trabalhista por força do parágrafo único do art. 8º da CLT?

A doutrina brasileira entende que esta última alternativa, sem dúvida, é a correta. Outrossim, como se sabe, com a disseminação da terceirização por intermédio de empresas fornecedoras de mão de obra e o ajuizamento de grande quantidade de ações individuais daí decorrentes, o TST, em 30.09.86, aprovou a Súmula nº 256, por meio da qual restringiu duramente a institucionalização da terceirização privada no Brasil, considerando-a sempre, salvo as duas exceções nela expressas, como caracterizadora de *marchandagem* (isto é, a pura e simples comercialização da força de trabalho por empresas interpostas) e, portanto, ilícita:

“Salvo nos casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs. 6.019, de 03.01.74, e 7.102, de 20.06.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços.”

No entanto, no âmbito da Administração Pública, o Decreto-Lei nº 2.300/86, que também veio a disciplinar as licitações antes da Lei nº 8.666/93, admitiu, em seus arts. 1º e 5º, inciso II, a contratação, pela via da terceirização, dos serviços ali especificados e a própria Constituição de 1988, por sua vez, previu expressamente, em seu art. 37, inciso XXI, a figura da contratação de serviços.

Diante dessa clara ampliação normativa das hipóteses de terceirização lícita no campo da atividade dos entes públicos, a

própria jurisprudência do TST, pouco a pouco e mesmo no campo das empresas privadas, foi mitigando o rigor de seu Enunciado nº 256 para distinguir da mera intermediação de mão de obra, que continuou considerando ilícita a prestação de serviços técnicos especializados, situação que tornaria lícita a terceirização e que, aos poucos, foi sendo ampliada para abranger, em princípio, todas as atividades-meio do tomador dos serviços.

O VERDADEIRO TEOR DO JULGAMENTO DA ADC Nº 16-DF
E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A RESPONSABILIDADE
PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS
TERCEIRIZAÇÕES

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal ao julgar, em sua sessão de 24.11.2010, a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16-DF, houve por bem, por maioria (vencido em parte o Ministro Carlos Ayres Britto), considerar constitucional o referido art. 71 da Lei nº 8.666/93, de modo que vede, expressamente, a automática responsabilização do ente público contratante da empresa fornecedora de mão de obra pelos débitos trabalhistas devidos por esta última, na condição de empregadora dos trabalhadores terceirizados, nos casos de mero inadimplemento dessas obrigações pelo vencedor da correspondente licitação.

Vale mencionar que esse julgamento não impediu, de forma mecânica e absoluta, que, em determinados casos, e sob certas circunstâncias (isto é, quando se encontrar configurada a culpa do ente público), a Administração Pública contratante continue a ser condenada a responder, de forma subsidiária, pelo pagamento das obrigações trabalhistas do empregador por ela contratado, mesmo nos casos de terceirizações lícitas e após regular licitação para seleção do contratado como fornecedor de mão de obra.

Conforme se verifica da transcrição dos votos dos Senhores Ministros proferidos naquela sessão, o STF, ao se referir aos casos de terceirização lícita das atividades-meio da Administração

Pública, também deixou expresso seu entendimento de que aquele dispositivo de lei não afasta a possibilidade de a Justiça do Trabalho, no julgamento de cada caso concreto e com base nos fatos da causa, responsabilizar subsidiariamente o ente público contratante pelo pagamento daquelas obrigações trabalhistas, caso fique comprovado que agiu com culpa *in vigilando*, ao não fiscalizar o adimplemento daqueles direitos pelo seu devedor principal – o empregador contratado.

Nesse exato sentido foi o pronunciamento do Ministro-Relator Cezar Peluso, nos seguintes e expressivos termos:

Eu reconheço a plena constitucionalidade da norma, e se o tribunal a reconhecer, como eventualmente poderá fazê-lo, a mim me parece que o tribunal não pode nesse julgamento impedir que a justiça trabalhista, com base em outras normas, em outros princípios e à luz dos fatos de cada causa, reconheça a responsabilidade da administração.

No prosseguimento daquele debate, o mesmo Relator foi ainda mais incisivo ao reconhecer o acerto das decisões do TST e ao imputar, em certos casos e sob certas circunstâncias, responsabilidade subsidiária ao ente da Administração Pública contratante, apesar do preceito expresso do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, pelos seguintes fundamentos:

Eu só quero dizer o que eu estou entendendo [...] a postura da Justiça do Trabalho. Ela tem dito o seguinte: realmente, a mera inadimplência do contratado não transfere a responsabilidade nos termos do que está na lei, nesse dispositivo. Então esse dispositivo é constitucional. 'Mas isso não significa que eventual omissão da administração pública na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado não gere responsabilidade à administração.' É outra matéria, são outros fatos, examinados à luz de outras normas constitucionais. Então, em outras palavras [...], nós não temos discordância sobre a substância da

ação, eu reconheço a constitucionalidade da norma. ‘Só estou advertindo ao tribunal que isso não impedirá que a Justiça do Trabalho recorra a outros princípios constitucionais e, invocando fatos da causa, reconheça a responsabilidade da administração, não pela mera inadimplência, mas por outros fatos’ [...].

Na mesma ocasião e seguindo o entendimento do Relator, o Ministro Ricardo Lewandowski foi igualmente claro a esse respeito:

Eu tenho acompanhado esse posicionamento do Ministro Cezar Peluso no sentido de ‘considerar a matéria infraconstitucional, porque realmente ela é decidida sempre no caso concreto, se há culpa ou não’. Nos defrontamos quase que cotidianamente em ações de improbidade [...], que são empresas de fachada, muitas vezes constituídas com capital de mil reais que participam de licitações milionárias e essas firmas depois de feitas ou não feitas as obras objeto da licitação, desaparecem do cenário jurídico e mesmo do mundo fático e ficam com um débito trabalhista enorme. O que ocorre no caso? Há claramente, ‘está claramente configurada a culpa *in vigilando* e *in eligendo* da administração’, e aí, segundo o TST, incide ou se afasta, digamos assim, esse art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666.

Essa mesma preocupação com as consequências desastrosas que poderiam advir de um julgamento que afastasse de forma absoluta e automática toda e qualquer responsabilidade do ente público pelos direitos trabalhistas de seus trabalhadores terceirizados, em caso de inadimplemento do empregador e devedor principal, caso não fiscalizado por seu contratante, foi bem exposta pelo Ministro Gilmar Mendes, no incisivo voto que proferiu na ocasião, *in verbis*:

Bem verdade que os conflitos que têm sido suscitados

pelo TST fazem todo o sentido e talvez exijam dos órgãos de controle, seja Tribunal de Contas da União (TCU), seja Tribunal de Contas do Estado (TCE), os responsáveis pelas contas dos municípios, ‘que haja realmente fiscalização, porque realmente o pior dos mundos pode ocorrer para o empregado que presta o serviço’. A empresa recebeu, certamente recebeu da Administração, mas não cumpriu os deveres elementares, então essa decisão continua posta. Foi o que o TST de alguma forma tentou explicitar ao não declarar a inconstitucionalidade da lei e resgatar a ideia da súmula, ‘mas que haja essa culpa *in vigilando* é fundamental’ [...]. Talvez aqui reclamem-se normas de organização e procedimento por parte dos próprios órgãos que têm que fiscalizar, ‘que inicialmente são os órgãos contratantes’, e depois os órgãos fiscalizadores, ‘de modo que haja talvez até uma exigência de demonstração de que se fez o pagamento, o cumprimento, pelo menos das verbas elementares, o pagamento de salário, o recolhimento da previdência social e do FGTS’.

No prosseguimento dos debates naquele julgamento, o Ministro-Relator Cezar Peluso, ao responder ao argumento de que seria ilegal atribuir responsabilidade à Administração Pública pelo pagamento desses débitos trabalhistas diante da literalidade do § 1º do art. 71 da Lei de Licitações e dele discordar abertamente, foi ainda mais enfático sobre essa possibilidade e sob certas circunstâncias concretas, verificadas caso a caso:

V. Exa. está acabando de demonstrar que a Administração Pública é obrigada a tomar uma atitude que, quando não toma, constitui inadimplemento dela. ‘é isso que gera a responsabilidade que vem sendo reconhecida pela justiça do trabalho, não é a constitucionalidade da norma’. A norma é sábia, ela diz que o mero inadimplemento não transfere a responsabilidade, mas a inadimplência da obrigação da administração é que

Ihe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer, independentemente da constitucionalidade da lei.

Da clareza desses fundamentos, pode-se concluir que o STF, ao julgar, em sua composição plenária, a ADC nº 16-DF, com um único voto vencido, com efeito, reputou constitucional o § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93 e também considerou contrário à sua Súmula Vinculante nº 10 e ao art. 97 da Constituição o antigo item IV da Súmula nº 331 do TST (por haver afastado a aplicação daquele preceito legal com base em fundamentos e critérios de origem constitucional, sem haver examinado e declarado a inconstitucionalidade daquela norma, em incidente para tanto suscitado, nos termos e na forma dos arts. 480 a 482 do CPC), vedando que a Justiça do Trabalho, exclusivamente com base naquele entendimento sumulado, atribuísse, de forma automática e absoluta, à Administração Pública contratante responsabilidade subsidiária pelo pagamento das obrigações trabalhistas inadimplidas pelo contratado, em terceirizações lícitas decorrentes de regular licitação, em relação aos empregados deste último fornecidos ao ente público.

Em outras palavras, naquele julgamento, de fato se considerou que, por força daquele dispositivo da Lei de Licitações em vigor, o puro e simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador contratado pelo ente público não enseja automaticamente a responsabilidade deste último por seu pagamento, mesmo que de forma subsidiária.

Contudo, naquela mesma decisão, em sua íntegra dotada de eficácia contra todos e efeitos vinculantes (art. 102, § 2º, da Constituição Federal), também se entendeu, de forma também expressa, que a constitucionalidade desse preceito legal não impede que seja ele interpretado de forma sistemática com outros dispositivos de leis e da mesma, os quais, por sua vez, continuam a impor à Administração Pública quando utilizar de modo contínuo mão de obra terceirizada, o dever de licitar e de

fiscalizar, de forma plena e eficaz, a execução daquele contrato administrativo de prestação de serviços, até mesmo quanto ao pleno e oportuno cumprimento daquelas obrigações trabalhistas.

Em consequência, em absoluto, não foi descartado, naquele julgamento (sendo, ao contrário, ali salientado), que continua plenamente possível que a Justiça do Trabalho, ao julgar casos concretos como esse e à luz do conjunto fático-probatório neles delineado, continue a imputar ao ente público tomador daqueles serviços terceirizados a responsabilidade subsidiária por aquelas obrigações inadimplidas por seu devedor principal, em virtude da presença de culpa *in eligendo* (na excepcional hipótese de demonstração de irregularidades no procedimento licitatório) ou de culpa *in vigilando* (pela simples omissão do ente público de, no curso e ao término da execução daquele contrato, não ter fiscalizado, como deveria, o cumprimento das normas trabalhistas pelo contratado e não haver tomado as providências capazes de prevenir aquela inadimplência).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o que podemos concluir sobre a decisão do excelso STF foi que o § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93 afasta a responsabilidade contratual da Administração Pública pelas obrigações trabalhistas relativas aos empregados do particular que foi selecionado e contratado em decorrência da correspondente licitação, pela simples condição de celebrante daquele contrato administrativo, na medida em que o ente público jamais poderá ser considerado, automaticamente, o devedor principal daqueles trabalhadores, devendo ser analisado o caso concreto para verificar a ocorrência de culpa *in eligendo* ou de culpa *in vigilando* da Administração Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Direito Administrativo e o**

novo Código Civil. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo.** São paulo: Malheiros, 2009.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2004.

BERNSTORFF, Vitor Hugo. **Terceirização: Problema ou Solução?.** Artigo. Disponível site: <<http://www.informal.com.br/artigos/RH28.htm>>. 2004. Acesso em 22 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.271,** de 25 de fevereiro de 1967. Brasília, 1967.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília: Senado, 1998.

_____. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.** Altera a legislação tributária federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

_____. **Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 331.** Disponível em: <[http://](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331)

www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>.

_____. **Supremo Tribunal Federal. Ação Declaratória de Constitucionalidade**

n. 16. Governador do Distrito Federal. Relator: Ministro Cezar Peluso. 24.11.2010.

_____. **Supremo Tribunal Federal. Reclamação n. 4219.** Jayr Osorio de Menezes e Juiz de Direito da 11ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. 27.03.2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp?classe=Rcl&numero=4219&origem=AP>>.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão-de-obra**: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CASTRO, Rubens Ferreira de. **A terceirização no Direito do Trabalho**. São Paulo: Malheiros, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros, 2010.

DELGADO, Gabriela Neves. **Terceirização**: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. São Paulo, Ltr, 2003.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo, Ltr, 2010.

LEIRIA, Jerônimo Souto. **Terceirização: Uma alternativa de Flexibilidade Empresarial**. Ed. Porto Alegre: Ortiz, 2002.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Responsabilidade Civil do Estado, Nexo Causal e Imputação Objetiva. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo. **Responsabilidade Civil do Estado**: Desafios Contemporâneos. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo, Atlas, 2005.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: RT, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUEIRÓS, Carlos Alberto R.S. **Manual de terceirização**: onde podemos errar no desenvolvimento e na implantação dos projetos e quais são os caminhos do sucesso. São Paulo: STS, 2002.

SANTOS, Rodrigo Coimbra. **Relações terceirizadas de trabalho**. Curitiba: Juruá, 2008.

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: UMA CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DAS GEOTECNOLOGIAS

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS.

Filipe Siqueira Toscano Prestes¹

Geraldino da Silva Lopes²

Iran Carlos Caria Sacramento³

Resumo: As análises históricas do espaço geográfico, realizadas através das geotecnologias figuram como importante mecanismo para a representação e mensuração de traços característicos do meio e suas modificações ao longo do tempo, sendo utilizadas para alimentar bases de dados que possam resolver situações diversas, analisar impactos e gerar soluções a partir das suas respostas. Define-se como geotecnologia a aplicação de métodos científicos e de técnicas para a representação do espaço geográfico, são exemplos de Geotecnologias, a cartografia digital, o sistema de posicionamento global (GPS), a fotogrametria, geoprocessamento, sistemas de informação geográfica (SIG) e o

¹ Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária, integrante da Iniciação Científica e do Núcleo de Geotecnologias do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil. (UNIJORGE). (fstprestes@gmail.com)

² Estudante de Engenharia Civil, integrante da Iniciação Científica e do Núcleo de Geotecnologias do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil. (UNIJORGE).

³ Geógrafo, Mestre em Engenharia Ambiental Urbana (UFBA), Especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade com ênfase em Educação Ambiental, professor do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil.(UNIJORGE).

sensoriamento remoto. Estas advêm dos avanços das tecnologias de informação, que possibilitam aperfeiçoamentos dinâmicos e significativos para a gestão, planejamento, pesquisas científicas, produção e reprodução do conhecimento numa nova base para as tecnologias espaciais e em outros aspectos ligados á representação do meio, em especial, às interações humanas com o ambiente. Esta nova perspectiva marca um ponto de inflexão no uso de mapas e na ênfase da descrição física do espaço geográfico. Neste sentido o presente trabalho visa apresentar as potencialidades das Geotecnologias na análise do uso e ocupação do solo, tendo em vista um estudo caso localizado na cidade de Salvador, Bahia entre os anos de 1976 a 2015.

Palavras-chave: Geotecnologias; Meio Ambiente; Ocupação Urbana.

INTRODUÇÃO

Os primeiros trabalhos voltados ao uso das representações surgiram nas raízes do Egito antigo em consequências das cheias periódicas as margens do Vale do Nilo. Os medidores de terra, agrimensores da época, tinham necessidade de restituírem as divisas de propriedades, que eram sazonalmente destruídas por conta das cheias. Para ESPARTEL,

As técnicas utilizadas pelos antigos egípcios para divisão e demarcação de terras foram se aperfeiçoando e as técnicas de representações saíram do empirismo para a base de uma ciência autêntica, se tornando cada vez mais complexa, decorrente dos avanços científicos como o desenvolvimento notável da Física, Matemática, Microeletrônica e informática, astronomia e astrologia. (1977, p.04)

Todavia, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Topografia é a ciência que estuda uma área de terra limitada, com a finalidade de conhecer sua forma quanto ao contorno e ao

relevo, sua orientação, sem levar em consideração a curvatura da terra. O seu objetivo é representar, no papel, a configuração de uma porção de terreno e deve ser entendida como uma importante prática dentro da Engenharia.

A utilização do Geoprocessamento atrelado ao uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) permitem avaliar adequadamente as transformações decorrentes no espaço geográfico bem como, transformações do relevo, possíveis impactos associados em consequência do crescimento urbano, uso e ocupação do solo dentre outros. Tudo isso em virtude deste conjunto de ferramentas que tem como função coletar, processar, analisar e proporcionam a manipulação das informações geográficas aos seus usuários.

Compreende-se como uso e ocupação do solo, a organização territorial, contiguidades e complementaridades de atividades urbanas ou rurais; o controle de densidade populacional, a reprodução social no espaço urbanístico, a ocupação efetiva de uma localidade, a prevenção ou eliminação de possibilidades de desastres ambientais, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida. (AB'SABER, 1994).

Os processos atuantes na esfera urbana devem ser sempre estudados com interação, identificando aspectos ambientais relevantes, tais como a qualidade do ar, água e do solo. Para tanto, é notório que o crescimento das cidades altera a dinâmica natural do espaço, no que acarreta efeitos deletérios ao ecossistema. Segundo Ab'Saber (1994, p.22):

O espaço total é o arranjo e o perfil adquirido por uma determinada área em função da organização humana que lhe foi imposta ao longo dos tempos. Nesse sentido pressupõe um entendimento – na conjuntura do presente – de todas as implantações cumulativas realizadas por ações, construções e atividades antrópicas; a gênese do espaço – considerado de um modo total – envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas sobre atributos remanescentes de um espaço herdado pela natureza.

O problema de pesquisa surge da necessidade de avaliar e evidenciar a potencialidades das ferramentas de geotecnologias. O questionamento inicial está baseado em: Será que as informações planialtimétricas e aerofotogramétricas podem viabilizar uma dimensão real acerca de uma movimentação de terra ou do uso e ocupação do solo? Existe a possibilidade de uma quantificação das variáveis modificadas historicamente a partir destas tecnologias?

Contudo, com base nos dados geográficos e na realização de visitas in loco, busca-se explorar as potencialidades de técnicas de geoprocessamento e topografia relacionadas ao uso e ocupação do solo em um estudo de caso localizado no entorno do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), associado aos anos de 1976, 1992 e 2015, quantificando toda a movimentação de terra existente a partir de algumas variáveis de pesquisa.

OBJETIVOS

GERAL

- Explorar as potencialidades de técnicas de geoprocessamento e topografia relacionadas ao uso e ocupação do solo em um estudo de caso localizado nas mediações do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), associado aos anos de 1976, 1992 e 2015.

ESPECÍFICOS

- Quantificar e comparar, a partir de mapas temáticos, as principais variáveis de transformação do relevo e seus possíveis impactos ambientais;

- Avaliar métodos de processamentos com base na geoestatística para obtenção de informações planialtimétricas.

METODOLOGIA

Efetivamente, para iniciar qualquer trabalho voltado para técnicas em geoprocessamento é importante à obtenção dos dados geoespaciais. Neste contexto, a principal referência para a produção dos mapas temáticos e elaboração do modelo digital de terreno (DMT) de 1992 foi a Base Cartográfica de Salvador (BASE SICAR 1992), adquiridas junto a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Neste primeiro momento, buscou-se identificar as folhas cartográficas em formato digital que recobriam toda a área de estudo com informações planialtimétricas bem como vegetação e hidrografia, além disso, as imagens aéreas do respectivo ano, que são úteis para as suas análises quantitativas.

Em seguida, de posse das folhas 142-160 e 142-330 da base SICAR de 1992, partindo da utilização do software ARCGIS 10.0, foram selecionadas as informações necessárias para a localização da área de estudo, bem como a identificação do foto-índice da cidade de Salvador com o uso das imagens aéreas que recobrem a mesma. As fotos utilizadas (foto nº 2468 do ano de 1976 e a foto nº 307 da faixa 15 do ano de 1992) servirão para análise da comparação das variáveis ambientais no processo de modificação ao longo do período.

Para atender aos resultados pertinentes à linha de pesquisa, foi gerada uma quantificação evolutiva dessas variáveis a partir de uma classificação supervisionada com uso do software ARCGIS 10.0, e tem por finalidade determinar, através parâmetros estatísticos, a probabilidade de um dado pixel selecionado numa área qualquer pertencer ou não a uma determinada classe, ou seja, isso definirá o percentual de cada variável a ser apresentada na área de estudo.

A definição da poligonal se deu a partir da necessidade de estudar o entorno frente às modificações antrópicas realizadas ao longo do tempo. Para tal, será explanado não só a movimentação de terra realizada no terreno, mas em um raio de 35m a partir do

limite da UNIJORGE, baseando-se na ótica da evolução local dado à expansão do meio urbano concomitante ao mesmo período de estudo. A escolha do raio de pesquisa originou-se a partir da significativa evolução no que tange ao uso e ocupação do solo quando na análise das informações que vinham sendo geradas ao longo das pesquisas.

Para que fosse possível gerar uma modelagem tridimensional espacial e então viabilizar o cálculo das modificações existentes no terreno durante tal período, foi utilizado o método de Krigagem, método de regressão usado em geoestatística para aproximar ou interpolar dados a partir das informações de pontos cotados. Desta forma será possível, a partir das informações altimétricas existentes gerar as curvas de nível, através da interpolação, calculando assim as informações pertinentes aos objetivos da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

A Avenida Luiz Viana Filho foi construída no contexto das intervenções urbanas viárias da década de 1970 em Salvador, a partir da necessidade de ligar a RMS com o centro comercial da cidade visto que a expansão e a saturação demográfica se iniciavam. Tal contribuição visava estimular a aceleração da especulação imobiliária na cidade. Neste contexto, uma série de projetos de engenharia foram desenvolvidos no município do Salvador afim, de atender principalmente a demanda populacional em um dos principais centros urbanos do Brasil.

A área de estudo possui 421.000m² estando localizada no bairro do Trobogy, definida a partir da ausência de pesquisas voltadas a uma interpretação histórica associada a um dos principais polos de educação da cidade.

Deste modo, a partir dos processamentos realizados foram definidas três variáveis de pesquisa: vegetação, hidrografia e ocupação/solo exposto para que pudessem ser quantificados todos os valores e/ou percentuais associados às transformações no relevo.

Segundo Duarte, os mapas temáticos são representações de informações sob uma perspectiva geográfica, transformando o espaço em um elemento de análise espacial de dados, onde apresentam informações extremamente especializadas (DUARTE 2002, 15). Reafirmada por GEORGE (1970)

A cartografia (temática) é o instrumento de expressão dos resultados adquiridos pela geografia, mas, ela própria é uma técnica que pode ser aplicada para projetar no espaço qualquer noção ou ação que se torne necessária representar espacialmente sem que essa noção ou ação faça parte de um sistema de relações geográficas. (GEORGE, 1970).

A partir desta análise temporal, constata-se que o avanço da urbanização sobre o perímetro de estudo promoveu, principalmente, expansão de áreas de solo exposto e modificação dos corpos d'água – e a alteração da dinâmica hidrológica local. No ano de 1976, é possível visualizar que os traços de ocupação do solo se resumiram à face da construção da Avenida Luiz Vianna Filho, até então cercada por um cenário de cobertura vegetal já secundária.

Neste contexto, ao analisar a figura 01, percebe-se que houve um crescimento significativo quando relacionamos os anos de 1976 e 2015. Cerca de 212.000m² (50% de toda a área) dos 311.000m² atuais relacionados à ocupação / solos expostos foram movimentados neste período, com a construção de diversas moradias, justificando assim a tendência acerca do déficit habitacional historicamente supracitado.

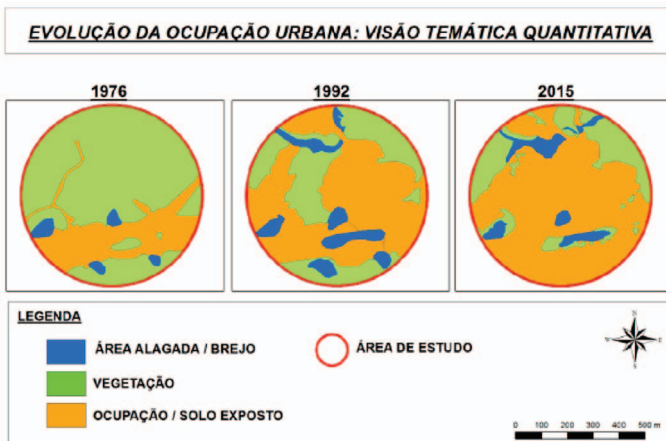


Figura 01: Mapa da Ocupação Urbana: Visão Temática Quantitativa

Fonte: elaborado pelos autores

Ainda no que tange as análises quantitativas, os dados de vegetação apresentam uma redução de 19% contudo, o que chama a atenção é justamente o aumento das áreas de lagoas ou cursos d'água, pois, os projetos de engenharia voltados ao escoamento superficial fizeram com que a referida área tivesse um aumento de 3,8% quando comparado aos anos de 1976 e 2015.

Nota-se que a movimentação de terra relacionada ao atual Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) iniciou-se em 1992 (figura 02), com área com taludes que possuíam uma diferença de nível de 39 metros (figura 03) Os cortes no relevo possibilitaram que o material ali removido pudesse ser aproveitado na mesma área.



Figura 02: Mapa de Evolução da Ocupação Urbana (1976 / 1992 / 2015)
 Fonte: CONDER (1976 e 1992) Google Earth (2015)

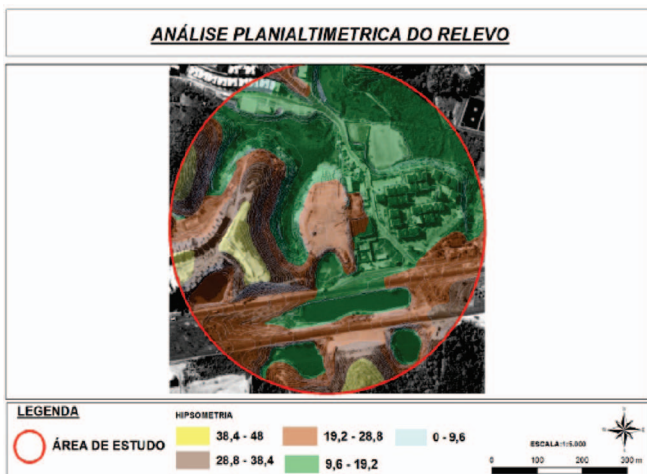


Figura 02: Mapa de Análise Planialtimétrica
 Fonte: CONDER (1992)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da construção da malha viária seria a expansão econômica para a cidade de Salvador, esta tese é afirmada a partir da análise de 1992, onde é possível perceber a brusca expansão das ações do homem. Esta originada através da construção de novas vias de acesso bem como, empreendimentos residenciais e comerciais no entorno. Presume-se que a mudança vista no panorama hidrográfico neste ano, foi oriunda das ações antrópicas, nomeadamente, a conversão dos cursos naturais de água e rebaixamentos das cotas topográficas, também recorrentes às construções supracitadas, conforme evidenciados nos mapas temáticos.

Atualmente, nota-se que a transformação nas feições do relevo ocasionou ainda maior diminuição das variáveis ambientais, acentuando o quadro de elevados índices de ação antrópica, e conseqüentemente, na ampliação da mancha de ocupação urbana no entorno da via.

Na concepção das Geotecnologias como um objeto de estudo e articulação, tal contribuição foi de fundamental importância, que de maneira ativa, colaborou para as análises apresentadas e entendimento dos diversos sentidos no que tange a relação do homem com a natureza. Deste modo, fica recomendada a utilização desta ferramenta no campo de atuação para análises históricas e ambientais.

Visto isso, quanto sua repercussão, estima-se uma relevância acadêmica e científica caracterizada sob alguns aspectos. Primeiramente, porque coloca a postura das discussões inteiramente atreladas ao campo das Engenharias Civil e Ambiental, especificamente nas abordagens técnicas e metodológicas no campo de utilização das Geotecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER; AZIZ. A sociedade urbano-industrial e o metabolismo urbano. Ln: prospectivas. À beira do novo milênio. São Paulo. Ed. Unisinos. 1996.

ALMEIDA, Rosangela Doin. & PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo, Contexto, 2005. (Coleção Repensando o Ensino)

CORRÊA, Lobato Roberto. **Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**. In: Geografia: Conceito e Temas. Org. Iná Elias dos Santos, Paulo César Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1995.

DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de cartografia. 2ª ed. Florianópolis – UFSC, 2002

ESPARTEL, Lélis. Curso de topografia, Rio de Janeiro. Ed. Globo. 1977.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica, São Paulo. Ed. Oficina de textos, 2008.

GEORGE, P. (1970) *Les méthodes de la Géographie*. Paris: PUF, Coll. Que sais-je?

JOLY, F. A cartografia; tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MÜLLER – PLANTENBERG. Clarita e AB’SABER; AZIZ. Previsão de impactos: o estudo do impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e Alemanha – São Paulo: EDUSP. 1994.

PASSINI, E. Y. A fronteira e o lugar nos livros didáticos. In: SCHAFFER, N. O. et al. Ensinar e aprender Geografia. Porto Alegre: AGB, 1998. Págs.79-84.

SANTOS, Milton. Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000

SCARLATO, Francisco Capuano. PONTIN, Joel Arnaldo. O Ambiente Urbano 4ªEd - São Paulo: Atual Editora, 1999.

BULLYING NA ESCOLA: UMA VISÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA CIDADE DE FORTALEZA-CE.

*Karizia Di Paula Oliveira Santos de Farias*¹

*Dionísio Leonel de Alencar*²

*Helio Jose Bastos Carneiro de Campos*³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar o *bullying* nas escolas da cidade de Fortaleza-Ce, sob a ótica dos professores de Educação Física, procurando entender de que maneira os educadores percebem o problema no seu dia a dia, bem como identificar como esses educadores podem auxiliar no combate a essa prática. A realização desta pesquisa se justifica, considerando que a mesma possa colaborar para que toda a sociedade saiba da ocorrência do *bullying* em escolas públicas e privadas de Fortaleza. Diante do exposto é que ressalto no referencial teórico os seguintes assuntos: o *bullying* e suas características; o *bullying* e a sociedade; os tipos de *bullying*, e o combate ao *bullying* nas aulas de Educação Física. A coleta de dados foi realizada através de uma pesquisa de campo, a partir de um questionário com questões fechadas e uma pesquisa bibliográfica para construção da base teórica. Ao final desta pesquisa foi possível concluir que, independente da escola ser pública ou particular, o *bullying*

¹ UNIJORGE, aluna do curso de Educação Física Licenciatura; kadipaula@hotmail.com

² Prof. Ms do Centro Universitário Estácio do Ceará - FIC; dionisioalencar@bol.com.br

³ Prof. Dr. da UNIJORGE E UNEB; Educação Física- EAD; heliocampos@gmail.com

é uma realidade que precisa ser discutida e enfrentada com seriedade e com firmeza. Constata-se também que os professores se mostram conscientes da necessidade de combater esta prática na escola.

Palavras-chave: *Bullying*; Escolas; Professores de Educação Física

INTRODUÇÃO

As relações interpessoais são elementos fundamentais na constituição humana. Através dos outros construímos nossa auto-estima, elementos da nossa identidade, nossos valores e as formas como iremos nos portar socialmente. Essas relações podem provocar efeitos positivos e negativos, com consequências individuais e coletivas. A violência é um fenômeno humano que se expressa ao longo da história, entretanto, contemporaneamente observamos formas de expressão dessa violência nas relações entre jovens e crianças que caracterizam as formas de poder e as configurações de valores, conflitos e tensões existentes na sociedade.

O *bullying* na escola é uma realidade que preocupa toda a sociedade, os profissionais da educação têm uma importância fundamental no combate a esse fenômeno. As aulas de Educação Física escolar poderão servir de ferramenta para o combate ao *bullying* na escola, atividades como os jogos, os esportes, as danças, dentre outras, podem auxiliar a boa convivência. Nesse sentido o professor deverá assumir uma importante função nesse processo.

Este trabalho tem como objetivo identificar o *bullying* nas escolas da cidade de Fortaleza-Ce, sob a ótica dos professores de Educação Física, procurando entender de que maneira os educadores percebem o problema no seu dia a dia, bem como identificar como podem auxiliar no combate a essa prática.

A realização desta pesquisa se justifica considerando que a mesma possa colaborar para conhecimento da sociedade em

relação a ocorrência do *bullying* em escolas públicas e privadas na cidade de Fortaleza-Ce.; vale ressaltar que os professores são agentes fundamentais para que este problema seja combatido através de atividades que favoreçam elementos de conscientização para uma ação mais preventiva entre os alunos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

BULLYING

A violência escolar é um ponto em que os professores de Educação Física precisam estar atentos. Ser capaz de perceber as formas como os alunos interagem, como constroem suas relações, estimular o convívio grupal constituem-se como elementos fundamentais do trabalho do docente.

Teixeira (2010) relacionando-se ao *bullying* na escola afirma que todos nós precisamos entender que o *bullying* está relacionado com o poder. Quando identificamos, por exemplo, dois estudantes brigando, e não existe um desequilíbrio de forças, isto é, ambos são munidos de capacidades físicas e psicológicas semelhantes, e não há uma assimetria nessas relações de poder, não estamos lidando com o *bullying*. Então, o comportamento *bullying* sempre segue um padrão: uma relação desigual de poder em que um ou mais alunos tentam dominar outros alunos. Esse desequilíbrio de poder determina a repetição e a manutenção do comportamento agressivo de estudantes que tentam a todo custo dominar e humilhar o outro aluno. O mesmo autor define que a palavra *bullying* é um termo inglês e deriva do verbo *to bully*, que significa ameaçar, intimidar e dominar.

O problema está mais perto de nós do que imaginamos; crianças e adolescentes em idade escolar vivenciam esse comportamento doentio que machuca e violenta toda uma geração de estudantes dia após dia.

Além de um possível isolamento ou queda do rendimento escolar, crianças e adolescentes que passam por humilhações

racistas, difamatórias ou separatistas podem apresentar doenças psicossomáticas e sofrer de algum tipo de trauma que influencie traços da personalidade. Em alguns casos extremos, o *bullying* chega a afetar o estado emocional do jovem de tal maneira que ele opte por soluções trágicas, como o suicídio.

BULLYING E A SOCIEDADE

De acordo com os PCN's, há muito tempo se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural e plural em sua identidade: índio, afrodescendente, imigrante, urbano, sertanejo, caçara e caipira, dentre outros. Contudo, ao longo de nossa história, tem existido preconceitos, relações de discriminação e de exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. Viver democraticamente em uma sociedade plural é respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Assim, é preciso fazer da escola um ambiente que estimule a pluralidade cultural (BRASIL, 1997).

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que ocorre a convivência entre crianças de origens e de níveis socioeconômicos diferentes; convivem em um mesmo espaço jovens seres com costumes, dogmas religiosos e visões de mundo distintos. Em segundo, porque é um dos lugares em que são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo; nesse sentido, a realidade plural de um país, como o Brasil, fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (BRASIL, 1997).

TIPOS DE *BULLYING*

FÍSICO

Teixeira (2010) relata que os sintomas de agressão física estão relacionados com os atos violentos, como, bater, chutar, empurrar, espancar, derrubar, ferir e perseguir. Silva (2011) destaca que esse tipo de *bullying* é mais visível e mais fácil ser identificado, e começa na educação infantil, podendo agravar no ensino médio, momento em que o agressor terá mais força.

VERBAL

Segundo Teixeira (2010) os sintomas verbais são os xingamentos, ameaças, intimidações, piadas ofensivas, fofocas. Essa forma de *bullying* é utilizada tanto para meninos como para meninas, e é o mais difícil de identificar, porque pode ser sussurrado, passado através de bilhetes, situações em que o professor ou o adulto não percebem.

VIRTUAL

Em seus estudos, Silva (2010) discorre que os praticantes de *bullying* virtual utilizam, na sua prática, os mais atuais e modernos instrumentos da internet através de mensagens difamatórias ou ameaçadoras que circulam por blogs, emails, redes sociais, celulares. Isso ocorre com o covarde intuito de constranger, humilhar e maltratar suas vítimas. São ataques perversos que provocam o sofrimento multiplicador e permitem que os autores se escondam atrás de identidade falsas ou de outros mecanismos que mantêm o anonimato.

PSICOLÓGICO

De acordo com Teixeira (2010), o *bullying* psicológico afeta

a autoestima da vítima, quando ela é humilhada, excluída, isolada, desprezada, ignorada e discriminada. Fazer intrigas, fofocas ou mexericos (mais comuns entre as meninas). É possível acontecer uma possível queda no rendimento escolar, muitas vezes contribuindo para evasão escolar. O sofrimento ainda pode apresentar doenças psicossomáticas, transtornos do pânico, fobia escolar e até o suicídio.

COMBATE AO BULLYING NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As aulas de Educação Física escolar poderão servir de ferramenta para o combate ao *bullying* na escola; atividades como os jogos, os esportes, as danças, dentre outras, podem auxiliar a boa convivência. Nesse sentido, o professor deverá assumir uma importante função nesse processo.

Teixeira (2010) aponta que o esporte pode representar um grande fator de inclusão entre todos os alunos. O papel do professor será fundamental para isso. Durante as atividades esportivas, crianças e adolescentes terão a possibilidade de aprender sobre a importância do trabalho em equipe e poderão desenvolver conceitos essenciais para a vida adulta como disciplina, hierarquia, amizade, ética, respeito, motivação, confiança e equilíbrio emocional.

Nessa mesma perspectiva, Constantini (2004) assegura que o educador tem a grande responsabilidade na ação de combater a esse fenômeno do *bullying*. Sua função seria, de primeiro, chamar a atenção dos alunos com firmeza em relação ao respeito ao outro, instigar a convivência social e estimular o respeito às regras ligadas a esta, procurando dessa forma mostrar aos jovens agressores as consequências que atos desrespeitosos podem causar, tanto para o agressor como para a vítima; de segundo, desenvolver práticas e estratégias pedagógicas que favoreçam a educação voltada para as relações e para os enfrentamentos entre os membros do mesmo grupo-classe.

METODOLOGIA

TIPOS DE ESTUDO

Estudo descritivo, transversal, de natureza quantitativa.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo compreende os professores de escolas públicas e particulares da cidade de Fortaleza-Ce. A amostra foi composta por 32 professores, sendo 16 da rede pública e 16 da rede particular, todos ministrantes de aulas de Educação Física Escolar, no período de 21 de setembro a 05 de novembro de 2014.

COLETAS DE DADOS

- Realização por meio de pesquisa de campo;
- Fontes primárias: 32 professores de Educação Física Escolar;
 - Instrumento de pesquisa: questionário com 11 perguntas fechadas (apêndice A);
 - Fontes secundárias: obtidas por meio de pesquisa de campo para construção da base teórica e da consulta a fontes documentais visando o desenvolvimento de informações sobre o objeto e ambiente da pesquisa.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Aos entrevistados foi apresentado o TCLE, de acordo com a resolução vigente (apêndice A), informando sobre o objetivo do estudo, a preservação dos aspectos éticos, a garantia da confidencialidade das informações e anonimato, evitando riscos morais. Os pesquisados ficaram cientes, também, de que a qualquer momento poderiam interromper a pesquisa. Aqueles

que aceitaram participar da pesquisa assinaram o referido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos no questionário foram organizados no Excel For Window 2007, analisados e representados graficamente, com tabela para melhor visualização dos dados comparativos de escola pública e particular. O passo seguinte foi discussão dos resultados da pesquisa com base na análise e interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTA	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Escolas	08	08

Tabela 1: Tipo da escola. Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

A tabela 1 diz respeito ao número de escolas pesquisadas. De acordo com os resultados, houve um equilíbrio quanto ao quantitativo de escolas, uma vez que a pesquisa foi aplicada em 8 escolas da rede pública e 8 escolas da rede privada.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Sim	81%	75%
Não	19%	25%

Tabela 3: Prática do *Bullying* nas aulas de Educação Física. Fortaleza-Ce, 2014

Fonte: Pesquisa direta.

Starling (2007) relata que o *bullying* é uma realidade nas escolas e que é independente de gênero, pois essas violências são praticadas por ambos os sexos. Para os meninos são mais comuns as ações diretas, como chutes e socos, para as meninas, as ações de comportamento negativo e relacional, como exclusão, ameaça e difamação.

Os resultados da tabela 3 corroboram com os autores acima, uma vez que é 81% dos professores da rede pública e 75% dos professores da rede particular já presenciaram ações de *bullying* em suas aulas.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
- Agressões físicas	6%	6%
- Espalhar histórias humilhantes	13%	12%
- Mentiras para implicar a vítima a situações vexatórias	6%	19%
- Inventar apelidos que ferem a dignidade	75%	63%
- Captar e difundir imagens pela internet	0%	0%
- Destruição dos bens de outros	0%	0%
- Ameaças	0%	0%

Tabela 4: Casos mais comuns de *bullying* nas escolas. Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

Verifica-se, através dos resultados da tabela 4, que um percentual significativo de entrevistados declara que a maior incidência de *bullying* é “inventar apelidos que ferem a dignidade da vítima”, com 63% entre os professores da rede particular e 75% nos da rede pública.

Ao se inserir os apelidos e comentários maldosos no conceito de *bullying*, Cavalcante (2004) traz um aspecto a ser observado que

o que é tratado como “coisas de estudante” podem deixar marcas dolorosas e, por vezes, trágicas, a exemplo do ocorrido em janeiro de 2003 na cidade de Taiúva (SP), quando Edmar Aparecido Freitas, de 18 anos, entrou no colégio onde tinha estudado e feriu oito pessoas com disparos de um revólver calibre 38 e em seguida, se matou. Obeso, ele havia passado a vida escolar sendo vítima de apelidos humilhantes e alvo de gargalhadas e sussurros pelos corredores do colégio.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Sim	69%	75%
Não	31%	25%

Tabela 5: Mudança de comportamento em alunos vítimas de *bullying*. Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

Na tabela 5, os resultados registram que uma grande parcela dos professores notou mudança de comportamento entre seus alunos que foram vítimas de *bullying*. Apenas 25% dos professores da rede particular e 31% da rede pública não notaram este comportamento entre os alunos.

Esses resultados validam o pensamento de Rubin e Pagel (2006 *apud* BERTELLI; VIANA, 2010), quando asseguram que a prática de *bullying* pode acarretar sérias consequências para a vida de algumas crianças, muitas precisam de terapia para superar seus traumas sofridos por causa do *bullying*.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Ao peso	25%	75%
A raça	6%	7%

Ao preconceito quanto à sexualidade	50%	6%
A deficiência física, intelectual ou visual	13%	6%
A condição social	0%	6%
A estatura	6%	0%

Tabela 6: Motivos propiciadores de *bullying* nas escolas.. Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se através dos resultados da tabela 6 que as situações de *bullying* de escolas públicas são diferentes das de particulares segundo declaração dos professores pesquisados. Nas escolas particulares, a ocorrência mais comum (75%) diz respeito ao peso, enquanto nas escolas públicas a maior ocorrência diz respeito à sexualidade das vítimas (50%).

Nesse mesmo contexto, Lopes Neto; Monteiro Filho; Saavedra; Fante (2003; 2005 *apud* LEÃO JUNIOR; CARVALHO 2011) sustentam que os alunos que sofrem pelo *bullying* normalmente não dispõem de recursos, status ou habilidade para reagir ou fazer cessar os atos danosos, e apresentam aspectos físicos diferenciados dos padrões impostos por seus colegas.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Concordo plenamente	44%	56%
Concordo em grande parte	50%	44%
Concordo ou discordo parcialmente	6%	0%
Discordo em grande parte	0%	0%
Discordo completamente	0%	0%

Tabela 7: Opinião dos professores sobre interferências no psicológico das vítimas de *bullying* . Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

Na tabela 7, os resultados revelam que quase a totalidade dos professores entrevistados concorda plenamente ou concorda em grande parte que o *bullying* interfere no psicológico das vítimas.

Esses resultados estão em consonância com Lopes Neto (2005) quando o mesmo afirma que a criança que sofre o *bullying* está mais vulnerável a sofrer depressão e baixa auto-estima quando adulta. E quanto mais jovem for a criança frequentemente agredida, maior será o risco de apresentar problemas associados a comportamentos antissociais quando for adulto.

Bullying na escola: uma visão do professor de Educação Física		
RESPOSTAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
Concordo plenamente	63%	62%
Concordo em grande parte	31%	38%
Concordo ou discordo parcialmente	6%	0%
Discordo em grande parte	0%	0%
Discordo completamente	0%	0%

Tabela 8: Combate ao *bullying* nas aulas de Educação Física através de práticas que envolvam o respeito, a ética e os valores. Fortaleza-Ce, 2014.

Fonte: Pesquisa direta.

De acordo com Chaves (2006 *apud* Moraes; Oliveira; Fecho 2011) afirma que, cabe ao profissional da Educação Física saber identificar, distinguir e diagnosticar o fenômeno *bullying*, para promover as estratégias de intervenção e prevenção, adequadas à realidade da escola.

Nessa mesma perspectiva, os resultados da tabela 8 ratificam essas declarações do autor, uma vez que se verifica que um percentual expressivo de entrevistados concorda plenamente ou concorda em grande parte que é possível combater o *bullying* nas aulas de Educação Física através de práticas que envolvam o respeito, a ética e os valores.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa trouxe como tema central a necessidade de analisar e de entender de que maneira ocorre a prática de *bullying* nas escolas públicas e particulares de Fortaleza e, ainda de compreender como professores de Educação Física atuam diante deste fenômeno. Diante dos resultados, foi possível constatar que *bullying* é uma prática comum tendo em vista que ocorre em todas as escolas aqui pesquisadas.

Independente do natureza da escola, pública ou particular, o *bullying* é uma realidade que precisa ser discutida e enfrentada com seriedade, com firmeza e ao mesmo tempo promover uma cultura da paz. A luta contra o *bullying* deve ser iniciada desde os primeiros anos de escolarização, para que as crianças se conscientizem do que realmente significa o *bullying*.

As aulas de Educação Física, por suas características pedagógicas, representam um momento em que os alunos têm uma possibilidade maior de interagir com seus colegas. Isso, possivelmente, aumenta a probabilidade de incidências de atos agressivos e de fomento à exclusão, seja por raça, status social, sexualidade ou características físicas.

Apesar dos professores terem algum entendimento sobre o *bullying*, não são todos os que participaram de cursos de capacitação para lidar com o tema. Vale destacar que os docentes se mostram conscientes da necessidade de combater esta prática na escola.

Certamente todas as estratégias devem ser particularizadas a cada realidade e devem contar com a colaboração dos pais. Assim como a escola, os pais também devem orientar as crianças a fim de combater esse mal que atinge as escolas públicas e particulares em Fortaleza e que traz danos psicoativos para as vítimas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual/

Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTE, Meire. Como lidar com brincadeiras que machucam a alma. **Revista Nova Escola**. São Paulo, n. 178, 19, p. 58-61, Dez. 2004.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. 2006. **Brincadeiras perversas**. Disponível em: http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/brincadeiras_perversas_12.html, Acesso em 02 set. 2014.

LEÃO Junior, Cleber Mena; CARVALHO, João Eloir. 2011. **O bullying no contexto escolar**. <<http://www.efdeportes.com/efd163/o-bullying-no-contexto-escolar.htm>>. Acesso em 15 de out. 2014.

LOPES NETO, Aramis A. 2005. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. J. Pediatr. (Rio J.) [online]. 2005, vol.81, n.5, suppl., pp. s164-s172. ISSN 0021-7557. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572005000700006>>. Acesso em 13 nov. 2014.

SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**/ Ana Beatriz Barbosa Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual antibullying: para alunos, pais e professores**/Gustavo Teixeira. –Rio de Janeiro: Betseller,2010.

CONTRIBUIÇÃO DOS TRANSPORTES VERTICAIS PARA INTEGRAÇÃO MODAL

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

André Luís dos Santos¹

Juan Pedro Moreno Delgado²

Sibelle Brito da Silva Gomes³

Resumo: Diante do atual cenário em que são intensas as políticas e incentivos aos meios de transportes motorizados individuais, hodiernamente há um desafio em encontrar solução para promover o direito de ir e vir das pessoas, principalmente nas grandes cidades, como Salvador. Assim, uma possível solução para este problema seria buscar medidas para promover cidades acessíveis para todos, com novas formas de gestão e meios de transporte que se ajustem à estrutura física da cidade. Em Salvador, por exemplo, um grande desafio é promover acessibilidade sob o foco da do seu relevo. Esta estrutura física da cidade pode ser considerada uma barreira que gera impactos na acessibilidade das pessoas, especialmente na microacessibilidade. Esses impactos podem ser de aspectos sociais, econômicos, ambientais e ergonômicos. Social porque restringe a mobilidade. Econômico porque existem pessoas que se utilizam apenas do modo a pé para chegar até seu destino final; além disto, dificulta os usuários de utilizarem os transportes públicos. Ambiental pelo fato de fazer com que as pessoas utilizem os meios de transportes

¹ UNEB- DECET 1; UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil.
andrebonec@hotmail.com

² UNEB- DECET 1; UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil.

³ UNEB- DECET 1; EEEMBA-IQUALI

insustentáveis e que causam maiores danos ao meio ambiente, como carro e moto. Ergonômicos porque não favorecem os deslocamentos, principalmente para as pessoas com restrição de Mobilidade, beneficiando aquelas que podem pagar para se deslocar. Contudo, de modo geral, este artigo visa avaliar as contribuições dos os transportes verticais para integração dos transportes públicos, analisando a eficiência deste meio de locomoção para vencer as barreiras imposta pela declividade das cidades.

Palavras-chave: Integração Modal. Relevo. Salvador. Transporte Vertical.

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende é avaliar a eficiência dos transportes verticais na integração modal, visando promover a Mobilidade Sustentável. Para isto, serão referenciados embasamento teórico e exemplos de experiências realizadas no mundo sobre transportes verticais e integração modal. Em se tratando dos transportes verticais, pretende-se referenciar seus conceitos e definições, suas práticas e tecnologias. A respeito da integração modal, pretende-se referenciar as definições de sistema de transporte integrado e a necessidade de um sistema integrado com foco nos transportes verticais.

Existem inúmeros benefícios com a utilização dos transportes verticais, um exemplo é que eles trazem para os usuários de transporte individuais motorizados, quando estão na parte baixa da cidade; possibilidade de ir para uma determinada localidade, situado na parte alta; de modo que esta pessoa estaciona seu veículo próximo aos transportes verticais, faz uso desses meios completando seu percurso a pé. Desta maneira, economiza tempo e combustível. É importante salientar que na cidade existem localidades que estão espacialmente próximas umas das outras, porém, o relevo tornam-se essas localidades distantes entre elas, dificultando ou impossibilitando o acesso dos pedestres. Assim

sendo, o transporte vertical torna-se essencial para interligar essas áreas facilitar o acesso das pessoas a elas.

A necessidade de proporcionar melhores condições para o desempenho dos deslocamentos de pedestres vem ganhando lugar de destaque em todo mundo. Isto vem fazendo com que os modos de locomoções não motorizados ganhem atenção crescente, principalmente quando se há algum tipo de barreira impedindo o ato de se deslocar. Em cidades com o relevo semelhante ao de Salvador, os deslocamentos pedestres são impedidos ou dificultados em decorrência do esforço físico elevado que eles têm que fazer para exercer estes deslocamentos. Este tipo entrave, muitas vezes, faz com que as pessoas nem cheguem ao seu destino final, pois os deslocamentos podem ser interrompidos em decorrência da complexidade do relevo da cidade, a qual influencia também no fluxo, uso do solo e nas atividades exercidas pelos cidadãos.

2. INTEGRAÇÃO MODAL

A integração modal pode ser entendida como aquela integração que ocorre entre distintos meios de transporte, como por exemplo: ferroviário com rodoviário, cicloviário com ferroviário, vertical com rodoviário, dentre outros; ou ainda mais de dois meios. Neste estudo a questão vai lidar na integração dos modos de transportes verticais com terrestres, que além do rodoviário, inclui o ferroviário, cicloviário, a pé, dentre outros. Nesta lógica, Paixão (2011) destaca que:

Cada modo de transporte possui determinadas limitações que estão também associadas à falta de planejamento urbano, estes fatores condicionam o ordenamento equivocado das cidades, demandando a necessidade de se desenvolver redes de mobilidade baseadas na compatibilidade e complementaridade dos serviços, onde cada modo deve servir às necessidades de mercado específicas, sendo assim, este deve ser o ponto de partida

para o desenvolvimento de um adequado gerenciamento da mobilidade urbana, de forma integrada, a fim de garantir a satisfação das necessidades dos cidadãos (PAIXÃO, 2011, pg. 14).

Assim sendo, para Paixão (2011), a principal preocupação destas questões levantadas por ela, se dá para a melhoria da acessibilidade das pessoas aos diferentes modos de transportes. Tomando como base as ideias de Potter (2000), a integração objetiva tornar as viagens mais fáceis e confortáveis para os usuários, contribuir para a sustentabilidade e atender às necessidades de acesso a bens e serviços e circulação das pessoas. Esta integração pode favorecer o pedestre, especialmente em com topografia acidentada que dificulta bastante quem se desloca a pé, pois, de acordo com Paixão (2011), esse modo se apresenta, em muitos casos, como meio que não possui muitas vantagens de desempenho em superfícies acidentadas. Além disto, para esta mesma autora, em se tratando de Salvador especificamente, é evidente que se trata de uma interferência natural, porém pode se agravante para a baixa qualidade da circulação de pedestres. Esse agravante pode resultar que residentes de áreas íngremes poção utilizarem exclusivamente, os modos motorizados, mesmo que seja para percorrer curtas distâncias. Isto se dá pela falta de estímulos para caminharem, mas, a utilização do transporte vertical para integração do pedestre com outros meios de transporte pode contribuir para as pessoas se sintam estimuladas para a deslocarem-se a pé pela cidade.

TRANSPORTES VERTICAIS, SUAS PRÁTICAS E TECNOLOGIAS

Transportes verticais podem definidos como meios de deslocamentos mecânicos, apoiados, geralmente por cabos de aço que locomovidos diagonalmente, a exemplo das Passadeiras Rolantes ou Rampas Elétricas, Escadas Rolantes, Elevadores, Funiculares, Teleféricos e Planos Inclinados. Sobre as Práticas e Tecnologias com transportes verticais adequadas para promover a

qualidade da melhor acessibilidade para pedestres, identifica-se:

A Passadeira Rolante de Vitoria-Gasteiz, no Norte de Espanha. Segundo Jesus (2011), este é um mecanismo que possibilita acessibilidade com vantagens incomparáveis diante de outros modos, onde o uso alterou por completo o modo de viver este espaço. Este autor também afirma que o centro histórico de Vitoria Gasteiz situa-se numa colina, onde suas ruas são sustentadas por atividade comercial e os Cantons (bairros) que surgem de forma concêntrica acompanhando as pendentes mais acentuadas, ou seja, a configuração da Topografia, assim como o Centro Tradicionl de Salvador. Em localidades como estas, os pedestres tem dificuldades de se deslocar, portanto, a Passadeira Rolante pode incentivar o acesso a todos. Segundo Jesus (2011) é um meio de transporte de passageiros que tem o objetivo de proporcionar comodidade aos usuários.

É de citar também as escadas rolantes em Toledo, cidade da Espanha. Com base em Jesus (2011), são escadas que oferecem comodidades e tem o objetivo de poupar energia do utilizador, possibilitando vencer desníveis de 30% a 40%. Este autor afirma que a largura deste meio de locomoção varia entre 1m e 1,20m, circulando a velocidades entre 0,5m/s e 0,7m/s. De acordo Jesus (2011), este meio de transporte é para solucionar as dificuldades de acessibilidade ao centro histórico de Toledo, construída sob as fundações da muralha medieval da cidade, respeitando a identidade do local.

O Funicular da colina de *Montmartre*, localizada no Norte de Paris. Segundo Jesus (2011), funicular é normalmente constituída por dois carros e puxados por um cabo de aço, circulando sobre carris. Este meio funciona em sistema de vai e vem e frequentemente pela sua possibilidade de vencer grandes desníveis. Jesus (2011) afirma que o acesso à Igreja, pode ser feito através de funicular, constituído por dois carros que se movem de forma independente, conseguindo assim vencer um desnível aproximado de 36m, em menos de 1 minuto. Além disto, segundo este mesmo autor, a localidade é ladeado por escadas de 234

degraus e, deste modo, o funicular é o meio mais escolhido para subir a colina, tanto pelos pedestres, quanto pelos ciclistas neste percurso alternativo.

O Elevador é umas das soluções para vencer os desníveis em cidade com topografia acidentada. Muitas cidades o utilizam como solução para esta problemática, como por exemplo: Almada, em Portugal; Errenteria, na Espanha. Este mecanismo, de acordo com Almeida (1994) *apud* Jesus (2011), é um sistema composto por uma cabine, que se desloca em movimentos verticais, vencendo desníveis de 10 a 15 metros até os 300/400metros. Além disto, Jesus (2011) ressalta que este meio de transporte:

Surge com o crescimento em altura dos edifícios de habitação, como alternativa às escadas. Para posteriormente servir em habitações, edifícios públicos como hospitais, bibliotecas, etc., em interface de transportes colectivos, centros comerciais e também ao ar livre. Actualmente são vistos com um auxiliar muito útil para vencer desníveis na vertical, necessitando de menos espaço de instalação que os outros meios. A sua maior limitação é demarcada pela capacidade de transportar um numero restrito de pessoas o que o torna menos atractivo em hora de ponta (JESUS, 2011, pg. 82).

Assim como o Funicular, o Teleférico tem a função de vencer distâncias obliqua e movidos por cabos de aço. Porém, o Teleférico diferencia por vencer declives mais facilmente, podendo ser utilizadas em zonas de montanhas, sistema equipado com estações e de cabines suspensas, afastadas do solo, dentre outros. De acordo com Jesus (2011), dentre as vantagens do Teleférico pode-se citar a sua independência face aos obstáculos como rios, vias, etc; atrativo turístico; possibilidade de vencer declives até 70%; funcionamento automático, o que minimiza custos de exploração; custos de instalação reduzidos, comparando com outros transportes.

O TRANSPORTE VERTICAL EM SALVADOR

A cidade de Salvador possui um relevo complexa que, de acordo com Delgado (2010), pode ser descrito como a ocorrência múltipla de vales e cumeadas, em todas as direções. O autor ainda afirma que os declives impostos pela topografia impactam negativamente na mobilidade e na Microacessibilidade, ou seja, nos deslocamentos não motorizados de pedestres e ciclistas. Para Delgado (2010):

A resposta mais comum da gestão municipal até agora é a construção de escadarias, para vencer estas barreiras. Portanto, Salvador é uma cidade de escadarias, que chegam a ter 200 degraus ou mais, ou seja, fora de toda escala de conforto, favorecendo no curto prazo a busca do uso do automóvel para qualquer deslocamento. Quando o transporte vertical se adaptar às condições físicas e funcionais da cidade, poderá vir a se constituir em importante instrumento de promoção da mobilidade Sustentável, pois será preferido pelos usuários (DELGADO, 2010, página 01).

Além disto, de acordo com Freitas *et al* (2009), as condições topográficas da cidade de Salvador dificultavam o acesso primitivo entre os dois níveis, a parte alta e a baixa. Para isto alguns transportes verticais foram implantados na cidade, como por exemplo:

ELEVADOR LACERDA

Sobre este meio, Pastor (2009) destaca que Antônio Lacerda foi o idealizador. Para esta autora, o elevador começou a ser construído no ano de 1869 na parte da montanha que dá de frente para o mar da Baía de Todos os Santos.

ELEVADOR DO TABOÃO

Elevador do Taboão, segundo Pastor (2009), era conhecido

anteriormente como “balança” devido a sua forma lenta de subir e descer, teve sua construção iniciada em 23 de novembro de 1886 pela Companhia Transportes Urbanos passando a funcionar somente no ano de 1896. Além disto:

O Elevador foi construído no alto da montanha fazendo mais uma integração ao sistema de comunicação entre os planos altos e baixos da cidade. Hoje o Elevador do Taboão faz parte do patrimônio da prefeitura de Salvador e se encontra em ruínas (PASTOR, 2009, pg 17).

Pastor (2009) também destaca que na cidade baixa as instalações do equipamento são ocupadas por serviços de conserto de sapatos e bolsas.

PLANO INCLINADO DO PILAR

Conhecido como Plano do Santo Antônio, o Plano Inclinado do Pilar, como indaga Pastor (2009), foi projetado e inaugurado em 1897, pelo engenheiro Júlio Brandão através de solicitação feita pelo comerciante Araújo Porto que explorou até 1910, quando foi realizada a compra e aquisição do equipamento pela Linha Circular. Assim sendo, cabe destacar ainda que a função do Plano inclinado do Pilar foi construído para ligar o bairro de Santo Antônio Além do Carmo na cidade alta ao bairro do Pilar na cidade baixa.

PLANO INCLINADO GONÇALVES

O Plano inclinado Gonçalves, segundo Pastor (2009), foi criado pelos padres jesuítas no século XVII com o intuito de transportar os materiais para a construção do Colégio dos Jesuítas, como dito anteriormente. De acordo com esta mesma autora, este Plano Inclinado foi inaugurado em 25 de dezembro de 1889 tendo uma reformulação em 1931 no que se refere à inclinação de sua rampa que possui 35º graus de inclinação.

PLANO INCLINADO LIBERDADE-CALÇADA

Já o O Plano Inclinado Liberdade-Calçada (PILC), tomando como base as ideias de Pastor (2009), foi implantado na década de 80 com a função de interligar o bairro da Liberdade à Calçada. Além a mesma autora indaga que:

O Plano foi planejado pelo major Cosme de Farias sendo construído em março do ano de 1981 após a morte do major. As duas localidades possuem sub-centros de porte, a Calçada possui um elevado número de estabelecimentos, porém pouco diversificado funcionalmente e abrange uma área de influência que envolve Liberdade, São Caetano, Pero Vaz, IAPI dentre outros, onde é grande a população de baixa renda (PASTOR, 2009, pg 24).

É de extrema importância destacar ainda que o bairro da Liberdade, segundo Pastor (2009), possui um grande porte de atividades terciárias com concentração diversificada funcionalmente fazendo um papel significativo como centro de emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste artigo dá-se em decorrência de hodiernamente inúmeras cidades no mundo vir se utilizando dos transportes verticais como prioridades, com intuito de ampliar as possibilidades de deslocamentos de cidadãos e transeuntes. Espera-se com artigo oferecer subsídio para reafirmar a importância e eficiência dos transportes verticais para integração modal. Sendo que esta pesquisa traz uma certa originalidade, já que os trabalhos que tratam a respeito desta temática, os transportes verticais são utilizados essencialmente para vencer relevo no acesso a pontos turísticos. Na realidade, é preciso que se tenha um maior compromisso, especialmente por parte dos gestores, com os usuários do sistema transporte

público e não motorizado, pois, com base em *Kenworthy* (2006), sem um compromisso com os sistemas de transporte público de melhor qualidade e melhores condições para pedestres e ciclistas, é difícil para qualquer cidade se tornar mais sustentável. Além disso, é um desafio para garantir a mobilidade sustentável. Cabe salientar que os transportes verticais oferecem algumas vantagens com a sua utilização; a respeito delas pode-se citar a superação do relevo, utilização de combustível sustentável, apoio para a Microacessibilidade, promoção da Mobilidade Sustentável, promoção da integração modal. Já a respeito das possíveis desvantagens tem-se a baixa capacidade e localização fixa. Outra questão importante a ser ressaltada é as estações de Metrô instaladas em Salvador possuem conectividade ínfima com outros modos de transporte. Além disso, a prefeitura recuperou inúmeras escadarias na cidade, mas não pensou em práticas alternativas, apropriadas para o perfil topográfico de Salvador, como por exemplo: a ampliação do uso do transporte vertical. Estas situações associadas à Topografia funcionam como barreiras para o deslocamento das pessoas e para se alcançar os meios de transportes sustentáveis.

REFERÊNCIAS

DELGADO, J. P. M. *et al.* **Avaliação da microacessibilidade e mobilidade do pedestre e das pessoas com necessidades especiais numa estação de transporte urbano, na cidade de Salvador, Bahia.** Salvador, 2007.

DELGADO, J. P. M. **Mobilidade Urbana.** Disponível em: < <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/mobilidade-urbana>>. Acesso em: 24 de Set. de 2013.

FREITAS, Ilce Marília Dantas Pinto de; DIAS, Gisnaia Sampaio de Camargo; SANTOS, José Lázaro de Carvalho; FIGUEIREDO, Wellington Correia de. **Elevador Lacerda: muito mais do que um cartão postal, um eficiente modo de transporte. Artigo publicado**

no XVII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes em 2009.

JESUS, L. S. **Mobilidade em topografia acentuada:** Bicicleta e peão numa rede de espaços públicos em Alcântara. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura na Universidade Técnica de Lisboa. Novembro 2011.

KENWORTHY, J. R. **The eco-city: ten key transport and planning dimensions for sustainable city development.** *Environment and Urbanization* 2006 18: 67. DOI: 10.1177/0956247806063947. The online version of this article can be found at: <http://eau.sagepub.com/content/18/1/67>.

PAIXÃO, R. C. **Análise Espacial das Condições de Deslocamento do Pedestre na Integração com o Transporte Público.** Dissertação de tese de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Salvador, 2011.

PASTOR, Talita Santos. **Análise dos fatores intervenientes na Localização do transporte vertical na Cidade de Salvador.** Trabalho monográfico apresentado na disciplina Seminário Monográfico da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo. Salvador. 2009.

POTTER, S.; SKINNER, M. J. **On transport integration: a contribution to better understanding.** IN: *Futures*, v. 32, n. 3, p. 275-287. abr. 2000. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V65-3YNY6V85&_user=10&_coverDate=04%2F30%2F2000&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_sort=d&_docanchor=&view=c&_searchStrId=1246871424&_rerunOrigin=scholar.google&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=20b111b3cfe9e53556445ab85634da0e> Acesso em: 15 de Junho de 2015.

CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA SALA DE AULA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03

Fernanda Lícia de Santana Barros-UNEB¹

Resumo: Uma educação que atente a diversidade coloca a todos os educadores no desafio de buscar novas metodologias que estimule o senso crítico e promova a elevação da autoestima de crianças, jovens e adultos afrodescendentes. A aplicação da Lei 10.639/03 e sua complementação Lei 11.645/08 é uma necessidade para que sejam sanadas as omissões históricas. O sancionamento das referidas leis são reflexos das lutas do movimento negro e das lacunas históricas nos quais os povos africanos foram submetidos. A busca por uma educação que valorize e contribua para a difusão das relações étnico-raciais tem possibilitado novas metodologias que propicie quebrar os velhos paradigmas que distorciam o continente africano e sua diversidade. Por omissões históricas o continente ficou de fora dos currículos escolares e hoje lutamos por uma igualdade, principalmente destacando e elencando as contribuições que os povos africanos trouxeram e predominaram na cultura brasileira. Ainda hoje nos deparamos com uma visão de África distorcida, pois a falar do continente muitos insistem em reduzir em apenas um país, como se a África fosse apenas uma unidade e não um continente com vários países. A historiografia atual vem buscando traçar uma nova história e imagem dos povos africanos e de sua cultura, sendo necessária para diminuir o desconhecimento sobre os diversos países que compõem o continente africano, assim

¹ nandafernandas@yahoo.com.br

como possibilita conhecer mais sobre a cultura afro-brasileira. O presente trabalho tem o objetivo de destacar a importância da cultura africana e afro-brasileira para a sala de aula, apresentando novos desafios a serem superados, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Cultura africana; Afro-brasileira; Lei 10.693/03.

INTRODUÇÃO

Há dez anos foi sancionada a Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, com esse fator as escolas brasileiras passaram a ter a obrigatoriedade da inserção da temática africana e afro-brasileira no currículo escolar. Esta obrigatoriedade traz uma nova era de discussões nos espaços acadêmicos e escolares, pois o desconhecimento sobre o continente africano resultou durante anos em uma prática de preconceito dentro e fora da escola e que infelizmente predomina dez anos após sua implantação.

A Lei 10.639/03 tem como finalidade o ensino da cultura africana e afro-brasileira, elencando a sua diversidade e sua contribuição na formação da população brasileira. Essa difusão da pluralidade cultural é importante ser destacado não é apenas tarefa do ensino formal, pois na perspectiva de uma educação para a cidadania muitos setores, principalmente os Movimentos Sociais, tem se preocupado e contribuído com a aplicabilidade da temática das relações étnico-raciais.

O ensino está relacionado ao contexto em que a sociedade vivencia, de tal forma que os fatores políticos e sociais influenciam no currículo escolar, dessa forma o professor se vê diante do desafio de desenvolver no currículo propostas que promovam nas crianças, jovens e adultos um senso crítico e que os possibilitem compreender e interpretar os fatos ocorridos na sociedade em que vivem e principalmente que, principalmente, possam intervir enquanto cidadãos, se reconhecendo sujeitos históricos, possuidores de uma cultura e de uma identidade. Nesse sentido,

Candau (2002), salienta os desafios para a articulação da diversidade na atualidade:

A instituição escolar está construída sobre a afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular igualdade e diferença, a base cultural comum e expressões da pluralidade social, constituem hoje um grande desafio para todos os educadores (CANDAU, 2002, p. 9).

Esse desafio de fato não é nem será uma tarefa fácil, mas para romper os antigos paradigmas será necessário investimentos para driblar os efeitos de uma sociedade moderna ou dita pós-moderna. Para Stuart Hall (2006), no mundo pós-moderno, as culturas nacionais têm se constituído de certa forma em uma das fontes de identidade cultural para os indivíduos. Assim como para Munanga (2000), a identidade confere aos indivíduos sentido e experiência de vida. Portanto a identidade é um dos fatores essenciais para que o ser humano se reconheça e valorize sua cultura e os elementos e símbolos que fazem parte desse universo cultural. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 contribui para a afirmação de identidade, possibilitando a elevação da autoestima de crianças, jovens e adultos afrodescendentes.

A escola, enquanto espaço sociocultural, preciso promover iniciativas que colaborem para a difusão da cultura africana e afro-brasileira e para a afirmação de identidade.

A temática africana e afro-brasileira ainda é um desafio para uma escola que tem como reflexo a sociedade, pois a mídia tem um papel ideológico que predomina e impregna a sociedade, portanto suas influências, neste século XXI, fazem com os educadores tenham que driblar essas manipulações de modo a trazer para sala de aula um debate que possibilite uma interpretação dessa realidade. A cultura pode ser identificada através de seus símbolos e de seus significados

e os agentes presentes na escola fazem parte desse universo, apresentando-se de forma multifacetada. Sobre essa visão de multifacetada de cultura, que Costa, Silveira e Sommer destacam a seguinte citação:

Cultura transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismo segregacionistas para um outro eixo de significados em que abre um amplo leque de sentidos em que abre um amplo leque de sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar também o gosto das multidões. Em sua flexão plural – cultural – e adjetivado, o conceito incorpora novas e diferentes possibilidades de sentido (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003, p. 23).

A partir do momento em que a escola perceber a multifacetada forma de conceber a cultura e a diversidade cultural, será possível atenuar os choques culturais. E sobre atenuar esses choques, Laraia (2000), enfatiza a necessidade dos indivíduos se autoconhecer para evitar conflitos e desentendimentos por conta de suas opções culturais. E sobre essa questão ele diz:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender está dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade, a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (LARAIA, 2000.p.105).

Para atenuar esse choque será necessária uma mudança de postura por todos, professores, alunos, comunidade, enfim,

sociedade. A formação continuada de professores pode e deve contribuir para uma mudança postura frente à temática afro-brasileira. A mentalidade é um fator que deve mudado para superar qualquer atitude discriminatória, na qual Candau (2002), afirma:

A inclusão do tema pluralidade cultural no processo educacional procura favorecer a mudança de mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias. Estas são as finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa da sociedade como um todo. Nesse processo se afirma que a escola tem um papel central no combate à discriminação, na divulgação das contribuições das diferentes culturas e na eliminação dos conceitos preconceituosos a respeito dos grupos e povos que conformam o Brasil (CANDAU, 2002, p. 138).

Essas afirmações da autora, nos leva a refletir sobre a importância do tema, que anterior a Lei 10.639/03, existiam algumas atitudes isoladas de modo a promover a diversidade cultural, porém eram sem apoio da sociedade por falta de conhecimento. Essas atitudes eram grande parte realizada por professores e dos movimentos sociais, que preocupados com as atitudes preconceituosas e discriminatórias buscavam trabalhar a temática das relações étnico-raciais com elementos culturais que valorizasse a cultura africana e afro-brasileira a exemplo dos poemas, música, dança, culinária, capoeira, contribuições na saúde, tecnologias e educação e se apoiava nesses elementos através dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS, a pluralidade cultural faz parte dos temas transversais, embora não existiam uma obrigatoriedade de um trabalho. Cabendo ao professor a inclusão do tema no currículo e o investimento em propostas pedagógicas. Antes da Lei, as aplicações eram isoladas, por desconhecimento dos professores e por falta de formação continuada. Sobre essa questão Moreira (2001), ressalta a impossibilidade de trabalhar diversidade

sem repensar o papel e a formação do professor.

De fato é impossível pensar numa temática ampla como a diversidade cultural sem pensar na formação continuada de professores. Embora, há dez anos, a Lei 10.639/03 tenha sido sancionada, hoje lidamos com desafios de trabalhar e aplicar a referida Lei, em função de, nesses últimos dez anos, as formações de extensão e de pós-graduação não contemplarem o suficiente em número para dar conta da realidade escolar. É também do reconhecido o diminuto número de professores existentes em todo território nacional.

O livro didático é outro fator que merece mais atenção por conta dos efeitos negativos que podem gerar, de modo que é preciso evitar os rótulos e estereótipos. A cultura africana por muitas vezes é ilustrada de forma depreciativa, a exemplo do Egito que, por muito tempo, foi ocultado como pertencente ao continente africano. O que, para Cunha Júnior (2008), essas ocultações são uma estratégia para não reconhecer as riquezas culturais e o conhecimento presente no continente africano. Por esse motivo, o livro didático tem um papel importante na educação, sendo necessário rever as informações sobre os africanos e afrodescendentes para que seja possível uma educação que atente à diversidade. Bittencourt (1997), destaca uma importante contribuição ao se referir ao livro didático, como podemos ver na seguinte citação:

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade [...] (BITTENCOURT, 1997, p.72).

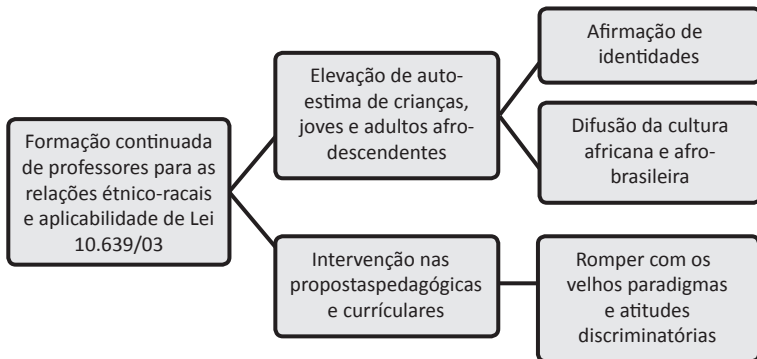
O saber local em que as crianças, jovens e adultos estão inseridos o livro didático se faz ausente, mas cabe a professor inserir os saberes desses sujeitos nas suas práticas pedagógicas e curriculares. É possível que a escola possa superar esses desafios

e possa também mais contribuir com uma educação para a diversidade. Sobre essa questão Cavalleiro (2001), diz:

Ainda que a escola sozinha não seja capaz de reverter anos de desqualificação da população negra e supervalorização da população branca; a longo prazo, ela pode desempenhar um importante papel na construção de uma nova cultura, de novas relações que vão além do respeito às diferenças. Possibilitando que todas as vozes possam ecoar no espaço escolar, chega-se à consciência de que é na diversidade que se constrói algo novo (CAVALLEIRO, 2001, p. 102).

A escola sozinha, como destacou Cavalleiro, não pode ser capaz de reverter séculos de omissão, mas se cada professor, cada gestor de escola, cada comunidade e sociedade civil buscarem por essas conquistas, as futuras gerações não terão que se desvincularão do preconceito, da discriminação e do desconhecimento da cultura africana e afro-brasileira. A conscientização e formação continuada de professores ganhará importância para fortalecer esse processo.

A seguir, foram esboçadas ações que uma formação continuada poderá contribuir na educação e difusão de crianças, jovens e adultos afrodescendente, esses fatores foram elencados com base na experiência vivenciada na aplicação da Lei 10.639/03:



A formação continuada favorece ao professor que terá habilidades na temática e nas suas intervenções e propostas pedagógicas e curriculares e conseqüentemente, a difusão da cultura africana e afro-brasileira. Estamos caminhando para esses avanços, completamos onze anos de Lei 10.639/03, muitas pesquisas já foram e estão sendo desenvolvidas com o intuito de promover o reconhecimento da diversidade, cabendo a todos nós discutir e desenvolver propostas que possibilite novas perspectivas para um ensino da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.

METODOLOGIAS QUE POSSIBILITAM UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03.

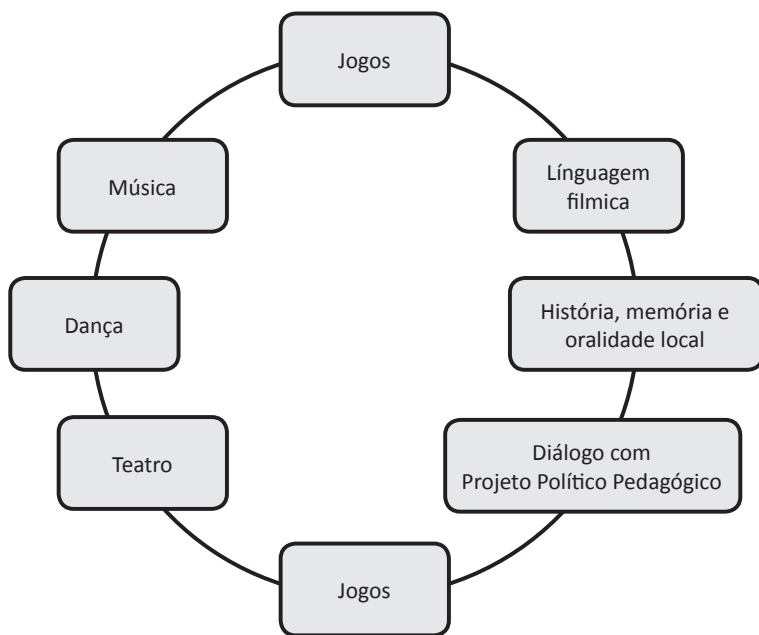
Uma das preocupações atuais é buscar por metodologias que contribuam para aplicabilidade da Lei 10639/03. Os jogos que podem ser trabalhados nas aulas de matemática, estimulando o raciocínio lógico e a linguagem fílmica que exerce um papel importante por estimular discussões e reflexões, despertando o senso crítico são exemplos de situações didáticas que podem ser previstas. Com a história, a memória e com a oralidade é possível estabelecer um diálogo com a comunidade em que a escola está inserida, elencando as riquezas patrimoniais, religiosas (dança, música), digo, culturais no bairro e em seu entorno, assim como o teatro e as imagens (fotografias e mapas) podem corroborar para intervenções que rompam os velhos paradigmas, e a inserção da temática africana e afro-brasileira no Projeto Político Pedagógico. Lei de 11.645/08 que complementa a Lei 10.639/03 com o estudo dos povos indígenas traz a seguinte contribuição:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira

e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Embora a lei ressalte as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História brasileira, é possível incluir as demais disciplinas nas propostas pedagógicas e curriculares. A seguir foram destacados alguns possíveis temas que podem ser inseridos nas propostas pedagógicas e curriculares escolares nas disciplinas que compõem o currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e na Educação de Jovens e Adultos.



São propostas que podem ser adaptadas com o contexto em que a escola e a comunidade vivenciam, os temas sugeridos são os mais trabalhados cotidianamente, com exceção do Projeto Político Pedagógico, pois, por se tratar de um documento merece atenção, é um projeto que é comum para toda a comunidade escolar e deve ser desenvolvido com a participação de todos, não apenas os gestores, mas os professores, coordenadores e os profissionais de apoio por estes também estarem presente na escola contribuindo com a educação dos sujeitos na unidade escolar.

Os recursos iconográficos são de extrema importância, os mapas trazem de forma ampla uma grandiosidade de informações. Diversidade linguística, extensão territorial, fluxos migratórios, reino dos povos africanos, enfim, possibilita destacar as diversidades que existem entre os povos africanos e principalmente no continente. Portanto a escola deve se vista como espaço sócio cultural, de construção em que os sujeitos se percebam enquanto cidadãos. E como espaço sócio cultural Dayrell (1996), destaca:

Analisar a escola como espaço sociocultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levando a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sociocultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição (DAYRELL, 1996, p. 136).

Resgatar os sujeitos na trama social proposto por Dayrell (1996), é fazê-los com que sejam sujeitos da sua própria história, essa pode ser uma das saídas quem temos para construir uma educação que promova não apenas o senso crítico, mas sujeitos que intervenham na sociedade em que vivem, desafiando os estereótipos, vencendo os preconceitos.

CONSIDERAÇÕES

As discussões apresentadas tiveram como propostas elencar fatores e propostas que podem contribuir na aplicabilidade da Lei 10.639/03. Desse modo, espera-se que a educação propicie a mobilização de professores, de estudantes e da sociedade como um todo através de uma aprendizagem que tenha como foco a reflexão e a desconstrução de rótulos e estereótipos. Temos que fazer valer os esforços dos Movimentos Sociais, do Movimento Negro e de todos que anterior a Lei 10639/03 já desenvolviam trabalhos voltados para a temática das relações étnico-raciais. O ponto de partida é investir nas formações continuadas em nível de extensão, pós-graduação para que as futuras gerações possam conhecer suas raízes e história sem omissão da historiografia e sem o desconhecimento da escola, comunidade e sociedade civil como um todo. A proposta da Lei 10639/03 e sua complementação Lei 11.645/08 nos oferece a possibilidade de fazer correções históricas, que serão capazes de atenuar os choques por divergências culturais, étnicas e religiosas no presente e principalmente nas próximas gerações. Que esse seja um compromisso a ser abraçado por todos nós.

REFERÊNCIAS

ALTUNA, Raul Ruiz. **Cultura tradicional Banta**. São Paulo: Edições Paulinas, 2006.

BITTENCOURT, Circe (org.). **Livros didáticos entre textos e imagens**. In C. Bittencourt (org.), O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.639**.

Publicada em 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645.**

Publicada em 10 de março de 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e culturas. Petrópolis.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na Educação - Repensando Nossa Escola.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel, SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia.** Rev. Bras. Educ., Ago 2003, n.23, p.36-61.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Metodologia Afrodescendente de Pesquisa.** Ethnos Brasil. Cultura e Sociedade, Ano VI, nº 1, Junho de 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. IN: DAYRELL. J. (Org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo, cultura e formação de professores.** Revista Educar, Curitiba, Editora da UFPR, 2001, n. 17.

MUNANGA, Kabengele. **O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizagem do "alunado negro".** IN: Utopia e democracia na Escola Cidadã. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal de RGS, 2000.

DISPOSITIVO PARA ALEITAMENTO MATERNO: UMA ESTIMULAÇÃO AO VINCULO MÃE/FILHO PARA MÃES IMPOSSIBILITADAS DE AMAMENTAR

*Gessica da Silva Souza,
Jamile Meneses dos Santos,
Leandro Mota Carvalho,
Lorena Gonzales Siqueira*

RESUMO: A Sociedade Brasileira de Pediatria define a amamentação como “uma forma especial de comunicação entre a mãe e o bebê. Ao ser amamentada, a criança aprende muito cedo a se comunicar com intimidade, afeto e confiança, o que contribui para sua saúde mental no futuro.” Para que essa comunicação também ocorra com filhos de mães, que não conseguem amamentar, e, por isso, lã, as mães, adquirem sentimentos negativos, desenvolvemos o dispositivo para aleitamento materno (DAM). Esse dispositivo possibilita o aleitamento da criança de forma semelhante ao da amamentação. Este tipo de aleitamento objetiva proporcionar o importantíssimo contato visual, favorecer a construção de sentimentos necessários para crescimento e desenvolvimento do bebê, além de permitir à mãe o fortalecimento do amor maternal tão necessário que a une ao filho de forma diferenciada. Dentre os benefícios, vale destacar que O DAM trará, para a mãe, o sentimento de cumprimento do papel da amamentação, e concomitantemente, produzirá no bebê a sensação e o sentimento oriundos da amamentação, e ainda favorecerá o desenvolvimento da arcada dentária, da fala, da respiração, e da musculatura facial.

Palavras-chave: amamentação, aleitamento materno, vinculo mãe/filho.

INTRODUÇÃO

A história da amamentação, no mundo, se prolonga desde muito tempo, e diante de uma trajetória histórica, chegamos a uma época em que se conhecem muito bem os benefícios que esse ato pode trazer tanto para a mãe quanto para o bebê. A amamentação interfere na qualidade de vida da criança e amplia os laços de entre vínculo mãe e filho. Assim, o tocamento entre filho e mãe torna-se imprescindível, o que faz com que esse processo seja reconhecido não apenas como um meio de alimentação, mas como um componente que interfere no biológico, no psicológico e no crescimento e desenvolvimento do bebê.

A amamentação não só é significativa para o bebê, como também para a mãe, para o pai e, de modo geral, para todos os familiares que participam deste ato. “Os olhos nos olhos e o contato contínuo entre mãe e filho fortalecem os laços afetivos, e o envolvimento do pai e familiares favorece o prolongamento da amamentação”¹. O sentimento afetivo recíproco ratificado, durante o ato, é favorável tanto para a criança quanto para a mãe, podendo inclusive diminuir os índices de depressão pós-parto (DPP). Existe a possibilidade de os efeitos positivos da amamentação superarem os efeitos positivos dos antidepressivos². Desta forma, a amamentação é indicada tanto para a prevenção da DPP quanto para o seu tratamento³.

Mães submetidas a maior contato com seus filhos nos primeiros dias do pós-parto apresentam mais intensa relação mãe-filho. O contato face-a-face é essencial para as interações harmoniosas entre a dupla mãe-bebê. Comportamento do bebê como olhar, emitir sons, sorrir, e chorar são sinais que indicam quando eles estão disponíveis para interagir e quando devem alterar ou terminar a interação.⁴ Assim, podemos identificar como a forma de aleitar é importante para o bebê, e como possibilita a mãe a interagir melhor com seu filho, de modo a identificar seus desejos através das suas manifestações sinaléticas. A distância entre os

olhos da mãe e os do bebê, quando ela está amamentando ou segurando-o em seus braços, é cerca de 25 cm, que é a distância no qual os bebês conseguem focar melhor um objeto. Essas posições proporcionam oportunidades repetidas para o contato olho-a-olho do bebê pela mãe. Enquanto o filho mama está sendo olhado por sua mãe, o prazer obtido pela saciedade da fome com leite, vem acompanhado pela satisfação de ser visto, de ser confirmada sua existência.⁴ A amamentação cumpre a função de, além de alimentar, promover um afeto íntimo, despertar sentimentos e possibilitar uma interação materna.

O fato de a mãe não poder amamentar, provoca alguns sentimentos negativos nela, o que não é saudável e ainda pode proporcionar um sentimento novo impeditivo da formação do vínculo mãe-filho. A maternidade está diretamente ligada ao amamentar. Uma mãe sente-se incompleta quando não consegue realizar inteiramente esta função intitulada para si. “A não amamentação é encarada pelas mulheres como uma situação de dor e de padecimento, e a recomendação sobre o não aleitamento materno confronta-se com seu desejo do papel social de “mãe”, causando sofrimento diante do fato de ser impedida de amamentar.”⁶

A Sociedade Brasileira de Pediatria define a amamentação como “uma forma especial de comunicação entre a mãe e o bebê. Ao ser amamentada, a criança aprende muito cedo a se comunicar com intimidade, com afeto e com confiança, o que pode contribuir para a sua saúde mental no futuro.” Para que essa comunicação também ocorra com mães que não conseguem amamentar, e, por isso, adquirem sentimentos negativos, desenvolvemos o dispositivo para aleitamento materno (DAM). Esse dispositivo permitirá que mães consigam aleitar seu filho de modo semelhante à da amamentação. Este mecanismo proporcionará o importantíssimo contato visual, que além de trazer sentimentos necessários para crescimento e desenvolvimento do bebê, permitirá à mãe o fortalecimento do amor maternal tão necessário que a une ao filho de forma singular.

O DAM trará para a mãe a sensação de cumprimento da função do aleitamento materno, e concomitantemente, trará ao bebê a sensação e o sentimento de estar sendo amamentado, além de permitir o desenvolvimento da arcada dentária, respiração, musculatura facial e fala.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o vínculo afetivo mãe/filho, com utilização de um dispositivo mamário, simulando o ato de amamentar e estimulando a transferência de sensações entre o binômio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover o vínculo mãe/filho, possibilitando a amamentação. Avaliar o desenvolvimento do vínculo mãe/filho ao fazer uso do dispositivo mamário, comparando-as com as mães que não fazem uso.

Comparar a experiência de mães múltíparas que não amamentaram na gestação anterior e farão uso do dispositivo em nova gestação.

Descrever a sensação de mães que não podem amamentar e que utilizaram o dispositivo.

Apreciar o desenvolvimento do bebê através dos sentimentos que são gerados no contato existente na amamentação.

Identificar os cuidados de enfermagem na utilização do dispositivo em alojamento conjunto.

Orientar a importância do vínculo mãe/filho, através do uso do dispositivo.

METODOLOGIA

O dispositivo a ser desenvolvido consiste em um recipiente destinado ao armazenamento de leite fornecido ao lactante ou recém-nascido, e uma prótese móvel a ser moldada em formato do seio materno. A interligação entre recipiente e prótese dar-se-á por ductos de pequeno diâmetro, semelhantes aos utilizados em equipo. Essa organização proposta tem por base o princípio da diferença de pressão estabelecida entre os dois meios (recipiente e boca do bebê) por sucção advinda do lactante ou recém-nascido.

ESPECIFICAÇÕES DA FABRICAÇÃO DO PRODUTO:

DA FIXAÇÃO DA PRÓTESE AO SEIO:

A fixação foi projetada atentando-se para a praticidade do processo; por esse motivo, será utilizada uma cinta unida a um velcro, a qual será ajustável a variados tamanhos e presa ao tórax materno.

DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA CONFEÇÃO DO RESERVATÓRIO E PRÓTESE:

As mamadeiras convencionais utilizam em seus reservatórios o Bisfenol A (BPA), uma substância química utilizada na produção de plásticos como Policarbonato (PC), por ser uma matéria prima resistente e esterilizável. As mamadeiras dotadas desse tipo de material podem liberar algumas substâncias nocivas durante o processo de esterilização por aquecimento, o que provocou a busca por um material substituto que conferisse as mesmas ou parecidas propriedades de resistência e de higienização oferecidas pelo plástico de Policarbonato a base de Bisfenol A. Esse material é o Polipropileno. Após a confecção do reservatório, o mesmo será submetido a um ensaio de espectrometria por energia dispersiva (Energy Dispersive Spectroscopy – EDS). Esse ensaio revela a

composição química do material, o que assegurará a inexistência do Bisfenol A.

A prótese terá, no processo de usinagem, o silicone como matéria prima. Um ensaio de tração será realizado a fim de detectar o esforço suportado por este silicone, com o intuito de dimensionar sua aplicação para sucção. O silicone também será submetido ao EDS, para comprovar se este material está livre de substâncias nocivas à saúde do bebê.

DAS DIMENSÕES E FORMATOS (RESERVATÓRIO /PRÓTESE):

Para melhor adequar aos diversos tamanhos e formas de mamas, buscou-se um estudo em mamografias realizadas pelo departamento de radiologia do Instituto Federal da Bahia. Os resultados obtidos levaram a constatação da produção de três tamanhos diferentes de próteses, aqui classificados como: P para o tamanho pequeno; M para o intermediário e G para o grande.

Ao reservatório não será dada rigidez máxima as suas paredes, é de objetivo que este seja um tanto flexível para eventual necessidade de bombeamento manual. Por admitir a possibilidade deste tipo de bombeamento, será conferido ao reservatório um formato anatômico tendo como parâmetro as dimensões e formatos de mãos femininas.

FUNCIONAMENTO DO PRODUTO:

Conforme enunciado, o funcionamento apoia-se no princípio da diferença de pressão imposta pelo lactante durante a sucção. Levou-se em consideração a dificuldade do bebê durante a sucção, por esse motivo deu-se a flexibilidade, a dimensão e o formato elucidados no item 3.0 das especificações da fabricação do produto.

Ao realizar o processo de sucção, o lactante fará o leite percorrer os ductos contidos no reservatório e que irrigam a aréola da prótese, o que implicará na chegada de leite até a boca.

CONCLUSÃO

O Dispositivo para aleitamento Materno (DAM) permite que haja uma ligação física e psicológica entre mães e filhos, de forma que, para a mãe, ele oferece a sensação de possibilidade de existência de um vínculo que só a amamentação oferece; sentimentos que nascem e são amadurecidos no momento que a mãe diariamente pode transferir e receber amor através deste ato. Para o filho, é importante conhecer sentimentos que são essenciais para seu crescimento e desenvolvimento, os quais contribuirão para que, ao longo da vida deste novo ser, esses sentimento se reflitam através de seus atos e através da relação consigo mesmo e com o meio social, atuando em um ato simples e tão importante na sua saúde biopsicossocial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Em: < <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/albam.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2009.

Field T. Breastfeeding and antidepressants. *Infant Behav Dev.* 2008;31:481-7.

Cutrona CE, Troutman BR. Social support, infant temperament and parenting self-efficacy: a mediational model of postpartum depression. *Child Dev.* 1986;57:1507-15

Nobrega, José Fernando de. Vínculo Mãe/Filho. Livraria e Editora Revinter, 2007. 173 p.

CAMINHA, Maria de Fátima Costa et al . Aspectos históricos, científicos, socioeconômicos e institucionais do aleitamento materno. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife , v. 10, n. 1, Mar. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292010000100003>.

PAIVA, Simone de Sousa; GALVAO, Marli Teresinha Gimenez.

Sentimentos diante da não amamentação de gestantes e puérperas soropositivas para HIV. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 13, n. 3, Sept. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072004000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072004000300011>.

FREITAS, Cíntia Helena Bulgarelli; ANGULO, Mirian. Relação mãe-bebê logo após o parto e na amamentação: a identificação projetiva realista, pelos sentimentos e sensações do observador. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 10, n. 10, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092006000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 set. 2015

ECO-DESIGN DE PAINEL CELULAR USANDO COMPÓSITO DE RESÍDUOS PARTICULADOS DE MDF E RESINA POLIÉSTER

HUMANAS - DESIGN

Marcelo Geraldo Teixeira¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar uma forma de reciclagem do resíduo de MDF, um tipo de madeira reconstituída, resultado dos processos de fabricação de produtos de chapas de madeira. A pesquisa se fundamentou no conceito da circulação de recursos materiais, sugerido pela Ecologia Industrial e em alguns requisitos propostos pelo eco-design, como a modularidade, a simplificação da forma e o uso de materiais reciclados na substituição de materiais tradicionais. O produto apresentado constituiu-se de um painel concebido em células hexagonais como uma colmeia de abelha, forma que, baseada na literatura, se apresentou como uma solução que equilibrava a minimização do espaço entre as células e a maximização da área útil do produto. O universo da pesquisa foi a oficina de madeira da UNEB, Universidade do Estado da Bahia, na qual se coletou o resíduo de MDF, ao redor das suas principais máquinas: a serra circular, a lixadeira e a furadeira de bancada. A formulação do compósito usou a resina termofixa de poliéster, à qual foi misturado 20% do resíduo de MDF. Foram acrescentados pigmentos branco e preto para formar uma paleta de cores, o

¹ UNEB – Departamento de Design e Desenho Industrial. Grupo de estudo, caracterização e desenvolvimento de novos materiais. Salvador - Bahia – Brasil
marcelomgt@gmail.com

que foi útil para aumentar a possibilidade de customização da plástica do produto. O processo produtivo do protótipo foi o molde aberto, feito de borracha de silicone. O protótipo do painel se apresentou como um produto esteticamente agradável, leve e ambientalmente amigável.

Palavras-chave: Eco-design, reciclagem. MDF

INTRODUÇÃO

A exploração excessiva dos recursos naturais assim como a disposição de resíduos, ambos atribuídos à atividade antrópica, tem sido apontada como duas das grandes causas de problemas ecológicos da atualidade. Nesse sentido a indústria madeireira pode ser considerada como um exemplo de um processo ineficiente, com problemas desde a extração dos recursos naturais, passando pela fabricação dos produtos e finalizando no descarte de resíduos industriais. Freitas (2000) afirma que o aproveitamento da madeira está em torno de 30% a 60%, variando apenas pelo processo usado. Ou seja, somente 1/3 a 2/3 da madeira usada é transformada em produtos finais.

Neste contexto se encontram os sistemas produtivos que usam o MDF (*Medium Density Fibreboard*) como uma das principais matérias primas. O uso deste tipo de madeira e similares, tem se expandido no mundo e principalmente no Brasil, que ocupa o sétimo lugar entre os maiores consumidores de madeira reconstituída (IBÁ, 2015-A), vem se estabelecendo como uma das principais opções para a fabricação de móveis e produtos fabricados a partir de painéis de madeira reconstituída (GNOATTO, 2014), com 95% da produção voltada para o mercado interno (IBÁ, 2015-B, p. 37).

Os resíduos desta produção, portanto, resultou numa grande quantidade de madeira que não têm um destino correto. Segundo Da Silva (2002), “tudo que não serve para o comércio regular vai para o lixo ou é queimado. Quando estes são queimados contribuem com aumento da poluição do ar provocando danos ao meio ambiente e às populações existentes próximas a essas indústrias”.

No caso do MDF, existe o agravante de ser um material composto de fibras celulósicas aglutinadas e compactadas com resinas aldeídicas, substância associada à emissão de compostos orgânicos voláteis (BAUMANN et al, 2000), devendo, assim, ser evitada a queima dos seus resíduos, ou como forma de aproveitamento energético, ou como uma forma de solução de descarte, pois põe em risco a saúde humana e o meio ambiente (SÃO PAULO, 2011).

Torna-se imperativo, então, o emprego de alternativas tecnológicas ambientalmente amigáveis, que possam reduzir o impacto ambiental, tanto no momento da obtenção de recursos naturais, tanto nos processos de fabricação de produtos, quanto no momento do descarte de resíduos. O objetivo deste artigo é mostrar uma alternativa ecológica ao descarte de resíduos particulados de MDF, ao transformá-los em matéria prima para novos produtos. O produto desenvolvido foi um painel, montado a partir de pequenas peças, aqui denominada células, feitas com um compósito de resíduo de MDF e resina termofixa poliéster.

REFERENCIAL TEÓRICO

ECOLOGIA INDUSTRIAL E CIRCULAÇÃO DE RECURSOS

O descarte de materiais na forma de resíduos sólidos é um dos principais problemas da atualidade e que se agrava com o aumento do consumo de produtos industrializados. Mas grande parte do que é descartado poderia ter outro destino se fossem direcionados de volta para os processos produtivos, na forma de insumos para novos produtos. Uma das linhas abordadas pelas Tecnologias Limpas, que buscam soluções para tal problema é a Ecologia Industrial.

A Ecologia Industrial, segundo Isenmann (2003), combina processos de design e de fabricação de bens de consumo com o objetivo de minimizar tanto o uso de recursos naturais quanto a geração de resíduos e poluição, adequando suas interações com o meio ambiente, integrando os processos artificiais aos

meios naturais de forma sustentável. Uma das suas propostas é a circulação de recursos materiais e energéticos envolvendo vários sistemas de produção e consumo de modo análogo aos processos naturais (LIFSET e GRAEDEL, 2002), nos quais o que é considerado resíduo em um processo produtivo, passa a ser usado como insumo em um processo diferente (KIPERSTOK e MARINHO, 2001). A figura 01 representa este conceito.

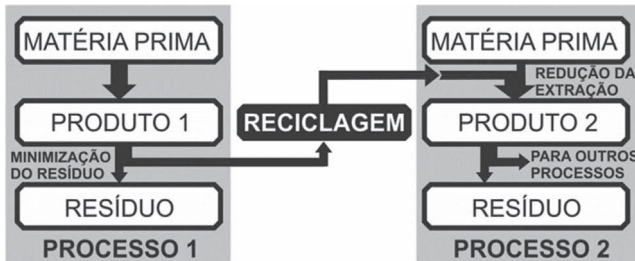


Figura 01 - Representação gráfica da circulação de resíduo

Fonte: construção do autor baseado em Gianneti e Almeida (2006, p 10)

O conceito de reciclagem, normalmente associado às alternativas “fim de tubo” por atuar depois do descarte de resíduos industriais ou de pós-consumo, dentro da Ecologia Industrial passa a ter então outra compreensão, na qual não há o conceito de resíduo ou lixo, por adotar a ideia dos resíduos como insumos em circulação.

ECO-DESIGN NO CONTEXTO DA ECOLOGIA INDUSTRIAL

Segundo Silva (2004), é necessário uma estratégia para que produtos e materiais de fabricação atendam requisitos ambientais, tais como os propostos pela Ecologia Industrial, considerando requisitos ecológicos “ainda no projeto de produtos” (GIANNETI e ALMEIDA, 2006, P. 60). Essa estratégia é reconhecida como Eco-design ou Design Ambiental (ALLENBY e RICHARDS, 1994). Assim,

Manzini e Vezzoli (2002) estabeleceram requisitos, mostrados na Tabela 01, juntamente com algumas sugestões práticas para orientação de projeto de produto.

PROJETAR PARA	CONCEITO	SUGESTÕES
Minimização dos recursos	Redução do consumo de matéria e energia associado ao produto ou serviço ao longo de todo seu ciclo de vida;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceber soluções com formatos e dimensões simplificadas; ▪ Conceber produtos mais leves, usando o mínimo de matéria prima. ▪ Usar o conceito da modularidade.
Escolha de recursos e processos de baixo impacto ambiental	Diminuição dos impactos ambientais pela escolha dos melhores recursos materiais e energéticos;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Usar materiais reciclados e recicláveis; ▪ Usar materiais compatíveis entre si; ▪ Usar materiais abundantes e sem restrição de uso;
Otimização da vida útil dos produtos	Evitar a degradação física, a obsolescência programada e a obsolescência cultural e estética de produtos e serviços;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilitar o uso de peças em outros produtos; ▪ Escolher soluções técnicas que facilitem a montagem e/ou desmontagem dos produtos
Extensão da vida dos materiais	Diminuição de resíduos e possibilidade do uso de materiais não-únicos nas mais variadas possibilidades e durante o maior tempo possível;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Selecionar tecnologias e processos de produção mais limpas e sustentáveis disponíveis ▪ Selecionar processos mais acessíveis e de custo mais baixo possível

Tabela 01 - Requisitos ambientais para projeto de produto

Fonte: construído a partir de Manzini e Vezzoli (2002)

Segundo Manzini e Vezzoli (2002), quanto mais perto das etapas iniciais do projeto for o uso dos requisitos ambientais,

maior será a eco-eficiência do produto desenvolvido. Nota-se, nesta Tabela 01, a preocupação com o ciclo de vida dos materiais através das sugestões do uso da reciclagem de materiais sempre que possível, o que corrobora com o conceito de circulação de recursos materiais propostos pela Ecologia Industrial.

RESÍDUOS COMO INSUMO PARA MATERIAIS COMPÓSITOS

Segundo o manual da Brasken (2002) compósito é um material formado por pelo menos duas fases ou dois componentes, sendo geralmente uma matriz polimérica, o reforço, normalmente na forma de fibras e, quando necessário, cargas, que são materiais particulados. Um dos compósitos mais conhecidos é o *Fiberglass*, ou fibra de vidro, que usa como matriz resinas termofixas e mantas e/ou tecidos de fibras de vidro.

O eco-compósito surge quando seus componentes são oriundos de fontes renováveis, abundantes e não tóxicas, podendo ser reciclados e, alguns, biodegradáveis (TEIXEIRA, 2005). Compósitos formados com ingredientes vegetais, como resinas de mamona e reforços de sisal são exemplos citados por Takahashi et al (2011). Do ponto de vista da Ecologia Industrial, um compósito pode ser mais ambientalmente sustentável se seus componentes forem provenientes de resíduos, tais como cascas, palha e bagaço de frutas e cereais, resíduos celulósicos como papel e papelão, resíduos têxteis e serragem descartada de madeira sólida ou reconstituída, como o MDF (TEIXEIRA, 2005).

MATERIAL E MÉTODOS

3.1. CONCEPÇÃO DO PRODUTO

A concepção do produto baseou-se primeiramente nos critérios conceituais propostos na tabela 01. Foram considerados os requisitos que sugerem o uso de materiais reciclados na simplificação da forma e na modularização. Daí formulou-se a ideia de se usar formas

geométricas que pudessem gerar peças modulares com cores ligeiramente diferenciadas, permitindo uma montagem customizada.

O conceito do produto se inspirou na colmeia das abelhas que, segundo Vasconcelos (2000, p 175 à 180) é uma das configurações geométricas que melhor economiza material na sua realização, pois minimiza os espaços entre as células, ao mesmo tempo em que maximiza o uso da área disponível, em comparação com outras configurações, como mostra a figura 2A. A figura 2B representa o estudo da configuração cromática a partir da cor marrom, considerada a cor básica do MDF e algumas variantes, mais escuras e mais claras.

A célula hexagonal foi concebida com 20 mm de lado e 05 mm de espessura. Para a produção das células foi escolhido o processo do molde aberto, onde é usada apenas uma das suas superfícies, na qual a peça será moldada e/ou laminada (BARANOWSKI & SHREVE, 1981). O molde de borracha de silicone se mostrou o mais adequado, nos custos e na simplicidade, para ser usado na construção de um protótipo.

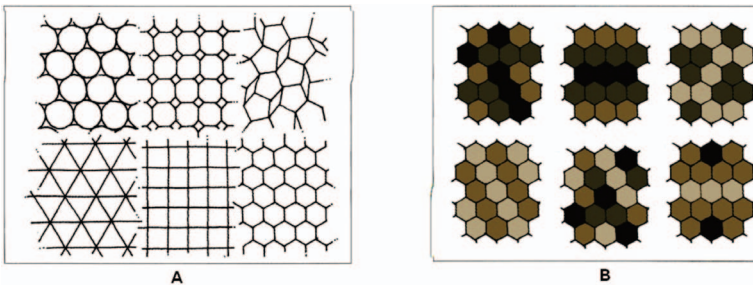


Figura 02 - Concepção do produto

Fonte: Vasconcelos (2000) modificado

COLETA DE RESÍDUOS E FORMULAÇÃO DO COMPÓSITO

O resíduo de MDF foi coletado na oficina de madeira do curso de Design da UNEB, ao redor de três ferramentas: a lixadeira, a

furadeira de bancada e a serra circular, as máquinas mais usadas para o trabalho com MDF na oficina. O resíduo fica depositado no chão, ao redor das máquinas, coletado e descartado diariamente. A figura 03 mostra o ambiente da oficina no momento da coleta do resíduo. Diferente do resíduo de madeira sólida, descrito por Teixeira (2005), que apresenta uma variação de cor de acordo com a espécie de árvore e possui uma textura áspera que varia de acordo com processo produtivo que a mesma é submetida, o resíduo de MDF pode ser descrito como tendo uma cor marrom castanho uniforme, leve, fibroso, macio ao toque, quase esponjoso.



Figura 03 – Máquinas e coleta de resíduos na oficina de madeira

Fonte: fotografias do autor

O compósito foi formulado de acordo com o método sugerido por Teixeira (2005), sendo adotado um traço com 20% de resíduo de MDF. Entretanto o resíduo não foi submetido aos processos de secagem e de peneiramento sugeridos pelo autor, sendo, portanto, usado *in natura*, do mesmo jeito que foi coletado na oficina. A resina termofixa usada foi a Poliéster Cristal, uma resina de uso geral, a qual se devem ter cuidados moderados com o manuseio (ELEKEIROZ, 2005), catalisada a 1% com MEK (peróxido de metil-etil-cetona).

Foi observado que, uma vez curado, o compósito apresentava

uma textura marrom quase uniforme em todas as amostras. Aumentar a variedade de cores foi vista, então, como oportuna. Assim foram misturadas, em um processo de tentativa e erro sem o registro quantitativo, pequenas quantidades de dióxido de titânio, um pigmento branco atóxico (DU PONT, 2006), em alguns traços e pigmento de poliéster preto, um corante genérico usado em laminação de produtos em *fiberglass*, em outros. Formou-se assim, a paleta de cores, parte dela apresentada na Figura 04, onde os três traços de ambas as extremidades estão pigmentados e o traço do meio está na cor natural.

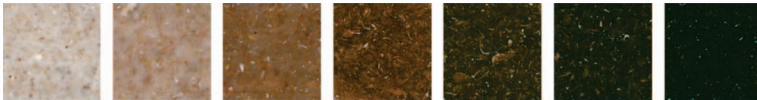


Figura 04 – Paleta de cores

Fonte: fotografias do autor

MOLDAGEM DO PRODUTO

PRODUÇÃO DO MOLDE

O molde foi produzido seguindo a técnica básica para moldes em borracha de silicone (FORTE, 1987). Primeiramente foi impresso um gabarito de corte com a planificação das células hexagonais. Em seguida o gabarito foi colado em um pedaço de papel paraná, de 01 mm de espessura, para, depois, serem recortadas as partes das células do protótipo a ser moldado com o compósito. Em seguida foi feita a colagem prensada, usando cola branca, mini-torno e acabamento com lixa de ferro nº 8. Foram produzidos três modelos, sobre os quais foi derramada a borracha de silicone. O molde final foi obtido após 4 horas, depois da cura total da borracha. A figura 05 apresenta da esquerda para direita, partes do processo de produção do molde.



Figura 05 – Produção do molde

Fonte: fotografias do autor

3.3.2. PRODUÇÃO DO PROTÓTIPO

As células foram produzidas por batelada, 3 de cada vez. Para isso foram misturados, em valores aproximados, 30g de resina com 20% de resíduo de MDF (7g), além do catalisador e dos pigmentos. O compósito foi então vertido no molde e desmoldado após cura, em cerca de 2 horas. O processo de moldagem é mostrado na figura 06.



Figura 06 – Moldagem das células

Fonte: fotografias do autor

O painel foi montado com a colagem das células pelos lados, usando cola tipo epóxi. A estrutura foi reforçada com uma camada de fibra de vidro, laminada no verso. O resultado final é apresentado na figura 07.

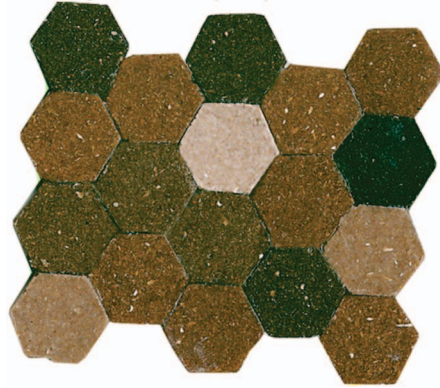


Figura 07 – Protótipo do painel celular

Fonte: fotografia do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O painel celular alcançou êxito ao usar o compósito baseado no resíduo de MDF. A aplicação de requisitos da Ecologia Industrial e do eco-design pode ser considerada uma alternativa viável para o aumento da eficiência ecológica, principalmente no contexto da reciclagem de resíduos industriais. Indo nessa direção, o uso do conceito da modularidade baseado nas colmeias das abelhas e o uso da paleta de cores aumentou a possibilidade de customização do mosaico do painel, o que pode ser um atrativo como solução plástica no design de novos produtos.

Portanto um dos ganhos desta pesquisa foi a geração da paleta de cores, desenvolvida com a adição mínima de pigmentos de uso genérico para resinas plásticas. Esse resultado permite ampliar as aplicações do compósito em novos produtos, devido o aumento das alternativas plásticas/estéticas.

Como possíveis aplicações para o painel celular sugere-se a produção de tampos de mesa, bandejas, peças decorativas, recipientes variados. E como proposta para novas pesquisas sugere-se a substituição da resina termofixa de poliéster por outra, de origem

mais sustentável. Sugere-se também a pesquisa com novas formas de produção, uso de outros tipos de molde, tal como os moldes fechados e o design de novos produtos usando o compósito aqui demonstrado.

REFERÊNCIAS

ALLENBY, B. R. Y. RICHARDS, D. J., Orgs.. The greening of industrial ecosystems. Washington, D.C.: National Academy Press. 1994. 268p. Disponível em http://books.nap.edu/openbook.php?record_id=2129&page=R1. Acessado em setembro de 2015.

BARANOWSKI, C.. SHREVE, D. Open mold processing. In AGRANOFF, J. (Editor) **Modern Plastics Encyclopedia 1981-82: engineering data, design guide, textbook, directory**. New York: McGraw-Hill. 1981. 938p.

BAUMANN, Melissa G. D. et al. Aldehyde emissions from particleboard and medium density fiberboard products. **Forest Products Journal**. Vol. 50, No. 9. 2000. Disponível em <http://www.fpl.fs.fed.us/documnts/pdf2000/bauma00a.pdf> Acessado em setembro de 2015.

BRASKEM. Glossário de Termos Aplicados a Polímeros. **Boletim Técnico Nº 08** Camaçari, 2002. Disponível em http://www.braskem.com.br/Portal/Principal/Arquivos/html/boletm_tecnico/Glossario_de_termos_aplicados_a_polimeros.pdf. Acessado em setembro de 2015.

DA SILVA, C.A. P.. Linha Redonda – um exemplo de uso racional da madeira. In 1º congresso internacional de pesquisa em design e 5º congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design. Brasília, UNB, 2002. **Anais...** CD ROM

DU PONT. Pigmento dióxido de titânio. **Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos**. 2006. Disponível em https://www.chemours.com/Titanium_Technologies/en_US/sds/PT/FISPO_TiPure_RPS_Vantage.pdf Acessado em setembro de 2015.

ELEKEIROZ. **Manual completo**. 2005. Disponível em <http://www.elekeiroz.com.br/PT/produtos/Documents/Manual%20Completo.pdf> Acessado em setembro de 2015.

FORTE, Marco Aurélio. **Peças de artesanato e decoração fabricadas com resinas de poliéster insaturado. Manual básico do iniciante.** COOPMACO. 1987. Disponível em <http://coopmaco.com.br/wp-content/uploads/2014/03/Apostila-Artesanato.pdf> Acessado em setembro de 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A baixa produtividade e o desperdício no processo de beneficiamento da madeira: um estudo de caso.** Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis. 2000. Dissertação. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78577/185701.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em setembro de 2015.

GIANNETTI, Biagio F. ALMEIDA, Cecília M.V.B. **Ecologia Industrial. Conceitos, ferramentas e aplicações.** Editora Edgard Blücher. São Paulo. 2006

GNOATTO, Graça B. **Mercado de Painéis de Madeira Reconstituída.** IBÁ. 2014. Disponível em [http://congressomadeira.com.br/2014/palestras/4/Carlos%20\(Representante%20Gra%C3%A7a%20Berneck\).pdf](http://congressomadeira.com.br/2014/palestras/4/Carlos%20(Representante%20Gra%C3%A7a%20Berneck).pdf) Acessado em setembro de 2015.

IBÁ - **Cenários Ibá.** Indústria Brasileira de Árvores. Edição 15. 2015-A. Disponível em <http://www.iba.org/pt/dados-e-estatisticas/cenarios-iba> Acessado em setembro de 2015.

IBÁ **Indústria Brasileira de Árvores.** IBÁ. 2015-B Disponível em http://www.iba.org/images/shared/iba_2015.pdf. Acessado em setembro de 2015.

ISENMANN, Ralf. Industrial ecology: shedding more light on its perspective of understanding nature as a model. **Sustainable Development.** v. 11, n. 3, p. 143-158, 2003. Disponível em <http://www.homepages.ucl.ac.uk/~ucessjb/S3%20Reading/isenmann%202003.pdf> Acessado em julho de 2014.

KIPERSTOK, A.; MARINHO M. Ecologia Industrial e Prevenção da Poluição: Uma Contribuição Ao Debate Regional. Bahia Análise & Dados, SEI, V.10, nº4, p271-279, Março, 2001. Disponível no site: http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art10.pdf Acessado em setembro de 2015.

LIFSET, Reid. GRAEDEL, Thomas E. Industrial ecology: goals and definitions. In: AYRES, Robert U. AYRES, Leslie W. **A Handbook of Industrial Ecology**. Edward Elgar Publishing Limited. Massachusetts. 2003

MANZINI, Ezio. VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis. Os requisitos ambientais dos produtos industriais** – São Paulo: Edusp – 2002

SÃO PAULO. **Gerenciamento de Resíduos de Madeira Industrializada na Construção Civil**. Secretaria do Meio Ambiente. 2011. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/yac/ABIPA/cartilha+gerenciamento+de+res%C3%ADduos.pdf> Acessado em setembro de 2015.

SILVA, C. B. da. **O Design como Estratégia de Diferenciação para Micro e Pequenas Empresas: o caso da indústria moveleira em dois municípios do estado do Amazonas**. Florianópolis: UFSC. 2004 – Dissertação.. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86890/214054.pdf?sequence=1> Acessado em setembro de 2015.

TAKAHASHI, Rafael et al. Fabricação de mantas de fibras de sisal e de curauá para fabricação de material compósito. **Anais do XXXIX Congresso brasileiro de educação em engenharia**. 2011. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2011/sextoestec/art1765.pdf> Acessado em setembro de 2015.

TEIXEIRA, M. G.. **Aplicação de conceitos da ecologia industrial para a produção de materiais ecológicos: o exemplo do resíduo de madeira**. Salvador: Universidade Federal da Bahia.. 2005. Dissertação. Disponível em: http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_marcelo_g_teixeira.pdf. Acessado em julho de 2014.

VASCONCELOS, Augusto Carlos de. **Estruturas da Natureza: Um estudo da interface entre biologia e engenharia**. Studio Nobel. São Paulo. 2000

ESTUDO DE REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE PROCESSOS GRÁFICOS COMPOSTOS POR ETIQUETAS DE PAPEL COUCHÊ E BOPP COM COLA, EM EMPRESA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, BAHIA.

CAMILA C. LINHARES¹

CAMILA S. DOS SANTOS²

LIZ REGINA A. CONCEIÇÃO²

RAPHAEL T. NERI²

GIVALDO S. REIS³

Dentre as técnicas de Gestão e de Gerenciamento de resíduo que trazem mais benefícios ambientais, econômicos e sociais, destacam-se a reciclagem e o reaproveitamento. Estes podem trazer economia de recursos para as empresas, e podem preservar o meio ambiente, melhorando assim a qualidade de vida da sociedade. Diante desse contexto, o presente trabalho objetivou identificar possibilidades de reaproveitamento de resíduos industriais gerados por empresas gráficas. Tratou-se de um estudo de caso em uma empresa gráfica situada no município de Lauro de Freitas, Bahia. A metodologia empregada foi a de estudo de caso, com caráter exploratório. Utilizou-se como apoio, a metodologia alemã, TheoPrax. O estudo foi dividido em três etapas: caracterização e classificação do resíduo, processo de extração

¹ CIMATEC, Graduada em Processos Ambientais; Unijorge, Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária; camilachamuscalinhares@gmail.com

² CIMATEC, Graduada em Processos Ambientais

³ Mestre pela Universidade de Évora/ISA – Évora, Portugal

da cola e estudo de processamento em extrusora. A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que tanto o experimento visando a separação da cola dos resíduos de polipropileno biorientado (BOPP) e papel couchê, quanto o processamento do BOPP, na extrusora, foram bem sucedidos. Através de experimentos laboratoriais, foi possível extrair a cola do resíduo, tornando-se viável a comercialização dos seus compostos separadamente. Com a realização de ensaios físico-químicos e utilização de técnicas de extrusão, foi possível transformar o resíduo em um polímero com grandes possibilidades de ser aproveitado como matéria prima em outros processos produtivos.

Palavras-chave: Resíduos gráficos. Papel adesivo. TheoPrax. Reaproveitamento, BOPP.

ABSTRACT: Among the management techniques and waste management to bring more environmental, economic and social benefits, it highlights recycling and reuse, which could bring resource savings for businesses, in addition to preserving the environment, improving the quality of life of society. Given the above, this study aimed to identify possibilities for reuse of industrial waste generated by printing companies. The project dealt with is a case study in a printing company located in the city of Lauro de Freitas, Bahia. The methodology used was the case study, with exploratory. It was used as a support, the German methodology, TheoPrax. The study was divided into three stages: characterization and classification of the residue of the adhesive extraction process and extruder processing the study. From the results obtained it was concluded that both targeting experiment the separation of the glue waste biaxially oriented polypropylene (BOPP) film and coated paper, such as BOPP processing in the extruder were successful. Through laboratory experiments, it was possible to extract the glue residue, making it feasible to market their compounds separately. With the completion of physical and chemical testing and use of extrusion techniques it was possible to transform

the residue in a polymer with great potential to be used as raw materials in other production processes.

Keywords: Waste graphics. Adhesive paper. TheoPrax. Reuse, BOPP.

INTRODUÇÃO

As indústrias gráficas compreendem uma grande quantidade de empresas abrangendo, desde pequenos, estabelecimentos e até empresas com estrutura e processos produtivos tipicamente industriais. Essas empresas atuam em segmentos distintos, utilizando-se de vários tipos de materiais, com as mais diversas finalidades. (BNDES, 1997). O total de estabelecimentos gráficos estimados para o BRASIL em 2002 é de 15.178 (*RAIS/01 – preliminar).

Essas indústrias geram uma quantidade significativa de resíduos durante seu processo de produção. A grande maioria dos resíduos sólidos gerados pela indústria gráfica é chamada de aparas de produção (CETESB, 2003). Segundo dados levantados pela ABTG junto a seus associados, a geração de aparas de produção varia de 5% a 36% do volume produzido. A destinação inadequada desses resíduos constitui ameaça constante à saúde pública e agrava a degradação ambiental, comprometendo a qualidade de vida das populações.

Neste sentido, existe uma preocupação com o aproveitamento dos resíduos, principalmente nas transformações destes em matérias primas de outros processos, a fim de obter uma imagem ambiental favorável, baseada no bom desempenho da organização e de seus produtos e serviços, além de estar atendendo a legislação ambiental e melhorando suas vantagens competitivas. Existem, no entanto, dificuldades com relação à quantificação destes resíduos e da tecnologia disponível.

Este projeto de pesquisa analisou a possibilidade de reaproveitamento para os resíduos de etiquetas a base de (BOPP e Papel Couchê), oriundas de resíduos industriais gerados por empresas

gráficas no processo de flexografia, a fim de atender a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

METODOLOGIA

O método que caracteriza a pesquisa é o estudo de caso, sendo este realizado em uma empresa do setor gráfico da cidade de Lauro de Freitas (BA), utilizando-se para a coleta de dados, entrevistas semiestruturadas e observações in-loco. Creswell (1997), define o estudo de caso como a “exploração de um sistema limitado ou um caso (ou múltiplos casos) [...] que envolve coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação em um contexto”. Para realização deste trabalho, optou-se pela pesquisa exploratória, visto que há poucos estudos no que tange ao uso de técnicas de reaproveitamento de resíduos gráficos e também, buscou-se contribuir para o aumento do volume de informações a respeito deste tema. Segundo Gil (1991).

Foi utilizada como metodologia de apoio, aquela criada por Peter Eyerer e Doerthe Krause do Instituto Fraunhofer, da Alemanha, o TheoPrax, através do desenvolvimento de projetos reais, voltados para empresas. Essa metodologia se constitui de duas etapas, a de planejamento e execução, sendo um semestre dedicado à análise do problema e desenvolvimento da solução e o outro a parte prática, de realização. Com base nos requisitos do cliente, foi desenvolvido um objeto de estudo e um planejamento foi elaborado para execução do projeto, através do preenchimento de templates. A etapa de execução foi dividida em três: caracterização e classificação do resíduo; procedimentos de extração da cola do resíduo e estudos de processamento.

Nessas etapas foram realizadas visitas à gráfica, onde foram colhidos dados e informações sobre as condições, perspectivas, interesses da empresa. Todo o fluxo produtivo foi objeto de análise e estudo, inclusive distinguindo o processo produtivo do resíduo gerado, além de identificar dados como a quantidade e os tipos de resíduos.

No próximo item, apresentar-se-á a descrição da metodologia das três etapas, caracterização e classificação, procedimentos de extração da cola do resíduo e estudos de processamento.

CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO RESÍDUO

O principal resíduo produzido pelas indústrias gráficas é o papel couchê e o BOPP adesivo, tendo esse material grande potencial para a reciclagem. Segundo Ribeiro e Filho (2008) é nas etapas de pré e pós-impresão que a gráfica fornece as aparas para a reciclagem. Porém, na fase da pós-impresão, é necessário observar as aparas com resíduos de cola de blocagem, usada na formação dos blocos. A cola aderida ao papel ou ao BOPP compromete a reciclagem. Segundo o diretor comercial, 2014, somente a empresa em estudo gera por mês em torno de 0,3 ton de Papel Couchê e 1.5ton de BOPP Fosco B30. Essa quantidade representa aproximadamente 15% do total desse tipo de resíduo gerado no estado da Bahia, como já citado anteriormente. Essas aparas de papel couchê e polipropileno adesivo contêm cola na sua composição, tornando-se complexo o processo de reciclagem desses materiais (**Figura 1 e 2**).



Figura 1: Resíduos sendo gerados no processo de flexografia: Papel Couchê e BOPP Fosco.



Figura 2: Papel Couchê e BOPP Fosco

O resíduo de aparas de papel couchê e BOPP adesivos gerados no processo de flexografia é caracterizado como resíduo classe II A, não perigosos e não inertes, uma vez que não consta nos anexos A ou B e não tem em características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade de acordo com a ABNT NBR 10004/2003. Como citado anteriormente, esses resíduos são aqueles que não são considerados perigosos, porém tampouco são inertes, podendo possuir propriedades de combustibilidade, biodegradabilidade e solubilidade em água.

De acordo com a CETESB, 2009, não são conhecidos casos em que essas aparas tenham se tornado resíduos classe I, mesmo com a utilização de alguns insumos de impressão, especialmente tintas, que possam conter em sua composição produtos químicos que apresentem toxicidade em determinadas concentrações, como o alumínio.

PROCEDIMENTOS DE EXTRAÇÃO DA COLA DO RESÍDUO

Foi realizado um procedimento em laboratório para separar a cola do papel Couchê e do BOPP, de modo a viabilizar suas possíveis destinações finais e quantificar a cola existente no resíduo. Os equipamentos e materiais utilizados no experimento foram: béquer, baqueta magnética, agitador magnético, balança analítica, estufa, solvente (Hexano), tesoura, bastão de vidro e placas de petri.

Primeiro, o resíduo de papel e BOPP com cola foram cortados em pedaços de aproximadamente 1 cm e pesado em uma balança analítica. Depois foram adicionados 500 ml do solvente Hexano e o material foi transferido para o béquer. O agitador magnético foi ligado em velocidade média a uma temperatura de 60°C. A amostra foi mantida nessa última condição por aproximadamente 45min. Depois o solvente foi retirado do béquer com o auxílio de um bastão de vidro para evitar a perda do material e adicionou-se mais 500 ml de solvente Hexano. O procedimento foi novamente aquecido a 60°C e agitado por aproximadamente 20min.

Ao misturar todos os compostos e submetê-los a esses procedimentos, foi observada a separação da cola que continha no

resíduo, gerando um resíduo líquido (solvente e cola) e um resíduo sólido úmido (papel couchê e polipropileno com resquícios do solvente). O resíduo líquido foi retirado da mistura e colocado em uma capela até o solvente evaporar e se separar da cola. O resíduo sólido-úmido foi colocado em uma estufa com temperatura de 60° C por 30min com o objetivo de secá-lo e separá-lo dos resquícios do solvente. Depois de aguardar a amostra retornar à temperatura ambiente, o resíduo sólido já seco foi pesado em balança analítica.

Ao término do processo, após a obtenção do peso do resíduo com cola e do peso do resíduo sem cola, foi possível calcular a quantidade de cola que estava contida no resíduo.

ESTUDOS DE PROCESSAMENTO

Esta etapa do trabalho tem como objetivo estudar a viabilidade técnica da realização de ensaios de extrusão para o resíduo de BOPP com cola, visto que a cola poderia impossibilitar a extrusão devido as suas propriedades.

Foram realizados uma análise de Calorimetria Exploratória Diferencial (DSC) para verificar a temperatura de fusão do resíduo, dois ensaios de extrusão, um em máquina mono rosca e outro em máquina dupla rosca a fim de verificar, após análise dos resultados, qual a forma de processamento mais aconselhável para o processamento desse material. Para este estudo foi utilizado o resíduo Polipropileno Biorientado (BOPP) do tipo Fosco B30 (Defan 430) com cola, fornecido pela indústria gráfica Ecosystem.

CALORIMETRIA EXPLORATÓRIA DIFERENCIAL (DSC)

Primeiramente foi realizada uma análise de Calorimetria Exploratória Diferencial (DSC) utilizando-se o equipamento da NETZSCH DSC 200 F3 do laboratório de materiais da Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC para verificar a temperatura de fusão do polímero reprocessado.

A análise foi realizada em atmosfera de nitrogênio, de 20 a

400°C a uma taxa de 20°C/min. Após a determinação do ponto de fusão, o material foi encaminhado para o laboratório de polímeros do SENAI CIMATEC para ser processado.

PROCESSAMENTO EM EXTRUSORA MONO ROSCA

PREPARO DO MATERIAL

A fim de possibilitar a alimentação do material na extrusora, o BOPP foi previamente cortado com o auxílio de um estilete. Depois o material foi colocado em uma prensa hidráulica e em um moinho de rolos com carbonato de cálcio a fim de facilitar a alimentação na extrusora e depois cortado em tiras.

PROCESSAMENTO DOS COMPÓSITOS

Para as composições processadas na extrusora mono rosca, marca MH, modelo MH-45/16 EX, com sistema de rotação co-rotante, e perfil de temperatura de 240 °C, a metodologia foi feita na forma de alimentação diretamente na extrusora, e em seguida, processado e resfriado. No processo de extrusão, o material já cortado foi introduzido num cilindro aquecido. Nesse processo, o material plástico amolecido é forçado a passar através de uma abertura numa matriz cuidadosamente projetada, obtendo-se formas contínuas. Depois de sair da matriz, a peça extrudada foi arrefecida abaixo da temperatura de transição vítrea, de modo a assegurar a estabilidade dimensional. O arrefecimento foi feito a partir do contato do material com a temperatura ambiente.

PROCESSAMENTO EM EXTRUSORA DUPLA ROSCA

PREPARO DO MATERIAL

As informações adquiridas do material processado na extrusora mono rosca, serviram de base para a utilização da

extrusora dupla rosca. A fim de possibilitar a alimentação do material na extrusora, o resíduo de BOPP foi previamente cortado em tiras com o auxílio de uma tesoura.

PROCESSAMENTO DOS COMPÓSITOS

Para as composições, processadas em extrusora dupla rosca, razão L/D=30, com sistema de rotação co-rotante, velocidade da rosca de 23 rpm e perfil de temperatura de 230 °C, também foi utilizada a mesma metodologia de preparação da amostra, após a extrusão o material foi resfriado através de um sistema de arrefecimento de água e em seguida foi granulado, além de não ter sido colocado em prensa hidráulica e moinho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PROCEDIMENTOS DA EXTRAÇÃO DE COLA

Ao término do processo, após a obtenção do peso do resíduo com cola e do peso do resíduo sem cola, calculou-se a quantidade de cola que estava contida no resíduo. O cálculo foi realizado diminuindo o peso do resíduo sem cola pelo peso do resíduo com cola. Para encontrar a porcentagem, o valor do peso da cola contida no resíduo foi multiplicado por cem e dividido pelo peso do resíduo com cola.

Os procedimentos foram realizados separadamente com o papel e com o polipropileno biorientado e a mesma metodologia foi utilizada.

Após a aplicação das fórmulas, obteve-se como resultado, aproximadamente 20% de cola no resíduo de papel e no resíduo de BOPP.

Baseando-se na análise dos resultados apresentados, o estudo atesta a viabilidade técnica e ambiental da separação da cola e do papel; no entanto, para que se torne, economicamente viável, seria necessário montar uma estrutura adequada, com

equipamentos que reproduzissem em maior escala, e com a mesma funcionalidade, os procedimentos realizados em laboratório.

Após a realização desse procedimento, torna-se possível a comercialização dos compostos do resíduo, separadamente (cola, papel e polipropileno biorientado).

ESTUDOS DE PROCESSAMENTO

CALORIMETRIA EXPLORATÓRIA DIFERENCIAL (DSC)

Após a realização das análises de Calorimetria Exploratória Diferencial (DSC), obteve-se a temperatura de transição vítrea do polipropileno com cola (**Gráfico 1**) e do polipropileno sem cola (**Gráfico 2**). Pôde-se observar que não houve alteração entre a temperatura de transição vítrea do resíduo com cola e o resíduo sem cola, ambos foram de 153°C.

A partir desses valores, foi possível definir parâmetros para os ensaios de extrusão desse material. Após a determinação do ponto de fusão, o material foi encaminhado para o laboratório de polímeros do SENAI CIMATEC para ser processado em extrusora mono rosca e dupla rosca.

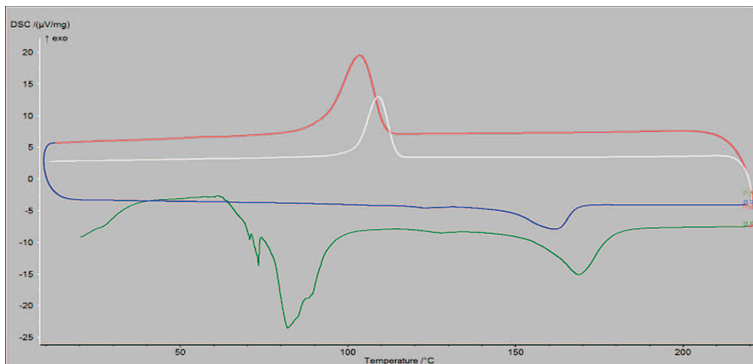


Gráfico 1: Resultado do ensaio DSC do BOPP com cola.

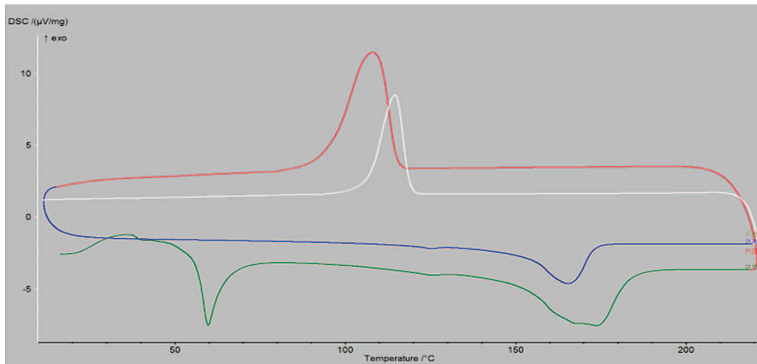


Gráfico 2: Resultado do ensaio DSC do BOPP sem cola.

PROCESSAMENTO EM EXTRUSORA MONO ROSCA

A funcionalidade de uma rosca única é promover a homogeneização, plastificação e transporte da massa fundida polimérica, do funil de alimentação até a matriz ou cabeçote. Durante o transporte, o calor das paredes quentes do cilindro e o trabalho mecânico associado ao cisalhamento e com mantas elétricas, promovem a fusão do polímero (RICHART, 2013).

Quando foi dado início ao processamento desse material por extrusão, observou-se que estes materiais exigiam grandes pressões e eram necessárias temperaturas mais altas nesse tipo de extrusora. Após submeter o BOPP com cola em extrusora mono rosca, percebeu-se que o material extrudado não fundiu completamente na temperatura de 240°C e velocidade da rosca de 80 rpm.

PROCESSAMENTO EM EXTRUSORA DUPLA ROSCA

Segundo RICHART, 2013, dentre todos componentes de uma extrusora, a rosca é um dos mais importantes pelo fato de transportar, amolecer, homogeneizar e plastificar o polímero. A rosca, com seu movimento e cisalhamento sobre o material,

gera cerca de 80% da energia térmica e mecânica necessária para transformar os polímeros, a outra parte da energia é obtida através de mantas aquecedoras externas.

Após submeter o material de BOPP com cola a extrusão de dupla rosca, percebeu-se que o material extrudado fundiu completamente na temperatura de 230°C e velocidade da rosca de 23 rpm. Obteve-se um melhor desempenho do processo de extrusão do BOPP com cola em extrusora dupla rosca. Esse tipo de extrusora melhorou a eficiência do cisalhamento e fez com que a mistura fosse mais intensa e homogênea devido à maior quantidade de roscas em relação à mono rosca. O uso de duas roscas com eixos interdependentes passou a oferecer excelentes resultados, nos quais a mesma é construída por elementos que são fixados em um eixo, proporcionando um excelente controle no cisalhamento e nas condições de mistura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de procedimentos laboratoriais foi possível extrair a cola do resíduo, tornando-se possível a comercialização dos seus compostos: cola, papel e polipropileno. Com os estudos de processamento também foi possível transformar o resíduo em materiais que poderão servir como matéria prima para outros processos produtivos.

A fim de obter uma imagem ambiental favorável baseada no bom desempenho da organização e de seus produtos e serviços, a empresa que adotar as soluções sugeridas, além de estar atendendo a legislação ambiental, também estará melhorando suas vantagens competitivas.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 10004, **Classificação de Resíduos Sólidos**, 2004;
CETESB, 2012. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/Tecnologia/producao_limpa/documentos/guia_ambiental.pdf>

Acesso em: 14/05.

CETESB; FIESP/CIESP; SINDIGRAF. **Guia Técnico Ambiental da Indústria Gráfica**, 2003;

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo, Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3^o. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Gráfica ECOSYSTEM, Disponível em: www.ecosystem.com.br;

LALANDE, **Boas Práticas Ambientais para a Indústria Gráfica**; MELO, Marne Santos de; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. **Imagem Corporativa e Investimento na Preservação do Meio Ambiente: a nova tendência da agenda estratégica**.

OKIDA. **Gerenciamento de resíduos em uma gráfica: estudo de caso**, 2004;

PAWLOWSKY, **Minimização de Resíduos em uma Indústria Gráfica de Cartões Plásticos**, 2009;

Política Nacional de Resíduos Sólidos, **lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010;

RICHART, Fabio Scussiato. **Influência Do Processamento na Preparação de Compósito Pead/Pebdl/Argila Organofílica para Utilização em Equipamentos para o Setor Elétrico**. Curitiba, 2013.

XIII SIMPEP. **Consciência ambiental: resíduos gerados pelas tintas e solventes em flexografia**, 2001.

ZUANETTI. **Logística Reversa Aplicada no Gerenciamento Ambiental de Resíduos Industriais Gráficos**, 2009.

OS EFEITOS JURÍDICOS DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Patricia Rosane Matos de Almeida¹

Resumo: O presente artigo analisa criticamente o assédio moral no trabalho. Trata-se de um tema de grande interesse jurídico por violar os direitos da personalidade do trabalhador. O assédio moral significa agressão moral e psíquica através de gestos, palavras e atitudes ofensivas expondo o empregado ao constrangimento e humilhação de forma sistemática e prolongada com a finalidade de excluir a vítima do ambiente de trabalho. Esse fenômeno ocorre mais entre empregador e subordinados tanto na empresa privada quanto no âmbito do serviço público, gerando consequências para a vítima e para o assediador.

Palavras-chave: assédio moral – doença de trabalho - improbidade administrativa – responsabilidade civil- criminalização

Abstract: The present article critically examines the moral harassment at workplace Parte superior do formulário. This is a topic of great interest for violating the legal rights of the worker's personality, in reaching professional and personal attributes. Moral harassment means moral and psychological aggression through gestures, offensive words and attitudes exposing the employee to the embarrassment and humiliation in a systematic and prolonged manner in order to exclude the victim at workplace. This phenomenon occurs more between employer and subordinate both in private and public sectors,

¹ Aluna do curso de Direito do 9º semestre do Centro Universitário Jorge Amado. Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da professora Cleonice Lima.

leading consequences for the victim and the person causing the harassment. Parte inferior do formulário

Keywords: moral harassment - working condition - administrative misconduct – civil liability – criminalization

Sumário: 1 Introdução- 2 Contexto Histórico -3 Conceito- 3.1 Características-3.2 Sujeitos. 3.3 Espécies- 4 Natureza Jurídica- 5 Consequências para a Vítima- 5.1 Danos à Saúde- 5.2 Dano Material- 5.3 Dano Moral- 6 Provas- 7 Consequências para o Assediador- 7.1 Rescisão do Contrato de Trabalho- 7.2 Improbidade Administrativa- 7.3 Responsabilidade Civil- 8 Criminalização- 9 Considerações Finais- 10 Referências.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho têm passado por várias transformações em virtude dos avanços de novas tecnologias, o cenário sócioeconômico do país e a proliferação das mídias sociais na vida das pessoas. Isso faz que estas se tornem mais críticas e impulsivas quanto aos objetivos profissionais. Entretanto, essas atitudes podem ocasionar em condutas inadmissíveis no ambiente de trabalho que se associam a gestos, palavras, situações constrangedoras, humilhações, gerando na prática do assédio moral.

O assédio moral está ligado a uma estrutura emocional-comportamental que tem sido propagado no ambiente de trabalho, envolvendo uma pessoa ou grupo de pessoas mediante violência psicológica e moral extrema de forma sistemática e frequente. Em consequência, essa prática tem afetado a seara do Direito, especialmente no que concerne aos direitos individuais dos quais integram os direitos da personalidade, assegurados pela Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito

a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”²

O assédio moral no trabalho vem se manifestando não apenas nas empresas privadas como também no serviço público. Ressalta-se que o comportamento de quem pratica o assédio moral tem ocorrido tanto entre chefes e subordinados quanto entre trabalhadores da mesma hierarquia com diversos objetivos entre eles de forçar a demissão da vítima, pedido de aposentadoria precoce, licença sem vencimento, ou até mesmo remoção ou transferência.

No entanto, além dos princípios constitucionais aplicados ao Direito do Trabalho como o princípio da proteção, liberdade de trabalho, isonomia, liberdade de sindicalização, proporcionalidade e outros, a Constituição Federal de 1988 elencou os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência que se remetem à Administração Pública Direta e Indireta dos quais os agentes públicos devem seguir. Partindo desses aspectos, em face do artigo 5º, inciso X, bem como o artigo 37 da Constituição Federal, ergue-se a pergunta: até que ponto o assédio moral poderá gerar efeitos jurídicos no âmbito do trabalho?

O assédio moral não está tipificado expressamente como ato ilícito no ordenamento jurídico brasileiro. Todavia, o Poder Judiciário não tem tolerado essa prática seja no âmbito privado seja na administração pública, reconhecendo a reparação pelo dano moral.

Em linhas gerais, o propósito desse trabalho é demonstrar que o assédio moral enseja consequências para o assediado de natureza patrimonial e moral assim como sintomas de doenças físicas e outros males de fundo psicológico, podendo se tornar em doença do trabalho, equiparadas a acidente de trabalho.

² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 28 de março de 2014.

Faz-se necessário, também, expor as consequências para o assediador nas áreas trabalhistas, administrativa, cível e penal. Além disso, verificar a natureza jurídica do assédio moral brasileiro seja na empresa privada seja no serviço público; analisar as causas do assédio moral do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador; identificar possível classificação e elementos característicos do assédio moral.

O interesse pelo tema se deu a partir de leituras de reportagens e jurisprudência a respeito da disciplina. Apesar de ser um assunto novo para o conhecimento jurídico, tem sido divulgado com uma certa frequência pelas mídias sociais. Sendo assim, esse trabalho contribuirá a reduzir na banalização do assunto, bem como seu esclarecimento, já que as pessoas acham que qualquer conduta indesejada se torna assédio moral.

Ademais, esse estudo pode colaborar na aprovação dos projetos de lei contra assédio moral e sua criminalização tanto na Administração Pública Direta e Indireta quanto nas empresas privadas.

Dessa forma, impedirá que os agentes públicos usufruam da estabilidade como instrumento de violação dos princípios que regem a Administração Pública, assim como o abuso de poder dos empregadores e superiores hierárquicos que vão de encontro ao princípio da proteção ao trabalhador.

CONTEXTO HISTÓRICO

O termo assédio moral primeiramente foi utilizado na área da psicologia e psiquiatria na década de 90. Em 1976, nos Estados Unidos, foi publicado o trabalho da psiquiatra Carrol Brodsky³ traduzido ao português como O Trabalho Assediado.

No Brasil, em 2000, editou-se o trabalho acadêmico da médica do trabalho Margarida Barreto, denominado Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações.

³ MARTINS, Sergio Pinto, apud BRODSKY, Carol M. **The harassed worker**. D.C. Health and Company, Lexinton, 1976.

Na Alemanha, em 1980, Heinz Leymann⁴ estudou o assunto na área de Psicologia do Trabalho, realizando um questionário com o intuito de identificar condutas relacionadas ao tema no interior das empresas. Em 2008, desenvolveu trabalho de combate ao assédio moral entre trabalhadores, sindicalistas, administradores e empresas.

Na Inglaterra, em 1992, a BBC, emissora de televisão, apresentou documentários sobre situações que envolviam a prática do bullying relacionadas com as crianças.

Na França, em 1998, a psiquiatra e psicanalista Christophe Dejourn publicou um trabalho com o foco nos efeitos do assédio na organização do trabalho e sobre a saúde mental dos trabalhadores bem como o ângulo da competitividade nas empresas.

Ainda em 1998, na França, Marie-France, psiquiatra, psicanalista, vitimóloga e psicoterapeuta familiar publicou a obra traduzida como Assédio Moral- a violência perversa no cotidiano. Ressalta-se que o livro teve bastante repercussão e foi traduzido em várias línguas, contudo, o conceito do assédio moral foi mal interpretado no sentido de que todo tipo de agressão poderia caracterizar o assédio moral.

Em 2001, a mesma autora, Marie-France, publicou outro livro a cerca do tema, sendo traduzido como Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. As suas obras têm sido grandes referências para compreender a prática do assédio moral bem como parâmetro para outros teóricos abordarem a matéria.

Como se pode ver, o assédio moral é fenômeno existente em diversos países, e em cada um deles recebem denominação de acordo com sua língua e cultura possuindo, então, várias denominações como *mobbing* na Itália, Alemanha e Escandinávia; *harcèlement moral* na França, *acoso moral* na Espanha, *terror psicológico* ou *assédio moral* no Brasil.

⁴ HEINZ, Leyman. **The Content and Development of Mobbing at work.** European Journal of Work and Organizational Psychology, 1996, 5(2), 165-184. Disponível em: <http://www.zku.amu.edu.pl/kuba/angelski/mobbing1.pdf>. Acesso em 28 de março de 2014.

No Brasil ainda não existe uma legislação federal impondo consequências penalizadoras em campo penal e cível e, por ser assim houve uma preocupação recorrente aos estados e municípios que instituíram leis específicas disciplinando o assédio moral no âmbito do serviço público.

Em 24 de abril de 2000, foi instituída a primeira lei no Brasil tratando do assunto, Lei nº 1.163⁵ na cidade de Iracemápolis do estado de São Paulo. Esta lei objetiva advertir e suspender os servidores públicos municipais que praticam o assédio moral, além de impor participação em curso de comportamento profissional. A partir desse momento outras cidades de diferentes estados foram instituindo suas leis com o mesmo propósito da primeira.

Em 2010, na capital, Brasília, o Ministério Público do Trabalho e Emprego⁶ elaborou e publicou uma cartilha de combate ao assédio moral juntamente com o assédio sexual, promovendo grande divulgação do assunto. Além disso, ocorreram mais publicações de cartilhas de prevenção de outros locais dentre eles o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos da União⁷ bem como o Ministério Público do Estado do Paraná.⁸

Em geral, o assédio moral encontra seu fundamento principal

⁵ Lei nº 1.163. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article56>. Acesso em 18 de junho de 2014.

⁶ LUPI, Carlos. Ministro do Trabalho e Emprego. **Cartilha Assédio Moral e Sexual**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB9D387013CFE571F747A6E/CARTILHAASSEDIOMORALESEXUAL%20web.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2014.

⁷ Sindicato Nacional dos Servidores Públicos da União. **Cartilha sobre Assédio Moral**. Disponível em: <http://www.ouvidoria.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2014.

⁸ Ministério Público do trabalho do Estado do Paraná. **Assédio Moral e Sexual**. Disponível em: http://www.prt1.mpt.gov.br/cartilhas/cartilha_ass_moral.pdf. Acesso em 04 de abril de 2014.

na tutela constitucional da dignidade da pessoa humana é identificado, a princípio, na família, na escola quando as pessoas se confrontam entre si no que tange às predileções ostensivas, gerando ciúmes, inveja e rivalidades. Sendo assim, o assédio moral invade o ambiente de trabalho de forma estereotipada, geralmente em empresas privadas, todavia, no Brasil, o serviço público tem se tornado um campo fértil para o desenvolvimento da prática do assédio moral.

CONCEITO

Dentre os doutrinadores, Rodolfo Pamplona Filho define o assédio moral como “uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, tendo por efeito a sensação de exclusão do ambiente e do convívio social.”⁹

Já o conceito de Marie-France Hirigoyen faz uma associação mais direta com a relação de emprego, em que condutas adstritas à matéria adquirem um teor mais complexo devido à dependência econômica do empregado subordinado frente ao empregador. Ela conceitua como “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comentários, palavras, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.”¹⁰

Para Sérgio Pinto Martins, “o assédio moral é a conduta ilícita do empregador ou seus pressupostos, por ação ou omissão, por dolo ou culpa, de forma repetitiva e geralmente prolongada,

⁹ PAMPLONA FILHPAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Noções conceituais sobre o assédio moral na relação de emprego. Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1149, 24 ago. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/8838>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

¹⁰ HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral – a violência perversa do cotidiano**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.65.

de natureza psicológica, causando ofensa à dignidade, à personalidade e à integridade do trabalhador.”¹¹

No século XXI, observa-se que a sociedade, principalmente as classes de trabalhadores têm passado por transformações em decorrência dos avanços de novas tecnologias e da globalização. No entanto, estes fatos motivaram a uma reorganização nas relações de trabalho, estabelecendo metas em que o trabalhador deve cumprir.

À medida que o indivíduo que conseguisse ultrapassar as metas, adquiria uma posição elevada em relação aos demais. Com isso intensificou muito a valorização do individualismo em detrimento do grupo de trabalho, causando conflitos entre as relações sociais no ambiente laboral, não somente entre os diretores e subordinados, mas também entre os próprios subordinados.

Consequentemente, os conflitos geram tensões as quais refletem na rotina do trabalhador de tal progressão atingindo na sua qualidade de vida bem como na saúde. Logo, esse novo contexto laboral conduz ao desenvolvimento do assédio moral favorecendo a exclusão do trabalhador do seu ambiente de trabalho.

CARACTERÍSTICAS

As atitudes mais comuns características do assédio moral no trabalho se portam no modo de falar: utilizando palavras e gestos com teor pejorativo, ironias, difamações com o intuito de constranger, humilhar, inferiorizar a pessoa perante o grupo. Além disso, há aquelas relacionadas à função: delegar tarefas diversas do cargo e alheias a vontade; mandar refazer o serviço inúmeras vezes; controlar absurdamente o tempo no banheiro; estabelecer metas difíceis de serem cumpridas.

A doutrina enumera comportamentos específicos que se associam com o conceito de assédio moral. Esses, por sua vez,

¹¹ MARTINS, Sergio Pinto. **Assédio Moral no Emprego**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. P.17

constituem uma espécie de técnicas, as quais são destinadas a desequilibrar a vítima, tais como: técnicas de relacionamento; isolamento; ataque; punitiva.

As chamadas *técnicas de relacionamento* configuram na falta de comunicação oral entre a vítima e o assediador, sempre a recriminando e impedindo de se expressar. As *técnicas de isolamento* são atribuídas à vítima funções para que ela se mantenha isolada evitando contato com os colegas de trabalho. Já as *técnicas de ataque* consistem em desqualificar ou desacreditar a vítima na frente dos colegas ou clientes da empresa. E, as *técnicas punitivas* constituem em colocar a vítima sob pressão por causa de pequenos erros, conseqüentemente prepara-se um relatório contra a mesma.¹² (destaques do autor)

Ademais, a doutrina elenca elementos necessários para a configuração do assédio moral: a conduta abusiva; reiteração da conduta; agressão psicológica; finalidade de exclusão; dano psíquico emocional.

No tocante à conduta abusiva alude ao abuso de poder por meio de humilhações e ofensas à vítima. A reiteração da conduta diz respeito da necessidade de repetição do ato de agredir psicologicamente a vítima para caracterizar de fato o assédio moral. A agressão psicológica reflete na dignidade do trabalhador, ferindo os direitos da personalidade por denegrir sua imagem com comentários salientes, ofensivos a fim de atingir o seu isolamento.

Em relação à finalidade de exclusão condiz com que a vítima seja excluída do seu ambiente laboral, ou seja, o assediador age de tal modo forçando o trabalhador pedir demissão, exoneração (no caso de servidor público) ou até mesmo pedido precoce de aposentadoria.

Quanto o dano psíquico emocional é uma consequência do assédio moral. Mediante aos atos perversos por parte do agressor,

¹² Cf BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr 75, 2011, p. 735.

a vítima se torna fragilizada emocionalmente, ocasionando uma baixa produtividade que muitas vezes leva ao desemprego. Não se pode olvidar que o dano psíquico causa também no assediado depressão, condicionando-o a cometer o suicídio.

Em princípio, o assédio moral no local de trabalho surge como fato inofensivo e se propaga de forma insidiosa até chegar ao ponto da vítima se sentir ameaçada e agredida psicologicamente.

SUJEITOS

O sujeito ativo do assédio moral também denominado como assediador, agressor, agente, pode ser tanto o superior hierárquico quanto o subordinado ou o grupo que tem intenções de desestruturar o chefe ou o colega.

O assediador diante do assediado é provocado, muitas vezes, por um sentimento de inveja e competitividade em virtude dos traços físicos, de ser bem relacionado no meio profissional e da competência. Pode se ver também o caso de chefes que têm menos habilidade e não **são portadores de diversos diplomas e certificados de cursos** em relação aos seus subordinados.

Por outro lado, o sujeito ativo tem o propósito de perseguir o empregado de natureza mais frágil, fomentando o sentimento de medo **não somente na vítima, mas também àqueles que estão presenciando. Com essa situação de temor gera obediência por parte de todos envolvidos na prática, a vítima é mais prejudicada por causa da falta** de meios para reagir contra o fato.

Há também o assédio pelo fato do trabalhador ser negro, ou ter opção sexual e religião diversa dos demais.

No que concerne ao sujeito passivo é a vítima do assédio moral, podendo ser chamada de assediada, agredida. Normalmente é o subordinado, todavia, o superior também se enquadra nesse papel quando os empregados querem o tirar da posição.

O sujeito passivo se enquadra naquele trabalhador que sofre agressões verbais reiteradas e sistemáticas com intenção de hostilizá-lo, menosprezá-lo, isolá-lo de todo grupo laboral. Como consequência,

atinge sua identidade pessoal e profissional, diminuindo sua capacidade produtiva bem como a satisfação no trabalho.

Quando o processo de assédio se estabelece, a vítima é estigmatizada: dizem que é de difícil convivência, que tem mau caráter, ou então que é louca. Atribui-se à sua personalidade algo que é consequência do conflito e esquece-se o que ela era antes, ou o que ela é em outro contexto. Pressionada ao auge, não é raro que ela se torne aquilo que querem fazer dela. Uma pessoa assim açoitada não consegue manter seu potencial máximo: fica desatenta, menos eficiente de flanco aberto às críticas sobre a qualidade do seu trabalho. Torna-se, então, fácil afastá-la por incompetência profissional ou erro.¹³

Uma vez instalado o processo de assédio moral, o trabalhador assediado tende a passar por um estado psíquico precário, ficando mais apto não apenas às falhas na execução dos serviços, mas também às dificuldades de se adaptar com a organização do trabalho. Como efeito, a vítima será alvo de sanção disciplinar, podendo ser afastado do emprego por justa causa.

ESPÉCIES

Com base nos ensinamentos de Jorge Neto, Francisco Ferreira,¹⁴ o assédio moral no trabalho pode ser de quatro tipos: assédio moral vertical, assédio moral horizontal, assédio moral combinado, assédio moral ascendente.

O assédio moral vertical pressupõe uma relação de autoridade entre o superior e o subordinado. Nesse caso, o abuso de poder

¹³ HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral – a violência perversa do cotidiano**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 69.

¹⁴ JORGE NETO, Francisco Ferreira e CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho. Tomo I**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.756-757.

é bem aparente, pois o superior aproveita a sua condição de possuir poderes diretivos e disciplinares em face do empregado para praticar o assédio moral. Assim, o ambiente de trabalho deixa de ser harmônico e com qualidade e passa ser um local de desmotivação com baixo potencial criativo e produtivo.

O assédio moral cometido por superior hierárquico, em regra, tem por objetivo eliminar do ambiente de trabalho o empregado que, por alguma característica, represente uma ameaça ao superior, no que tange ao seu cargo ou desempenho do mesmo; também o empregado que não se adapta, por qualquer fator, à organização produtiva, ou que esteja doente ou debilitado. Como exemplo, temos o caso da mulher: a gravidez pode se tornar um fator de incômodo para alguns. Outrossim, o assédio moral pode ser praticado com o objetivo de eliminar custos e forçar o pedido de demissão.¹⁵

No que concerne ao assédio moral horizontal se instaura em pessoas de hierarquia idêntica, ou seja, os próprios colegas do mesmo setor. Manifesta-se através de brincadeiras maldosas, piadas, palavras agressivas, dando ensejo à humilhação e o constrangimento nas relações cotidianas entre os mais produtivos e menos produtivos.

Um dos fatores responsáveis por essa prática entre colegas está à competitividade. O mercado de trabalho atual tem estimulado muito a competitividade no rol de empregados em função de altos lucros. Com isso tem gerado práticas individualistas excessivas por parte dos competidores, influenciando negativamente na organização do trabalho e nas suas relações interpessoais.

Quanto ao assédio moral combinado implica na união estabelecida entre o superior e os demais empregados com o objetivo de humilhar a pessoa para que seja excluída da empresa.

¹⁵ ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio moral na relação de Trabalho**. 3ª Ed. Curitiba: Juruá, 2013, p.62

O assédio moral ascendente é praticado por um subordinado ou um grupo de empregados que almejam a saída do superior da empresa. Embora seja um tipo raro, acontece principalmente quando o superior hierárquico não se mostra capaz o suficiente para gerenciar os trabalhadores, talvez por falta de segurança ou experiência.

Há, também, outras classificações de assédio moral, todavia não se objetiva analisar todas as espécies, apenas as utilizadas pela maioria da doutrina.

NATUREZA JURÍDICA

No tocante à natureza jurídica do assédio moral, a doutrina aponta a discriminação e o dano moral. Tendo em vista quem pratica o assédio moral tem o propósito de excluir a vítima do ambiente de trabalho, as condutas incidem em uma forma de discriminação pelo fato de expor o empregado a uma série de desigualdades em relação aos outros colegas ou até mesmo o próprio local de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da convenção 111 (Discriminação em matéria de emprego e profissão), ratificada no Brasil em 26 de novembro de 1965, indica a discriminação como elemento violador dos direitos firmados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. No art. 1º da OIT, a discriminação é compreendida como “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão.”¹⁶

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, caput, versa “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza (...)”, combinado com o art. 7º; inciso XXX, “proibição de diferenças

¹⁶ Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/472>. Acesso em 28 de março de 2014.

de salário, de exercício de funções e critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.”¹⁷

Em suma, a discriminação também é inserida na prática do assédio moral na relação de trabalho, tendo amparo na Constituição Federal de 1988 bem como na OIT.

Por outro lado, o assédio moral pode ser considerado como uma forma de violação dos direitos da personalidade do trabalhador: a honra, a liberdade, a imagem, o nome e outros. Partindo dessa assertiva, o assédio moral gera danos morais e devem ser reparados, com fulcro no art. 5º, incisos V e X da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 927 do Código Civil.

Além do dano moral, o trabalhador pode sofrer o dano material em virtude da sua perda de produtividade ou do emprego. Assim, faz jus ao assediado pleitear danos morais e materiais.

Quanto à legislação, já foi mencionado anteriormente. Não há ainda uma lei geral que coíbe o assédio moral na relação de trabalho.

Como acontece no âmbito laboral, compete a Justiça do Trabalho julgar em matéria de assédio moral, fazendo analogia ao art. 483, alíneas b, e, da Consolidação das Leis Trabalhistas: “o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo; e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.”¹⁸ Uma vez que não há artigos específicos nesse instituto para combater e punir o assédio moral.

Em relação ao assédio moral na administração pública direta e indireta, cabe a Justiça Comum julgar, ensejando também a reparação do dano moral.

¹⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 28 de março de 2014.

¹⁸ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONSEQUÊNCIAS PARA A VÍTIMA

Qualquer conduta ou atitude abusiva direcionada de forma reiterada e sistemática contra o trabalhador atinge a sua vida pessoal e profissional, indo de encontro aos seus direitos da personalidade. Logo, afeta intensamente a sua integridade físico-psíquica, causando baixo estima, prejuízos e desqualificação no trabalho.

DANOS À SAÚDE

O assédio moral no trabalho é considerado como um fator de risco psicossocial podendo provocar sérios danos à saúde da vítima, constituindo-se em doença do trabalho, equiparada ao acidente do trabalho, com fulcro no artigos 20 e 21 da Lei da Previdência Social n. 8.213 de 24-7-1991.¹⁹

¹⁹ **Lei 8.213/91:** Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

I - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 04 de abril de 2014.

Partindo desse aspecto, compete à Comissão Interna de Prevenção contra Acidentes do Trabalho (CIPA) atuar na prevenção e combate dessa prática. Além disso, o assédio moral interfere na produtividade do empregado, conduzindo a rescisão do contrato de trabalho.

Ressalta-se, também, que o assédio moral recai nos custos operacionais da empresa, propiciando a baixa produtividade, absenteísmo, falta de motivação, aumento de erros na execução dos serviços.

De acordo com o princípio constitucional da irredutibilidade salarial, artigo 7, inciso VI da Constituição Federal de 1988, o trabalhador não poderá ter redução de salários ou descontos mediante ao baixo rendimento. Entretanto, o empregador não satisfeito com a situação poderá converter o quadro e legitimar uma dispensa por justa causa.

Não obstante ausência de satisfação e queda nos resultados na produção há situações em que o trabalhador teme o desemprego ou a instauração de um processo administrativo, tratando-se de servidor, suporta dor e humilhações em silêncio.

Em decorrência dos fatos acima, certos indivíduos dedicam-se arduamente às atividades do trabalho. Em consequência, adquirem uma sobrecarga muito grande provocando desgaste físico e mental.

Os principais danos no que se refere à saúde do trabalhador levam ao estresse, a falta de concentração e apetite, dependendo da intensidade o indivíduo pode ter casos de insônia ou sonolência durante o expediente evoluindo para uma depressão.

Como já foi citado anteriormente, o assédio moral equipara-se ao acidente de trabalho. Analisa-se, então, que o assédio moral gera efeitos sob ao aspecto previdenciário, uma vez que o trabalhador poderá ser afastado do ambiente laboral mediante aos danos oriundos dessa prática, ficando na condição do auxílio-doença, auxílio-acidente ou até mesmo aposentadoria por invalidez.

Obviamente, para que haja a doença do trabalho em virtude do assédio moral é preciso ocorrer o dano à saúde física e mental do

trabalhador, a incapacidade de executar as atividades laborativas temporária ou permanente e o nexo de causalidade.

Sendo assim, é assegurado para o trabalhador assediado as garantias fixadas no artigo 118 da Lei 8. 213/91: “o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.”²⁰

Além do mais, a jurisprudência já reconheceu a prática do assédio moral no trabalho como doença ocupacional, dando ensejo ao benefício acidentário:

TJ-DF - Apelacao/Reexame necessario APO
20100111867725 DF 0032967-38.2010.8.07.0015 (TJ-DF)
Data de publicação: 26/09/2013

Ementa: PREVIDENCIÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA VERIFICADA EM PERÍCIA JUDICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA DEVIDO. CONVERSÃO EM BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. 1. O AUXÍLIO-DOENÇA É DEVIDO AO SEGURADO QUE SOFRE LIMITAÇÃO EM SUA CAPACIDADE LABORAL EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO, FICANDO INCAPACITADO DE RETORNAR ÀS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, ATÉ QUE SE PROMOVA A SUA REABILITAÇÃO EM ATIVIDADE QUE LHE ASSEGURE A SUBSISTÊNCIA. 2. AS PROVAS TESTEMUNHAIS DEMONSTRAM QUE A AUTORA FOI ALVO DE DISCRIMINAÇÃO, DE DEPRECIAÇÃO PROFISSIONAL E HUMILHAÇÕES PÚBLICAS, NA PRESENÇA DOS DEMAIS EMPREGADOS, DECORRENDO TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS DOS QUAIS A PARTE NÃO SE RECUPEROU, ESTANDO TEMPORARIAMENTE IMPOSSIBILITADA DE RETORNAR AO TRABALHO. 3.

²⁰ **Lei 8.213/91.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 18 de abril de 2014

CONSTATADA A INCAPACIDADE LABORATIVA, IDENTIFICADA NA IMPOSSIBILIDADE DEFINITIVA DE RETORNO AO TRABALHO HABITUAL, CABÍVEL A CONVERSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO EM SEU HOMÔNIMO ACIDENTÁRIO. 4. REMESSA DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDOS.

Encontrado em: CONHECER. NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME 5ª Turma Cível Publicado no DJE : 26/09/2013. Pág.: 93.²¹

Apesar da vítima do assédio moral no trabalho pleitear direitos e garantias de natureza previdenciária, o assediador não se exime da reparação do dano material e moral.

DANO MATERIAL

No tocante ao dano material, consiste em um prejuízo ou até mesmo uma perda que afeta o patrimônio corpóreo de uma pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado. Consoante o artigo 402 do Código Civil de 2002: “salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.”²²

Com as preleções do artigo acima, o dano material se classifica em danos emergentes e lucros cessantes. O primeiro se constitui na efetiva perda do patrimônio da vítima, ao passo que o segundo se refere aos valores que o indivíduo deixou de auferir.

Em relação à vítima do assédio moral, o dano material se

²¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Apelação/Reexame necessário APO 20100111867725 DF 0032967-38.2010.8.07.0015**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

²² CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

concretizará a medida que haja queda da sua produtividade em decorrência das faltas no trabalho por razões das doenças que desenvolve ou para evitar o assédio. Ademais, o comportamento faltoso do assediado pode ocasionar rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Não se pode olvidar que o empregador também sofre prejuízos econômicos em razão do assédio moral. Além da redução de produtividade e dos lucros aumentarão custos para a empresa mediante substituição do empregado assediado bem como o pagamento dos direitos rescisórios e indenizações compensatórias.

Assim como o empregador acresce ao Estado os gastos com a saúde do trabalhador ao conceder auxílio-doença.

DANO MORAL

Segundo Cavalieri Filho²³, o dano moral é definido como a agressão da dignidade humana à luz da Constituição vigente, configurando-se quando há dor, vexame, sofrimento ou humilhação que fuja da normalidade, interferindo de forma intensa no comportamento psicológico da vítima, provocando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Sendo assim, acrescenta:

Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.

²³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9.ed, rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

Dor, vexame, sofrimento e humilhação são consequência, e não causa. Assim como a febre é o efeito de uma agressão orgânica, dor, vexame e sofrimento só poderão ser considerados dano moral quando tiverem por causa *uma agressão à dignidade de alguém*.²⁴

Faz-se necessário ter a presença de determinados requisitos para que haja a caracterização do dano moral. Este afeta a personalidade do trabalhador, portanto, deve ser real, sucessivo e efetivo, não se admite hipóteses ou mera possibilidade de ocorrência.

O dano também deve ser atual. A demora de postular em juízo a reparação supõe que a vítima remitiu a ofensa. O nexo de causalidade entre o dano e o fato é imprescindível para que ocorra o dano moral.

No que concerne ao aspecto legitimidade, o ofendido que deve ser a parte legítima para postular o dano moral. Este se classifica como pessoal por atingir o corpo, a liberdade, a imagem, a intimidade da vítima.

E, por fim, é necessário cometer ato ilícito para configurar o dano, como versa o artigo 186 do Código Civil de 2002: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”²⁵

Miguel Reale classifica o dano moral em objetivo e subjetivo. O dano moral objetivo afeta a imagem do indivíduo dentro do seu grupo social. Quanto ao dano moral subjetivo “se correlaciona com o mal sofrido pela pessoa em sua subjetividade, em sua intimidade psíquica, sujeita a dor ou sofrimento intransferíveis

²⁴ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9.ed, rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010, p.87.

²⁵ CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

porque ligados a valores de seu ser subjetivo, que o ilícito veio penosamente subverter, exigindo inequívoca reparação.”²⁶

Vale ressaltar que o dano moral é uma consequência do assédio moral devido ao agente violar o direito de personalidade do trabalhador. Então, juridicamente, a vítima do assédio moral no trabalho faz jus o direito à reparação do dano moral.

PROVAS

As provas são instrumentos necessários para a comprovação da existência do fato, embora condutas configuradoras do assédio moral sejam muito difíceis de provar.

De acordo com o artigo 332 do Código de Processo Civil: “todos os meios legais, bem como moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou defesa.”²⁷

Associa-se também o artigo 212 do Código Civil de 2002²⁸ que admite à confissão, documento, testemunha, presunção, perícia como meios de provar o fato jurídico.

Destaca-se que incumbe à vítima apresentar sinais que conduzam a comprovação da prática do assédio, como reza o artigo 818 da Consolidação das Leis Trabalhistas: “a prova das alegações incumbe à parte que as fizer”²⁹; combinado com o artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil: “o ônus da prova incumbe – I- ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.”³⁰

Obviamente, há vítimas que têm medo de se expor ou perder

²⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 28. apud REALE, Miguel. **Temas de direito positivo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, p. 23.

²⁷ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

²⁸ CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

²⁹ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

³⁰ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

o emprego se calam, assim como testemunhas que possam confirmar as condutas do assediador, fazem o pacto de silêncio para não se comprometer.

No entanto, quanto aos danos físicos e psíquicos podem ser provados através da prova pericial. Sendo assim, o juiz pode também aferir os fatos por meio da presunção, uma vez que esse meio de prova é admitido pelo Código Civil de 2002, citado acima.

CONSEQUÊNCIAS PARA O ASSEDIADOR

A prática do assédio moral não só traz consequências para a vítima, mas também para o assediador, devendo ser onerosas e punitivas.

Ao trabalhador de empresas privadas quando comprovado de ser o agente da prática ocasiona na rescisão do contrato de trabalho.

Em relação aos funcionários públicos, há tramitações de projeto no Senado Federal com o fito de enquadrar o assédio moral com ato de improbidade, resultando na perda do cargo.

Ademais, o assediador tem o dever de indenizar a vítima pelos danos que lhe causou. Ressalta-se que o Estado e o empregador, mesmo este não sendo o agente, possui a responsabilidade civil pelas vítimas.

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

De acordo com as espécies do assédio moral, o sujeito ativo recai tanto na figura do empregador ou superior hierárquico quanto na do colega de trabalho.

No caso do assediador ser o empregado bem com o superior hierárquico, o empregador poderá usar do seu poder disciplinar e diretivo imputar a rescisão do contrato de trabalho com justa causa, tendo previsão no dispositivo do artigo 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas, alíneas b, j e k:

Constituem justa causa pela rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: b) incontinência de conduta ou mau procedimento; j) ato lesivo da honra ou boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; k) ato lesivo da honra ou boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.³¹

Destaca-se que a incontinência de conduta ou mau procedimento caracteriza o modo de ser do indivíduo, podendo abranger as demais justas causas postuladas no artigo apurado.

A prática do ato lesivo da honra ou boa fama violam os direitos da personalidade do trabalhador, configurando o assédio moral. Para tanto, o assediador tem a intenção de macular a imagem das vítimas, indo de encontro aos princípios de lealdade e boa-fé nas relações de trabalho.

Em suma, o assédio moral cometido tanto pelo superior hierárquico quanto pelo empregado representa um grande mal para a organização do trabalho seja a nível financeiro seja nas relações humanas que formam as classes de trabalhadores.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Como já foi mencionado anteriormente, o assédio moral vem ganhando espaço não apenas no setor privado, mas também no âmbito do serviço público.

Nota-se que o serviço público é regido pelos princípios administrativos do artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e os Municípios

³¹ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade. e eficiência [...].”³²

Vale ressaltar o princípio da moralidade como fator relevante para o tema em questão. Com base na instituição do princípio, a Administração e seus agentes devem atuar em conformidade com os princípios éticos da lealdade e boa-fé.

A inclusão do princípio da moralidade administrativa na Constituição foi um reflexo da preocupação com a ética na Administração Pública e com o combate à corrupção e à impunidade no setor público. Até então, a improbidade administrativa constituía infração prevista e definida apenas para os agentes políticos. Para os demais, punia-se apenas o enriquecimento ilícito no exercício do cargo. Com a inserção do princípio da moralidade na Constituição, a exigência de moralidade estendeu-se a toda a Administração Pública, e a improbidade ganhou abrangência maior, porque passou a ser prevista e sancionada com rigor para todas as categorias de servidores públicos e a abranger infrações outras que não apenas o enriquecimento ilícito.³³

Não se pode olvidar que a inserção do princípio da moralidade na Constituição levou à ampliação do princípio da legalidade, abrangendo-se outros tipos de valores, tal como da razoabilidade, honestidade, economicidade com o fito de assegurar a boa administração e a disciplina interna na Administração Pública.

Partindo desses aspectos, o assédio moral no âmbito do serviço público tem a probabilidade de se enquadrar no campo da improbidade administrativa por atentar contra os princípios

³² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 de maio de 2014.

³³ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2010, p. 817.

da Administração Pública, como reza o artigo 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa n. 8.429/92: “constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]”.³⁴

O Superior Tribunal de Justiça recebeu diversos casos de abusos cometidos por agentes públicos contra colegas de trabalho, subordinados ou público em geral. Em setembro do ano de 2013, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça pelo voto da ministra relatora Eliana Calmon reconheceu o assédio moral como ato de improbidade administrativa.

O caso em tela se tratava do prefeito de uma cidade gaúcha que teria colocado a servidora em uma sala de reunião por quatro dias, ameaçando-a em deixar em disponibilidade além de ter concebido férias forçadas de trinta dias.³⁵

A ministra relatora aponta o caso clássico de assédio moral agravado por motivo torpe:

A meu sentir, estamos diante de caso clássico de assédio moral, agravado por motivo torpe.[...]

A partir dessas premissas, não tenho dúvida de que comportamentos como o presente enquadram-se em ‘atos atentatórios aos princípios da administração pública’, pois violam os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições’, em razão do evidente abuso de poder, desvio de finalidade e mal ferimento à impessoalidade, ao agir deliberadamente em prejuízo de alguém. Ademais, consoante já mencionado,

³⁴ LEI 8.429/92. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 02 de maio de 2014.

³⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.286.466. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/processo/justica/detalhe.asp?numreg=201100585605>. Acesso em 17 de Novembro de 2013; 02 de maio de 2014.

está absolutamente caracterizado o elemento subjetivo na hipótese, a título de dolo genérico.³⁶

Conforme os dados da decisão da Turma restabeleceu integralmente a sentença, confirmando a perda dos direitos políticos e multa equivalente a cinco anos de remuneração mensal à época dos fatos.³⁷

Apesar da decisão da prática do assédio moral constituir em improbidade administrativa por violar os princípios regidos do artigo 37, caput, da Constituição Federal³⁸ ainda não é matéria consolidada pela Corte Superior, pois ocorrem divergências nos julgamentos de casos apreciados no Tribunal acerca do tema.

Destaca-se o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul anulou a condenação do caso acima, por entender que os atos praticados “não guardavam qualquer relação com a moralidade administrativa” prevista na Lei de Improbidade (Lei 8.429/92).³⁹

Em janeiro de 2014, saiu o projeto de lei do Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que criminaliza a prática do assédio moral na administração pública, enquadrando como ato de improbidade administrativa. Ressalta-se que a matéria (PLS

³⁶ CONSULTOR JURÍDICO. STJ considera assédio moral ato de improbidade. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-set-07/stj-enquadra-assedio-moral-improbidade-multa-ex-prefeito>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

³⁷ Idem.

³⁸ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em; 02 de maio de 2014.

³⁹ CONSULTOR JURÍDICO. STJ considera assédio moral ato de improbidade. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-set-07/stj-enquadra-assedio-moral-improbidade-multa-ex-prefeito>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

121/2009) tem parecer favorável do relator, senador Pedro Taques (PDT-MT).⁴⁰

RESPONSABILIDADE CIVIL

O assediador deve reparar o dano que causou à vítima assim como o empregador, mesmo não sendo ele o agente. Trata-se de responsabilidade subjetiva e objetiva, respectivamente.

A responsabilidade subjetiva está pautada na precisão de provar o dolo ou culpa do agente em produzir o resultado. É essencial observar os seguintes aspectos: o ato de violar o dever jurídico, a existência do dolo ou culpa, o nexa causal. No caso do assédio moral no trabalho, o assediador seja o próprio empregador seja um empregado, responderá de forma subjetiva pelo dano causado.

Já a responsabilidade objetiva não há necessidade de comprovação do dolo ou da culpa, pois a lei prevê a responsabilidade em função do risco causado para terceiros. Entretanto, **é preciso que haja o nexa causal.**

Então, caberá ao empregador a responsabilidade objetiva, com fulcro no artigo 932, inciso III do Código Civil. “São também responsáveis pela reparação civil: III- o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.”⁴¹

No caso do servidor público, a responsabilidade objetiva será do Estado como apresenta o artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal de 1988: “as pessoas jurídicas de direito público e as de privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,

⁴⁰ FRANCO, Simone. Portal de notícias. **Assédio moral poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa.** Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/01/16/assedio-moral-podera-ser-enquadrado-como-ato-de-improbidade-administrativa>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

⁴¹ CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”⁴²

No que tange à vítima do assédio moral assegura o direito da reparação dos danos sofridos com os fundamentos equiparados aos dispositivos citados a seguir:

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, incisos V e X, respectivamente: V- “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;”⁴³ X- “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.”⁴⁴

O artigo 927, caput, do Código Civil de 2002: “aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo;”⁴⁵

O artigo 947 do Código Civil de 2002: “no caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido pode haver sofrido;”⁴⁶

O artigo 953, caput, do Código Civil de 2002: “a indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.”⁴⁷

Apesar de a legislação trabalhista ser omissa a cerca do

⁴² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 24 de abril de 2014.

⁴³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 28 de março de 2014.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

assédio moral nas relações individuais e coletivas trabalhistas, a jurisprudência tem reconhecido a figura do assédio moral no trabalho e o cabimento da reparação dos danos decorrentes:

TRT-14 - RECURSO ORDINARIO TRABALHISTA RO 73320070041400 RO 00733.2007.004.14.00 (TRT-14)

Data de publicação: 27/02/2008

Ementa: ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. VIOLÊNCIA MORAL COMPROVADA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

A figura do assédio moral no ambiente de trabalho é prática antiga, mas apenas recentemente se reconhece sua existência e reparação. É uma forma de violência moral, acima de tudo, um desrespeito à dignidade da pessoa humana, ao que, restando comprovado o assédio é devida a indenização. Recurso Improvido.

Encontrado em: PRIMEIRA TURMA DETRT14 n.036, de 27/02/2008 - 27/2/2008 ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO;... VIOLÊNCIA MORAL COMPROVADA; INDENIZAÇÃO DEVIDA; RECURSO ORDINARIO TRABALHISTARO 73320070041400 RO 00733.2007.004.14.00 (TRT-14) JUIZA VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR⁴⁸

TJ-PR - Apelação Cível AC 7279503 PR 0727950-3 (TJ-PR)

Data de publicação: 22/02/2011

Ementa: APELANTE 1: MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI APELANTE 2 : MOACIR ANDREOLLA APELADO : CLAUDOVINO MORENO CASTILHO RELATOR : DES. RUBENS OLIVEIRA FONTOURA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - SERVIDOR

⁴⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. **Recurso Ordinário Trabalhista RO 73320070041400 RO 00733.2007.004.14.00**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 26 de abril de 2014.

PÚBLICO - ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO EM DECORRÊNCIA DE RETALIAÇÃO POLÍTICA - PREFEITO QUE UTILIZOU DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA PARA FINS DE OBJETIVOS PESSOAIS - COLOCAÇÃO DE SERVIDORES EM SALA INSALUBRE E SEM VENTILAÇÃO, EM LOCAL FORA DO PRÉDIO DA PREFEITURA, ONDE PERMANECEU OCIOSO E SEM FUNÇÃO DEFINIDA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE - INDENIZAÇÃO DEVIDA - REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO - IMPOSSIBILIDADE - APELOS DESPROVIDOS. 1 - A conduta abusiva do administrador público com o intuito de menosprezar o servidor, colocando-o em situação de fragilidade desestabilizando-o emocionalmente, depreciando suas qualidades profissionais e pessoais, com profundo abalo na auto-estima, capaz de comprometer o seu equilíbrio no convívio social enseja o pagamento de indenização a título de danos morais, nos termos dos arts. 5º, X, da CF e 186 do Código Civil, 2 - Configurada a existência do assédio moral, cabe ao magistrado dever quantificar a indenização, arbitrando-a com moderação, de forma que represente reparação ao ofendido pelo dano, sem, contudo, atribuir-lhe enriquecimento sem causa.⁴⁹

TJ-DF - Apelação Cível APC 20120111330585 DF 0007073-80.2012.8.07.0018 (TJ-DF)

Data de publicação: 12/03/2014

Ementa: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E

⁴⁹ BRASIL.Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível AC 7279503 PR 0727950-3**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 26 de abril de 2014.

DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL SUPOSTAMENTE PRATICADO POR DIRETORA DE ESCOLA CONTRA PROFESSORA QUE ALEGA QUE FOI VÍTIMA DE ATOS DE HUMILHAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO .AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS SOFRIDOS. ATOS ISOLADOS. (ART. 333 , I , CPC). MERO DISSABOR OU ABORRECIMENTO. 1. PARA CARACTERIZAR O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, É PRECISO QUE OCORRA UMA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EXTREMA DE FORMA SISTEMÁTICA E FREQUENTE E DURANTE TEMPO PROLONGADO, COM O OBJETIVO DE PERTURBAR O EXERCÍCIO DO TRABALHO, COM A FINALIDADE DE QUE A PESSOA ASSEDIADA DEIXE O EMPREGO. 2. A PROVA COLHIDA NOS AUTOS, EM ESPECIAL A TESTEMUNHAL, NARRA FATOS ISOLADOS, NÃO DEMONSTRANDO O ASSÉDIO MORAL SE QUE CARACTERIZA POR ATOS REITERADOS E DE OFENSA INTENSIFICADA. 3. DESTA FORMA, NÃO HÁ COMO DEFERIR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DA AUTORA, PROFESSORA DA REDE PÚBLICA QUE ALEGA SER VÍTIMA DE ATOS DE HUMILHAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO. NÃO OBSTANTE A RELEVÂNCIA DOS SEUS ARGUMENTOS, O COTEJO PROBATÓRIO REVELOU-SE FRÁGIL, NÃO TENDO SE DESINCUMBIDO DE PROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. (ART. 333 ,I, DO CPC). 4. DEVE-SE LEVAR EM CONTA QUE A CARREIRA DE PROFESSOR É ÁRDUA E, MUITAS VEZES, INCOMPREENSÍVEL. PORÉM, QUANDO OCORRE UM MAL ENTENDIDO ENTRE COLEGAS DA MESMA PROFISSÃO, FATO CORRIQUEIRO ENTRE NÓS SERES HUMANOS, O QUE SE TEM A FAZER É OPTAR PELO DIÁLOGO, PONDERAÇÃO, SOPESAR AS ATITUDES E SE ARRIMAR COM MAIS AFINCO AO TRABALHO. 3. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.

Encontrado em: CONHECER. NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME. 5ª Turma Cível Publicado no DJE : 12/03/2014 . Pág.: 183 -... 12/3/2014 IMPROCEDÊNCIA, INDENIZAÇÃO, DANO MORAL, INADIMPLEMENTO, CONTRATO, INOCORRÊNCIA, VIOLAÇÃO.⁵⁰

Os julgados acima transcritos demonstram a tendência dominante nos Tribunais Superiores.

Por outro lado, há casos em que a vítima toma coragem, quebra o pacto de silêncio e entra em juízo pleiteando os danos morais, todavia, a jurisprudência não considera a indenização devida por entender que as provas não são robustas, devendo comprovar o ato ilícito:

TRT-14 - RECURSO ORDINARIO TRABALHISTA RO 3320080061400 RO 00033.2008.006.14.00 (TRT-14)

Data de publicação: 12/05/2008

Ementa: ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. ÔNUS PROBATÓRIO DO AUTOR. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA - Segundo as regras de distribuição do ônus probatório estabelecidas pelo inc. I do art. 333 do CPC c/c art. 818 da CLT , indevida é a indenização por dano decorrente de assédio moral no ambiente de trabalho, porquanto não comprovada a ocorrência deste ilícito, não autorizando o Juízo a aplicar condenação, já que as provas devem ser robustas o suficiente para ver deferido o pedido. Sentença mantida.

Encontrado em: PRIMEIRA TURMA DETRT14 n.084, de 12/05/2008 - 12/5/2008ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO; ÔNUS... ORDINARIOTRABALHISTA RO

⁵⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Apelação Cível APC 20120111330585 DF 0007073-80.2012.8.07.0018**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

3320080061400 RO 00033.2008.006.14.00 (TRT-14) JUIZA VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR⁵¹

TJ-SC - Apelação Cível AC 20110847110 SC 2011.084711-0 (Acórdão) (TJ-SC)

Data de publicação: 24/09/2012

Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. ALEGAÇÕES NÃO COMPROVADAS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. “O servidor público que se diz vítima de assédio moral por superior hierárquico não se equipara ao ‘terceiro’ aludido no § 6º do art. 37 da Constituição Federal . Desse modo, para fins do estabelecimento da obrigação indenizatória, além da comprovação do evento danoso, do dano moral e do nexo de causalidade entre ambos, é indispensável a demonstração da culpa do ente público, em qualquer uma de suas vertentes. (AC n. , Des. Luiz César Medeiros).⁵²

No tocante à prova do assédio moral e do dano para efeito de responsabilização civil se torna bastante complicado pelo fato da conduta proveniente do assédio moral ser oculta, afetando a esfera íntima e subjetiva da vítima. Dessa forma, importa para o magistrado analisar todos os indícios que levam a crer na existência do evento danoso.

⁵¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. **Recurso Ordinário Trabalhista RO 3320080061400 RO 00033.2008.006.14.00(TRT-14)**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

⁵² BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível AC 20110847110 SC 2011.084711-0** (Acórdão) (TJ-SC). Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

CRIMINALIZAÇÃO

Evidencia-se que o assédio moral, além da esfera trabalhista e cível, gera consequências no âmbito penal. Embora o assédio moral não seja constituído como crime no Código Penal Brasileiro.

Em razão do tipo de conduta praticado pelo assediador, poderá levar a vítima ao suicídio. Este fato se configura o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio de acordo com o artigo 122 do Código Penal: “induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça com pena de reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o suicídio se consuma, ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal grave.”⁵³

Ademais, o assédio moral se integra no tipo penal previsto para os crimes contra honra como difamação e injúria, artigos 139 e 140 do Código Penal, respectivamente: “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação com pena de detenção, de 3 (três) meses a 1(um) ano, e multa”; “injuriar alguém, o com pena de detenção, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro com pena de detenção, de 1 (um) a “(seis) meses ou multa.”⁵⁴

Ainda no Código Penal, verifica-se o crime de periclitación da vida e da saúde no que diz respeito aos maus-tratos, artigo 136: expor perigo a vida ou saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado quer abusando de meios de correção e disciplina com pena de detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa.⁵⁵

⁵³ Código Penal. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

E, por fim, os crimes contra liberdade individual do tipo constrangimento ilegal previsto no artigo 146 do Código Penal: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que lei permite, ou fazer não manda, com pena de detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.”⁵⁶

Há no Congresso Nacional o Projeto de Lei Federal 4.742/01 de iniciativa do deputado federal pelo PL-PE Marcus de Jesus que visa reformar o Código Penal Brasileiro introduzindo o artigo 146-A para tipificar criminalmente o assédio moral: “desqualificar, reiteradamente, por meio de palavras, gestos ou atitudes, a autoestima, a segurança ou a imagem do servidor público empregado em razão de vínculo hierárquico laboral. Pena: detenção de 3 (três) meses a um ano e multa.”⁵⁷

Além do projeto de lei supramencionado, há o de iniciativa do deputado federal do PCdoB/CE Inácio Arruda, Projeto de Lei Federal 5.971/01, introduzindo no Código Penal Brasileiro o crime de Coação Moral no Ambiente de Trabalho previsto no artigo 203-A:

coagir moralmente empregado no ambiente de trabalho, através de atos ou expressões que tenham por objeto atingir a dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica. Pena: detenção, de 1(um) a 2 (dois) anos, e multa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assédio moral constitui em uma prática ilícita e reprovável que viola os direitos da personalidade do trabalhador. Além de

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ PROJETO DE LEI FEDERAL 4.742/01. **Projeto de Reforma do Código Penal sobre o Assédio Moral**. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article81>. Acesso em 10 de maio de 2014.

gerar nestes efeitos nocivos: danos à saúde, prejuízos materiais, morais. Uma vez doente, deprimido o assediado se torna um encargo tanto para a empresa quanto para o Estado.

O empregador público ou privado sofre consequências patrimoniais imediatas e sem contabilizadas, trata-se da substituição da mão de obra devido à queda na produtividade e o absenteísmo da vítima, bem como as despesas com indenizações. O Estado gasta em nível de benefícios previdenciários. Logo, o indivíduo acometido de doença em virtude do assédio moral caracteriza em doença de trabalho.

Sem dúvida, a prática do assédio moral no ambiente de trabalho ocasiona perdas em todos os sentidos. Ademais, instala uma atmosfera negativa e desarmônica influenciando no desempenho no quadro de trabalhadores de um modo geral.

Ressalta-se que o assédio moral se configura a uma conduta dolosa, pois o assediador tem a intenção de produzir na vítima o resultado, provocando humilhações, constrangimento de forma repetitiva e sistemática. Por isso, faz-se necessário a tipificação dessa prática em crime de modo que o agente seja punido pelo ato.

Não basta reparação pelo dano moral e material, importa na perda do cargo em caso de agente público. Pode-se concluir que a prática do assédio moral se constitui em ato de improbidade administrativa violando os princípios da Administração Pública presentes no artigo 37, caput da Constituição Federal combinado com o artigo 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa n. 8.429/92.

No tocante às empresas privadas, o ordenamento jurídico tem previsto a possível utilização de certos dispositivos legais com o fito de rescindir o contrato de trabalho. No caso do empregado assediado poderá pleitear a rescisão indireta com base na previsão do artigo 483 da Consolidação das Leis Trabalhistas. Já o empregador poderá despedir por justa causa o empregado assediador nos termos do artigo 482 do mesmo instituto.

Salienta-se, também que o empregador poderá ingressar com a ação de regresso em face do empregado assediador

pelas indenizações asseguradas à vítima. Uma vez que a responsabilidade civil sempre compete ao empregador e ao Estado quando se tratar de agentes públicos. Malgrado o assédio moral ocorre com mais frequência na pessoa do empregador ou superior hierárquico contra o subordinado.

É de extrema importância que haja adoção de medidas preventivas para evitar a disseminação do assédio moral no ambiente de trabalho. Criações de cartilhas, palestras a respeito do tema, ainda não são suficientes para combater. Pode se exigir da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) uma atuação intensa no que se refere à prevenção de doenças em decorrência do assédio moral.

Os sindicatos da classe devem exercer a função de fiscalização e tutelar em favor do interesse individual e coletivo contra o assédio moral, defendendo a categoria a ter um ambiente de trabalho sadio, respeitoso, dinâmico e solidário com intuito de elevar sua qualidade de vida.

Portanto, o assédio moral atenta contra a dignidade da pessoa humana que é um princípio constitucional, afetando também os direitos da personalidade como a honra, privacidade, integridade física e psíquica, interferindo maleficamente na vida do assediado e, por isto, é forçoso concluir que urge a necessidade de mudança cultural quanto ao tratamento jurídico da conduta assediadora e o direito, através do legislador competente, introduzir normas aptas a penalizar eficazmente o autor do assédio no campo civil e penal.

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Assédio moral na relação de Trabalho**. 3ª Ed. Curitiba: Juruá, 2013;

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr 75, 2011;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.>

planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 28 de março de 2014;

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível AC 20110847110 SC 2011.084711-0 (Acórdão) (TJ-SC)**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Apelação Cível APC 20120111330585 DF 0007073-80.2012.8.07.0018** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível AC 7279503 PR 0727950-3**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 26 de abril de 2014.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. **Recurso Ordinário Trabalhista RO 73320070041400 RO 00733.2007.004.14.00**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 26 de abril de 2014.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. **Recurso Ordinário Trabalhista RO 3320080061400 RO 00033.2008.006.14.00 (TRT-14)**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Ass%C3%A9dio+moral+no+ambiente+de+trabalho>. Acesso em 02 de maio de 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 24. ed, rev, ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011;

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9.ed, rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010;

CÓDIGO CIVIL DE 2002. 9ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013;

CÓDIGO PENAL. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013;

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2013;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2010;

HEINZ, Leyman. **The Content and Development of Mobbing at work**. European Journal of Work and Organizational Psychology, 1996, 5(2), 165-184. Disponível em:
<http://www.zku.amu.edu.pl/kuba/angelski/mobbing1.pdf>. Acesso em 28 de março de 2014;

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral – a violência perversa do cotidiano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012;

JORGE NETO, Francisco Ferreira e CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. Tomo I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010;

JURISPRUDÊNCIA DA CORTE: **Assédio moral no serviço público é considerado improbidade**. Consultor Jurídico. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-nov-11/stj-assedio-moral-servico-publico-considerado-ato-improbidade>. Acesso em 15 de Novembro de 2013;

_____. **REsp 1.286.466**. Disponível em <http://www.stj.jus.br/webstj/processo/justica/detalhe.asp?numreg=201100585605>. Acesso em 17 de Novembro de 2013;

Lei nº 1.163. **Lei contra o assédio moral da cidade Iracemápolis – SP**. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article56>. Acesso em 18 de junho de 2014

Lei 8.213/91. **Lei de Previdência Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 18 de abril de 2014;

Lei n. 8. 429/92. **Lei de Improbidade Administrativa**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 06 de Janeiro de 2013;

LUPI, Carlos. Ministro do Trabalho e Emprego. **Cartilha**

Assédio Moral e Sexual. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB9D387013CFE571F747A6E/CARTILHAASSEDIOMORALESEXUAL%20web.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2014;

MARTINS, Sergio Pinto, apud BRODSKY, Carol M. **The harassed worker.** D.C. Health and Company, Lexinton, 1976;

MARTINS, Sérgio Pinto. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 28. apud REALE, Miguel. **Temas de direito positivo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, p. 23;

MARTINS, Sergio Pinto. **Assédio Moral no Emprego.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013;

Ministério Público do trabalho do Estado do Paraná. **Assédio Moral e Sexual.** Disponível em: http://www.prt1.mpt.gov.br/cartilhas/cartilha_ass_moral.pdf. Acesso em 04 de abril de 2014;

Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/472>. Acesso em 28 de março de 2014;

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Noções conceituais sobre o assédio moral na relação de emprego.** Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/text.asp?id=8838> Acesso em: 08.12.2013;

PROJETO DE LEI FEDERAL 4.742/01. Projeto de Reforma do Código Penal sobre o assédio moral. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article81>. Acesso em 10 de maio de 2014;

PROJETO DE LEI FEDERAL 5.971/01. Projeto de Reforma do Código Penal sobre Coação moral. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article82>. Acesso em 10 de maio de 2014;

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos da União. **Cartilha sobre Assédio Moral.** Disponível em: <http://www.ouvidoria.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2014.

PORQUE NEUROAPRENDIZAGEM?

ÁREA: HUMANAS

Luís Freire¹

Resumo: O objetivo deste ensaio é mostrar a importância das pesquisas atualmente em curso na Neurociência, indicando alguns de seus possíveis impactos nos processos educacionais. Esses processos, que até bem pouco tempo eram concentrados sobre questões ligadas ao Ensino e suas Metodologias, hoje podem ser amplamente apoiados pelos conhecimentos que começaram a surgir a partir da “década do cérebro” – os anos de 1990 a 1999 - sobre como o cérebro aprende. Como exemplo, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na Inglaterra e publicada em revista acadêmica, que mostrou alterações estruturais e de configuração no cérebro de taxistas londrinos que passaram por um longo processo de treinamento. As imagens dos cérebros desses taxistas são uma evidência física das mudanças neles ocasionadas pelo Aprendizado. Todavia, enquanto nos países mais avançados esse tema está a provocar uma verdadeira revolução nos processos educacionais, em nosso país o cérebro continua sendo uma caixa preta para nossos educadores, que vão para a sala de aula com pouco ou nenhum conhecimento formal sobre esse órgão, exatamente o órgão que eles precisam trabalhar profissionalmente. É apontado que essa pode ser uma das razões para os deprimentes resultados obtidos pelo Brasil na avaliação PISA de 2012, na qual continuamos a figurar entre os

¹ Doutor em Psicologia pela UnB – Universidade de Brasília; Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge; CST – Gestão de Recursos Humanos; prof Luisfreire@gmail.com

piores resultados num grupo de 65 países. Finalizando o artigo, é apresentado uma abordagem que alinha os processos de ensino com a aprendizagem baseada no cérebro, ou Neuroaprendizagem, mostrando que ela não é uma metodologia de ensino, mas uma base para que as metodologias consigam melhores resultados naquilo que é o objetivo final de toda metodologia de ensino: o aprendizado dos alunos.

PALAVRAS CHAVES: NEUROCIÊNCIAS, METODOLOGIAS DE ENSINO, APRENDIZAGEM.

Durante os séculos XVI a XX, a Ciência estabeleceu as bases de conhecimento do mundo material, fundamentado na Física e nas disciplinas científicas a ela associadas. Esse empreendimento continua em andamento, mas no século XXI a Neurociência, juntamente com as disciplinas correlacionadas, vem revelando aos poucos as bases cerebrais de nosso comportamento, de nossas atitudes, de nossa aprendizagem.

Até cerca de vinte anos atrás, a Mente e seu substrato material, o Cérebro, constituíam uma “caixa preta”, porque não tínhamos acesso ao cérebro humano “vivo”. Quase tudo que sabíamos sobre o cérebro era derivado de análises dos cérebros “mortos”, normalmente realizadas em busca da explicação de alguma anomalia comportamental observada enquanto a pessoa ainda estava viva; ou então de alguns poucos experimentos realizados com animais. A dificuldade de observar o cérebro vivo impedia a obtenção de respostas objetivas a perguntas fundamentais sobre o comportamento humano, dentre as quais aquela que interessa a todo educador: como o ser humano aprende?

Em face dessa realidade, o ensino se baseava principalmente em *insights* e teorias sobre a Mente – apesar das controvérsias (ainda existentes) sobre o que realmente significa “Mente”, e que geraram as inúmeras correntes de pensamento sobre esse fenômeno. Hoje compreendemos a fantástica percepção de educadores, como Piaget, Vygotsky, Leontiev, Skinner, Ausubel, Wallon e tantos outros,

inclusive o “nosso” Paulo Freire. Muitos de seus *insights* estão sendo confirmados objetivamente pela Neurociência.

Esta situação começou a mudar nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir de 1990. Em face dos altos custos gerados por doenças de origem cerebral, que além de incapacitar as pessoas para o trabalho trazia elevados gastos aos planos de saúde nos Estados Unidos, em maio de 1990 o congresso americano instituiu formalmente a década de 1990/1999 como a “década do cérebro” (TOKUHAMA-ESPINOSA, 2011), destinando recursos e concedendo incentivos fiscais para a pesquisa neurológica. Por essa mesma época, o avanço da tecnologia de obtenção de imagens por computador propiciou o desenvolvimento do que passou a ser conhecido como *imageamento cerebral*: técnicas não invasivas que permitem perceber o cérebro em funcionamento a partir de sua observação em imagens projetadas na tela de um computador (JONES, 2014).

Com esses acontecimentos, as pesquisas em Neurociência e nas disciplinas relacionadas obtiveram um grande impulso. Assim como a Física foi a disciplina líder no século XX no esforço científico para conhecimento da Natureza em seus aspectos materiais, a Neurociência será a disciplina líder no século XXI, no esforço para conhecermos a Mente humana e seu substrato material – o Cérebro, o qual para muitos pesquisadores é “o sistema natural mais complexo do Universo conhecido” (GOLDBERG, 2002, p. 45).

Graças aos avanços já obtidos, está evidenciado que a analogia mecânica não se presta para compreensão do cérebro, apesar do grande uso que se faz da metáfora do computador: diferente de uma máquina, nosso cérebro muda sua estrutura física e sua configuração, a todo momento, em face do que fazemos, vemos, pensamos ou sentimos. Esse fenômeno é conhecido como *plasticidade cerebral* (ZULL, 2002) e tem implicações diretas com situações vivenciadas por todos nós, como por exemplo:

- Assistir cenas de violência física ou moral, reais ou na TV, inclusive as novelas brasileiras, acarreta efeitos lesivos ao cérebro (RESTAK, 2006; PARTLOW, 2008);

- Stress crônico estabelece redes neurais perniciosas à saúde, ao contrário de eventuais momentos de stress agudo, que podem fortalecer a capacidade de resiliência da pessoa e sua memória (ZULL, 2002);

- A emoção é fator fundamental para o estabelecimento de memórias de longo prazo, elemento central do processo de aprendizagem, intencional ou não, positiva ou não; (FREIRE, 2010; LEDOUX, 2001; KANDEL, 2009);

O interesse em associar neurociência e educação nos países mais desenvolvidos é visível no aumento na publicação de *papers* em inglês: enquanto Jones (2014) encontrou 200 *papers* publicados em 1995 e 1200 em 2010, com os mesmos descritores² encontramos 1834 *papers* em 2013, no Google Acadêmico. Todavia, no Scielo encontramos apenas 121 *papers* (pesquisa em 29/09/2014) publicados entre 2000 e 2014, o que mostra nossa defasagem em relação ao assunto.

Um tema frequente nesses *papers* é a Aprendizagem, representada por redes neurais, que se fazem e desfazem a todo instante. Para consolidar uma rede neural, transformando a aprendizagem (processo) em aprendizado (resultado) de forma intencional, além da emoção associada ao processo é também altamente recomendável “fazer exercícios de repetição que criam os circuitos relevantes e aprimoram sua expressão. Isso se aplica a qualquer objetivo e a qualquer grau de domínio que você queira alcançar” (RESTAK, 2006, p. 22). Isso implica em que o Educador precisa aprender como se aprende, para poder ajudar no processo de aprendizagem de seus alunos.

A mudança estrutural e fortalecimento das redes neurais pelo aprendizado (como resultado da aprendizagem) foram evidenciados numa pesquisa realizada sobre os efeitos do treinamento no cérebro dos taxistas londrinos (WOOLLETT & MAGUIRE, 2011). É conhecida a complexidade do tráfego em Londres, com mais de 25.000 artérias trafegáveis e milhares de pontos turísticos. Para

² Neuroscience OR Brain, and Education

obter uma autorização de taxista, o candidato precisa se submeter a um treinamento apelidado de *The Knowledge* (O Conhecimento), realizado num período de três a quatro anos.

Através do *Imageamento por Ressonância Magnética (MRI)*, os pesquisadores examinaram o cérebro de 79 candidatos à obtenção da licença: antes, durante e após o treinamento; e compararam os resultados com exames semelhantes em um “grupo de controle”, de pessoas que dirigiam em Londres, mas sem o treinamento formal do taxista. Os resultados obtidos atestam que o treinamento mudou a estrutura do cérebro dos treinandos que efetivamente conseguiram concluir o treinamento. Os resultados finais da pesquisa são mostrados na Figura 1 a seguir.

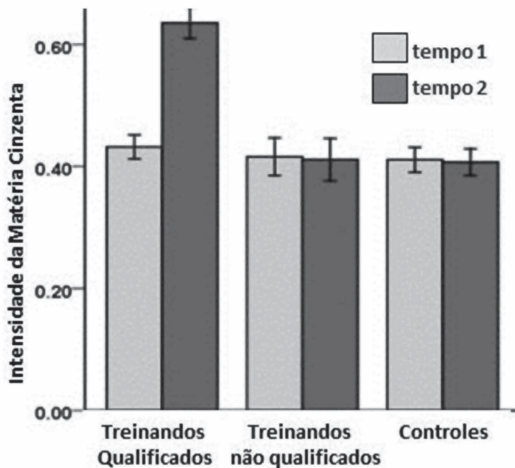


Figura 1 - Plotagem da Intensidade da Matéria Cinzenta, obtida na pesquisa dos taxistas londrinos.
Autor: Woollett and Maguire, 2011
Fonte: Current Biology, vol. 21, nº. 24

A Figura 1 resume o que foi observado nas imagens obtidas, representando a Intensidade da Matéria Cinzenta encontrada

no Hipocampo, região cerebral onde usualmente se encontram as memórias de longo prazo. Os resultados das observações estão apresentadas em tom mais claro para os exames feitos antes do treinamento (tempo 1) e em tom mais escuro para os exames feitos após o encerramento (tempo 2). As imagens cerebrais dos Treinandos Qualificados (candidatos aprovados) mostraram a intensidade de matéria cinzenta com um notável aumento, em relação aos não qualificados e aos componentes do grupo de controle. E estes dois últimos grupos praticamente não apresentaram diferenças entre os dois períodos de medição, o tempo 1 e o tempo 2. Esses resultados evidenciam as mudanças estruturais que o aprendizado realiza no cérebro das pessoas.

Outras pesquisas mostraram resultados semelhantes. Por ex., Eric Kandel (Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina de 2000), realizou pesquisas durante quase toda sua vida científica com a *Aplysia*, um caramujo marinho cuja espécie pesquisada por ele tem mais de trinta centímetros de comprimento, pesa vários quilos e possui as maiores células cerebrais conhecidas do reino animal³, o que facilita os experimentos e observações (KANDEL, 2009). Ele diz: “O número de sinapses no cérebro não é fixo – ele se modifica com a aprendizagem!. Além disso, a memória de longo prazo persiste enquanto as mudanças anatômicas forem mantidas” (KANDEL, 2009, p. 239).

Simplificadamente, podemos enumerar quatro etapas do processo cerebral responsável pela aprendizagem humana (ZULL, 2002). Na primeira, nosso entorno é percebido através dos cinco sentidos básicos: visão, audição, tato, paladar e olfato, o que literalmente nos coloca em contato com o ambiente. Na etapa seguinte, esses dados são transformados em informações pelo processo de significação (*sensemaking*), no qual encontramos o

³ Em algumas regiões cerebrais, as células da *Aplysia* podem ser mais de 50 vezes maiores que as do cérebro do gato, que estão entre as maiores do cérebro mamífero (Kandel, 2009).

⁴ Grifo adicionado

significado (geral, comum) e a significância (o significado *para nós*), daquilo que foi percebido. Exemplo: uma advertência amistosa sobre determinado comportamento pode ter esse significado geral: é um aviso amigo, não uma acusação à pessoa que tem esse comportamento; mas sua significância pode ser diferente para mim, especificamente: “aquela” advertência me provoca uma forte reação negativa em face de uma experiência pessoal traumática anterior.

Na terceira etapa, ocorre o processo decisório, executado pelas *Funções Executivas* do cérebro: o que fazer com a informação? Essa é a etapa característica do ser humano, realizada na região pré-frontal do cérebro (nossa “testa”) envolvendo as funções necessárias para o processo decisório: atenção, concentração deliberada, pensamento, inibição de impulsos internos. Na última etapa, vem o comportamento: a ação ou atitude em nossa relação com o ambiente.

Todas essas etapas ocorrem continuamente e são tratadas pelo cérebro como processos de aprendizagem, sendo memorizadas e gerando aprendizados de curto ou longo prazo; porque a cada momento algo novo será percebido, significado e/ou decidido, levando a um contínuo aprimoramento das memórias, e das ações e atitudes, na busca permanente do cérebro pela satisfação e bem estar. Esse contínuo aprimoramento pode ocorrer de uma forma “apenas” biológica, com a velocidade característica desses processos (a sabedoria na terceira idade), ou pode ser acelerado pela intervenção direta dos processos educacionais (JONES, 2014).

Em face dos avanços em neurociências representarem uma promessa de maior compreensão dos complexos fatores que influenciam ou determinam o comportamento de uma pessoa, tanto no que se refere a nós mesmos quanto ao “outro” com quem lidamos em nossas relações diárias, a pesquisa do cérebro é um dos campos mais excitantes da atualidade. Referindo-se especificamente às implicações dessas pesquisas para a área educacional, Eric Jensen escreveu (2008, p.XII):

Acompanhar o ritmo explosivo das pesquisas sobre o cérebro ao longo das últimas duas décadas tem-se revelado um desafio, mas astutos educadores estão aplicando os resultados dessas pesquisas com crescente sucesso. O resultado é uma abordagem de aprendizagem que está mais alinhada com a forma em que cérebro aprende naturalmente melhor. Este dramático novo paradigma, conhecido como “cérebro-compatível” ou “educação baseada no cérebro”, surgiu com fortes implicações para os professores e aprendizes de todo o mundo, ...(dando suporte)... ao nosso entendimento da relação entre a aprendizagem e o cérebro . Ao integrar o que hoje sabemos sobre o cérebro com as práticas de ensino padrão⁵, a Aprendizagem Baseada no Cérebro sugere maneiras que podem transformar as instituições de ensino em verdadeiras organizações de aprendizagem.

Mas o processo de ensino em nosso país, em seu dia a dia ainda continua afastado, em grande extensão, dos achados da neurociência sobre como o Cérebro funciona. Apesar de o professor lidar com o cérebro em suas tarefas profissionais, os achados da neurociência sobre como o cérebro realiza a aprendizagem ainda está longe do dia a dia do professor em sala de aula. Isso não se aplica especificamente a uma ou outra instituição, mas ao processo de ensino como um todo, em face da grande maioria dos cursos de educação ainda não incluírem esses achados em seus programas (Maluf, 2011). Como disse a pesquisadora Fernanda Carvalho, do Laboratório de Neurociências da Universidade Federal do Rio Grande (Carvalho, 2011, p.2):

é preciso que se abandonem os métodos pedagógicos instrucionais

⁵ Grifo adicionado. O que Jensen chama de “integrar”, mais adiante chamaremos de “alinhar”.

os quais não permitem dar a devida atenção à individualidade, e que se passe a compreender melhor como... lidar com certas características pessoais de nossos alunos. ... as ciências do cérebro, que avançam vertiginosamente, podem contribuir para a renovação teórica na formação docente, adicionando informações científicas essenciais para a melhor compreensão da aprendizagem como fenômeno complexo

Uma metáfora pode ajudar a percepção das diferenças entre processos de aprendizagem (processos cerebrais) e os processos de ensinagem com suas diversas propostas metodológicas (como por exemplo as “Metodologias Ativas”, ou a PBL – de *Problem Based Learning*: Aprendizagem Baseada em Problemas). Imagine um profissional que necessita definir uma dieta adequada para a *Nutrição* de determinado ser vivo. Do que ele precisa? Num primeiro olhar, é necessário conhecer:

- a. Os alimentos disponíveis e a forma adequada para sua obtenção;
- b. As propriedades nutritivas desses alimentos;
- c. As necessidades nutritivas do ser vivo em tela.

Com esses três itens estaríamos em condições de estabelecer uma dieta para o nosso ser vivo, certo? Aparentemente, sim: bastaria alinhar os itens acima relacionados, não é? Não; isso não é verdade, como bem sabem os nutricionistas e médicos. Esses itens são imprescindíveis no fornecimento de informações para a composição da dieta. Mas para chegar até à *Nutrição*, precisamos de algumas informações adicionais, e fundamentais: como o ser vivo vai processar o alimento e absorver seus nutrientes? O que é compatível com o que? O que facilita, ou dificulta, esse processo? Para responder essas questões, necessitamos ainda:

- d. Conhecer como o sistema digestório do ser vivo em tela funciona;
- e. Alinhar as informações obtidas em (a), (b) e (c) com as informações identificadas em (d), de forma a gerar o melhor

resultado nutricional integrado.

Ou seja: precisamos saber como o sistema digestório funciona, para adequar a esse funcionamento os alimentos anteriormente selecionados por sua disponibilidade e potencial nutritivo, facilitando o processo nutricional do ser vivo e realizando sua Nutrição, que é o objetivo final. A equação aqui seria:

ALIMENTO + SISTEMA DIGESTÓRIO = NUTRIÇÃO

Algo semelhante ocorre no processo educacional. Nele, os “alimentos” são as diversas disciplinas, que devem ser oferecidas como informações, através do Processo de Ensino (equivalente ao processo de obtenção dos alimentos); e o “sistema digestório” é o Cérebro e sua capacidade de criar, receber, e processar informações: É o Cérebro que vai processar os alimentos fornecidos pelos **Processo de Ensino**, realizando o processo de **Aprendizagem**, para alcançar o **Aprendizado**, objetivo que realiza a Educação. Aqui, a equação é:

ENSINO + APRENDIZAGEM = APRENDIZADO

Para que essa equação seja resolvida de forma adequada, é fundamental conhecer e alinhar seus dois componentes: os processos de ensino e de aprendizagem.

Como a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja sigla em inglês é OECD) colocou no livro sobre os três fóruns por ela organizados sobre “Ciências da Aprendizagem e Pesquisa do Cérebro”⁶ (SENAC, 2003):

A educação é uma disciplina pré-científica... Este livro explora a possibilidade de que a neurociência cognitiva

⁶ O título do livro publicado pela OCDE é uma boa indicação do como a neuroaprendizagem está sendo vista: “Compreendendo o Cérebro: Rumo a uma Nova Ciência do Aprendizado”.

venha oferecer... uma base mais consistente para o estudo do cérebro e a prática do ensino (pag. 18) ... será o modelo de aprendizado usado em sala de aula “inimigo do cérebro”? (p.20)... o desafio é criar uma sociedade de aprendizagem (não do conhecimento) para o séc. XXI (pág. 41).

Isso também vale para nosso país. No V Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, realizado em setembro de 2011 (São Cristóvão-SE), Silva & Bezerra (2011) apontaram que em todos os níveis da Educação, desde as séries de ensino fundamental até à pós graduação, *lato ou stricto sensu*, os processos de aprendizagem ainda permanecem bastante mal compreendidos:

O ensino-aprendizagem, através de fatores que o influenciam, constitui um dos maiores, se não o maior, desafio a melhoria da qualidade da educação identificada como baixa segundo índices obtidos em avaliações de diferentes agências. Essas avaliações deixam claro o desempenho insuficiente da maioria das nossas escolas. Não é exagerado dizer que parte desse baixo desempenho está relacionada a processos cognitivos que os profissionais da educação desconhecem ou acreditam ser pouco relevante.

PAÍS	MATEMÁTICA		LEITURA		CIÊNCIAS	
	Média	Rank	Média	Rank	Média	Rank
MÉDIA OECD	494	26º	496	22º	501	26º
Shangai - China	613	1º	570	1º	580	1º
Singapore	573	2º	542	3º	551	3º
Hong Kong	561	3º	545	2º	555	2º
BRASIL	391	58º	410	58º	405	60º
Argentina	388	59º	396	62º	406	58º
Tunisia	388	59º	404	59º	398	62º
Jordão	388	59º	399	61º	409	59º
Colômbia	376	62º	403	60º	399	61º
Qatar	376	62º	388	64º	384	63º
Indonésia	375	64º	396	62º	382	64º
Peru	368	65º	384	65º	373	65º

De fato, uma olhada nos resultados obtidos pelos nossos estudantes nas avaliações realizadas pela OCDE ao longo dos anos, confirma o “baixo desempenho” registrado nessa citação. Apesar de alguns pequenos avanços, o Brasil em 2012 continua numa deprimente situação, entre os **oito piores resultados** dos sessenta e cinco (65) países que participam do Programa da OCDE conhecido como PISA (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes), conforme mostra o quadro 1 a seguir

QUADRO 1 – RESULTADOS OBTIDOS NA AVALIAÇÃO PISA 2012. MONTAGEM DO AUTOR A PARTIR DO QUADRO APRESENTADO NO SITE DA OCDE (OECD, 2012)

Nas Instituições de Ensino, de qualquer nível, o “processo de ensino” é constituído pelos Programas Curriculares e as Metodologias de Ensino adotadas. Todavia, um bom Processo de Ensino, por si só, não é garantia de Aprendizado. Porque ele, o Processo de Ensino (processos de definição e obtenção dos “alimentos educacionais”, mantendo a metáfora nutricional), necessita estar alinhado com os processos de Aprendizagem, para conseguir realizar o objetivo pretendido: o Aprendizado.

Nessa abordagem, o que estamos chamando de “NeuroAprendizagem” corresponde às atividades que o Cérebro realiza e que podem resultar, ou não, no aprendizado, a depender das experiências proporcionadas pelos processos de ensino. Essas atividades cerebrais podem ser incrementadas e apoiadas por uma intervenção direta dos educadores envolvidos no processo, através de sua metodologia de ensino e de seu conhecimento desses processos cerebrais. Esse alinhamento⁷ entre “processos de ensino” e “atividades cerebrais” pode ser

⁷ Que Jensem (2008) chamou de *integração*.

visto como sendo a essência da atividade educativa, realizando a equação:

$$\text{ENSINO} + \text{APRENDIZAGEM} = \text{APRENDIZADO}$$

CONCLUSÃO

Conforme ilustrado na Figura 2, o que a neuroaprendizagem oferece é uma base de conhecimentos, amparados nas pesquisas neurocientíficas, para dar suporte às metodologias de ensino, potencializando sua eficácia. Porque, de forma estrita, a neuroaprendizagem, não é uma Metodologia de Ensino – por definição, ela trata da Aprendizagem.

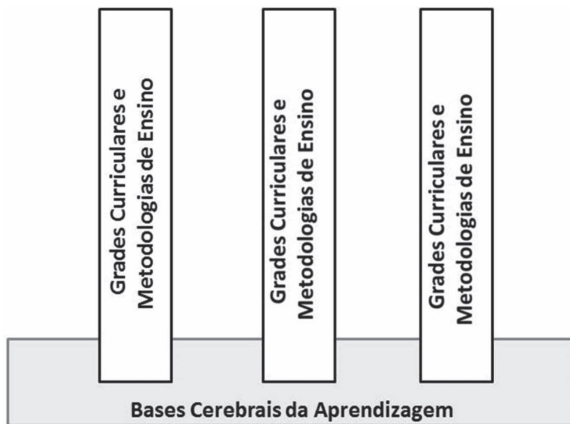


Figura 2: A NeuroAprendizagem como Suporte Incrementador da Aprendizagem

Em nosso país, apesar das dificuldades enfrentadas por todas as Instituições de Ensino, elas poderiam liderar essa revolução neuroeducacional, proativamente, por meio de:

- uma busca intencional do alinhamento entre processos de ensino (grades e metodologias de ensino) e processos de aprendizagem (sua base cerebral);
- um permanente esforço de pesquisa dos efeitos desse alinhamento: tanto a tradicional avaliação de aprendizado, quanto avaliações direcionadas para identificar eventuais pontos fracos no alinhamento, para correções;
- o acompanhamento dos avanços que continuam a ocorrer nas pesquisas neuroeducacionais, para aprimoramento constante do alinhamento.

Isso já está acontecendo em outros países; e em algum momento irá acontecer em toda a Sociedade, contribuindo para realizar o *sonho objetivado* de todo Educador: incrementar o aprendizado de seus alunos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernanda – Neurociências e Educação: Uma Articulação Necessária na Formação Docente. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, pp. 537-550, 2011

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/12.pdf>. Acessado: 23/09/2014

FREIRE, Luís - **Alexitimia: Dificuldade de Expressão ou Ausência de Sentimento? Uma Análise Teórica**. Brasília: Psicologia Teoria e Pesquisa, v. 26, n.1, pp. 15-24, 2010.

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a03v26n1.pdf> Acessado: 23/09/14

GOLDBERG, Elkhonon – **O Cérebro Executivo: Lobos Frontais e a Mente Civilizada**. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 2002

JENSEN, Eric - **Brain Based Learning: The New Paradigm of Teaching**. California, USA: Corwin Press, 2ª. Ed., 2008

JONES, Paul Howard – **Neuroscience and Education: a Review of Educational Interventions and Approaches Informed by Neuroscience**, University of Bristol, England

Education Endowment Foundation, 2014. Disponível:http://educationendowmentfoundation.org.uk/uploads/pdf/NSED_LitReview_Final.pdf Acessado: 23/09/14

KANDEL, Eric – **Em Busca da Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LEDOUX, Joseph – **O Cérebro Emocional**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001

MALUF, Maria Irene – Direcional Educador. **Entrevista**. São Paulo: Ed. 81, out/2011. Disponível: <http://www.direcionaleducador.com.br/edicao-81-out/11/entrevista-maria-irene-maluf>. Acessado: 23/09/14.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. – Results from PISA 2012, Brazil. Disponível: <http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA-2012-results-brazil.pdf>. Acessado: 23/09/2014

PARTLOW, Joshua - **Brazil's Novelas May Affect Lifestyle Choices**. USA, Washington Post Foreign Service , Monday, June 8, 2009. Disponível: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/06/07/AR2009060702401.html>. Acessado: 23/09/14

RESTAK, Richard – **Seu Cérebro Nunca Envelhece**. São Paulo: Ed. Gente, 2006

SENAC – **Compreendendo o Cérebro: Rumo a uma Nova Ciência do Aprendizado**. São Paulo: Ed. Senac, 2003

SILVA, Mário & BEZERRA, Edileuza - **Contribuições das Neurociências ao Processo de Ensino-Aprendizagem. São Cristóvão/Se: V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 21-23/set/2011**. Disponível em <http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%2014/PDF/Microsoft%20Word%20-%20CONTRIBUIcoES%20DAS%20NEUROCIENCIAS.pdf>. Acessado em 23/09/2014

TOKUHAMA-ESPINOSA, Tracey - **A Brief History of the Science of Learning: Part 2 (1970s-present)**. Disponível: <http://education>.

jh.u.edu/PD/newhorizons/Journals/Winter2011/Tokuhama5.

Acessado: 23/09/14.

WOOLLETT, K. and MAGUIRE, E. - **Acquiring “the Knowledge” of London’s Layout Drives Structural Brain Changes**. Cambridge, England: *Current Biology* , V. 21 , n. 24 p. 2109/14). Disponível: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3268356/>. Acessado: 23/09/14.

ZULL, James – **The Art of Changing the Brain**. Virginia, USA: Stylus Publishing, 2002.

PRODUÇÃO DE VINHETA DIGITAL EM ESTILO 3D PARA CAMPANHA EDUCATIVA DE COMBATE À DENGUE

ÁREA: HUMANAS

Marcelo Geraldo Teixeira¹
Amaury Moura de Aquino²
Larissa da Cruz Rosario²
Lucio Bouvier da Costa²
Milca Bomfim Conceição²
Uilson de Freitas Fernandes²

RESUMO: São notórios os problemas que a dengue, grave doença contagiosa, causa principalmente as regiões tropicais. E o Brasil é um exemplo de um país acometido por ela. Os problemas com a dengue podem ser combatidos principalmente pela divulgação de informações sobre seu principal agente transmissor, o mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*, seu comportamento e sua proliferação. Por outro lado também é notória a relevância das mídias sociais, a exemplo do *YouTube*, no papel de canal de informações, por serem acessadas por milhões de pessoas diariamente. Este projeto tem como objetivo a criação de uma animação 3D, tendo como tema o combate à dengue, para ser veiculado no *YouTube*. Primeiramente foram levantadas informações sobre o mosquito da dengue e também sobre a importância do *YouTube* como ferramenta de informação no combate à doença. Em seguida, foi desenvolvida uma metodologia de design para animação em duas fases: a primeira

¹ Dc.S. - Unijorge, Departamento de Design, Salvador, Bahia, Brasil.

² Unijorge, Produção Multimídia, Salvador, Bahia, Brasil

fase foi a modelagem conceitual, na qual o conceito da animação, o argumento, o personagem e o roteiro, foram concebidos. A segunda fase foi a modelagem digital na qual, a partir do conceito, foi desenvolvida a animação através de ferramentas digitais apropriadas. O resultado foi uma animação que reuniu um estudo interdisciplinar relacionando a temática de responsabilidade social com a metodologia do design de vídeo e técnicas de animação 3D.

INTRODUÇÃO

É notória a fragilidade do povo brasileiro diante da dengue. Doença viral tropical que ocorre em vários países assola, de forma aguda e crônica, muitas cidades brasileiras. Sua forma hemorrágica é perigosa e frequentemente mortal.

A principal forma de preveni-la é combater seu vetor mais conhecido, o mosquito da dengue (*Aedes aegypti*). Essa tarefa, porém, se mostra hercúlea. Apesar de envolver esforços das administrações públicas oficiais no combate do mosquito, mediante a ação de agentes especificamente treinados e equipados, sua eficácia tem se revelado reduzida, visto que é no interior dos lares que se contextualiza o principal problema: a falta de informação ou conscientização popular a respeito da doença e das suas formas de transmissão agrava a baixa eficiência do combate ao mosquito.

Por outro lado é notória também a relevância das redes sociais no papel de transmissão de informações nos dias atuais. Redes virtuais como o *Facebook*[®] ou o *YouTube*[®], podem ser tidas como referenciais no desempenho deste papel, alcançando milhões de usuários diariamente.

O objetivo deste trabalho é mostrar a construção metodológica de uma vinheta digital, em estilo 3D, para uma campanha publicitária de Combate à Dengue a ser publicada no *YouTube*[®]. Este trabalho se justifica tanto por mostrar os passos metodológicos para a concepção e desenvolvimento de vinhetas animadas de cunho de responsabilidade social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O MOSQUITO DA DENGUE

A OMS (Organização Mundial da Saúde) considera a dengue como um dos mais importantes problemas de saúde pública dos últimos anos (WHO, 2012), não somente no Brasil, mas em vários países. Pode infectar mais de 390 milhões de pessoas por ano, não somente nos países pobres, mas também nos desenvolvidos pondo em risco de infecção cerca de 40% da população mundial (VICENTE, 2014).

Seu principal agente transmissor, o mosquito da dengue, o *Aedes aegypti* mostrado na Figura 1, é originário da África, provavelmente da Etiópia, onde as populações selvagens “adquiriu grande capacidade de adaptação ao domicílio humano, acompanhando os povos em suas migrações pelos continentes” (BARRETO-NETO e COMETTI, 2007). Reproduz-se em águas limpas, em locais bem próximas às concentrações de habitações humanas, sendo, portanto, um fenômeno essencialmente urbano.

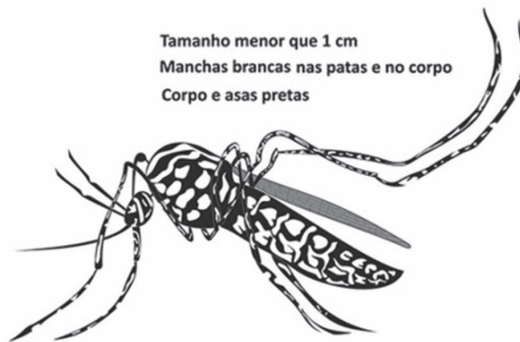


Figura 1 – O mosquito da dengue

Fonte: adaptado de dengue.org.br

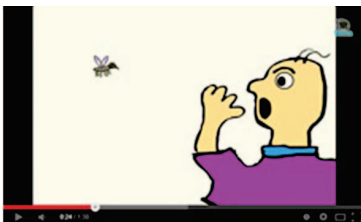
A melhor maneira de combater a dengue é evitar a proliferação do mosquito. O espaço doméstico, local de maior incidência da ocorrência do mosquito, ao mesmo tempo em que oferece pouca autonomia dos agentes da saúde pública (CAZOLA et al 2011), também revela a grande desinformação dos moradores a respeito do problema. Para Cazola *et al* (2011), portanto, não somente devem-se concentrar os esforços no combate direto ao mosquito, mas também na divulgação de informações que promovam o esclarecimento e mudança de hábitos e comportamentos que possam ser realmente efetivos no combate e diminuição do mosquito transmissor.

O YOUTUBE® COMO VEÍCULO DE COMBATE À DENGUE

O *YouTube* é um *website* destinado à publicação, ao compartilhamento, à crítica e comentários, ou, simplesmente, à visualização de vídeos originais, que são feitos pelos próprios usuários. É uma rede social dentre as mais acessadas, um espaço comum de interesses diversos, com milhares de visitas diárias.

Dentre os muitos tipos de vídeos disponibilizados pelo *YouTube* estão os voltados para a instrução e/ou educação na forma de tutoriais, documentários vídeo-aulas e vídeos educativos/informacionais dos mais diversos assuntos. Para Oliveira (2013) o uso de vídeos disponibilizados pelo *YouTube* está se tornando uma boa alternativa como ferramenta educacional, propiciando novas perspectivas para a educação.

E entre esses estão os numerosos vídeos voltados para o combate à dengue. Como exemplo pode-se citar Lima (2010), que apresentou o vídeo “Cuidado com a Dengue”, uma animação 2D com pouco mais de 1 minuto, que satiriza os comerciais do governo sobre o combate à dengue. Já o Vídeo “Agente mirim contra a Dengue” foi apresentado pela Prefeitura de Niterói (RIO DE JANEIRO, 2009), que concebeu um herói na forma de um agente de saúde infantil, que ensina a combater o mosquito.



Cuidado com a dengue

Fonte: Lima (2010),



Agente mirim contra a dengue

Fonte: Rio de Janeiro, 2009

Figura 2 – Exemplos de animações similares, disponibilizadas no *YouTube*

Esses vídeos representam o esforço para o esclarecimento da população sobre a dengue. Possuem linguagem acessível e de fácil compreensão, principalmente para o público infantil e jovem. Entretanto foi observado que são longos, indo de um minuto a dezenas de minutos, que apesar de serem fáceis de acessar no *YouTube* como produto final, são inviáveis em campanhas informativas, disponibilizadas junto a outros vídeos no mesma mídia. Um vídeo mais curto, de poucas dezenas de segundos, como o proposto neste projeto, pode ser uma solução mais adequada.

BREVE HISTÓRICO DA ANIMAÇÃO

Com provável origem no teatro de sombras chinês no século I, o filme de animação passou por importantes transformações tecnológicas ao longo do último século. O desenvolvimento da animação tem seu início a partir de 1645 com Athanasius Kircher que apresentou a “Lanterna Mágica”.

Em 1914, concluiu-se a produção do curta-metragem “Gertie, the Dinosaur”, marco na história da animação, para o qual foram utilizados aproximadamente 10 mil desenhos. Nas décadas de 1930 e 1940, a televisão torna-se responsável pela maneira como os novos estúdios e animadores vieram a

desenvolver suas animações que não eram compatíveis com o antigo formato (GUILLÉN, 1997). Em 2000, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas criou uma nova categoria do Oscar, especialmente voltada à premiação dos filmes de animação. O primeiro vencedor desta categoria foi “Shrek”. Neste filme, no lugar de atores, utilizaram-se personagens animados, que transmitindo um efeito ultra-realístico. (RUSSETT e STARR, 1988). Atualmente são notórios os avanços da animação, principalmente quanto às novas formas de se animar os personagens, com destaque para a tecnologia de captura de movimentos, vistos nos filmes *Avatar* (de 2009) ou na série do Planeta dos Macacos (de 2012 a 2014), nos quais os movimentos são atribuídos aos movimentos de atores reais, permitindo, assim, maiores níveis de interpretação.

PROJETO DA ANIMAÇÃO

Para a concepção da animação foi previsto um método composto por duas etapas, descritas a seguir.

- **MODELAGEM CONCEITUAL:** Etapa para a concepção da história e criação dos elementos da animação. Reúne a argumentação, a concepção do personagem, o desenvolvimento do roteiro e o desenho do *Storyboard*.

- **MODELAGEM DIGITAL:** Etapa de desenvolvimento e produção da animação com ferramentas digitais. Reúne a descrição do software, desenvolvimento do personagem, o desenvolvimento da animação e dos cenários e a montagem final.

MODELAGEM CONCEITUAL

ARGUMENTAÇÃO

Esta fase foi baseada e adaptada a partir da sugestão de concepção e produção de vídeos da TvEscola (BRASIL, 2014). É o registro da

inspiração e da idéia inicial do vídeo. Primeiramente é definido o tema e a partir deste, o recorte e a sinopse. Em seguida são definidas a justificativa ou relevância e a mensagem que se quer passar. Depois é definido o público alvo, item fundamental para a escolha do tipo de linguagem visual e verbal a ser adotada. Em seguida é definido o formato do roteiro a ser adotado, assim denominado: educativo, ficção, comédia, drama, terror, documentário, aventura, ação, crime ou guerra, dentre outros. E por último, a sinopse da animação: a ideia apresentada de forma resumida ou na forma uma síntese. A tabela 1 mostra a concepção da argumentação deste projeto.

ETAPA	DESCRIÇÃO
Tema	Dengue
Recorte	O combate ao mosquito
Ambiente	Contextualizado em área urbana
Justificativa	A necessidade de divulgar informações de esclarecimento
Mensagem	Devemos conhecer os hábitos mosquito para combatê-lo
Público alvo	Infanto-juvenil
Formato	Educativo com traços de drama e de comédia
Sinopse	Com o título de “lixão”, um vídeo de 15 segundos irá sugerir que deve haver mais rigor no combate ao mosquito da dengue. O personagem principal será um vilão representando o mosquito.

Tabela 1 – Concepção da argumentação

CONCEPÇÃO DO PERSONAGEM

O personagem é o ponto central de uma trama, elemento fundamental para envolver o público com a idéia que se propõe

comunicar. Pode ser considerado como a representação de algo ou alguém, inspirado na realidade ou concebido na ficção, capaz de sustentar a narrativa de uma obra proposta nas várias mídias, tal como no vídeo, no teatro ou na literatura, por exemplo. Podem exercer papel de protagonista, antagonista ou papéis secundários, ou coadjuvantes, no contexto da trama.

A literatura estudada apresenta alguns métodos de criação de personagens, como os propostos por Fadel (2010), Souza (2011), Francisco e Garone (2013), Ekström (2013) e Field (2001), que foram usados para a construção do método proposto e usado neste projeto. Assim, para a criação de um personagem foram estudados alguns aspectos usados para caracterizá-lo e defini-lo. Primeiramente foi estudado o modelo de inspiração, o ponto de partida da concepção do personagem, neste caso o mosquito da dengue. Foram observados o formato (*shape*), volumes e proporções do corpo, cores e padronagens superficiais. Depois foram atribuídas as características de subjetividade: os traços de personalidade e comportamentais. Essas características foram importantes para a determinação da postura corporal do personagem. O planejamento do personagem está representado na Tabela 2.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Modelo inspirador	Mosquito da dengue
Tipo	Vilão
Personalidade	Provocativo, oportunista, “ <i>bom vivant</i> ”
Comportamentais	Despojado, relaxado, agressivo.
Físicas	Próximas ao mosquito, mas com elementos humanos
Nome	Ed, o egípcio.

Tabela 2 – Planejamento conceitual do personagem

Após essas pesquisas iniciais, foi realizado o estudo de desenho que determinou o personagem enquanto representação gráfica. Neste caso, a equipe usou do desenho artístico manual, na forma de rascunhos e *sketches* e com lápis preto para posterior seleção da melhor alternativa.

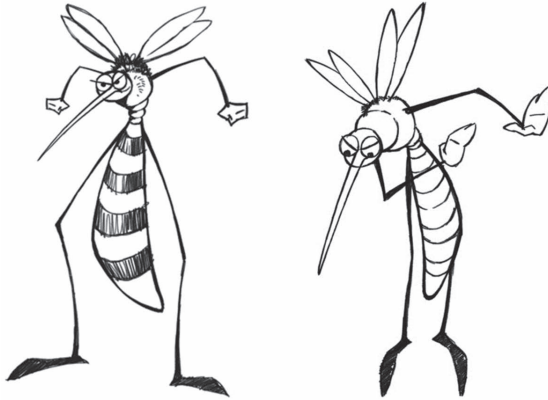


Figura 3 – Esboços do personagem: Ed, o egípcio.

Apelidado de “Ed, o egípcio”, Figura 3, o personagem único da ação será um recriação digital através de softwares e em estilo cartoon 3D do Mosquito *Aedes aegypti*. Personagem é um vilão de caráter “provocativo”, “oportunista”, mas “*bom vivant*”, conferindo-lhe assim um perfil metafórico de um ser humano que se aproveita indevidamente de situações em benefício próprio, no caso, proveito de lugares calmos e favoráveis para se reproduzir.

ROTEIRO

Segundo Field (2001) o roteiro é a estória contada através de imagens, desenhos, textos de diálogos, narrações e descrições, podendo seguir uma ordem cronológica, dentro do contexto

da trama. Baseado em Comparato (1995), foram sugeridos dois critérios para estruturação do roteiro: a idéia da trama do vídeo, fruto da imaginação criativa dos seus autores, baseada nas informações organizadas no argumento; e o conflito da trama, elemento que envolve o personagem com a idéia na forma de antagonismos e contradições com a mesma. Após a definição desses itens, o roteiro foi elaborado em seis cenas. As tabelas 3 e 4 mostram, respectivamente os critérios e a descrição das cenas.

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
Idéia	O mosquito Ed, descansando na sua casa num lixão urbano, é surpreendido por alguma ação de limpeza e desaparece (sugestão de eliminação)
Conflito	O conflito vivido por Ed entre sentimento de boa vida com a condição de vilão pelos seres que dão condição de vida mas ao mesmo tempo querem elimina-lo.

Tabela 3 – Critérios estruturantes do roteiro

CENA	DESCRIÇÃO
1	Visualização de uma lata velha, localizada em terreno baldio, num bairro de uma grande cidade.
2	Dentro dessa lata vive confortavelmente um mosquito da dengue: Ed, o egípcio; música suave e agradável sugerindo tranquilidade.
3	Então ele nota algo que interrompe seu descanso
4	Faz-se uma sombra que cresce, aumentando a tensão de Ed.
5	A sombra aumenta indicando que algo perigoso se aproxima.... Vê-se a tela escura e somente os olhos assustados do mosquito ... Ed é eliminado
6	Entra cartela animada da campanha com um carimbo sonoro: “não dê boa vida à dengue”

Tabela 4 – Descrição das cenas do roteiro

STORYBOARD

O *storyboard* pode ser considerado a representação gráfica do roteiro, uma técnica usada para mostrar um conceito de ação numa seqüência lógica de desenhos (POWELL e MONAHAN 1987, p. 68). Através do desenho, são definidas posições, tomadas, detalhes do cenário, expressões, sentimentos e movimento dos personagens, além de muitas outras idéias contidas no roteiro, principalmente aquelas difíceis de serem descritas por palavras. Torna-se, portanto, um guia imagético para a realização das cenas da animação. A figura 4 mostra o *Storyboard* da animação em projeto, desenhado como rascunhos a lápis.

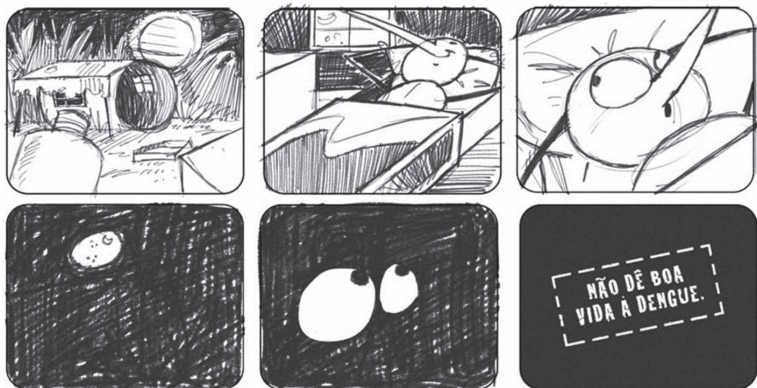


Figura 4 – Storyboard

MODELAGEM DIGITAL

DESENVOLVIMENTO DO PERSONAGEM

Nessa etapa o personagem foi modelado, usando o *software* Zbrush, a partir da observação de fotos reais do mosquito, em diversos ângulos e com a maior quantidade de informações

visuais possíveis. O personagem foi então esculpido a partir de formas básicas como polígonos ou esferas. O processo é similar à modelagem com massa plástica infantil, porém em um ambiente digital. A Figura 5 mostra esse processo.

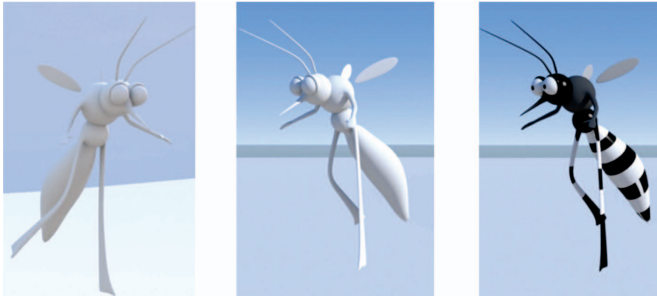


Figura 5 – Etapas da modelagem do personagem usando o *software* ZBrush

Com o personagem devidamente modelado, foi aplicado o processo de “*rig*” ou “*rigging*”, que permitiu que o mesmo fosse animado. O “*rig*” consiste em introduzir um esqueleto no personagem que depois será associado a sua malha no processo conhecido por “*skinning*” que unirá esse esqueleto à malha que funciona como a “pele” do personagem. Toda a plástica do movimento dependeu da sensibilidade da equipe animadora e do conceito da trama.

DESENVOLVIMENTO DOS CENÁRIOS E DA ANIMAÇÃO

O desenvolvimento da animação em 3D, desenvolvido com o uso do *software* 3D Max, dividiu-se em três etapas: modelagem do cenário, animação e render. Após a conclusão da modelagem do personagem, o cenário foi construído seguindo o mesmo processo de observação usado no personagem, tendo como referência objetos reais como latas de óleo, garrafas pet e caixas de fósforo. Alguns detalhes fictícios como janelas e texturas de

adereços de casa foram utilizados para simular a casa fictícia do mosquito. Só então o personagem e o cenário foram unidos para iniciar o processo de animação de movimentos do personagem, movimento de câmeras, inserção da trilha sonora. O render é o processo final, onde todas as cenas de animação em *frames* foram transformadas em vídeo. Para isso foi necessário ajustar a iluminação digital da cena e trabalhar as texturas e materiais que compõem os cenários e personagens. A figura 6 mostra o processo final da produção da animação.



Figura 6 – Processo de renderização e finalização da animação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi delineado um estudo interdisciplinar relacionando a temática de responsabilidade social com a metodologia do design de vídeo e técnicas de animação 3D, relacionando parte dos conteúdos de algumas disciplinas do curso de Produção Multimídia, de forma transversal. Este vídeo,

de apenas 15 segundos, foi então produzido com os requisitos mínimos para ser publicado no *YouTube*.

Os resultados encontrados nesse trabalho de desenvolvimento de uma animação em 3D permitiu a investida em um processo completo de produção audiovisual, segmento de animação 3D. Foram desenvolvidas todas as fases de concepção e desenvolvimento, desde a argumentação e o rascunho do personagem, passando pelo roteiro e *storyboard* da peça, produção da modelagem digital de personagem, cenários e edição de áudio e a finalização, render e comercialização do produto final, usando alguns dos softwares do mercado profissional.

REFERÊNCIAS

BARRETO-NETO, Aurélio Azevedo. COMETTI, Rafaela Recla. Sensoriamento remoto como ferramenta auxiliar no combate à ocorrência de dengue na cidade de Vitória-ES. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Florianópolis, 2007, INPE, p. 3733-3738. Disponível em <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.15.19.59/doc/3733-3738.pdf> Acessado em setembro de 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Oficina de produção de vídeos**. Curta Histórias. 2014. Disponível em http://curtahistorias.mec.gov.br/images/pdf/dicas_producao_videos.pdf Acessado em setembro de 2014.

CAZOLA, Luiza Helena de Oliveira et al. O Controle da Dengue em duas Áreas Urbanas do Brasil Central: percepção dos moradores. **Saúde Social**. São Paulo, v.20, n.3, p.786-796, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000300021&script=sci_arttext Acessado em setembro de 2014

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro**. Rio de Janeiro. Rocco. 1995

EKSTRÖM, Hanna. **How Can a Character's Personality be**

Conveyed Visually, through Shape. Degree Project in Game Design. Suécia, 2013. Disponível em <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:637902/FULLTEXT01.pdf> Acessado em setembro de 2014.

FADEL, Luciane Maria. Design de personagem: Um enfoque na qualidade da experiência. **Anais do 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.** Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. 2010. Disponível em <http://blogs.anhembi.br/congressodesign/anais/design-de-personagem-um-enfoque-na-qualidade-da-experiencia/> Acessado em setembro de 2014.

FIELD, Syd. **Manual do roteiro.** Os Fundamentos do Texto Cinematográfico. Editora Objetiva Ltda. Rio de Janeiro. 2001

FRANCISCO, Thiago. GARONE, Priscilla Maria Cardoso. Design de personagens e representação gráfica: uma construção semiótica. **Anais do Graphica 2013.** UFSC. Santa Catarina. 2013. Disponível em <http://wright.ava.ufsc.br/~grupohipermedia/graphica2013/trabalhos/DESIGN%20DE%20PERSONAGENS%20E%20REPRESENTACAO%20GRAFICA%20UMA%20CONSTRUCAO%20SEMIOTICA.pdf> Acessado em setembro de 2014.

GUILLÉN, José Mascardó. **El cine de animación: En más de 100 longametrages.** Madri: Alianza, 1997.

LIMA, Vinícius. **Cuidado com a dengue! (animação).** UFPB. Campina Grande. 2010. Disponível em www.youtube.com/watch?v=etgAW_aF0MI Acessado em setembro de 2014.

OLIVEIRA, Débora Silva de. O uso do vídeo em ead: desafios no processo de ensino aprendizagem. **Revista Cesuca Virtual.** V. 1, n. 1, 2013. Disponível em <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/cesucavirtual/article/view/422> Acessado em setembro de 2014.

POWELL, Dick. MONAHAN, Patrícia. **Advanced Marker Techniques.** Londres. Macdonald Illustrated. 1987

RIO DE JANEIRO. Agente Mirim Contra a Dengue. Niterói. 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XZt33dVRp9U> Acessado em setembro de 2014.

RUSSET, Robert; STARR, Cecile. **Experimental animation: Origins of a new art**. Newtons: Da Capo Press, 1988.

SOUZA, Francis Martins de. **Design de Games**. Material didático referente ao Workshop do Centenário. 2011. Disponível em <http://unisaeslanogames.files.wordpress.com/2011/08/59051645-design-de-games-material-didatico.pdf> Acessado em setembro de 2014.

VICENTE, Rebeca. Dengue é risco para cerca de 40% da população mundial, estima OMS. **Folha de São Paulo**. Setembro de 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/treiname-ntocienciaesaude/2014/06/1477781-dengue-e-risco-para-cerca-de-40-da-populacao-mundial-estima-oms.shtml> Acessado em setembro de 2014

WHO. World Health Organization. **2012-2020. Global strategy for dengue prevention and control**. Geneva. 2012. Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/75303/1/9789241504034_eng.pdf?ua=1 Acessado em setembro de 2014

REFORMA ADMINISTRATIVA DAS NAÇÕES UNIDAS: COMPREENDENDO A ABERTURA DE ESCRITÓRIOS COMPARTILHADOS

*Matheus de Oliveira Souza*¹

Resumo: Este *paper* tem por objetivo explicitar os fatores que norteiam a abertura de escritórios compartilhados das Nações Unidas a partir de sua reforma administrativa iniciada na década de 1990, na gestão do seu então Secretário Geral Kofi Annan. A partir de uma breve discussão teórico-histórica, será demonstrado o caminho realizado pela supracitada organização internacional (OI) na adoção de medidas que aumentassem sua capilaridade e, conseqüentemente, sua capacidade de ação. Das discussões no âmbito da Assembleia Geral e de outros fóruns da ONU, até a abertura de representações locais, a política internacional se demonstra presente em diversas dimensões da vida do cidadão comum. De fato, pode-se afirmar que, em diferentes escalas, política interna e política internacional se influenciam mutuamente. Os escritórios compartilhados das Nações Unidas refletem essa premissa. Isto posto, este trabalho foi construído a partir da realização de análise de documentos oficiais do referido órgão multilateral, fundamentada em referenciais teóricos do campo das Relações Internacionais, como a Escola de Copenhagen, e da problematização da reforma da ONU e do conceito de segurança coletiva. O trabalho está dividido em três seções: a primeira dedica-se à discussão sobre a reforma

¹ Centro Universitário Jorge Amado; Bacharelado em Relações Internacionais Salvador – Bahia – Brasil; matheus.souza@unijorge.edu.br; Área de atuação: Humanas

do organismo internacional, em termos teóricos e práticos; a segunda, mapeia o trajeto realizado pelas Nações Unidas para a abertura de seus escritórios locais, citando o exemplo do aberto na cidade de Salvador, Bahia; por fim, na terceira seção, são feitas considerações finais sobre o objeto discutido. É imprescindível destacar ainda que este artigo é resultante de pesquisa realizada pelo autor para a obtenção do título de mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, no âmbito do Laboratório de Análise Política Mundial – LABMUNDO.

Palavras-chaves: Reforma. Escritórios Compartilhados. Nações Unidas.

DA REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Criada após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas foi construída sobre os escombros de uma Europa destruída, resultado do maior conflito da história da humanidade. A ONU, assim como a Liga das Nações, sua antecessora, foi concebida para ser uma organização de segurança coletiva, um sistema que garantisse a promoção da estabilidade em escala mundial através da concertação multilateral (HERZ; HOFFMANN, 2004). Mesmo construída a partir da experiência da Liga, e mantendo as aspirações kantianas da mesma (KANT, 2008), a nova organização internacional diferenciou-se em alguns aspectos, buscando distanciar-se dos fatores que concorreram para o fracasso da Sociedade de Nações. Uma das características principais da nova organização, é justamente a sua capacidade de construção de novos significados para a ideia de segurança.

Keynes (2002) já havia alertado para o fato de que as instabilidades na arena internacional não são apenas oriundas das questões militares ou geopolíticas. A dimensão econômica também tem um papel preponderante, e uma proposta de concertação multilateral deveria, necessariamente, lidar com essa variável da equação em prol do alcance da paz mundial. Com as lições aprendidas a partir dos erros da Liga das Nações,

e com a crescente importância de outros atores – que, ao demonstrarem capacidade, em termos de poder, de influenciar o sistema internacional, passam a ser compreendidos como “atores internacionais” (DIAS, 2010) – a ONU encontra-se obrigada a refletir sobre a segurança internacional a partir de um espectro cada vez maior. Ao longo do século XX, a Guerra Fria, as crises econômicas internacionais, o surgimento de novos Estados Nacionais, a crescente importância das empresas multinacionais no jogo político global, e o (ainda incipiente) fortalecimento de organizações (de alcance mundial) da sociedade civil, determinam o cenário desafiador para uma OI que pretende promover e ser a guardiã da paz (SARAIVA, 2007; SARDENBERG, 2013; FIORI, 2007).

Com a queda da União Soviética e o início do processo de globalização neoliberal (SANTOS, 2011), esse cenário se torna mais complexo. Torna-se evidente de forma muito explícita, na década de 1990, a ascensão de temas outrora considerados como de *low politics* nas agendas multilaterais. A “década das conferências” (ALVES, 2001) foi profícua na promoção de debates sobre os mais variados temas: meio ambiente, na Rio-92; Direitos Humanos, em Viena, 1993; População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; Desenvolvimento Social, em Copenhague, e Mulher, em Pequim, em 1995; e Assentamentos Humanos, que tomou lugar em Istambul, em 1996 (ALVES, 2001). A multiplicidade destes temas atesta o avanço no entendimento das Nações Unidas de que a paz entre os povos é construída em diversas frentes. A ideia de segurança coletiva não está, assim, apenas vinculada a atos de agressão na esfera militar ou humanitária, mas também à busca por minoração da violência em suas diversas expressões (PATRIOTA, 1998).

A Escola de Copenhague das Relações Internacionais apresenta conceitos que facilitam a compreensão dessa trajetória de ampliação de significados percorrida pela ONU. Avançando no debate teórico sobre segurança, e aproveitando-se de alguns elementos do Realismo, vinculando-o a uma abordagem sociológica nas Relações Internacionais, os *scholars* dessa

perspectiva teórica representam um avanço na relativização e no aprofundamento de um dos temas mais queridos ao campo da Política Internacional (VILLA; SANTOS, 2010). Iniciando seus trabalhos no começo da década de 1990, a Escola de Copenhague atua com uma noção de segurança que envolve esferas como a política, social, ambiental e econômica. Os conceitos de “securitização”², “objeto referente”³ e “ator securitizador”⁴, permitem compreender as Nações Unidas como um ator securitizador multilateral, que define quais os objetos referentes a partir dos debates, interesses, conflitos e poderes dos seus Estados Membros, promovendo securitização ou dessecuritização de temas a depender das dinâmicas da política internacional. Assim sendo, a ampliação do número de objetos referentes, dos temas que devem ser considerados enquanto sensíveis para a promoção da segurança das coletividades – na Sociedade de Estados ou na Sociedade Mundial (BULL, 2002) – exige que dada organização se adapte para satisfazer sua missão estabelecida em seu tratado constitutivo. Com mais ameaças, torna-se maior a necessidade de adaptação da OI⁵.

Sob este prisma, podem ser compreendidas as necessidades de reforma das Nações Unidas, assim como suas dificuldades.

² “[...] processo de compreensão, socialmente construída, de que um tema/fato/fenômeno é uma ameaça para um dado grupo social; a partir disso, se percebe a necessidade de se tomar medidas de proteção em relação a tal ameaça” (SOUZA, 2014, p. 62).

³ “[...] aquilo que é percebido como objeto de uma ameaça existencial” (VILLA; SANTOS, 2010, p. 122).

⁴ Aquele que promove a securitização (VILLA; SANTOS, 2010).

⁵ “O Painel das Nações Unidas criado para discutir o programa de reforma proposto pelo então Secretário Geral Kofi Annan identificou seis categorias de ameaças: “[...] as de caráter econômico e social, pobreza, doenças infecciosas, degradação ambiental; os conflitos entre Estados; os conflitos internos, guerra civil, genocídio e outras atrocidades em larga escala; as armas de destruição em massa; terrorismo; crime organizado” (BAENA SOARES, 2010, p. 13).

Sobre esse tema, muito já foi escrito. Grande parte dos autores foca as análises realizadas na dimensão da alta política, especificamente no que tange ao Conselho de Segurança sua não representatividade das relações atuais de poder. Outros discutem a reforma em toda sua amplitude, como Brigagão (2011), que discorre sobre as sete principais dimensões da reorganização das Nações Unidas (administrativa e decisória referente ao gerenciamento e orçamento; Comissão de Construção da Paz; Conselho de Direitos Humanos; Fundo para a Democracia; Convenção sobre Terrorismo; Desenvolvimento; e Reforma do Conselho de Segurança). Todavia, em termos categóricos, Medeiros (2010, p. 99-100) é quem melhor discorre sobre as dimensões da reforma da ONU, apontando três abaixo elencadas:

1. Reajuste da estrutura do Secretariado, “[...] mediante alteração do organograma, eliminação de setores desnecessários e redução do número de cargos”;

2. Redefinição de prioridades, “[...] através da supressão de programas obsoletos, de forma a permitir concentrar recursos em programas de notória importância e inquestionável atualidade”; e

3. Reorganização do funcionamento da máquina intergovernamental, “[...] de modo a tornar a organização mais representativa, democrática e eficiente na execução dos fins para os quais foi instituída”. Este terceiro ponto divide-se em dois:

- a. “[...] reorganização da ONU sem emenda da Carta de San Francisco. Pode ocorrer mediante a revitalização do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), alterando sua agenda, bem como suas relações com a Assembleia Geral; ampliando ou reduzindo o número de membros em determinadas Comissões; criando novas Comissões e aglutinando outras; modernizando, enfim, todo o funcionamento da máquina onusiana. Nesta hipótese, inclui-se também a possível reforma de organismos internacionais do sistema das Nações Unidas, como o FMI, o Banco Mundial, entre outros, regidos por convênios constitutivos próprios, que podem ser alterados por conferências diplomáticas, sem que isto implique em reforma da Carta da ONU”.

b. “Reorganização da ONU com emenda da Carta de San Francisco. Pode ocorrer mediante a reestruturação dos principais órgãos, especialmente do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral, do Secretariado e do Conselho Econômico e Social. Aqueles que acreditam que o tema se restringe a uma questão de mera otimização no gerenciamento do organismo internacional dão à expressão ‘reforma da ONU’ os significados de números 1, 2 e 3 (a). Já os que estão convencidos de que a matéria não se resolverá sem uma reestruturação parcial ou total da Carta de San Francisco, conferem à expressão ‘reforma da ONU’ o significado do número 3 (b)”.

Percebe-se, portanto, que a reforma gerencial das Nações Unidas é um ponto importante no processo de reorganização das relações de poder no cenário internacional, sendo fundamental para que a OI funcione o mais próximo possível dos níveis de eficiência e eficácia esperados pelos seus membros e pelos povos. Uma vez que a questão do desenvolvimento econômico e social também é um objeto referente, e que é na dimensão local que os projetos, as ações e as tarefas previstos nos programas de cooperação da ONU se realizam, a presença do organismo internacional nas cidades se torna cada vez mais interessante na busca pelo alcance de seus objetivos estratégicos. Isto posto, a reforma administrativa das Nações Unidas prevê a abertura de representações de suas agências em escala local. Na seção seguinte, serão apresentados os principais aspectos vinculados à abertura de escritórios da ONU, assim como as principais características a eles atreladas.

COMPREENDENDO A ABERTURA DE ESCRITÓRIOS COMPARTILHADOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Em se tratando de reforma administrativa das Nações Unidas, o seu documento seminal é o Relatório intitulado “*Renewing the United Nations: a programme for reform*”, emitido em 1997 pelo Secretário Geral da organização. Neste documento também estão as diretrizes basilares para a constituição de

escritórios compartilhados da OI. O quadro abaixo sintetiza essas informações, apontando a necessidade de promover uma articulação maior entre as próprias agências da ONU e o estabelecimento de *UN HOUSES*.

Diretriz	Dimensão da diretriz	Prerrogativas da dimensão	Localização destes elementos no documento
<i>Acting as one at the country level</i>	<i>Programme coherence and complementarities</i>	Muitas vezes as agências da ONU trabalham de modo separado, sem considerar os benefícios que podem auferir a partir de articulações conjuntas. O objetivo desta diretriz é aumentar a coesão entre as agências em nível local (do país), gerando reflexos positivos no campo de atuação das mesmas.	Página 20, parágrafos 49, 50, 51.
	UN House	Todas as entidades/organismos das Nações Unidas em operação no âmbito do país devem desenvolver suas ações a partir de premissas comuns. Em países com um coordenador residente, todas as entidades/organismos da ONU devem operar como um mesmo escritório, sob única bandeira das Nações Unidas.	

Quadro 1 – Elementos basilares norteadores para a abertura de escritórios compartilhados das Nações Unidas

Fonte: United Nations Secretary-General, 2013; Souza, 2014 (com adaptações).

A abertura de escritórios compartilhados serve à promoção de maior coesão e integração das agências das Nações Unidas que trabalham na mesma localidade, visando não somente potencializar os resultados a serem alcançados, mas também reduzir custos operacionais e de transação. Estes fatores são importantes em sua própria essência, mas sua importância cresce mais ainda quando se tem em perspectiva que a ONU “padece” com a inadimplência de seus membros. As dificuldades orçamentárias são recorrentes na máquina onusiana, mesmo existindo mecanismos de sanção por não cumprimento das obrigações financeiras: “embora o Capítulo IV, artigo 1º, da Carta de São Francisco, estabeleça sanções formais aos membros inadimplentes, mediante [certas] condições, suspendendo o direito de votar, o fato é que, na ONU, todos devem” (FONTOURA, 2005, p. 543).

Assim sendo, vários outros documentos (resoluções, recomendações, relatórios etc.) foram emitidos pelo organismo internacional, desde 1997, para contribuir no avanço dos processos da reforma, e oferecer um norte para a consolidação da mesma. A Assembleia Geral, por exemplo, determinou que as agências da ONU em operação ao nível de cada país observassem uma série de critérios para a redução de custos e maximização da eficiência e eficácia. Dentre eles estão a simplificação de regras e procedimentos e a implementação dos escritórios compartilhados, como se pode observar abaixo:

[The General Assembly] Requests the funds, programmes and specialized agencies of the United Nations system to examine ways to further simplify their rules and procedures and [...] to accord the issue of simplification and harmonization high priority and to take concrete steps in the following areas: rationalization of country presence through common premises and co-location of members of United Nations country teams; implementation of the joint office model; common shared support services, including security, information technology,

telecommunications, travel, banking and administrative and financial procedures, including for procurement; harmonization of the principles of cost recovery policies, including that of full cost recovery; alignment of the regional technical support structures and regional bureaux at headquarters level, including their regional coverage; as well as further simplification and harmonization measures (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2013, p. 7).

A lista de exigências não é curta, nem é fácil satisfazer todos os itens. O desafio das Nações Unidas não é pequeno. Ainda que essas proposições sejam majoritariamente de cunho técnico/gerencial, elas não estão desvinculadas de uma dimensão política. Esta dimensão perpassa a reforma da OI desde as deliberações em seus foros multilaterais, no âmbito da alta política, nos processos de negociação, barganha (HAAS, 1990), convencimento e geração de intersubjetividades (VILLA; SANTOS, 2010; WENDT, 1999), até as articulações com os atores políticos locais, que operam com base em outra lógica de poder e têm uma grande expectativa em relação ao que podem receber de organizações internacionais em termos de *expertise* teórica e prática, além de recursos financeiros (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Deste modo, constituem-se, os escritórios compartilhados da ONU, em interessante objeto de pesquisa. A cidade de Salvador, na Bahia, é um exemplo de localidade que abriga esse tipo de arranjo organizacional das Nações Unidas. Inaugurado em 2010, o organismo abrigava cinco agências da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA; e Organização Internacional do Trabalho – OIT). Atualmente, todavia, a OIT não faz mais parte do escritório, pois seu planejamento para atuação local na Bahia foi finalizado. Localizado no turístico Elevador Lacerda, no centro da cidade, este escritório local também se vincula aos princípios da reforma aqui apresentados e discutidos. Frederico

Lacerda, responsável pelo PNUD na capital baiana, afirmou, em entrevista a jornal local, a vinculação do escritório local a um dos princípios elencados: “Com a maior proximidade física, temos a oportunidade de atuarmos de forma mais integrada” (CORREIO, 2013). Percebe-se, assim, que as dinâmicas da política internacional e da reforma da ONU não são tão distantes das realidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da política internacional, em sua evolução histórica, é resultante das interações entre os mais diversos atores internacionais, assim como influencia tais relações. As Nações Unidas, ator que, de certo modo, personifica a Sociedade Internacional⁶ e é o reflexo da mesma (SOUZA, 2014), depararam-se com a necessidade de realizar inúmeras modificações em suas estruturas para dar conta das suas missões institucionais, passando, desde o século passado, por inúmeras reformas (SARDENBERG, 2013). Essas modificações vão desde a ampliação da compreensão do conceito de segurança coletiva (PATRIOTA, 1998; HERZ; HOFFMANN, 2004), até a determinação de critérios gerenciais para aumento de sua operacionalidade.

A abertura, em âmbito local, de escritórios compartilhados de suas agências é resultante desses processos implexos, e geram impactos no desempenho da aqui tratada OI e na vida internacional das cidades onde estão situados. A esfera da política pública local passa a conviver mais proximamente com esse tipo de ator, e tal convivência exigirá de ambas as partes capacidade de lidar com novas realidades. Fica, assim, cada vez mais claro o fato de que as relações internacionais estão mais presentes e perpassam, com mais frequência, dimensões outrora pouco abrangidas ou não vislumbradas, tornando-se mais cotidianas. A promoção da paz e da estabilidade mundial requer, na perspectiva das Nações Unidas, o fortalecimento desses laços.

⁶ No sentido desenvolvido por Bull (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Augusto Lindgren. Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.

BAENA SOARES, João Clemente. Breves considerações sobre reforma da ONU. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – CNPEPI, 4., 2009, Rio de Janeiro. Anais... Brasília: FUNAG, 2010.

BRIGAGÃO, Clóvis. A ONU nos seus sessenta anos de história internacional (prefácio). In: RODRIGUES, Thiago; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). A ONU no século XXI: perspectivas. 2. ed. São Paulo: Desatino, 2011. p. 17-27.

BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CORREIO. Salvador é a primeira cidade do país a sediar Casa da ONU. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/salvador-e-a-primeira-cidade-do-pais-a-sediar-casa-da-onu/>>. Acesso em: 7 de maio 2013.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FONTOURA, Jorge. Reforma da ONU: o fracasso anunciado. In: MERCADANTE, Araminta; MAGALHÃES, José Carlos de (Org.). Reflexões sobre os 60 anos da ONU. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 538-545.

HAAS, Ernst B. When knowledge is power: three models of change in international organizations. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1990.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KEYNES, John Maynard. As consequências econômicas da paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz. O desafio da reforma da ONU. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – CNPEPI, 4., 2009, Rio de Janeiro. Anais...Brasília: FUNAG, 2010.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 197-230.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil e as Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2013.

SOUZA, Matheus de Oliveira. Cooperação internacional de agências das Nações Unidas no Estado da Bahia na área social – 1996-2013. 156 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution A/RES/59/250, December 17th 2004. Triennial comprehensive policy review of operational activities for development of the United Nations system. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/>

search/view_doc.asp?symbol=A/RES/59/250&Lang=E>. Acesso em: 3 de abr. 2013.

UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL. Renewing the United Nations: a programme for reform. GENERAL ASSEMBLY Report A/51/950, July 14th 1997. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/189/79/IMG/N9718979.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 3 de abr. 2013.

VILLA, Rafael Duarte; SANTOS, Norma Breda dos. Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida et. al. (Org). Clássicos das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 117-151.

WENDT, Alexander. Social theory of International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DA AUTO-INSCRIÇÃO E DO PRINCÍPIO DE ALTERIDADE: LEITURAS DO SER NEGRO NA MÚSICA DA CIDADE DE SÃO PAULO

ÁREA: HUMANAS

Renato de Lyra Lemos¹

Resumo: Dentro do panorama da música contemporânea produzida na cidade de São Paulo existe uma série de músicos que propõem representações e discursos sobre África em suas obras, numa tentativa de exaltar e desmistificar as construções históricas e sociais sobre esse continente. São músicos jovens na faixa entre 25 e 40 anos que têm uma produção sobre estas temáticas após a regulamentação da lei 10.639 em 2003, aquela que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira no Brasil. Este artigo analisa as representações de identidades negras na música contemporânea produzidas em São Paulo, dentro das perspectivas sobre as origens das matrizes africanas dos negros brasileiros, utilizando como estudo de caso a produção musical e os discursos feitos pelo músico, compositor, cantor, artista plástico e videomaker Kiko Dinucci. Para tanto, serão utilizadas as perspectivas teóricas dos símbolos culturais “discursivamente construídos” de Peter Wade (2003), dos “sentimentos de identidade” estabelecidos pela imaginação coletiva através das novas tecnologias, de Arjun Appadurai (2002) e a teoria das “representações sociais”

¹ UFBA/Pós-Afro; Salvador, Bahia - Brasil; renatoll@gmail.com

como um sistema de interpretação da realidade, de Jean-Claude Abric (2001).

Palavras-chaves: Identidades, Representações, Música.

INTRODUÇÃO

A construção das identidades é um processo complexo e contínuo, que passa não só pela autoinscrição do indivíduo como também pela legitimação de sua identidade perante o outro, através do princípio de alteridade. Essas passagens tendem, às vezes, a se anularem ou a se contradizerem a depender das perspectivas empreendidas. Mas, a predileção por um desses recursos impossibilita a percepção de que essas categorias podem ser complementares e se subordinam ao ponto-de-vista de suas aplicações.

A interferência dessa legitimação no processo de autoinscrição, em um indivíduo que deseja afirmar sua identidade, pode fazer com que esse sujeito erija características identitárias facilmente perceptíveis a um “senso comum”. Mesmo que sem essa intenção, uma visão essencialista pode acabar se construindo. Esse tipo de categorização é aplicável no plano das relações de poder, que acabam influenciando diretamente na escolha dos símbolos e dos significados atribuídos a estes pelos indivíduos, interferindo assim na construção de suas representações.

Ao afirmarem e exaltarem suas identidades, os indivíduos optam por um posicionamento, através do qual demonstram quais traços culturais são mais significativos para eles. Em alguns casos, ocorre a compreensão de que sua identidade não se restringe à representação de si, porque ela alça outros requisitos tais como uma referência e um ideal. E o mundo passa a ser compreendido como uma realidade universal a partir desses elementos.

Um dos problemas da eleição de determinada identidade enquanto “realidade universal” é que as identidades não são estáticas nem fixas, elas se modificam com o tempo e dependem

do contexto em que estão inseridas ou com o qual se defrontam. Para Jean-Claude Abric (2001), antes de tudo, a identidade é uma “representação social”, uma visão do mundo a qual os indivíduos constroem a partir dos seus próprios “sistemas de referências”, ou seja, a partir de sua “interpretação da realidade”. Este tipo de abordagem demonstra o quanto os indivíduos estão presos a uma visão pré-concebida de mundo, a qual rege suas representações e negam os valores que não estejam em consonância com sua visão. É na tentativa de compreendermos essas limitações impostas aos indivíduos pelos seus “sistemas de referências” que compreenderemos a eleição dos “sinais diacríticos”, eleitos pelos indivíduos como realçadores de suas identidades e que podem ser vistos como essencialistas a partir das relações entre as estruturas de poder.

O AFRO-MACARRÔNICO DE KIKO DINUCCI

A partir dessa premissa das relações entre a construção de identidades e as estruturas de poder, faremos um estudo do trabalho do músico paulista Kiko Dinucci, bem como de seus discursos sobre a formação de uma identidade pautada em referências culturais de matrizes africanas.

Entre toda uma heterogeneidade de identidades existente na cidade de São Paulo, existe uma cena musical na atualidade composta por músicos de diversas procedências. Esse cenário não dispõe de um rótulo preciso, ainda que seja identificado com um grupo, e, por mais que haja uma conexão evidente para muitos, que possuem uma marcante identidade musical pautada a partir de representações de África. Não que esta característica seja um único elemento presente no contexto musical desses artistas, pois, em geral, a maioria deles se identifica enquanto “paulistas”. Observa-se, no entanto, que dentro dos grupos de pertencimento que formam as identidades desses atores, estes elementos, considerados aqui como traços afro-orientados, denotam uma presença expressiva.

Na construção dessa cena musical, uma série de símbolos que são eleitos pelos músicos, compositores, cantores e mesmo jornalistas e público como representativos de culturas de matrizes africanas são ressaltados em vários momentos como constituidores das suas identidades. Entre estes símbolos podemos citar elementos de estética visual, línguas, musicalidades, religiosidades e filosofias, os quais são significados pelos músicos como representativos de “África”. África aqui colocada entre aspas não como uma forma de questionar a validade das representações feitas por esses músicos, mas por entender essa “África” como uma representação “discursivamente construída”, assim como proposto por Peter Wade (2003).

Peter Wade (2003), ao analisar as representações de “África” e da “Negritude” na Colômbia crê que elas foram construídas historicamente, e que se modificaram com o passar do tempo. Ele aponta que as representações da origem africana do povo colombiano eram associadas até a década de 80 a partir de elementos da escravidão, a partir de modificações legislativas voltadas para os descendentes de africanos na Colômbia é que os discursos passaram a ressaltar “África” e “Negritude” como elementos significativos em suas identidades. Portanto, segundo Wade, o que Jaime Arocha e Nina de Friedman (1986) definiram como “vestígios de africanismos”, que seriam as “reminiscências” de culturas africanas na Colômbia seriam em sua visão “discursivamente construídos”, ou seja, construídos a partir de discursos que são variáveis dependendo do contexto em que são inseridos.

Essa visão de certo modo também é aplicável ao Brasil, pois, a partir de uma mudança legislativa, a promulgação da lei 10.639 em 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, tornou-se possível maior visibilidade destes elementos no cotidiano social, assim como sua validação. Assim, diminuíram-se as visões “folclorizadas” e “exotizantes” atribuídas às representações de “África. Desse modo, “novas” representações passaram a circular.

Kiko Dinucci, vindo de um universo do punk e do hardcore, passou a ter contato ainda na juventude com o samba, estilo que exerceu sobre ele grande influência em seu modo de compor e de fazer música. A partir do contato com o samba que obteve através dos discos, Dinucci resolveu procurar as raízes desse estilo, deparando-se com musicalidades que para ele remetiam a uma forte ligação com a África. Mas, não foi apenas através da música que o compositor estabeleceu essa identificação, mas também através de sua afirmação como negro e da religiosidade do candomblé.

Através da busca pelas suas raízes, Dinucci se deparou com a figura de Esù nos terreiros de candomblé e umbanda, com a qual se encantou, motivo pelo qual resolveu produzir um documentário sobre a presença de Esù no Brasil. Essa produção - Dança das Cabaças – Exú no Brasil – datada de 2006. Em narrativa poética, Kiko Dinucci destaca a presença dessa entidade na cultura brasileira e, através de entrevistas com representantes de diversos segmentos religiosos em São Paulo, tem-se diferentes concepções da representação de Esù.

As passagens pelos locais de culto das religiões de matrizes africanas contribuíram para que Dinucci se inserisse no candomblé e compusesse a partir do que ele vivenciou e experimentou no mergulho das suas raízes. Não é por coincidência que, a partir dessa inserção, a “África” e o candomblé passam a ocupar posições centralizadas nas composições, shows, discos e gravuras. E é justamente nesse mergulho que o artista parte para compreender o universo ao seu redor. A exemplo da letra da música *Machado de Xangô*, presente no disco *Padê*, que Kiko Dinucci gravou junto com Juçara Marçal em 2007:

Guarda-chuva chama raio
Bentos santos não crê não
Lá no céu um risco forte
Na cabeça um clarão

Os bombero não chegô
Encomendaram um caixão
Mas chegô dona mocinha
E pro povo assim falô:

Cova funda faz pra ele
A cabeça deixe fora
Quando for de madrugada
O coitado revigora

No buraco do chão o que sobrô?
O machado de xangô

A letra conta a história de um homem que, utilizando um guarda-chuva em meio a uma tempestade de raios, é atingido na cabeça, e que ao todos terem sua morte como certa, uma senhora, envolta em sabedoria, manda que o enterrem e deixem só a cabeça de fora, que ele haveria de ficar bom. E no final, passado tudo, o homem some e no seu lugar encontra-se apenas um osè, machado duplo símbolo doorisàsàngo. Essa música de Kiko Dinucci utiliza-se de um acontecimento cotidiano, um homem que leva um raio por estar portando um guarda-chuva em meio ama tempestade, e o explica através de um fenômeno religioso, atribuído aoorisàsàngo, que tem o raio como símbolo, e que costuma utilizá-lo como forma de castigo. Podemos fazer aí também a leitura da transcendência de sangòde vivente a orisà, pois em muitas de suas lendas, só após entrar na terra é que ele vira orisà.

Sobre esse disco Dinucci diz que foi “o nosso primeiro trabalho, foi o som que moldou tudo o que viria na sequência, os elementos da cultura africana e tudo mais.”². A “África” de Kiko Dinucci

² Entrevista com Kiko Dinucci realizada por Andréia Martins para o site Palco Alternattvo sob o título: “Kiko Dinucci: para todo os lados a arte sopra”. Publicada em: 18 de maio de 2010. Disponível em: <<https://palcoalternativo.wordpress.com/2010/05/18/kiko-dinucci-para-todo-os-lados-a-arte-sopra/>>.

é representada a todo momento pela ancestralidade, pelos ensinamentos apreendidos com os que vieram primeiro e que pela “tradição” do candomblé são refletidos em nossa vivência cotidiana.

Os elementos das religiões de matrizes africanas têm forte presença na produção do artista, em especial o candomblé, do qual o artista é adepto, frequentando o terreiro Ilé Leuiwyato, da yalorixá Sandra Medeiros Epega. Durante o processo chamado de “reafricanização” das religiões de matrizes africanas no Braisl, no qual muitos adeptos dessas religiões viajaram à África para buscar os conhecimentos “diretamente da fonte”, Sandra Epegaviajou à Nigéria e teve acesso aos aprendizados do culto de Ifá, responsável pelo sistema de “adivinhação” no candomblé, como o Bábáláwo nigeriano Olarimiwa Epega. Ela voltou da viagem como uma das primeiras mulheres brasileiras a serem detentoras desse segredo, e iniciou o processo de “reafricanização” em seu terreiro. Sandra Epega não só empreendeu estudos sobre as religiões e tradições de matrizes africanas como também promoveu diversos cursos a partir do seu terreiro. Vagner Gonçalves da Silva considera terreiro dela como sendo “intelectualizado”, composto por pessoas de formação universitária, e onde se utiliza a prática da pesquisa “como forma de aumentar o conhecimento religioso e a fundamentar certas práticas rituais”. (SILVA, 1992, p.14).

É dentro dessa “tradição” de candomblé que Kiko Dinucci tem seus ensinamentos, juntando a prática religiosa com a pesquisa, e dentro de uma ótica em que se tende a “eliminar de suas práticas todo tipo de sincretismo ou desenvolvimento considerado não adequado ao culto dos orixás e tomando como modelo deste o que se pratica na África atualmente.” (SILVA, 1992, p.28). Nesse sentido, a categorização de um terreiro enquanto “mais africano” foge do ideal de preservação dessas “tradições” no Brasil, que teriam sido “desvirtuadas”, e partem busca dos conhecimentos diretamente em África, onde eles permaneceriam mais “puros”.

Essa busca pela África exerce grande influência na obra de Kiko Dinucci, refletindo-se em suas composições, desenhos,

xilogravuras e até na estética musical dos seus trabalhos, no qual propõe uma série de melodias e tonalidades que para ele sejam representativas de regiões africanas. Ao ser perguntado em uma entrevista sobre a origem do nome do seu grupo, o Bando Afromacarrônico, Dinucci deu a seguinte resposta:

...eu tenho um amigo cantor, Marcelo Preto. Uma vez marquei de mostrar uns sambas pra ele gravar, e eu mostrei uns 50 sambas. Então ele disse: Eu tava querendo um coisa mais africana. Na época eu não tinha muito essa linhagem. Eu não tinha referências. Eu não conhecia, tinha até medo de macumba. Aí eu falei: Pow, mas samba africano, eu não sei fazer isso não, meu samba é todo macarrônico. Eu falei isso sem pensar, mas fiquei com isso na cabeça. E daí saiu o nome. E depois comecei a enlouquecer com essa história de África. Esse país, quando você encosta o dedo, o negócio devora seu braço inteiro. Não tem caminho de volta. (DINUCCI, 2009).³

Ele afirma não só sua forte conexão com a África, como também que esse elemento anteriormente não estava presente em sua vivência social. Ele fazia samba, mas não era uma coisa “africana”. Posteriormente é que estes elementos se fariam presentes em sua obra, pois o autor passaria a se identificar com essa cultura e acabaria aprofundando-se nela. Refletindo sobre isso, tentarei compreender o processo de autoidentificação de Kiko Dinucci com essa cultura em concernência com as discussões sobre raça e etnicidade em um âmbito social mais alargado, como forma de entender as relações existentes entre identidade e estruturas de poder.

³ Entrevista com Kiko Dinucci disponível no blog de Gustavo Serrate sob o título: “Samba afromacarrônico”. Publicada em: 10 de abril de 2009. Disponível em: <<http://gustavoserrate.wordpress.com/2009/04/10/samba-afromacarronico/>>.

O LUGAR DA AUTOINSCRIÇÃO PERANTE O “OUTRO”

As políticas públicas voltadas para a reparação a descendentes de africanos no Brasil têm gerado uma série de polêmicas nos últimos anos, principalmente no que concerne às questões de preconceito étnico-racial, e dentro de toda essa confusão, abordarei aqui a perspectiva de autoinscrição étnica dos indivíduos.

Um dos meios de que as medidas públicas de reparação utilizam para justificar os indivíduos que serão beneficiados através delas é o da autoinscrição. Através deste modo os indivíduos passariam, até certo ponto, a protagonizarem suas definições de identidade, por mais que dentro dos campos de relações sociais, estes indivíduos acabem recorrendo a um repertório prévio de identificação, que passa também através da atribuição “pelo outro”, e isso acaba influenciando direta e indiretamente em suas percepções. Porém, mesmo que possua alguns limites, ainda é um método válido e que tem sido amplamente utilizado e aceito.

Esse método, ao mesmo tempo em que permite que indivíduos fenotipicamente pretos possam se identificar ou não enquanto pretos (categoria utilizada pelo IBGE), possibilita também que indivíduos fenotipicamente brancos possam também se identificar enquanto pretos. Se as identificações destes formulários são através da autoatribuição, e são vistas como válidas pelo governo, quem tem então o poder de decidir se um indivíduo é “preto” ou não? Utilizando a terminologia dos movimentos sociais, acaba destacando-se hoje o uso do termo “negro” (antes visto como racista) ao invés de “preto” (termo que ainda é usado pelo IBGE, mas que no convívio social assume a conotação de preconceituoso). Podendo ser considerado possivelmente como fenotipicamente branco, o compositor Kiko Dinucci, no entanto se define como preto:

Meu interesse pela cultura afro veio no dia em que eu me olhei no espelho e falei pra mim mesmo: sou preto, no Brasil todo mundo é preto, seja sua pele clara ou escura, então vou atrás da minha história. E fui atrás da

minha memória ancestral e descobri meu ancestral mais antigo, que é meu Orixá LogunEdé. Mergulhei num mar de informação infinito. (DINUCCI, 2010)⁴

Ao afirmar a sua identidade, como dissemos anteriormente, Dinucci foi atrás de suas raízes, suas origens, da cultura que seria representativa de sua etnicidade. O samba foi um dos primeiros ritmos com o qual se se identificou nessa procura, partindo depois em busca das origens desse estilo, o que segundo ele foi o que acabou o levando aos terreiros de candomblé, sobre o que já falei mais acima.

Essa autoinscrição do compositor enquanto negro é bastante marcante em vários momentos, acerca de suas escolhas estéticas e ideológicas. Em um caso que foi parar nas redes sociais, a dona de uma cafeteria em São Paulo escreveu um texto rebatendo algumas críticas vinculadas pela imprensa referentes à presença de racismo nas elites brasileiras. Esta postou um texto na internet em que dizia pertencer a uma “minoridade que sofre preconceito e discriminação: a elite branco-europeia nascida no Brasil” e logo em seguida afirmou, “sim, sou branca”. Dinucci, frequentador do local, compartilhou o texto escrito pela mulher em sua rede, dando o seguinte depoimento: “Acho uma graça, esse povo que pensa que é branco. Momento vergonha alheia do ano” (DINUCCI, 2014)⁵, como uma crítica ao discurso da mulher. Essa mulher que escreveu o texto é fenotipicamente branca. Porém, pelo que

⁴ Entrevista com Kiko Dinucci realizada por Andréia Martins para o site Palco Alternativo sob o título: “Kiko Dinucci: para todo os lados a arte sopra”. Publicada em: 18 de maio de 2010. Disponível em: <<https://palcoalternativo.wordpress.com/2010/05/18/kiko-dinucci-para-todos-lados-a-arte-sopra/>>.

⁵ Comentário de Kiko Dinucci em sua página pessoal do *Facebook*, sobre uma publicação compartilhada do perfil público Coffee Lab em 16 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/kiko.dinucci.>>.

podemos compreender das afirmações de Dinucci, o Brasil, em sua visão, é um país miscigenado, e que devido à grande mistura da população, não seria possível alguém se afirmar enquanto “branco”.

Para alguns militantes de movimentos negros brasileiros, os indivíduos de pele mais clara e traços físicos mais próximos do branco, teriam mais facilidade em se camuflar e escolherem qual identidade assumir. Porém, para os de pele escura e que possuem ainda outros traços físicos representativos da “raça” negra, como o cabelo crespo, o nariz achatado, e outros traços utilizados pelos cientistas do século XIX para definir os indivíduos como “negroides”, seria impossível se camuflar, tendo então que tentar se esconder e sofrer o preconceito, ou partir para o confronto. Esses ideais partem da premissa de que mesmo que o conceito de “raça” tenha sido substituído em grande parte na academia pelo de “etnia”, e que os diferenciadores hoje sejam vistos mais como culturais do que como biológicos, o termo “raça” ainda é amplamente utilizado como categoria social.

Na sociedade estadunidense utiliza-se o termo “wigger”, junção de whitey (branquelo) com nigger (negro), para designar pejorativamente pessoas consideradas brancas pelos padrões dessa sociedade, mas que agiriam como “negros”. Muitas vezes esses indivíduos cresceram em bairros de maioria negra, principalmente nas periferias, e se identificam com as culturas locais representativas dos jovens desses bairros, principalmente o universo hip-hop. No entanto, ao adotarem essa cultura, alguns desses jovens passam a ser vistos como “imitadores”, como não pertencentes à aquele meio. Ao estudar essa categoria, Crispin Sartwell (2005) a define como estética, uma autorepresentação através do corpo, e conclui após questionar sobre a validade dessa representação, que mesmo com todas suas limitações, o wiggerism (a percepção da negritude pelos brancos), torna-se um agente de mudança e migração racial, mostrando que o termo raça é apenas uma construção cultural.

Para Frantz Fanon (2008), na tentativa de solucionar a questão

do preconceito não basta apenas se reconhecer enquanto negro, ou que vêm de África. Ele diz que a construção das identidades não soluciona as relações entre negros e brancos, pois as contradições sempre vão formar identidades, mas sim resolver o binômio entre exploradores e explorados, transpondo assim essas questões para o campo das relações de poder, do colonialismo.

As relações coloniais de certo modo ainda hoje caracterizam as relações da sociedade brasileira. Ideais propagados pelos colonizadores foram respaldados na academia e ainda hoje servem como explicadores das relações sociais. Sendo então pessoas vindas destas elites coloniais responsáveis por boa parte do pensamento social construído na história do Brasil, é mister que tenha se considerado suas construções históricas e seus ideais de representação, não só de si próprios, como dos outros que eles distinguem como párias. Acontece que na tentativa de se auto afirmar, muitos indivíduos acabam recorrendo a esse repertório pré-existente de símbolos identitários, e caindo em visões essencialistas de suas próprias representações. Essa visão essencialista acaba permeando as concepções das políticas públicas voltadas para os povos negros, que definem uma visão de que para serem beneficiados através destas tenham que exibir traços culturais que demonstrem “conservação” das suas “tradições”, que teriam assim de se manterem estáticas através do tempo segundo essa ideologia. E por necessidade de serem contemplados por essas leis, muitos dos chamados grupos “tradicionais” acabam trazendo para si esses conceitos, e aplicando-os em suas vivências, fazendo inclusive com que práticas não mais utilizadas em suas comunidades ou mesmo que nunca pertenceram a seus cotidianos sejam representadas, criando assim “tradições inventadas”.

Nesse ponto, devemos ter um cuidado especial, partindo da perspectiva construída no texto de que as representações são também reflexo das estruturas de poder, pois muitas vezes tende-se no intuito de questionar essas representações como não sendo “legítimos” a culpabilizar os indivíduos que as produzem, ao

invés de buscar compreender o sistema dentro do qual elas foram construídas e que muitas vezes é o responsável pelos significados que são atribuídos aos símbolos nessas representações.

CONSIDERAÇÕES SOBRE PERSPECTIVAS AFRO-ORIENTADAS

Ao analisar mais amplamente esta cena musical de São Paulo que se pauta em referenciais representativos de África, torna-se perceptível a sua heterogeneidade. As visões desses artistas sobre África ora se opõem, ora se completam, e contemplam perspectivas diversas como o a negritude, o pan-africanismo, e o afrocentrismo, as quais possuem em comum essa visão de pautar seus referenciais a partir de África. Na tentativa de categorizar esse panorama de representações, utilizo a denominação “afro-orientado” no sentido de seguir um impulso, de tomar uma direção e de conduzir ou de ser conduzido partindo de referências que possibilitem aos indivíduos orientar suas identidades pelo que eles elegem como representativos de África.

Essa estrutura do pensamento pode ser percebida como um questionamento das relações de poder, mesmo quando corrobora com elas, pois segundo Ngugi Wa Thiong’o (1993), é uma tentativa de mover a base de visão de um centro de referência eurocêntrico a uma multiplicidade de centros (THIONG’O, 1993, p.6). Um dos modos que possibilitam na atualidade o surgimento de novas representações de África são os meios de comunicação em massa, principalmente a internet, que possibilita aos indivíduos a construção de identidades pautadas em outros paradigmas que não só os impostos pela mídia e pelos centralizadores do poder. Arjun Appadurai (2004) sugere que os meios de comunicação em massa são diretamente influenciadores da construção de um imaginário coletivo, o que ele chama de “comunidade de sentimentos”, e que ao contrário de um pensamento do senso comum de que a utilização desses meios de comunicação para a formação de opinião levaria ao comodismo e à inércia, Appadurai diz que esse imaginário possui

um sentido projetivo, que gera um impulso à ação e à resistência.

A “afro-orientação” ao mesmo tempo em que poder levar à ação através do descentramento dos ideais europeus, pode também propagar uma visão essencialista de África que corrobore com as representações eurocêntricas. A questão reside, portanto, na contextualização dos discursos e das representações, na nossa compreensão de onde procedem as informações as quais apreendemos, em perceber o lugar de fala dos indivíduos. Assim, não cairemos na falácia de questionar as identidades apenas através de uma acusação de essencialismo, compreendendo antes a importância dessas representações para os indivíduos e problematizando suas construções através dos processos das relações de poder.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In. ABRIC, Jean-Claude (org.). **Prácticassociales y representaciones**. Mexico: Ediciones Covoacén, 2002.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé**. Tradição e poder no Brasil. São Paulo: Pallas, 2005.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**. A velha magia na metrópole nova. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991. Disponível em: <[http://bvespirita.com/Os%20Candombl%C3%A9s%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(Reginaldo%20Prandi\).pdf](http://bvespirita.com/Os%20Candombl%C3%A9s%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20(Reginaldo%20Prandi).pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Edufba, 2003.

SARTWELL, Crispin. “Wigger”. In. YANCY, George (ed.). **White on White/Black on Black**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O candomblé na cidade**. Tradição e Renovação. São Paulo: USP, 1992.

THIONG’O, NgũgĩWa. **Moving The Centre**. The Struggle for Cultural Freedoms. Nairobi: East African Educational Publishers Ltd., 1993.

WADE, Peter. Compreendendo a “África” e a “negritude” na Colômbia: a música e a política da cultura. **Estudos afro-asiáticos**. 2003, vol.25, n.1, p. 145-178. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aaa/v25n1/a07v25n1.pdf>> Acesso em: 10 out. 2013.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO TRANSPORTE PÚBLICO DE SALVADOR-BA: O USO DO GPS NO SUBSISTEMA DE TRANSPORTE ESPECIAL COMPLEMENTAR

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

André Luís dos Santos¹

Juan Moreno Delgado²

Francisco Ulisses Santos Rocha³

Resumo: Um dos mais complexos desafios enfrentados atualmente nas cidades diz respeito a encontrar formas rápidas e seguras para lidar com os problemas da mobilidade urbana. Neste processo, para lida com essa problemática, a qual vem se multiplicando e causando transtornos a sociedade (período solto). Mas, os avanços recentes de equipamentos eletrônicos, como celulares e tablets equipados com GPS e internet, vêm permitindo uma revolução no modo de produzir informações com caráter espacial, sendo possível fornecer dados através desses equipamentos para aplicativos que exploram recursos que visam facilitar os deslocamentos das pessoas. No que se refere à mobilidade urbana, através de modos diferentes de transportes, os aplicativos atribuem facilidade ao acesso de informações como itinerários, oferta de transporte público, mapas, situação do

¹ UNEB- DECET 1; EEEMBA-IQUALI; UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil; andrebonec@hotmail.com

² UNEB- DECET 1; EEEMBA-IQUALI; UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil.

³ UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil.

sistema viário entre outras. Este estudo discute as contribuições das Geotecnologias para o transporte público, focalizando especificamente a utilização do GPS no Subsistema de Transporte Especial Complementar (STEC), da cidade de Salvador- Bahia. Este subsistema, com a utilização deste instrumento da Geotecnologia, monitora sua frota e possibilita aos usuários usufruírem de transporte público com mais qualidade e segurança. A relevância social deste trabalho encontra-se na realização de uma pesquisa que poderá ser utilizada tanto pela comunidade de Salvador como pelas instituições públicas ou privadas, que pretendem diagnosticar a importância das geotecnologias para transportes públicos. Quanto à relevância acadêmica, essa pesquisa representa um instrumento com possibilidade de contribuir como subsídio não apenas para a instituições da cidade de Salvador como também para qualquer uma que faça estudo de transporte públicos em todos os Estados Brasileiros.

Palavras-chave: Geotecnologias; Mobilidade Urbana; Subsistema de Transporte Especial Complementar.

INTRODUÇÃO

Um dos complexos problemas enfrentados atualmente pelos gestores públicos diz respeito a encontrar formas rápidas e seguras para lidar com os problemas da mobilidade urbana, o transporte público é um exemplo disto. Com o propósito de enfrentar essa problemática que se multiplica e provoca transtornos à sociedade, é que as geotecnologias, como instrumento de apoio que se traduz em uma opção fundamental na gestão, pode contribuir para o transporte público, de modo que ele se torne mais eficiente. Partindo desta ideia, o objetivo geral deste estudo é discutir como as Geotecnologias podem contribuir para Transporte Público por ônibus de Salvador, com foco nas suas aplicabilidades, identificação e análise de quais geotecnologias estão sendo utilizadas no Subsistema de Transporte Especial Complementar.

Para realização deste trabalho, adotaram-se, como procedimentos

metodológicos, pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, artigos científicos e revistas especializadas disponíveis em bibliotecas e instituições públicas e na Internet. Na pesquisa de campo foram feitas entrevistas, visita na - Cooperativa dos Permissãoários do Subsistema de Transporte Especial Complementar do Município de Salvador (COOPSTECS), responsável pelo Subsistema e viagens nos ônibus; tudo que foi observado, foi fotografado e anotado. Já a relevância social deste artigo encontra-se na contribuição para a comunidade, para instituições e pesquisadores que trabalhem com a temática da pesquisa.

GEOTENOLOGIAS APLICADAS AO TRANSPORTE PÚBLICO

As Geotecnologias são um conjunto de tecnologias utilizadas para coleta, processamento, análise e disponibilidade de Informações Georreferenciadas, como por exemplo: Sistema de Informação Geográfica (SIG), Topografia, Sensoriamento Remoto, Cartografia Digital, WebMapping, Banco de Dados Geográficos, Sistema de Posicionamento Global (GPS), dentre outros. Neste sentido, o Sistema de Informação Geográfica, de acordo com Câmara (1996), é um sistema que possibilita coletar, modelar, manipular, consultar, recuperar, analisar e apresentar dados geograficamente referenciados. A topografia é uma ciência de descrição do lugar, que, segundo Doubek (1989), tem objetivo de estudar os instrumentos e métodos utilizados para obter a representação gráfica de uma porção do terreno sobre uma superfície plana. O Sensoriamento Remoto, segundo Meneses *et al* (2012) é uma técnica de obtenção de imagens dos objetos da superfície terrestre sem que haja um contato físico de qualquer espécie entre o sensor e o objeto. A Cartografia Digital é um instrumento que se fundamenta no processamento computacional, com finalidade de produzir representações digitais, mais dinâmicas e interativas, da realidade geográfica; sua principal vantagem se encontra na produção de mapas atualizáveis e precisos, mediante a velocidade de informações. O WebMapping é uma ferramenta

que disponibiliza mapas digitais através da internet, possibilitando interatividade online. O Banco de Dados Geográficos é uma ferramenta que sustenta feições geométricas em suas tabelas e operações espaciais, com intuito de oferecer análises e consultas geoespaciais. Já o Sistema de Posicionamento Global (GPS) é um sistema de rádio navegação desenvolvido pelos Estados Unidos da América. Segundo Magalhães (2008):

O sistema de GPS (*Global Positioning System*) permite que, em qualquer localização na superfície da terra, tenha-se à disposição do usuário um mínimo de quatro satélites para serem rastreados e fornecer o posicionamento deste usuário ou um objeto qualquer em tempo real (MAGALHÃES, 2008, pg. 10).

Dentre as Geotecnologias utilizadas para o transporte público, esse pode ser definido como todo aquele meio de transporte que é acessível a todos os cidadãos; cabe destacar o *GPS*, o qual se relaciona com os Sistemas de Transportes Inteligentes, ou seja, o *Intelligent Transportation System (ITS)*. O *ITS* é um sistema que muitos países já utilizam para o controle e gestão do transporte coletivo, para o controle de tráfego, bem como para as atividades de informação ao usuário. No Brasil, por exemplo, algumas iniciativas do uso dessa tecnologia são encontradas em distintas cidades. Além disso, a utilização das geotecnologias, voltadas para a localização e para o posicionamento de veículos contribuem para o avanço dos *ITS* em diversas cidades do país. O fato de algumas cidades da Região Nordeste do país como Recife, utilizar o sistema *ITS* para controle de frotas exemplifica esse processo e dialoga como que Souza *et al* (2014) destaca:

Em Recife (PE) a Grande Recife Consórcio de Transporte é uma empresa que gerencia o sistema de empresas de ônibus. Um grande consórcio de transporte por meio de licitação pública (pregão Eletrônico 005/10 realizado em 10 de junho de 2010) está implantando um sistema de gestão de operação da frota através de geotecnologia

GPS sob controle de uma central de comando. O objetivo é equipar todos os ônibus que circulam na região com aparelhos de GPS e posteriormente implementar painéis com os horários das linhas nos principais terminais e corredores da cidade (SOUZA *et al.* Pgs. 06 e 07, 2014).

De acordo com Souza (2014), a cidade de Recife já utiliza o Sistema Automático de Bilhetagem Eletrônica (SABE), o qual foi instituído pela Resolução nº 002/98 do Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos. Em Salvador foi implantado, em Abril de 2014, o Google Transit, um instrumento que disponibiliza informações detalhadas sobre tráfego de veículos e transporte da cidade. As informações podem ser acessadas por equipamentos que possuam o sistema operacional Android e iOS (Figura 01).



Figura 01- Ferramenta GoogleTransit

Fonte: Mobilidade Urbana em Salvador. Disponível em <http://mobsalvador.blogspot.com.br/>. Acesso em 30de Agosto de 2014.

A GoogleTransit possibilita o conhecimento dos horários dos transportes públicos, paradas previstas no percurso, bem como o custo da viagem em Salvador. As ferramentas utilizadas por Recife e pela capital baiana são utilizadas pelo Subsistema de Transporte Complementar Especial (STEC) na cidade de Salvador, Bahia, que será retrado no item 3, mas o que mais o modelo que mais se destaca é o da cidade de pernambucana.

APLICAÇÕES DAS GEOTENOLOGIAS NO SUBSISTEMA DE TRANSPORTE ESPECIAL COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE SALVADOR (STEC)

Em Salvador, os modos de transportes terrestres disponíveis para população são os ônibus urbanos (foco deste trabalho), trem suburbano, táxis, vans, mototáxis, bicicletas, a pé e o Metrô que foi inaugurado em fase experimental no dia 11 de Junho de 2014. Sobre o transporte público por ônibus, o Subsistema de Transporte Complementar Especial vem se utilizando das Geotecnologias para monitorar sua frota. Este processo é feito através do *Global Positioning System (GPS)*, com monitoramento em tempo real da frota.

O Subsistema de Transporte Especial Complementar de Salvador foi iniciado em 1997 pela Prefeitura da cidade, devido ao grande número de transporte informal, que contribuía para os problemas no trânsito. Em 2007, foi criada a Cooperativa dos Permissionários do Subsistema de Transporte Especial Complementar do Município de Salvador- COOPSTECS, com sede localizada, hoje, no bairro Don Avelar (Figura 02).

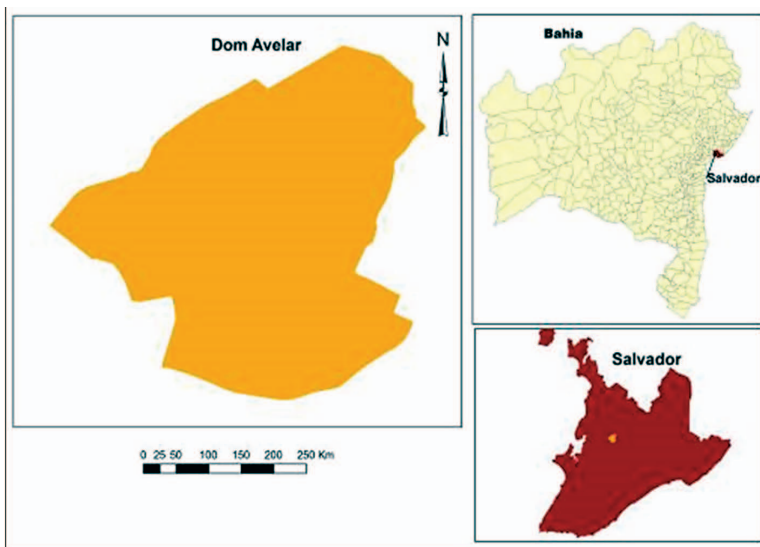
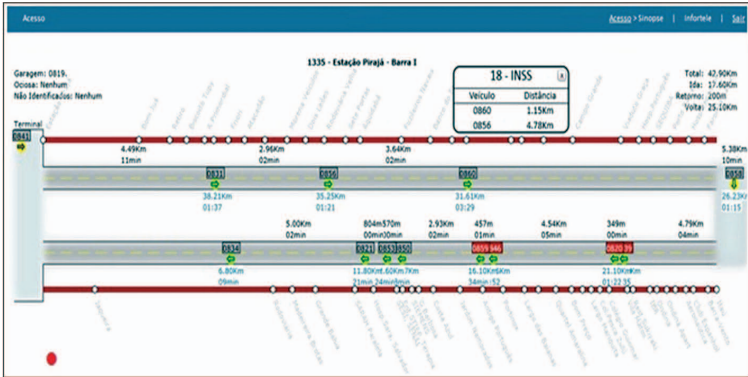


Figura 02- Bairro onde se localiza a COOPSTECs

Fonte: SANTOS, A. L. (2014).

É no bairro Don Avelar que iniciam os roteiros de toda frota do STEC, toda ela acoplada com o GPS. Partindo desta premissa, cabe salientar que este sistema de Transporte complementar iniciou uso do GPS nos seus coletivos em 2011. O primeiro modelo adotado já era um grande avanço para o transporte da cidade público e se mostrava com eficiência; porém, atualmente vem adotando um modelo mais avançado e mais eficiente, disponibilizando diversos serviços como: informação de tudo que ocorre no roteiro feito pelo veículo, desde o início até o final- as paradas, o tempo de parada, se o veículo quebrou, foi assaltado, deu pane ou teve acidente (Figura 03); informações de todas as linhas- a quantidade linhas, quantos veículos por linhas, se o veículo saiu do roteiro, tudo que acontece com veículo na linha; a velocidade do veículo; a velocidade que a via permite.



Figurara 03- Informações o roteiro do coletivo

Fonte: INFORTELE (2014).

As informações sobre coletivos são geradas em tabelas, gráficos e relatórios, a partir do Google (Figura 04). Todos esses dados são disponibilizados em um histórico diário, semanal, e ou mensal do veículo.

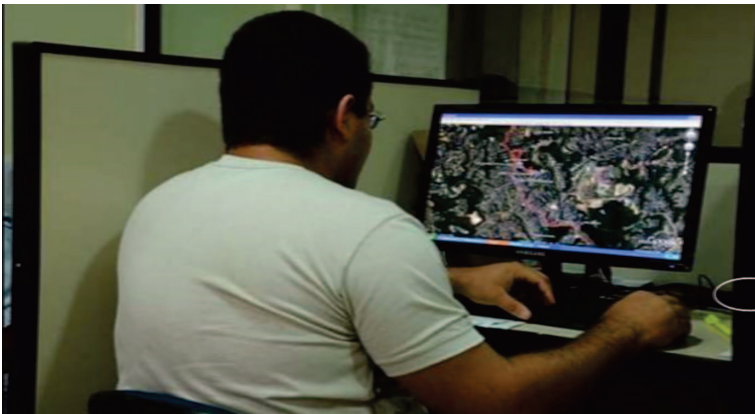


Figura 04- Sala de GPS e Controle das Rotas do STEC.

Fonte: COOPSTECs (2014).

Quando o sistema de monitoramento foi implantado, a cooperativa disponibilizava apenas um computador para a operação. Hoje, disponibiliza quatro máquinas monitorando, mas apenas uma fica ligada no período em que os coletivos estão rodando, o que não influencia a qualidade dos serviços oferecidos. Existe, no sistema utilizado para monitorar os coletivos, uma ferramenta chamada de Últimos Status, considerada como a mais importante do GPS (Figura 05).



Figura 05- Ferramenta Últimos Status

Fonte: INFORTELE (2014).

É Últimos Status que fornece as informações em tempo, e é, a partir dele, que a COOPSTEC consegue prestar assistência ao motorista, ao cobrador, ao veículo, quando acontecem os fatos inesperados, por exemplo, a quebra do coletivo. Assim sendo, o monitoramento da frota em tempo real trouxe inúmeros benefícios para a cooperativa e para os usuários: resolução de problemas com os veículos de forma mais rápida, confiabilidade nos serviços, segurança, os coletivos passam no horário, os motorista param sempre nos pontos de ônibus e não saem da sua rota. De modo geral, o objetivo da implantação do GPS é de reduzir os riscos de acidentes, evitar atrasos na escala de horários

e roteiros, além de oferecer um serviço eficiente e de qualidade para os usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as Geotecnologias podem oferecer e vem oferecendo contribuições importantes para o transporte público de Salvador, uma cidade que, assim como diversos municípios brasileiros, vem enfrentando sérios problemas no sistema de transporte público, como serviços que desagradam muitos dos seus usuários. O Subsistema de Transporte Complementar Especial é um exemplo disto, pois com a implantação do monitoramento em tempo real das suas frotas, vem contribuindo para melhorar a qualidade dos seus serviços no transporte público da cidade, e, com utilização das Geotecnologias, oferecendo confiabilidade no seu sistema, contribuindo para melhorias do transporte público em Salvador. Até mesmo empresas do Sistema do transporte público de coletivo regular, visitam a empresa administradora do STEC para saber como funciona o sistema de monitoramento com o uso do Sistema de Posicionamento Global (GPS), com intuito melhorar também a qualidade dos seus serviços. Este estudo, pretendeu contribuir como subsídio, não apenas para os gestores da cidade de Salvador, mas para pesquisas ou qualquer análise de cunho dos transportes públicos no Estado da Bahia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Sem data (s.d). Secretaria de Transportes e da Mobilidade Urbana ☐ SEMOB. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília.

_____. Ministério das Cidades. 2005. **Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada**. Rio de Janeiro.

CÂMARA, G. **Geoprocessamento para Projetos Ambientais**. São José dos Campos: Março. 1996 (Apostila).

DELGADO, J. P. M. *et al.* **Avaliação da microacessibilidade e mobilidade do pedestre e das pessoas com necessidades especiais numa estação de transporte urbano, na cidade de Salvador, Bahia.** Salvador, 2007.

Doubeck, A. **Topografia.** Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 1989, 205p.

Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em Vigor. Ministério das Cidades, Conselho Nacional de Trânsito, departamento Nacional de Trânsito. Brasília. 2008.

MAGALHÃES, C. T. A.. **Avaliação de tecnologias de rastreamento por GPS para monitoramento do transporte público por ônibus.** Dissertação submetida para a obtenção do grau de mestre em ciências em engenharia de transportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julho de 2008.

MENESES, P. R. *et al.* **Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto.** BRASÍLIA 2012.

PAIXÃO, R. C. **Análise Espacial das Condições de Deslocamento do Pedestre na Integração com o Transporte Público.** Dissertação de tese de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Salvador, 2011.

PLANO DE MOBILIDADE – PLAMOB. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

ROCHA, F. U. S. **A Mobilidade a Pé em Salvador.** Cadernos PPG-AU/UFBA. Vol. 2, nº1. 2003.

Salvador. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Salvador (PDDU).** LEI Nº 7.400/2008.

SANTOS, André Luis dos. **Espaço público e microacessibilidade: análise dos trajetos a uma estação de metrô.** Salvador, 2013. Monografia aprovada para obtenção de grau em bacharelado em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia.

SANTOS, A. L. **Aspectos de comércio e serviços do Horto Bela Vista:** agentes de configuração do espaço. Salvador-Ba. 2013. Artigo elaborado para *XVIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).*

SANTOS A. L. *et al.* **Comércio e serviços**: atores da configuração na complexa localidade do Cabula. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE CULTURA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO, 7., 2012, Salvador.

SANTOS, E. *et al.* **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Regiões e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, A. L.; FERNANDES, R. B. **Agentes e processos na complexa localidade do Cabula: comércio e serviços**. Artigo apresentado na JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: EU, A CIÊNCIA E O MUNDO, 13., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUNEB, 2012.

SILVA, F. G.; CARNEIRO, C. D. R.. **GEOTECNOLOGIAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA COM O GOOGLE EARTH1**. Artigo publicado na Revista On Line Caminhos de Geografia. Uberlândia, 14 de Janeiro de 2012.

SOUZA, E. M. F. R.; CRUZ, C. B. M.; RICHTER, M. **O Uso de Geotecnologias em Sistemas de Transporte e Organização Urbana no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 143-152, jan./abr. 2014.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. 3ed. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**; Análise das políticas públicas; 2ª ed. São Paulo: NetPress, 1996.

RESUMOS

ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Samira Madureira Lordelo Barreto¹

Júlia Pereira Santan²

Brisa Alves Pereira de Moura³

Renata da Silva Schulz⁴

Monique Santos Santana⁵

O Diabetes Mellitus é um problema de saúde pública e tem afetado 382 milhões de pessoas em todo o mundo. Envolve altos custos no seu controle e tratamento, e em 2010 foi responsável por altos gastos globais. O pé diabético é o termo empregado para nomear as diversas alterações e complicações ocorridas, isoladamente ou em conjunto, nos pés e nos membros inferiores dos diabéticos. É caracterizado por vasculo-neuropatia crônica progressiva e pela presença de pelo menos uma das seguintes alterações: neurológicas, ortopédicas, vasculares e infecciosas. Desse modo, torna-se um órgão-alvo e de alto risco quando ocorre interação desses problemas. O objetivo do estudo foi identificar e caracterizar as estratégias utilizadas na prática clínica para a prevenção do pé diabético. Através da revisão integrativa para identificar produções científicas relacionadas às estratégias da prática clínica para a prevenção do pé diabético. As bases de dados utilizadas foram: Medical Literature Analysis and Retrieval

¹UNIJORGE, Graduanda de Enfermagem: samiralordelo@bol.com.br

²UNIJORGE, Graduanda de Enfermagem.

³UNIJORGE, Graduanda de Enfermagem.

⁴UNIJORGE, Professora Mestre em Ciências do Cuidado em Saúde.

⁵UNIJORGE, Professora Mestre em Enfermagem.

System on Line (Medline), National Library of Medicine (Pubmed), Literatura Latino-Americana de Ciências da Saúde (LiLACS), CUMED, Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Cochrane. A estratégia de busca foi realizada em julho de 2015. Os artigos apresentaram estratégias na prática que contribuem para à prevenção do pé diabético. As maiorias têm referido que a educação em saúde e a adesão dos pacientes

às intervenções propostas são os pontos fundamentais a serem trabalhados na prática ambulatorial. Diante do exposto, nota-se que o acompanhamento especializado para prevenir complicações nos membros inferiores dos pacientes, bem como o incentivo ao autocuidado/autocontrole é essencial para as estratégias envolvidas. Os pacientes devem ser motivados a participarem ativamente do tratamento, através de orientações e sensibilizações sobre a doença, como promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Palavras-chaves: diabetes mellitus, neuropatias diabéticas, atenção à saúde, úlcera do pé, prevenção primária.

CONCURSO OU SORTEIO: DESAFIO DE COMPREENDER O PROCESSO DE INGRESSO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA COMO FATORES DE DESEMPENHO COGNITIVO DOS ALUNOS

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

*Hagton Norany Eloy dos Santos*¹

*Emanoelle de Jesus Cunha*²

*Tania Maria Hetkowski*³

*Adelson da Silva Costa*⁴

Cresce por parte da sociedade organizada e no meio jurídico a discussão sobre o ingresso em colégios militares, assim como a cobrança de taxas de mensalidade àqueles alunos, pois se é público como pode haver cobrança? Tal problemática se dá pela indiscutível singularidade destas escolas, entre as demais da rede pública de ensino, basta dá uma “visitada” nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para verificar que estas escolas estão ocupando os primeiros lugares nestes rankings, revelando o diferencial entre os demais. Com base nesta discussão na Polícia Militar da Bahia, surge a controvérsia da cobrança de tal taxa, já que

¹ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do 1ºano do Ensino Médio - Hagton.elay01@gmail.com

² Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do 1ºano do Ensino Médio

³ Universidade do Estado da Bahia, professora Dra. Orientadora.

⁴ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Professor Mestrando Co-orientador

aqui não existe essa arrecadação, assim como há “especulações” a cerca do ingresso nesta cinquentenária escola, pois durante vários anos tal ingresso se deu por concurso e já na década de 90 a entrada se dá por sorteio eletrônico. Muitos analisam ser esta uma forma “democrática” de ingresso nesta cobiçada escola pública, chegando a contemplar jovens de classe social menos favorecida. Por outro lado, os defensores do concurso dizem que com o fim desta modalidade caiu o nível intelectual/cognitivo dos alunos e principalmente o disciplinar, para estes sem uma seleção qualificada, ocorre que está adentrando a esta referida escola alunos que não possuem “perfil” para tal. Especulações a parte, pois estas fazem parte do senso comum, pretendemos discutir dados confiáveis/relevantes que apontem as características destas modalidades de ingresso, suas singularidades e quais realmente são perdas e ganhos em relação à questões cognitivas e disciplinares para esta escola, assim como polemizar sobre a legalidade da cobrança de taxas em instituições públicas de ensino. Tal discussão é salutar, pois compreender processos democráticos e sua ligação com a educação é um direito do cidadão.

Palavras-chaves: Concurso. Taxa. Sorteio.

PERCEÇÃO DO ESTUDANTE DE NUTRIÇÃO ACERCA DO FILME “COMO ÁGUA PARA CHOCOLATE”.

*Adriane dos Santos Rocha¹
Regiane Assunção Campos²*

O “comer” é um ato portador de inúmeras representações simbólicas e, portanto, é preciso compreender que determinadas práticas, assim como determinados alimentos, são símbolos máximos de complexidade cultural para distintos grupos sociais. Por vezes, estes símbolos denunciam muito das estruturas sociais vigentes, territorialidades, patrimônios culturais, tradições e identidades. Dar enfoque, assim, à alimentação no campo da cinematografia é um trabalho delicado que requer profundo cuidado no que diz respeito aos aspectos culturais evidenciados. Na maioria das produções cinematográficas, a alimentação, uma das atividades humanas principais, é deixada de lado nos enredos ou, quando presente, é abordada de forma secundária, como mera coadjuvante para a sobrevivência das tramas e das personagens. Em algumas produções, no entanto, as práticas alimentares assumem papel central, atuam como mediadora das relações sociais e propulsoras das ações no desenrolar da trama. “Como água para chocolate” (1992), filme mexicano, dirigido por Alfonso Arau e baseado no livro de Laura Esquivel, é um filme que explora como ideia central a relação com a comida e o alimento como mediador de sentimentos. O presente trabalho tem como objetivo fomentar a discussão acadêmica sobre a importância do cinema

¹ UNIJORGE - Graduada de Nutrição, Monitora da Disciplina Alimentação e Cultura, adrianeasr@live.com

² UNIJORGE - Nutricionista, Docente do Curso de Nutrição.

arte, como forma de aproximação do graduando de nutrição com as diferentes culturas alimentares. Foi desenvolvido à partir da análise de estudos dirigidos, aplicados aos alunos da disciplina Alimentação e Cultura, do primeiro semestre da graduação de nutrição, após exibição do filme “Como Água para Chocolate” em sala de aula. A atividade buscou verificar a compreensão do aluno sobre a relação do filme, com a alimentação, a nutrição e a cultura. E estimular uma visão abrangente sobre as relações da comida como veículo de sentimentos, significados e interações. Instigou os acadêmicos acerca da relevância da utilização de filmes como ferramenta de abordagem nutricional, criando assim uma visão ampliada, interdisciplinar e multidimensional, ampliando as perspectivas de história, cultura e políticas alimentares.

Palavras-chaves: Nutrição, Alimentação, Cinema.

O ACERVO DA LAJE – SALVADOR/BA

Larissa Santos Silva¹

Ellen Rebeca Pereira Silva²

Imaira Santa Rita Regis³

Tânia Maria Hetkowski⁴

O Acervo da Laje fica situado no bairro São João do Cabrito na Avenida Suburbana/BA, o mesmo foi fundado por José Eduardo Ferreira Santos em 2011 a partir de uma pesquisa intitulada “Arte Invisível na Periferia”, que tinha o intuito de mapear os artistas que existiam no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador. Posteriormente esse espaço foi aberto ao público para visita das exposições dessas obras para mostrar à comunidade que também há estética e cultura dentro da periferia, uma vez que geralmente o olhar que se tem para dentro da periferia é que as pessoas não tem elaboração artística de estimado valor cultural. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo difundir o Acervo da Laje para comunidade da cidade de Salvador, buscando demonstrar que dentro de uma comunidade periférica não existe só violência. A construção desse acervo na Avenida Suburbana deve-se a valorização desse espaço, uma vez que os museus se concentram em uma determinada área da cidade configurando uma distribuição desigual dos mesmos. O nome Acervo da Laje se deve a forma de apresentação de todos os espaços da casa quando a família cresce, ou seja, verticalmente com a construção de Laje. Para tanto, o método de pesquisa aqui desenvolvido foi

¹ CPM-LOBATO, Estudante de Ensino Médio - Salvador / Bahia – Brasil
larisilsantos01@gmail.com

² CPM-LOBATO, Estudante de Ensino Médio - Salvador / Bahia – Brasil

³ CPM-LOBATO, Professora Mestre em Geografia - Salvador / Bahia – Brasil

⁴ UNEB, Professora Doutora em Educação - Salvador / Bahia – Brasil

a investigação oral realizado através de entrevistas e visitas a campo. O Acervo da Laje tem um papel importante no resgate da autoestima dos envolvidos, na mudança de comportamento e atitudes da população local com relação à imagem construída do Subúrbio. Diante das observações realizadas constata-se a existência de inúmeros artistas nascidos no Subúrbio Ferroviário, contribuindo assim para a quebra de paradigmas em relação à periferia.

Palavras-chaves: Acervo. Periferia. Artes.

A PRAÇA DO CAMPO GRANDE E O PAPEL DA INTERVENÇÃO CULTURAL

Juliana Sapucaia Ribeiro¹

Imaira Santa Rita Regis²

Tânia Maria Hetkowski³

A Praça do Campo Grande está localizada na cidade de Salvador/BA, após o Corredor da Vitória (parte da Avenida Sete de Setembro, atravessando o bairro da Vitória), rodeado por árvores centenárias, hoje bastante frequentada, dispendo de vários entretenimentos, a exemplo de feiras e exposições. Até boa parte do século 19, era um grande espaço aberto com alguns edifícios em volta, como a Capela Anglicana, demolida em 1976. Passou também a abrigar alguns casarões da comunidade britânica. No centro do largo está o monumento do caboclo, também chamado de monumento ao Dois de Julho, uma homenagem à Independência da Bahia e a figura de “O Caboclo”, que foi historicamente importante na luta da independência da Bahia e do Brasil. O espaço além de ser uma bela praça e um excelente local de lazer, com monumentos e prédios históricos em volta é, ao mesmo tempo, uma praça e um pequeno bairro, tendo como principal aspecto o lazer e a integração cultural da sociedade. Diante do quanto mencionado, este trabalho objetiva mostrar ao longo da história, a importância e a função da praça para a população. Tendo-se como método de pesquisa, a investigação por meio da história oral através de entrevistas,

¹ CPM-LOBATO, Estudante de Ensino Fundamental - Salvador / Bahia – Brasil.
julisaribeiro01@gmail.com

² CPM-LOBATO, Professora Mestre em Geografia - Salvador / Bahia – Brasil

³ UNEB, Professora Doutora em Educação - Salvador / Bahia – Brasil

buscando entender a relação da interação da praça no cotidiano das pessoas. A Praça do Campo Grande sofreu uma grande reforma recentemente e passou a ter um papel importante na autoestima de quem a frequenta, proporcionando momentos de lazer tanto para adultos que a utilizam na realização de atividades físicas e culturais, como para crianças que disfrutam dos parques fixos e temporários. Diante da visita a lócus, e da entrevista com frequentadores, podemos nos certificar o quanto a praça é visivelmente frequentada exercendo assim uma função importante para a sociedade.

Palavras-chaves: Praça. Lazer. Ações Culturais.

O BAIRRO DO LOBATO: UM PASSADO DISTANTE

Jeovan Dos Santo Bispo¹

Imaira Santa Rita Regis²

Tânia Maria Hetkowski³

O bairro do Lobato compreende os núcleos do Alto do Cabrito e Boa Vista do Lobato e além do núcleo propriamente dito. Localizado na falha geológica de Salvador ao norte do bairro de São Caetano, o Lobato foi marcado pela descoberta do primeiro poço de petróleo do Brasil, entretanto, esse importantíssimo fato histórico não é divulgado para as gerações que chegam, tornando-se assim um passado distante que a comunidade soteropolitana acaba por esquecer. Ao longo do processo histórico esse bairro tornou-se uma das mais violentas localidades de Salvador, entretanto houve novos investimentos públicos que vem trazendo uma nova configuração espacial, uma vez que é visível a possibilidade de lazer através do uso de praças locais, como forma de evitar que os jovens entrem na marginalização. O aumento da segurança vem possibilitando à população tranquilidade e desacelera a expansão da criminalidade. O fomento à cultura dentro do Lobato tem se direcionado a prática de jogos interativos, atividades físicas e o comércio intenso. Bem como na Baía de Itapajipe situado ao oeste do Lobato, de modo que, quando a maré abaixa os moradores aproveitam para catar marisco como uma das atividades de geração de renda e sustento, além de ter uma cooperativa de roupas que possibilita renda também às mulheres da localidade. O objetivo da pesquisa foi investigar as

¹ CPM-LOBATO, Estudante do Ensino Fundamental - Salvador / Bahia – Brasil
jeovanbf@hotmail.com

² CPM-LOBATO, Professora Mestre em Geografia - Salvador / Bahia – Brasil

³ UNEB, Professora Doutora em Educação - Salvador / Bahia – Brasil

transformações sociais e culturais existentes no Bairro do Lobato, buscando desmistificar a ideia de violência difundida entre a sociedade local. A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi baseada na pesquisa oral através de entrevista e visitas ao bairro. Dentre alguns achados, foi possível identificar parte de sua importante história devendo ser divulgada para as novas gerações, buscando a valorização desse espaço.

Palavras-chaves: Petróleo. História. Lazer.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SEPTICEMIA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Adriana Leite Barros dos Santos¹

Geisa Marçal da Silva²

Celimar Souza dos Santos Bittencourt³

O termo sepse refere-se a situações em que ocorre a síndrome de resposta inflamatória sistêmica ocasionada por infecção suspeita ou confirmada. A sepse possui grande relevância para a saúde pública no tocante às questões que envolvem o processo de saúde-doença e custos para as instituições hospitalares, além de demandar cuidados específicos em Unidade de Terapia Intensiva. Sob essa ótica tem-se o profissional de enfermagem, personagem atuante e com papel desafiador frente a essa problemática. O objetivo deste trabalho é descrever a atuação do enfermeiro na septicemia na Unidade de Terapia Intensiva. Trata-se de uma revisão narrativa a partir de artigos abordando o tema de interesse, no idioma português, publicados no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, selecionados nos seguintes bancos de dados: BDEF, BIREME, BVS, LILACS e SciELO. A busca bibliográfica foi realizada a partir da integração dos seguintes descritores encontrados nos Descritores em Ciências da Saúde

¹ Estácio FIB, Enfermeira, Pós-graduanda em Enfermagem em Emergência, Salvador, Bahia, Brasil, adrianaite01@live.com

² Faculdade INESP, Enfermeira, Pós-graduanda em MBA Gestão em Saúde e Controle de Infecção, Salvador, Bahia, Brasil

³ Estácio FIB, Enfermeira, Especialista em Enfermagem Intensiva na Alta Complexidade, Orientadora, Salvador, Bahia, Brasil

(DeCS): Sepses, Enfermagem e Unidade de Terapia Intensiva. O enfermeiro presta uma assistência direcionada às necessidades do paciente, buscando a eficácia, conforto e um melhor prognóstico. Desta forma, a enfermagem ao possuir um conhecimento específico e propor intervenções direcionadas pode ter um papel diferenciado e de destaque, bem como ter bons resultados frente ao paciente em septicemia.

Palavras-chave: Sepses, Enfermagem, Unidade de Terapia Intensiva.

ABORDAGEM DO ENFERMEIRO NA REABILITAÇÃO PÓS-AVC: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Adriana Leite Barros dos Santos¹

Jemima da Paixão Jesus²

Rosimeyre Araújo Cavalcante³

A história atual da transição epidemiológica no Brasil revela que os elevados índices de doenças infectocontagiosas do passado deram lugar às patologias de início capcioso e de longa duração, conhecidas como doenças não transmissíveis ou doenças crônicas degenerativas. Dentre essas, destaca-se o Acidente Vascular Cerebral (AVC) que é a interrupção do fluxo sanguíneo, em determinada região do cérebro, ocasionando lesão da mesma. O AVC é um dos principais problemas de saúde pública. O Acidente Vascular Cerebral (AVC) causa sérios danos neurológicos que incapacitam o indivíduo. O objetivo do estudo é conhecer as intervenções do enfermeiro na reabilitação junto ao paciente com AVC. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada através dos bancos de dados da Base de Dados em Enfermagem (BDENF), da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), da Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizou-se os descritores Enfermagem, Acidente

¹ Estácio FIB, Enfermeira, Pós-graduanda em Enfermagem em Emergência, Salvador, Bahia, Brasil, adrianaelite01@live.com

² Faculdade INESP, Enfermeira, Pós-graduanda em MBA Gestão em Saúde e Controle de Infecção, Salvador, Bahia, Brasil

³ UNIJORGE, Enfermeira, Especialista em MBA Executivo em Saúde, Orientadora e Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem

Vascular Cerebral e Reabilitação no idioma português. Foram encontrados 43 artigos e selecionados 10. A análise evidenciou a compreensão do processo de reabilitação e as intervenções prestadas pela enfermagem na conjuntura do adoecimento por AVC. O tema discutido merece atenção pela sua relevância na sociedade e, principalmente, pelas implicações decorrentes da patologia, mesmo diante do número ínfimo de estudos acerca das intervenções de enfermagem na reabilitação pós-AVC.

Palavras-chave: Enfermagem, Acidente Vascular Cerebral, Reabilitação.

CHECKLIST DE INSETOS AQUÁTICOS DO 19^o BATALHÃO DE CAÇADORES DO PIRAJÁ (19^o BC) – EXÉRCITO BRASILEIRO, SALVADOR, BAHIA.

*Alex Santana*¹

*Victor Gomes*²

Insetos aquáticos são organismos que habitam o meio aquático em alguma fase de vida ou permanentemente. Constituem a maior diversidade de macro invertebrado aquático, apesar de serem uma pequena parcela dentro do grupo de insetos. Atualmente os registros de insetos aquáticos em Salvador são escassos, portanto, há uma lacuna no conhecimento desses organismos para a cidade. Propomos a checklist dos insetos aquáticos do 19^oBC do Exército, no intuito de contribuir para o conhecimento da entomofauna aquática de Salvador. As coletas foram realizadas na Mata do Cascão, no 19^o Batalhão de Comando do Exército (12°57'53" S, 38°27'14" W) em uma área remanescente de Mata Atlântica, especificamente no Córrego Cascão. Os espécimes foram obtidos através de coletas ativas e passivas e a identificação realizada com base na literatura específica. Foram identificadas quatro ordens: Trichoptera (Hydropsychidae e Leptoceridae), Diptera (Chironomidae, Blephariceridae, Tipulidae, Culicidae), Hemiptera (Belostomatidae) e Coleoptera (Elmidae). Foram realizados os primeiros registros de *Oecetis excisa* (Leptoceridae)

¹ Centro Universitário Jorge Amado-UNIJORGE, Departamento de Ciências Biológicas, Salvador, Bahia, Brasil.

² Centro Universitário Jorge Amado-UNIJORGE, Departamento de Ciências Biológicas, Salvador, Bahia, Brasil. allexhjp@gmail.com

e *Smicridea (Smicridea) palifera* (Hydropsychidae) para Salvador e Bahia, respectivamente. *O. excisa* apresenta distribuição para BA (Maracás e Curaçá), CE, PE e SP, portanto este é o primeiro registro para a cidade. Já *S. (S.) palifera* tem ocorrência para o ES, MT, PE, RJ e RR, sendo o primeiro registro para o estado. Dessa maneira esse levantamento contribui para o conhecimento da biodiversidade de insetos aquáticos no estado.

Palavras-chave: Mata atlântica, Trichoptera, Hydropsychidae, Leptoceridae.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO COMBATE À OBESIDADE INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ÁLVARO DA FRANCA ROCHA

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS/BIOLÓGICAS

Ana Flávia Correia Santa Luzia¹

Gabriela Scaldaferrri da Silva²

Silvia Letícia Costa Pereira Correia³

Tarsis de Carvalho Santos⁴

A contemporaneidade é marcada pela intensificação e supervalorização das atividades cotidianas e liquefação das relações sociais (trabalho, estudos, família), o que desencadeia um processo patológico que afeta o estado físico e psíquico do sujeito. Um exemplo claro deste problema é a obesidade (doença considerada um mal do século); analisando dados de pesquisa realizada em 2013 pelo Ministério da Saúde, pode-se constatar que mais de 50% da população brasileira é atingida pela obesidade. Em escalar mundial, é possível perceber que cerca de 4 milhões de habitantes possuem um índice de massa corpórea (IMC) acima do normal - sendo mais da metade desse índice representado por crianças. Devido os diversos prejuízos acarretados pela patologia em questão e, sobretudo a influência dos hábitos adquiridos desde a infância para este quadro, este

¹ UFBA; flaviaanac@hotmail.com

² UFBA; gscaldaferrri@live.com

³ UNEB; sil.lete@gmail.com

⁴ UNEB; ths.carvalho@hotmail.com

projeto surge com o objetivo de promover o combate à obesidade infantil no espaço escolar, através de uma educação nutricional contextualizada com a cultura do lugar em que as crianças vivem, bem como com o que lhes é ofertado na merenda escolar da rede pública de ensino de Salvador.

Tendo como lócus a Escola Álvaro da Franca Rocha, localizada no Bairro da Engomadeira, esta pesquisa versa com interlocutores que estudam a contemporaneidade (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2001), educação nutricional (ALBUQUERQUE, 2015; RAMALHO; SUNDERS, 2000), lugar e representação socioespacial (CORREIA, 2014) e obesidade infantil (ZANDRA, 2000). A metodologia adotada inicialmente é a pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa exploratória aplicada, consistindo na identificação dos sujeitos e problemas no lócus de pesquisa. Espera-se compreender e constituir uma ação prática que permita a difusão da educação nutricional na escola a partir dos elementos que compõem o local e a realidade cotidiana das crianças.

Palavras-Chaves: Educação Nutricional; Lugar; Obesidade Infantil.

CARACTERIZAÇÃO DAS PATOLOGIAS EM ROCHAS ORNAMENTAIS

Ana Carla Monteiro Salinas¹

Rochas ornamentais, consideradas símbolo de luxo e nobreza, e usadas nas mais diversas edificações não são eternas. Infelizmente, esses materiais sofrem degradações ao longo do tempo, ou seja, são afetados por patologias. As degradações provocadas por agentes físicos, químicos e biológicos são chamadas de patologias e podem ser aceleradas quando as rochas ornamentais ficam expostas às condições climáticas mais agressivas, ambientes poluídos, pelas técnicas de manutenção inadequadas ou procedimentos construtivos. Mármore e Granito, embora sejam materiais duráveis e com grande utilização dentro da construção civil, quando não são corretamente instalados ou não recebem os devidos cuidados, podem apresentar problemas que certamente comprometem a qualidade da obra, afetando principalmente a estética e principalmente a vida útil do material. O objetivo do trabalho consiste em caracterizar os tipos de patologias encontradas em rochas ornamentais, associando a sua predominância aos mármore e granito, e as correlações dessas patologias com espécies vegetais. O estudo será realizado de agosto a dezembro de 2015 em locais, como Centro Histórico de Salvador, cemitérios e shoppings centers. Nas visitas de campo, foram observadas patologias químicas mais frequentes em mármore, como modificação da coloração, e nos granitos predominaram manchamentos e alteração de minerais. Patologias físicas e biológicas foram constatadas com maior frequência

¹ Docente dos Cursos de Engenharia Civil e de Petróleo, UNIJORGE. ana.salinas@unijorge.edu.br

nos mármore e menor nos granitos. Nos dois tipos de rochas também foram observadas patologias ocasionadas pela ação humana. Sejam de origem natural ou adquirida, as patologias podem afetar diversos tipos de rochas, sejam elas de origem ígnea (granitos) ou metamórficas (mármore) de diferentes maneiras.

Palavras-chave: granitos, mármore, patologias.

ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO: REVISÃO INTEGRATIVA

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Ana Samira Lordelo¹

Brisa Alves Pereira de Moura²

Júlia Pereira Rabêlo³

Renata da Silva Schulz⁴

Monique Santos Santana⁵

O pé diabético é o termo empregado para nomear as diversas alterações e complicações ocorridas, isoladamente ou em conjunto, nos pés e nos membros inferiores dos diabéticos, caracterizado por vasculo-neuropatia crônica progressiva e pela presença de pelo menos uma das seguintes alterações: neurológicas, ortopédicas, vasculares e infecciosas. O objetivo do estudo foi identificar e caracterizar as estratégias utilizadas na prática clínica para a prevenção do pé diabético. Trata-se de uma revisão sistemática integrativa da literatura, que após leitura de títulos, resumos e do artigo completo, 8 foram

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil. samiralordelo@bol.com.br

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

⁴ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

⁵ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

selecionados para compor a revisão. A maioria dos artigos tem referido que a educação em saúde e a adesão dos pacientes às intervenções propostas são os pontos fundamentais a serem trabalhados na prática ambulatorial. A prevenção deve englobar associação de dieta, exercício físico e antidiabético oral, além do acompanhamento especializado para o autocuidado dos pés realizado com equipe multidisciplinar. Testes clínicos, neurológicos, vasculares, avaliação arterial do índice do tornozelo braço, exames laboratoriais, retornos programados potencializa as medidas preventivas. Visitas regulares e asseguradas a um profissional especializado podem prevenir ou identificar o pé com anormalidades, numa fase precoce, a fim de evitar a deterioração do pé e complicações. Nota-se que a prevenção das complicações nos membros inferiores, bem como o incentivo ao autocuidado/ autocontrole é essencial às estratégias envolvidas. Os pacientes devem ser motivados a participarem ativamente do tratamento, através de orientações e sensibilizações sobre a doença, como promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Palavras- chave: diabetes mellitus, úlcera do pé, prevenção primária.

IMPACTOS COM A CRISE DA PETROBRÁS E O ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE SALINAS DA MARGARIDA-BA

CIÊNCIAS HUMANAS

Andreia Santos de Carvalho¹

André Luís dos Santos²

Eduardo José Fernandes Nunes³

Os pescadores e marisqueiras de Salinas da Margarida sentem hoje os impactos da crise da Petrobrás e, com isso, a estadia permanente do estaleiro começou a mostrar seus pontos negativos. Ao conversar com alguns nativos da região e que sobrevive da pesca, pudemos notar o tamanho do problema, pois hoje a pesca e a venda desse pescado tem sido totalmente comprometida. Há algum tempo atrás, o estaleiro era motivo de alegria e orgulho para os moradores de Salinas. Muitas reuniões foram feitas com toda comunidade pesqueira para discutir o projeto do estaleiro e os benefícios que este traria para a região. Segundo marisqueiras do local, houve um cadastramento para que as famílias que sobrevivem da pesca recebessem um salário mínimo, sem falar na geração de empregos para os jovens. Enfim, uma novidade atrás da outra que empolgou totalmente

¹ UFBA- D. de Letras. Salvador, Bahia, Brasil.

deacoliga@hotmail.com

² UNEB- DECET 1; UFBA- D. de Transportes. Salvador, Bahia, Brasil.

³ UNEB- DECET 1. Salvador, Bahia, Brasil.

aos moradores. Hoje, tempos depois, os resultados de todas essas novidades vieram à tona. O benefício só foi pago por seis meses. A escavação feita no fundo do mar para a implantação do estaleiro provocou grandes impactos na vida pesqueira, pois com a retirada dos minerais e outros nutrientes, os peixes migraram para outras regiões fazendo com que a pesca na região de Salinas da Margarida decaísse 60%. Segundo as marisqueiras do lugar, tem sido difícil sobreviver nesses últimos tempos, pois seus maridos já não conseguem mais produzir uma pescaria como antes e isso tem afetado suas famílias e suas finanças. Hoje já é difícil até construir ou reformar casas com o dinheiro que eles têm obtido. Os donos de restaurantes do lugar reclamam a falta de peixe para incrementar o cardápio. O desemprego também cresceu, pois, com a crise da Petrobrás, houve uma demissão em massa dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Crise; Petrobrás; Salinas da Margarida.

AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DO ESTILO DE VIDA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIJORGE DA CIDADE DE SALVADOR- BA.

ÁREA DE ATUAÇÃO – BIOLÓGICAS

Antônio Sérgio dos Santos¹

Hélio José Bastos Carneiro de Campos²

Cristiano Penas Seara Pitanga³

O impacto dos hábitos pessoais e do estilo de vida em nossa saúde corresponde ao conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, valores e oportunidades das pessoas. Estas ações têm grande influência na saúde geral e qualidade de vida de todos os indivíduos. Portanto, o objetivo de desse estudo é avaliar e analisar o perfil do estilo de vida saúde e qualidade de vida dos estudantes de Educação Física da UNIJORGE da Cidade de Salvador-Ba. Com amostra de 150 estudantes entre Bacharelados e Licenciatura. A Pesquisa tem uma característica descritiva contendo um estudo transversal que se assemelha ao estudo de coorte, privilegiando as medições em um único “momento”, através de bases científicas, como: o questionário

¹ Graduando em Educação Física Bacharelado, UNIJORGE Salvador – Ba. Brasil
Sergio26santos@gmail.com

² Dr.Orientador e Docente do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física , UNIJORGE Salvador – Ba. Brasil

³ PHD.Co-orientador e Docente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física, UNIJORGE Salvador – Ba. Brasil

denominado Perfil do Estilo de Vida Individual (PEVI), para analisar o estilo de vida; O International Physical Activity Questionnaire (IPAQ) versão curta, para avaliar os níveis de atividade física em sedentário, e ativos, e também está sendo utilizada trena antropométrica para medida da cintura e quadril, onde estão sendo utilizados dois indicadores antropométricos, o RCCQ (razão circunferência cintura/quadril) e CC (circunferência da cintura). Já que são índices simples e práticos para determinação da distribuição da gordura abdominal, porém sendo forte preditor de risco coronariano elevado (RCE). Para realização das medidas os alunos permanecem na posição ortostática, com o abdômen relaxado, a fita posicionada no plano horizontal, ao nível natural da cintura, que é a parte mais estreita do tronco. Para as medidas do quadril, os alunos continuam na posição ortostática, sendo a fita posicionada no plano horizontal, ao nível do ponto de maior circunferência da região glútea. A pesquisa está sem resultado, pois foi feita a coleta de dados de apenas sessenta estudantes de licenciatura e bacharelado dos turnos matutino e noturno, até o momento.

Palavras-chave: Estilo de vida, Saúde, Qualidade de vida.

DESENVOLVIMENTO DE TORTA DE ARROZ INTEGRAL COM SOJA E ESPINAFRE

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Tâmara Alaíde Barreto Porto¹

Débora Silva Mota¹

Naiara Cristina Ferreira Santos¹

Mayra Silva Freiras¹

Bethania Felix²

Grande parte das indústrias alimentícias no Brasil tem encontrado na inovação de produtos a chave para a sobrevivência no mercado. Uma forte tendência é o lançamento de produtos que, além da alta qualidade sensorial e nutricional, apresentem benefícios associados à saúde, os denominados alimentos funcionais. O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um produto enriquecido com propriedades nutricionais para prevenção do câncer, tais como: Tomate, soja e o espinafre, estes foram usados como fundamento para a elaboração da torta uma preparação nutricionalmente equilibrada e voltada para portadores de câncer, como também os não portadores para uma possível prevenção, para um melhor estilo de vida. A formulação foi desenvolvida utilizando os ingredientes básicos da torta. Para avaliar a aceitação do produto, foi realizada análise

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. - E-mail: tamara_alaide.porto@hotmail.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela - Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador - BA CEP:41.745-130

sensorial do atributo sabor, utilizando escala hedônica de 9 pontos. Foi calculada também a rotulagem nutricional conforme RDC 359/03 e 360/03. A torta teve uma ótima aceitação com índice de aceitabilidade de 75% no atributo avaliado. Os teores de valor calórico total, carboidrato, proteína, gorduras totais, gordura saturada, fibras e sódio foram respectivamente de 126.81 kcal 3.78%, 3.48%, 14.34%, 3.68%, 5.52%, 0.15% na porção de 60 g de produto. Concluiu-se que a torta além de grande benefício nutricional, visto que contém ingredientes ricos recomendados para alimentação

humana, mas são consumidos em quantidades insuficientes, apresentou um sabor de boa aceitação pelo público consumidor, podendo ser recomendada para pacientes portadores de câncer.

Palavras chaves: Torta, câncer, nutrientes.

DESENVOLVIMENTO DE MINI PANETONE ENRIQUECIDO COM FARINHA DA SEMENTE DA ABÓBORA, RECHEADO COM CHOCOLATE A BASE DE BIOMASSA DE BANANA VERDE.

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Felipe César Matos Marques¹

Arlma Hermino Novais¹

Jéssica Silveira Bonfim¹

Larissa Santos Souza¹

Bethania F. M. Ramos²

O panetone, alimento tradicional do natal, é um pão doce com massa bem macia e aroma de baunilha. Ele pode ser recheado com frutas secas, uvas passas, cidra, figo, damasco, entre outros ingredientes. O pão ganhou outras versões ao longo do tempo, como por exemplo com a adição de chocolate, sendo chamado de chocotone, e a adição de sorvete, conhecido como sorvetone. O objetivo desse trabalho foi desenvolver um minipanetone rico em fibras e antioxidantes, este teve a massa enriquecida com a farinha da semente de abóbora, que além de ser rica em fibras é fonte de micronutrientes como tocoferol, cálcio, ferro e fósforo, e o recheio foi preparado com biomassa de banana verde, um

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. - E-mail: felipecesarmm@homai.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela - Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador - BA CEP:41.745-130

alimento rico amido resistente que atua como um prebiótico, auxiliando o funcionamento do intestino, contendo também sais minerais como fósforo, magnésio, potássio e sódio. A massa base para a preparação do minipanetone foi composta de: Farinha de trigo branca, farinha da semente de abóbora, açúcar cristal, água, fermento biológico, gema de ovo, margarina, leite em pó, sal e essência de panetone. Para o recheio foi utilizado: Biomassa da Banana Verde, chocolate Meio Amargo 70%, açúcar cristal e leite de coco. Após a finalização da formulação do produto, foi realizada uma análise sensorial para avaliar a aceitabilidade do minipanetone, os atributos avaliados foram: aparência, aroma, sabor, textura e cor numa escala de 9 pontos. Também foi avaliada a intenção de compra e elaborada a rotulagem nutricional do produto conforme a RDC 359/03 e 360/03. Na análise sensorial o produto foi bem aceito com índice de aceitabilidade acima de 80% em todos os atributos avaliados. Com relação à intenção de compra o produto alcançou mais de 80% no item, certamente compraria. Na avaliação da rotulagem nutricional, foram encontrados os seguintes resultados, em uma unidade com 45 gramas (g), 136 Kcal, 18,36 g de carboidratos, 3,52 g de proteínas, 5,43 g de gorduras totais e 1,83 g de fibras totais. Assim concluiu-se que panetone funcional desenvolvido nesse trabalho, além de fornecer fibras, antioxidantes e vitamina E, teve boa aceitabilidade entre os provadores, relacionado a vários atributos sensoriais.

Palavras chaves: Panetone, biomassa, nutrientes.

ELABORAÇÃO DE MOUSSE DE INHAME COM COCO

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Hindy Pires Gonçalves¹

Isa Maria Leite de Melo¹

Keila Landim, Vanessa Rios Sena¹

Bethania F. M. Ramos²

Visando aproveitar as propriedades nutricionais do inhame, este foi escolhido como matéria-prima para o desenvolvimento de uma preparação nutricionalmente equilibrada e voltada para portadores de câncer. Apesar de ter sido elaborado com o intuito de atender a este público, os não portadores desta patologia também poderão ser beneficiados pois o inhame contém um fito-hormônio chamado diosgenina, um tipo de saponina esteroideal, que pode ser convertida, no organismo humano, em progesterona, aldosterona, cortisol e estrogênio, graças a uma série de reações enzimáticas. Estudos relatam que a ingestão frequente de inhame por mulher na pós-menopausa tem efeito benéfico no status hormonal, no perfil lipídico e na capacidade antioxidante, fatores que levam à redução do risco de desenvolvimento de câncer de mama e doenças cardiovasculares. O objetivo desse trabalho foi desenvolver uma sobremesa à base de inhame, nas versões tradicionais e diet. A formulação da versão tradicional foi desenvolvida com ingredientes básicos

¹ Graduandas do Curso de Graduação em Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador-BA, Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador-Bahia-Brasil. - h.indy@hotmail.com

e naturais: inhame, açúcar e leite de coco, e a versão diet o açúcar foi substituído pelo edulcorante sucralose. Para avaliar a aceitação do produto, foi realizada uma análise sensorial do atributo gosto entre as versões tradicional e diet, utilizando escala hedônica de 9 pontos, sendo avaliada também a intenção de compra do produto. A preparação teve uma ótima aceitação, onde a versão tradicional obteve 80% e a versão diet 71,9% de índice de aceitabilidade, apesar da versão diet ter tido menor índice, esta foi considerada bem aceita uma vez que o índice foi maior que 70%. Foi observada também uma ótima consistência no produto, trazendo vantagem para o público alvo (portadores de câncer), uma vez que esses pacientes apresentam dificuldades na deglutição. Pode-se concluir que a utilização do inhame como matéria-prima para produção de sobremesas traz grandes benefícios não somente ao público portador de câncer, como também contempla a utilização de alimentos naturais, como alternativa para consumidores que buscam melhor qualidade de vida pois o inhame apresenta atividade anti-alérgica, redução de peso, com a consequente redução de medidas, é composto por carboidrato complexo, baixo conteúdo lipídico, baixo índice glicêmico, alto teor de fibras e micronutrientes, e ainda foi sensorialmente bem aceita pelo consumidor em geral.

Palavras-chave: inhame, mousse, pós-menopausa.

PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NA PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO COM BASE NO ARCO DE MAGUEREZ

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Brisa Alves Pereira de Moura¹

Júlia Pereira Rabêlo²

Ana Samira Lordelo³

Renata da Silva Schulz⁴

Monique Santos Santana⁵

O profissional de enfermagem atua como promotor de educação em saúde na prevenção das lesões no pé, que tem como objetivo sensibilizar, motivar e mudar atitudes do paciente que deve incorporar a informação recebida, sobre os cuidados com os pés e calçados, reduzindo, conseqüentemente, o risco de ferimento, úlceras e infecção. Trata-se de um relato de experiência da atuação das estudantes de graduação em enfermagem na prevenção do pé diabético, no Instituto de Saúde do Centro

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem Salvador – Bahia, Brasil. brisa.alvesmoura@gmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

⁴ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

⁵ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

Universitário Jorge Amado. A abordagem metodológica tem sido embasada na problematização da aprendizagem, por meio da utilização do Arco de Charles Maguerez. As etapas deste método são: observação da realidade, pontos-chaves, teorização, hipótese de solução e aplicação na realidade. No período de junho de 2015 foi realizada a observação das estruturas, participação nas atividades clínicas, apreciação das lesões diabéticas, dos testes para o diagnóstico da neuropatia diabética e orientações da enfermagem com o paciente portador de diabetes na prevenção do pé. A deficiência do autocuidado com os pés possui grande repercussão nas complicações da doença, de modo semelhante a ausência de exercício físico e a má alimentação tem elevado o nível glicêmico dos pacientes. A falta de recursos financeiros desses pacientes, a dificuldade em adquirir calçados adequados, ou ainda de ter a garantia do tratamento interdisciplinar nem sempre ocorre. As orientações precisam ser reforçadas em cada consulta mesmo quando os pacientes apresentam anos com a patologia, pois o déficit de conhecimento da doença e dos cuidados é recorrente na população.

Palavras-chave: relato de experiência, prevenção ao pé diabético, consulta de enfermagem.

ANÁLISE FÍLMICA DOS MUSICAIS CARNAVALESÇOS ENTRE 1930 E 1960 NO BRASIL

Bruna de Carvalho Esteves¹

Leonardo Bião²

O Grupo de Iniciação Científica 2015.2 do Centro Universitário Unijorge, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), tem como objetivo analisar e estudar os filmes musicais Latino-americanos, selecionando três países como objeto de estudo: o Brasil, a Argentina e o México. O enfoque da pesquisa é investigar a intencionalidade estética aplicada em cada filme, tais como enquadramento, planos, movimentos e angulação de câmera. O recorte desta pesquisa objetiva, num primeiro momento, conhecer a história do surgimento dos primeiros musicais carnavalescos no Brasil. Busca-se ainda, a compreensão do processo de produção destes filmes e o reconhecimento das chanchadas musicais como gênero genuinamente brasileiro. A metodologia escolhida é a análise exploratória de três filmes, que ainda estão em processo de seleção e comporão o corpus desta pesquisa, dentro do recorte temporal que abrange as décadas de 1930 e 1960, para que possamos investigar as seguintes abordagens: os impactos e as impressões causadas na década de 1930 - quando surgiram os primeiros musicais nacionais -, na década de 1950 - quando ocorreu o apogeu deste gênero - e por

¹ Graduanda em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, UNIJORGE. brunacesteves@outlook.com

² Orientador e Docente do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, UNIJORGE. leonardo.biao@unijorge.edu.br

fim, na década de 60, quando o gênero começa a perder força. Inicialmente, será traçado um panorama geral, contextualizando historicamente o cinema musical, estabelecendo uma ordem cronológica de produção e acontecimentos relacionados a inserção do gênero no Brasil e sua repercussão. As principais produtoras dessas épocas também serão objeto de estudo desta pesquisa, a fim de descobrir e conhecer a forma como os musicais eram produzidos e a maneira como a música era introduzida neles.

Palavras-Chave: Cinema musical, chanchadas, musicarnavalescos.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AUTORES NACIONAIS SOBRE A PSICOLOGIA DO ESPORTE

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Camila de Carvalho Esteves¹

Helio José Bastos Carneiro Campos²

O esporte, fenômeno de ampla diversidade de atuação profissional para as áreas do saber denominadas de ciências do esporte, tem sido um território fértil e promissor para o surgimento e desenvolvimento de um campo emergente, também considerado uma especialidade da Psicologia: a Psicologia do Esporte. Ante as discussões que envolvem as variadas temáticas e problematizações sobre este “novo campo” da Psicologia, e utilizando de revisão bibliográfica, a partir de obras já existentes sobre o tema, como livros, artigos e recursos na internet, o presente trabalho busca identificar e analisar conceitos e aspectos a respeito da Psicologia do Esporte que se assemelham e/ou se contradizem. A inserção do profissional psicólogo no âmbito esportivo, sendo a Psicologia do Esporte um campo de estudo científico do comportamento, dos processos psicológicos e emocionais do ser humano em movimento, seja na prática de exercício físico e de modalidades esportivas (competitivas ou não). Daí a importância da atuação da Psicologia do Esporte como

¹ Graduada em Educação Física, UNIJORGE, Salvador, BA, Brasil.

camila.c.cesteves@gmail.com

² Orientador, Doutor e Docente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física, UNIJORGE, Salvador, BA, Brasil.

área de conhecimento e de intervenção para orientar e ajudar atletas (e outros elementos que compõem o cenário esportivo), na busca de preparação e treinamento psicológico, de melhor rendimento e de bons resultados, e para os indivíduos em geral, que praticam exercício físico, a meta em atingir saúde, bem-estar físico, lazer, melhor qualidade de vida, dentre outros objetivos no envolvimento com o esporte. Sendo assim, a relevância deste trabalho em fomentar e transmitir um acervo de conhecimento referente a Psicologia do Esporte para incentivar sua maior visibilidade e valorização.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte; Convergências e Divergências.

MESA REDONDA INTERCULTE: OS BEHAVIORISTAS TAMBÉM SONHAM?

*Camila Santos de Jesus
Maísa Valéria Valença Goes
Tatiana F. de Carvalho Correia*

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que ainda existe uma visão equivocada acerca do Behaviorismo e de seu modo de intervenção, ou seja, a sua análise do comportamento. Escolhemos abordar um tema problematizador e com ele, tentar mostrar a possibilidade de um analista comportamental trabalhar com algo tão subjetivo, sem que se perca o objetivo dessa abordagem teórica, proporcionando uma eficácia em suas intervenções.

Na perspectiva de Skinner, criador do behaviorismo radical, os sonhos são comportamentos privados, advindos dos eventos públicos. Sendo que comportamentos privados são comportamentos que não são acessíveis à observação direta, ocorrem encobertamente. E os eventos públicos são todos os comportamentos observáveis por mais de uma pessoa, por exemplo, se eu ouço um pássaro cantar e estou com uma pessoa ao meu lado, quando comentamos sobre o canto do pássaro, isso será um evento público. Alguns teóricos abordam os sonhos como sendo manifestações do inconsciente. Freud (1900) o sonho constitui uma realização disfarçada de um desejo reprimido, que não é possível ser realizado quando estamos acordados, pois os conteúdos reprimidos que estão no inconsciente são demasiadamente estremeçedores e não daríamos conta de lidar com os mesmos. “[...] Um sonho em nada se parece com uma história contada pela mente consciente... Neles se acumulam

imagens que parecem contraditórias e ridículas, perde-se a noção de tempo, e as coisas mais banais podem se revestir de um aspecto fascinante ou aterrador.” (JUNG, 2008). Porém para Skinner (1974/1993) o que é sentido ou introspectivamente percebido não é nenhum mundo imaterial da consciência, da mente ou da vida mental, mas o próprio corpo do observador... (p.19). Ou seja, o corpo se comportando privadamente. Assim sendo, o sonho que é um comportamento privado é considerados subprodutos das histórias genética e ambiental, pois para os teóricos do behaviorismo radical, a explicação dos comportamentos deve ser sempre encontrada no ambiente externo ao indivíduo.

Palavras chaves: Sonhos, Behaviorismo, Comportamento privado.

UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA A
DISCIPLINA PROJETO INTEGRADOR VOLTADA
PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES
GESTORAS DOS DISCENTES:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA IES PRIVADA
NA CIDADE DO SALVADOR-BA
ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Carina Costa Amarante¹

Juliana Freitas de Cerqueira Guedes²

Adriano Santos Araújo³

As temáticas que serão abordadas neste trabalho são a aprendizagem significativa e a problematização do ensino além, da importância e das consequências da adoção destas metodologias, em sala de aula no ensino dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST. A escolha de tais temáticas foi percebida pela necessidade do incentivo de uma pedagogia voltada para a linguagem utilizada nos cursos de gestão, em especial, o curso de CST em Logística de uma Instituição privada na cidade do Salvador – BA e que, conseqüentemente, despertasse a criatividade dos educandos do

1 Centro Universitário Jorge Amado - Salvador, Bahia, Brasil - carina.amarante@unijorge.edu.br

2 Centro Universitário Jorge Amado - Salvador, Bahia, Brasil - juliguedes@yahoo.com.br

3 Centro Universitário Jorge Amado - Salvador, Bahia, Brasil - adriano.araujo@unijorge.edu.br

referido curso. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é mostrar uma estratégia de ensino para a disciplina Projeto Integrador que se aproxime do objetivo de desenvolver capacidades, posturas, atitudes e um olhar de futuro gestor/tomador de decisões nos mesmos, mas que ao mesmo tempo não deixe de se configurar em um trabalho de cunho científico. A fim de atingir tal objetivo, o presente trabalho busca estimular os educandos a aplicar, no produto final da disciplina, saberes adquiridos dentro e fora do ambiente acadêmico, desenvolver uma visão crítica e encorajá-los a identificar novas oportunidades de gestão, planejamento e soluções para os gargalos identificados nas empresas pesquisadas na realização da visita técnica. A metodologia adotada é um estudo de caso em uma das turmas do turno noturno, no semestre 2014.2. A turma, em média, com um total de quarenta discentes foi dividida em cinco equipes com oito componentes cada, com a finalidade de elaborar um trabalho escrito semelhante a um resumo expandido e um “produto” a ser apresentado na Mostra de Projetos do semestre.

Palavras-chave: Projeto Integrador; Aprendizagem Significativa; Problematização.

O POTENCIAL GEOTECNOLÓGICO NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL DEP. GERSINO COELHO

Dayanne de Oliveira Azevedo¹

Kátia Soane Santos Araújo²

Silvia Leticia Costa Pereira Correia³

Tarsis de Carvalho Santos⁴

O ato de registrar os momentos está presente desde o início da humanidade, quando os primeiros seres humanos registrava o seu cotidiano em paredes caracterizando as primeiras representações e orientações do espaço. Com o avançar da História a fotografia foi se constituindo enquanto “captura” do momento, do fato, para que a posterior conheça e perceba as transformações dos lugares contrastando entre passado, presente e futuro. Deste modo, esse texto tem como objetivo apresentar um projeto de intervenção na Escola Municipal Dep. Gersino Coelho, ao qual retrata a História da escola no limiar da sua existência e seu vínculo com a comunidade em que ela está ancorada. Composta por fotos antigas e documentos reunidos a partir da colaboração das Escolas e fotos atuais captadas pelos participantes do projeto, integrando a uma rede de memória mobilizada pelos sujeitos escolares. As bases epistemológicas e categorias de pesquisa que compõe o projeto versam sobre a Geotecnologia como processos criativos para o entendimento do lugar, História e Memória

¹UNEB - E-mail: dayanne.com@gmail.com

²UNEB - E-mail: katiasoane@gmail.com

³UNEB - E-mail: sil.lete@gmail.com

⁴E-mail - ths.carvalho@hotmail.com

das Instituições escolares de Salvador Bahia e Dispositivos Moveis na Educação. A metodologia adotada, está ancorada nos pressupostos da pesquisa aplicada, com abordagem participante, ao qual envolve a comunidade circunvizinha a escola, ex e atuais alunos e professores, mobilizados à valorização e preservação da história da Escola. Espera ao final desta proposta, construir uma exposição fotográfica construída pela escola para a comunidade.

Palavras-Chaves: História; Memória; Geotecnologias.

HYPERMUSEUM E TECNOLOGIAS DIGITAIS: PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ONTOLÓGICA E DISSEMINAÇÃO DA VIDA DE MULHERES NEGRAS.

*Diego Aric Cerqueira Souza e Cruz¹
Adriana Sousa de oliveira Silva²
Maria da Soledade Cardoso Landim Batista³*

RESUMO: O presente trabalho apresenta discursões sobre a utilização do hypermuseum (museu virtual) no que tange uma série de ações proposicionais (ou não) que têm o desígnio de garantir a integridade e a perenidade da vida de resistência de mulheres negras e suas representações. Tratar-se-á da proposta da utilização de defesa e atos de conservação da história de vida dessas mulheres, com o intuito genuíno de salvaguardar essas memórias. Aliado a seu uso, propõe-se a utilização dos recursos tecnológicos digitais para a criação de museus virtuais, como proposta de aprendizagem, captação e identificação dessas narrativas de vida pelos educandos no espaço escolar.

A criação de qualquer museu virtual visa permitir o uso – que tem aporte via internet – de um passeio interacional, apresentando de forma interdisciplinar informações a respeito de determinado assunto. De forma que esse tipo de museu dá ao visitante – no caso os sujeitos educandos - a oportunidade

¹ UNEB - aric.diego1@gmail.com

² UNEB - adrianas.doliveira@gmail.com

³ UNEB - marialandim@yahoo.com.br

de estabelecer um diálogo interativo com o assunto abordado. A proposta é apresentar teoricamente a mais apropriada forma que pode ser mostrada aos sujeitos discentes, e colaborar com os seus entendimentos sobre a realidade circundante de relações e estratégias de poder pautadas nas masculinidades, feminilidades e relações étnico-raciais.

A internet e as tecnologias digitais trazem a proliferação de conteúdos desde a década de noventa e pode-se ver transformações em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas informações e comunicação. A criação museus virtuais e uso de TIC's disponibilizam mais rapidamente a informação, principalmente na segregação do juízo pré-estabelecido, subalternidade, discurso de ódio; fomenta crenças e tendências discriminatórias, garantindo a visualização de movimentos históricos de mulheres negras, sendo um passo importante para uma educação popular e plural.

Palavras – chave: Museu Virtual, Tecnologias Digitais, Mulheres Negras.

A MEMÓRIA DA ESCOLA: MEMORIAL ESCOLA PARQUE

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Edna Pinheiro Santos¹

O presente trabalho traz como ponto central um dos produtos parciais de uma pesquisa desenvolvida pelo grupo Memória da Educação na Bahia com a experiência de educação inovadora proposta pelo educador baiano Anísio Teixeira nas décadas de 40 e 50 do século XX na Bahia na ideia de preservação da memória escolar. Trata-se de uma escola com um projeto de educação integral visando, dentre outros fatores, a formação total do educando para que este fosse capaz de atuar em sociedade de forma ativa, autônoma e consciente levando em conta as demandas sociais da época. O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola Parque era composto, em seu planejamento original, por quatro Escolas Classe, onde basicamente seriam ministradas as aulas do currículo comum e uma Escola Parque que se revezaria, em turnos, com as demais propondo atividades artísticas, socializantes, recreativas, oficinas de trabalhos manuais, dentre outras. Essa pesquisa tem como finalidade resgatar a memória dessa escola localizada na Liberdade, bairro popular de Salvador, tendo como um dos seus produtos a organização de um memorial com os documentos disponíveis na escola o que revela a riqueza da produção de informações realizada por esta ao longo dos anos. O trabalho

¹ Universidade do Estado da Bahia – UNEB\ Departamento de Educação\
Campus I\Programa de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade\
PPGEduC\Salvador\Bahia\Brasil. Email: ednasantos1989@gmail.com

reuniu membros do grupo para a realização de etapas que foram da higienização, organização à catalogação de documentos de diversas tipologias – impressos, manuscritos e iconográficos. Um rico material que revela detalhes importantes sobre a história da escola e também da comunidade onde esta se encontra. Dessa forma, entendendo a importância da conservação e da socialização da memória dessa escola, bem como as relações estabelecidas dentro e fora dela este trabalho traz uma reflexão acerca da importância da valorização e preservação da memória desta pelo seu grande valor para a comunidade, para a história da educação da Bahia e do Brasil e também por se tratar de uma escola com um modelo diferenciado de educação no século XX. A organização do arquivo da escola é uma ação que torna possível o acesso de todos da comunidade, do bairro, e de pesquisadores podendo contribuir para a preservação e para uma produção constante nesse espaço a fim de continuar contando a história da escola, do bairro e relações entre estes.

Palavras chave: Memória, História da Educação, Escola de tempo integral.

v

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM HUMANIZADA NO TRATAMENTO DE FERIDAS

Elismara Gonçalves de Souza Silva¹

Sharllyene de Oliveira Souza¹

Anne Jacob, Djenane Fernandes da Silva²

O tratamento de feridas trata-se de uma atividade rotineira e privativa do profissional de enfermagem, e que remete um contato maior com o paciente. Por isso se faz necessário traçar linhas de um pensamento holístico e colocá-los em prática de acordo com a Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE). Dessa forma pode ser efetivado um tratamento de qualidade centrado nas necessidades e segurança do paciente tendo como ênfase a humanização como suporte para a qualificação da assistência que deverá ser prestada.

Objetivo desse estudo é orientar e expandir o conhecimento da equipe de enfermagem para a importância da visão holística no tratamento de lesões teciduais e assim ofertar ao paciente uma assistência de qualidade e devidamente humanizada como preconiza o MS. Trata-se de um relato com base na experiência vivenciada em um hospital público da cidade de Salvador-BA.

O grande desafio da enfermagem durante o tratamento de lesões cutâneas é estabelecer um vínculo com o paciente e através das orientações, buscar convencer o paciente em consentir no devido prosseguimento do tratamento até o fim para o alcance da melhora do paciente.

¹ Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil. - elismara_goncalves@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil. Orientadora e Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem.

Diante da experiência vivenciada no estágio da disciplina saúde do adulto II, eram notáveis as dificuldades da equipe enfermagem no tratamento de lesões teciduais, e no manejo com os pacientes. Assim, ocorreu à necessidade de buscar informações a respeito das práticas humanizadas, pois a maioria dos pacientes não possuía apenas uma ferida, mas outras patologias associadas ou questões biopsicossociais que impossibilitavam o devido tratamento. Desta forma é importante que o enfermeiro tenha o embasamento das teorias de enfermagem correlacionadas com Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNAHA), para obter uma assistência de qualidade.

Palavras chave: Feridas; Humanização da Assistência; Holística.

AUTO-INSTRUCIONALISMO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Emanuelle Araújo Estanislau¹

A Educação a distância (EAD) é uma modalidade de ensino que cresce vertiginosamente, fazendo com que sujeitos nas mais longínquas localidades tenham acesso a educação. Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a EAD adquire mais espaço na sociedade contemporânea, pois com conteúdos digitais, o acesso é ainda mais fácil e difunde-se em maior escala. Em virtude de uma maior difusão de conhecimentos, num menor tempo e em grande proporção, o auto-instrucionalismo adquire espaço na sociedade da informação; desenvolvendo aprendizes autônomos, pesquisadores no processo de aprendizagem. Este estudo tem como objetivo analisar a metodologia auto-instrucional desenvolvida no Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais (CATE) para os professores da rede pública estadual da Bahia, bem como apresentar as principais características do auto-instrucionalismo para o desenvolvimento de um ensino-aprendizagem significativo e, refletir sobre os possíveis

¹ Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge)/Universidade do Estado da Bahia (UNEB/UNEAD)/ ForTEC – Formação, Tecnologia, Educação a distância e Currículo/Salvador/Bahia/Brasil/ e-mail (emanuellestanislau@gmail.com)

procedimentos pedagógicos potencializadores da aprendizagem no CATE. A velocidade presente na sociedade contemporânea e a vivência como Monitora do CATE fizeram-me despertar para a referida temática. Os atuais projetos desenvolvidos na modalidade a distância, por muitas Universidades Públicas Brasileiras, principalmente, quando almeja-se formação em grande escala, utiliza-se o auto-instrucionalismo; metodologia em que é imprescindível sujeitos autônomos, críticos, capazes de dirigir, fora de um padrão de reprodução simples, seu processo de aprendizagem.

Palavras-chaves: EAD; Auto-instrucionalismo; CATE.

A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DE ENFERMAGEM PARA EVITAR GLOSAS HOSPITALARES

Bárbara Cristiane Santos Pilan¹

Enderson Souza de Oliveira²

A auditoria tem surgido como uma ferramenta importante para mensuração da qualidade (Auditoria de cuidados) e custos (Auditoria de custos) das instituições de saúde. O processo de auditoria é conceituado como uma avaliação sistemática e formal de uma atividade realizada por pessoas não envolvidas diretamente em sua execução a fim de se determinar se a atividade está de acordo com os objetivos propostos. Desta forma, é possível evidenciar deficiências nas atividades desenvolvidas e apontar alternativas preventivas e corretivas para as mesmas. A glosa caracteriza-se pelo não pagamento parcial ou total de determinado procedimento, ação, taxa ou serviço, justificada pela discordância entre o prestador e a operadora. Através da análise sistemática e formal do prontuário o auditor avalia os registros de enfermagem, documento no qual deve está descrito os procedimentos realizados e as condições de saúde do paciente. O objetivo do trabalho é identificar os principais erros nos registros de enfermagem que ocasionaram as glosas. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na literatura especializada através de consulta a artigos científicos selecionados no banco de dados Scielo e do Bireme , a partir das fontes Medline e Lilacs. Nos artigos avaliados os principais erros nos registros de enfermagem identificados foram: falta de checagem de medicação, anotações

¹ Unijorge, Salvador, Bahia-Brasil, email: barbarapilan@hotmail.com

² Unijorge, Salvador, Bahia-Brasil

ilegíveis, erros de ortografia, o uso de siglas inapropriadas e falta de identificação correta do profissional. A ausência dessas informações nos registros de enfermagem pode ocasionar a glosa que acarretará em prejuízo para as instituições de saúde. A auditoria de enfermagem não atua somente nas questões financeiras, mas no desenvolvimento de indicadores assistenciais, estabelecendo critérios de avaliação e por consequência geração de novos conhecimentos, o que possibilita uma avaliação dos problemas enfrentados pela enfermagem, as diversas condutas adotadas para cada um deles e a solução encontrada para cada um, melhorando a qualidade da assistência de enfermagem prestada.

Palavras Chaves: Auditoria, Glosas, Registros de Enfermagem.

ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DA SAÚDE MENTAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Érica de Jesus Miranda¹

Cibele Raton dos Santos¹

Camila Rodrigues dos Santos¹

Flavia Juliane de Moura Santos¹

Mirian de Jesus Ramos¹

Maristela Santos Santana¹

Monique Santos Santana²

Introdução: Após a promulgação da Lei nº 10.216/2001 foi instituída a Política de Saúde Mental pautada no paradigma da atenção psicossocial. De acordo a política, a atenção às pessoas com transtornos mentais e necessidades decorrentes do abuso e dependência do crack, álcool e outras drogas deve estar pautada, prioritariamente, nos serviços de base comunitária. Objetivo: Investigar e registrar notícias relacionadas à saúde mental veiculadas nos meios de comunicação, por meio de revistas relacionadas a todas as áreas de conhecimento, publicadas no período de agosto a dezembro de 2015. Metodologia: Trata-se da elaboração de um portfólio reflexivo, sobre a saúde mental nos meios de comunicação, sobretudo, notícias publicadas em revistas relacionadas a todas as áreas de conhecimento. A pesquisa consiste em atividade do componente curricular

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil. - erymiranda21@gmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

“Enfermagem em Saúde Mental”. O portfólio é uma estratégia que permite aprofundar o conhecimento em determinado tema com revisão crítica sobre a sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. Resultados parciais: A primeira notícia registrada foi publicada na revista Vox®, em agosto de 2015, intitulada “O flagelo do crack”, sobre a situação atual da política de saúde mental com enfoque na assistência aos usuários de drogas e, especificamente, do Crack. A reportagem critica o modelo de atenção pautado nos serviços de base comunitária como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Em seguida, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema com os descritores “crack” e “hospital psiquiátrico”, nas bases de dados MEDLINE, ScieLO e LILACS, publicados nos últimos anos, entre 2010 a 2015. Com base na pesquisa foi possível conhecer a discussão atual sobre o tema e, assim, confrontar as informações da reportagem. Considerações parciais: o portfólio funciona como motivador para a realização de pesquisas, o que possibilita maior clareza sobre os temas abordados em sala de aula, desenvolvimento do senso crítico sobre o processo ensino-aprendizagem e habilidade em buscar conhecimento em grupo.

Palavras-chave: usuário de drogas, hospital psiquiátrico, crack.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM LAR FRATERNAL, DE SALVADOR-BA

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS.

Tâmara Alaide Barreto Porto¹

Felipe César Matos Marques¹

Beatriz Sampaio do Amaral¹

Bruna Pereira Barbosa¹

Maria Isabel Carvalho¹

Larissa dos Santos Souza¹

Flávia Ramos²

Com princípio de educar crianças e adolescentes, em uma visão integral do ser humano nas suas varias dimensões: espiritual, intelectual e afetiva, a O Lar Fraternal em questão é composta por quatro apartamentos, sendo dividido entre meninos e meninas, com a faixa etária de 0 a 18 anos que convivem com os cuidadores e a mãe social. O presente estudo objetivou Avaliar o perfil nutricional destas crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada com a população de 38 crianças e adolescentes com idades entre 0 à 18 anos. A coleta de dados ocorreu no mês de agosto do corrente ano. Foram coletadas dados de peso e

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. - E-mail: tamara_alaide.porto@hotmail.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela - Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador – BA, CEP:41.745-130

altura, a partir dos quais foi calculado o Índice de Massa Corpórea (IMC). Para a coleta dos dados foi utilizada balança analógica e estadiômetro Filizola com capacidade máxima 250 kg e escala de 0 a 200 centímetros (cm) respectivamente. Os resultados foram anotados em tabelas e posteriormente traçados na curva de crescimento e desenvolvimento do Ministério da Saúde. Contudo foram analisados 38 indivíduos, onde três foram excluídos por dados incompletos deste modo considerou-se o total de 35 indivíduos e encontraram-se os seguintes resultados: 71,4% apresentaram peso adequado para altura sem risco nutricional, 11,4% apresentaram risco de desnutrição e apenas 5,71% (dois indivíduos) apresentaram excesso de peso e obesidade. Através dos resultados obtidos foram encaminhadas orientações nutricionais para os cuidadores. Assim conclui-se que o Lar Fraternal compõe de uma alimentação saudável já que a maioria da população avaliada não apresenta risco nutricional.

Palavras chaves: Crianças, adolescentes, perfil nutricional.

ELABORAÇÃO DE MINI PANETONE ENRIQUECIDO COM FARINHA DA SEMENTE DA ABÓBORA, RECHEADO COM CHOCOLATE A BASE DE BIOMASSA DE BANANA VERDE.

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS.

Felipe César Matos Marques¹

Arlma Hermino Novais¹

Jéssica Silveira Bonfim¹

Larissa Santos Souza¹

Bethania Felix²

O panetone é um alimento tradicional do natal. Trata-se de um pão doce, com massa bem macia e aroma de baunilha. Ele pode ser recheado com frutas secas, uvas passas, cidra, figo, damasco, entre outras delícias. O pão ganhou outras versões ao longo do tempo, como é o caso do chocotone e do sorvetone. O Mini panetone enriquecido com a farinha da semente de abóbora é fonte de micronutrientes como: Tocoferol, cálcio, ferro e fósforo, além de ser rico em fibras. O recheio de biomassa de banana verde auxilia no funcionamento do intestino por ser um amido resistente. Contém minerais como fósforo, magnésio, potássio e

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. - E-mail: felipecesarmm@homai.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela - Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador - BA CEP:41.745-130

sódio. O objetivo desse trabalho foi desenvolver um panetone rico em fibras e antioxidantes. A massa base para a preparação do mini panetone é composta de: Farinha de trigo branca, farinha da semente de abóbora, açúcar cristal, água, fermento biológico, gema de ovo, margarina, leite em pó, sal e essência de panetone. Para o recheio foi utilizado: Biomassa da Banana Verde, chocolate Meio Amargo 70%, açúcar Cristal, leite de Coco. Após a finalização do produto, foi realizado uma pesquisa de mercado para avaliar a intenção de compra e um teste de aceitabilidade onde foi avaliado os seguintes: aparência, aroma, sabor, textura e cor, obtendo resultados acima de 80% em todos os quesitos avaliados, estando com excelente aceitação, quando comparado com a literatura. Assim conclui-se que panetone funcional desenvolvido nesse trabalho, além de fornecer fibras, antioxidantes e vitamina E, teve boa aceitabilidade entre os provadores, relacionado a vários atributos sensoriais.

Palavras chaves: Panetone, biomassa, nutrientes.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM LAR FRATERNAL, DE SALVADOR-BA.

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS.

Tâmara Alaide Barreto Porto¹

Felipe César Matos Marques¹

Beatriz Sampaio do Amaral¹

Bruna Pereira Barbosa¹

Maria Isabel Carvalho¹

Larissa dos Santos Souza¹

Flávia Ramos²

Com princípio de educar crianças e adolescentes, em uma visão integral do ser humano nas suas varias dimensões: espiritual, intelectual e afetiva, a O Lar Fraternal em questão é composta por quatro apartamentos, sendo dividido entre meninos e meninas, com a faixa etária de 0 a 18 anos que convivem com os cuidadores e a mãe social. O presente estudo objetivou Avaliar o perfil nutricional destas crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada com a população de 38 crianças e adolescentes com idades entre 0 à 18 anos. A coleta de dados ocorreu no mês de agosto do corrente ano. Foram coletadas dados de peso e

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. - E-mail: tamara_alaide.porto@hotmail.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela - Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador – BA, CEP:41.745-130

altura, a partir dos quais foi calculado o Índice de Massa Corpórea (IMC). Para a coleta dos dados foi utilizada balança analógica e estadiômetro Filizola com capacidade máxima 250 kg e escala de 0 a 200 centímetros (cm) respectivamente. Os resultados foram anotados em tabelas e posteriormente traçados na curva de crescimento e desenvolvimento do Ministério da Saúde. Contudo foram analisados 38 indivíduos, onde três foram excluídos por dados incompletos deste modo considerou-se o total de 35 indivíduos e encontraram-se os seguintes resultados: 71,4% apresentaram peso adequado para altura sem risco nutricional, 11,4% apresentaram risco de desnutrição e apenas 5,71% (dois indivíduos) apresentaram excesso de peso e obesidade. Através dos resultados obtidos foram encaminhadas orientações nutricionais para os cuidadores. Assim conclui-se que o Lar Fraternal compõe de uma alimentação saudável já que a maioria da população avaliada não apresenta risco nutricional.

Palavras chaves: Crianças, adolescentes, perfil nutricional.

AVALIAÇÃO INICIAL DO ENFERMEIRO FRENTE A IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA SEPSE, EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.

ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Flávio Santos Magalhães¹

Helen de Araújo Alves²

Trabalho apresentado para avaliação da disciplina TCCI, no Centro Universitário Jorge Amado, e tem como objetivo mostrar a importância do Enfermeiro frente a identificação precoce da sepse em pacientes de Unidades de Terapia Intensiva. É importante que o profissional de Enfermagem esteja gabaritado a reconhecer os sinais clínicos e laboratoriais desta síndrome, auxiliando a equipe médica no diagnóstico precoce e consequentemente em um melhor prognóstico.

De acordo as literaturas a Sepse é uma das patologias que mais acomete pacientes em Unidade de terapia Intensiva, e sua identificação depende de uma minuciosa investigação clínica. A partir do momento que o Enfermeiro consegue detectar parâmetros como os sinais vitais alterados, sinais flogísticos, estado geral, perfusão diminuída, pode-se evitar a evolução da sepse. Realizando uma assistência minuciosa, ágil e precisa, imbuída de conceitos, para a identificação e aplicação de medidas eficazes, o Enfermeiro favorece um cuidado completo e facilita o tratamento.

¹ Centro Universitário Jorge Amado; Salvador, Ba. Brasil - fau.magalhaes@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado; Salvador, Ba. Brasil

Por tanto o Enfermeiro que trabalha em terapia intensiva, é o profissional de saúde que está em maior contato com o paciente, e precisa estar preparado para identificar os primeiros sinais que indicam a Sepsis, para ter responsabilidade de planejar, coordenar, e implementar ações que visem a recuperação do paciente em tempo hábil prevenir complicações subsequentes. Otimizando o trabalho da equipe de saúde.

Palavras chaves: Sepsis, Enfermagem, Diagnostico.

A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Rayana Vital Valverde¹

Priscila Emanuelle Sá Figueredo²

Hione Luciano Brito³

Monique Santos Santana⁴

Diante da nova configuração da enfermagem psiquiátrica e a necessidade de enfermeiros aptos para atuarem nos novos dispositivos de atenção em saúde mental, nota-se uma quantidade insuficiente de trabalhos científicos que abordem e descrevam a atuação das enfermeiras nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), surgindo a seguinte questão de pesquisa: qual o papel da enfermeira nos CAPS? O objetivo foi identificar e caracterizar a literatura disponível sobre o papel da enfermeira nos CAPS. Trata-se de uma revisão sistemática do tipo integrativa. A investigação foi realizada no mês de junho de 2015, nas bases de dados da BIREME, com os descritores: “Enfermagem Psiquiátrica”; “Centros de Atenção Psicossocial”; “Serviços de Saúde Mental”; “Centros de Atendimento Psicossocial” e “Núcleos de Atenção Psicossocial”. Após as fases de seleção e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 11 artigos passaram a fazer parte do estudo. Os artigos foram caracterizados conforme título, periódico, ano de publicação, qualis do periódico, metodologia, tipo de CAPS utilizado na pesquisa, titulação dos autores, bem como quanto aos objetivos e resultados dos estudos em três

¹ UNIJORGE, Graduanda em Enfermagem: rayana_vital@hotmail.com

² UNIJORGE, Graduanda em Enfermagem.

³ UNIJORGE, Graduanda em Enfermagem.

⁴ UFBA – Mestre em Enfermagem

categorias: Abordagem histórica do cuidar da enfermagem no CAPS; Atividades e papéis desempenhados pelas enfermeiras; e Compreensão x Conhecimento x Percepção acerca da prática da enfermagem. Pode-se concluir que o nível de conhecimento na área de saúde mental é um fator facilitador da sua atuação e inserção na equipe multidisciplinar, que trouxe diversos benefícios à sua atuação nos novos dispositivos de cuidado.

Palavras-chaves: Enfermagem psiquiátrica, Centros de atenção psicossocial, Enfermagem.

AVALIAÇÃO DO BEBÊ COM O USO DA ESCALA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO DA CRIANÇA

Márcia Leite Simões¹

Débora Milena Santos de Freitas²

Claudete Santos Mota³

Maianna Laise Teles Santos de Andrade⁴

Náine Morais da Conceição Santos⁵

Vanderson Barreto Perreira⁶

A importância da avaliação do desenvolvimento de crianças, em sua mais tenra idade é fundamental para a prevenção e promoção em saúde, permitindo melhor planejamento de intervenções necessárias. O projeto do NEAP-UJ visa avaliar crianças de 1 a 12 meses incompletos, por meio da Escala de Desenvolvimento do Comportamento da Criança, EDCC, com o intuito de possibilitar uma análise mais ampla do repertório comportamental, subsidiando a intervenção dos profissionais de saúde sobre os bebês que apresentam problemas de desenvolvimento. O NEAP-UJ propõe o estudo do desenvolvimento do comportamento da criança nascida prematura e a termo, com saúde normal ou comprometida, comparando os resultados em momentos diferentes ao longo do primeiro ano de vida, envolvendo o atendimento mensal aos pais. Os participantes

¹ UNIJORGE, Professora do Curso de Psicologia e Coordenadora do NEAP-UJ.

² UNIJORGE – Graduando em Psicologia

³ UNIJORGE – Graduando em Psicologia

⁴ UNIJORGE – Graduando em Psicologia - Maiandrade21@gmail.com

⁵ UNIJORGE – Graduando em Psicologia

⁶ UNIJORGE – Graduando em Psicologia

serão selecionados, na rede de saúde de Salvador, mediante aprovação do Comitê de Ética institucional. A amostra será formada por 40 bebês de ambos os sexos, divididos por três faixas etárias (3 meses, 6 meses e 9 meses). Através do uso da EDCC, pretende-se identificar o ritmo do processo de desenvolvimento do comportamento da criança, medindo-se o comportamento motor – axial e apendicular, espontâneo e estimulado – e em comportamento atividade – não-comunicativo e comunicativo, verificando atrasos ou avanços na sua aquisição, em relação à idade da criança e o estágio cognitivo/comportamental em que se encontra.

Palavras-chaves: avaliação psicológica; avaliação do bebê; atenção primária à saúde.

DESMAME PRECOCE: O DISCURSO SOCIAL DE UM GRUPO DE MÃES.

Ana Cristina Conceição Santos¹
Gesiane Rodrigues Silva de Souza²
Paula de Lima Santos³
Lucimara Santos de Souza⁴
Regiane Assunção Campos⁵

O leite materno humano é um alimento completo, rico em nutrientes, vitaminas, minerais e componentes importantes para o fortalecimento do sistema imunológico da criança, e sua ingestão exclusiva, é preconizada desde o nascimento até os seis meses de vida do recém-nascido. No entanto, são variadas as causas que levam ao desmame precoce pelas maternas. O presente estudo, de abordagem qualitativa, teve como objetivo identificar fatores que causam a interrupção do aleitamento materno exclusivo, antes da criança completar seis meses de vida. Para tanto, o estudo debruçou-se sobre o discurso de mães que realizaram o desmame precocemente. Para coleta das informações, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas, com um grupo de mães, com idades entre 29 e 43 anos. Posteriormente à transcrição das entrevistas, foram interpretados os significados das falas, cujas análises serviram como base para os resultados do estudo. As narrativas apontaram fatores como: gravidez precoce, influência familiar, participação materna no

¹ UNIJORGE – Graduanda do Curso de Nutrição, anacrisconsan01@hotmail.com.

² UNIJORGE – Graduandas do Curso de Nutrição.

³ UNIJORGE – Graduandas do Curso de Nutrição.

⁴ UNIJORGE – Graduandas do Curso de Nutrição.

⁵ UNIJORGE – Nutricionista, Docente do Curso de Nutrição.

trabalho fora do lar, como as principais causas para o desmame. Destaca-se também, a deficiência na qualificação dos profissionais de saúde como principal motivo para a falta de orientação, sobre os benefícios do aleitamento exclusivo e a introdução inadequada de outros alimentos, como maiores responsáveis pelo desmame. O estudo buscou a percepção da mãe, para assim orientar os profissionais da saúde para melhores estratégias de ação, voltada para essa temática.

Palavras-chaves: Nutrição, Aleitamento Materno, Desmame Precoce.

DIÁLOGOS EM SAÚDE: COEVOLUÇÃO DE SUJEITOS, EMPODERAMENTO E PRÁTICAS

Larissa Neves da Paz¹

Anderson Ferreira dos Santos²

O ser humano é um viajante no e do tempo. Irrompe do passado, podendo, contudo, sempre remeter-se a ele; vive o presente, desatando seus nós, e com blocos de sonhos, constrói escadas, avançando pelos degraus rumo ao futuro. O seu itinerário múltiplo permite a incorporação de diferentes valores, recomeços e novas escritas. Este indivíduo se aventura por distintas áreas, até que se encontre e enraíze-se. Assim, apresenta-se aqui a viagem possibilitada pela atividade de extensão universitária intitulada Socorrista mirim: um projeto de formação de multiplicadores, vinculada a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, que objetiva compartilhar a vivência da extensão, estabelecida através de diálogos sobre primeiros socorros com mães e pais de alunos especiais em uma escola de Salvador, discutir a importância do empoderamento social para inclusão de novos autores em um roteiro contranarcísico da vida, e compreender a indispensabilidade do contato entre o futuro profissional de saúde e o meio que o envolve. Durante seis semanas, viajou-se por sobre temas que perpassam desde o engasgo ao AVC. Além da imprescindibilidade de um indivíduo que sabe o que fazer em uma situação de urgência, formaram-se ali cidadãos-estudantes empoderados, que passaram a se reconhecer como parte de um

¹ UFBA, Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde: lari.nevees@hotmail.com

² UFBA, Coordenador do Projeto Socorrista Mirim

todo. Já sobre o prisma da formação acadêmica do estudante de saúde, denota-se que grades curriculares engessadas e oclusas para as necessidades da sociedade, dificultam a gênese de profissionais proativos, comprometidos com o outro e com mudanças e rupturas indispensáveis para que se emerja uma saúde de qualidade, com responsabilidade, pautada no direito constitucional do próximo sobre a mesma, oferecendo-lhe dignidade perante aos enfrentamentos a sua vitalidade e bem-estar.

O sujeito que viaja só encontra-se sempre margeado pelo risco de se perder ficando-se no passado, ou por deslumbrar apenas o futuro; aquele que coletivamente transcende, germina no presente, sabendo que o novo se faz no agora. Coevolução.

Palavras-chaves: Saúde. Primeiros-socorros. Empoderamento.

DISCIPLINA E HIERÁRQUIA NO COLÉGIO DA
POLICIA MILITAR DA BAHIA –
UNIDADE CEL. MANOEL CERQUEIRA CABRAL

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Geraldo Ramos Ribeiro Filho¹

Lorenzo Santana Costa²

Tania Maria Hetkowski³

Adelson da Silva Costa⁴

Tema caro a filosofia e demais ciências humanas a disciplina e hierarquia sempre foram vistas como próprias das instituições militares. Seguindo esta linha de pensamento do “senso comum”, poderíamos até compartilhar desta “falácia” mas cabe a nós elucidar e abrir o debate para a importância destes elementos sociais para o sucesso da pessoa humana. Vemos a disciplina e a hierarquia como constituintes da própria condição humana, pois sem elas esta condição se fragiliza e tem como resultado o que Thomas Hobbes (1588-1679) chamou de “Estado de todos contra todos”. Então almejam-a com esta discussão possibilita a compreensão de que estes dois conceitos são fundamentais para compreender a condição humana e o sucesso de determinadas pessoas nos diversos elementos sociais, tomando como locus o Colégio da Polícia Militar da Bahia (CPM), escola de cunho militar

¹ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do 2ºano do Ensino Médio, Salvador, Bahia, Brasil - geraldoramos@gmail.com

² Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do 1º ano do Ensino Médio

³ Universidade do Estado da Bahia, Professora Dra. Orientadora

⁴ Colégio da Polícia Militar, Professor Co-Orientador, Mestrando em Educação

que tem como lema regulamentar a tríade educação - disciplina – hierarquia. Pretendemos discutir que não é só nestes lugares que a disciplina e a hierarquia “habita”, mas que aqui é um diferencial de sucesso para os oriundos desta escola e que sem essas referências de comportamento dificilmente se pode pensar em sucesso em uma sociedade cada vez mais competitiva, de fluxo intenso de informação que só podem ser bem assimiladas por sujeitos disciplinados e que respeitem as hierarquias nos diversos ambientes sociais, recriando modelos de sistemas hierárquicos internos baseados nos militares. Tal trabalho aqui descrito teve como pesquisadores alunos de iniciação científica júnior da escola pertencentes ao grupo de pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC) do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia.

Palavras-chaves: Disciplina, Hierarquia, Filosofia.

DISCUTINDO AS TIC ATRAVÉS DA CRIAÇÃO
DE UM WEB SITE POR ALUNOS DO
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
GEOTEC NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR
DA BAHIA/UNIDADE DENDEZEIROS

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Ítalo Anderson Da Conceição Medrado¹

Abraão Conceição Almeida²

Luis Eduardo Araújo Santos³

Tania Maria Hetkowski⁴

Adelson da Silva Costa⁵

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão “imersas” no cotidiano escolar, professores/alunos a usam de formas indiscriminadas, whatsapp, notebook, ipad, etc, todas estas parafernalias eletrônicas/digitais estão ai neste cotidiano, mas pouco se discute no “seio” discente o que são estas tecnologias e sua real importância/utilidade. De ante destes questionamentos, um grupo de alunos que fazem parte do Projeto de Iniciação Científica Júnior da escola em parceria como Grupo de Geotecnologias Educação e Contemporaneidade (GEOTEC) da

¹ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do Ensino Médio, Salvador, Bahia, Brasil - medrado_842@hotmail.com

² Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do Ensino Médio

³ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Estudante do Ensino Médio

⁴ Universidade do Estado da Bahia, professora Dra. Orientadora

⁵ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Professor Mestrando Co-orientador

Universidade do estado da Bahia (UNEB), questionou-se sobre a necessidade desta discussão e da criação de uma web site onde toda as construções pedagógicas e de ordem disciplinar possam ser postadas para o conhecimento da comunidade escolar, chamemos isso de difusão do conhecimento produzido no Colégio da Polícia Militar (CPM), assim como estamos construindo nesta plataforma o “memorial virtual”, onde abrigará todo acervo histórico da escola (virtualmente), possibilitando o dialogo acerca da constituição material/imaterial, pensando a tecnologia além de sua visualização como máquina, mas como elemento de difusão de conhecimento, cultura, educação e questionamentos acerca da real ideia do que é educação. Tal mister é salutar, pois pouco vislumbramos esta discussão entre o alunado, assim como almejamos contribuir com uma ferramenta que fomentará a produção intelectual do CPM.

Palavras-chaves: Memorial, GEOTEC, Tecnologias.

INGRESSO DA MULHER NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: UMA CONQUISTA DA LUTA PELOS DIREITOS DE GÊNERO

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Alexia Cruz de Oliveira Santos¹

Amanda Krishna Menezes Cardoso²

Tania Maria Hetkowski³

Adelson da Silva Costa⁴

A luta pelo direito da mulher teve nos dois últimos séculos alcançado conquistas surpreendentes, como a inserção delas em linhas de montagem nas fábricas, assim como na carreira militar, vale ressaltar também que nas famílias contemporâneas elas já assumem a “chefia” familiar, verificamos que até no Código Civil Brasileiro o termo “Pátrio Familiar” já fora excluído pela igualdade que hoje percebemos na relação conjugal. Diante do exposto este trabalho tem como fulcro abordar uma singularidade deste movimento que pouco fora observado e, que tem trazido ganhos importantes para à igualdade de gênero e a sociedade. No Colégio da Polícia Militar da Bahia (CPM) - Unidade Dendezeiros, desde o ano de 1994 há o ingresso do

¹ Colégio da Polícia Militar/Dendezeiros, Estudante do Ensino Médio, Salvador, Bahia, Brasil - Alexia-oliveira01@hotmail.com

² Colégio da Polícia Militar/Dendezeiros, Estudante do Ensino Médio

³ Universidade do Estado da Bahia/Salvador, professora Dra. Orientadora

⁴ Colégio da Polícia Militar da Bahia, Professor Mestrando Co-orientador

corpo feminino entre os discentes, tal inovação mexeu tanto com as estruturas “engessadas” do militarismo que fez este abrir os “corações e mentes” dos dirigentes desta instituição, que teve reflexo na própria carreira policial. Vemos como pontos importantes, a mudança no regulamento disciplinar do aluno que só contemplava o gênero masculino, o fardamento, as instalações como banheiros apropriados para mulheres, até o “linguajar” teve que ser mudado para atender este público. Professores, militares, e demais funcionários tiveram que se “reeducarem” para atender a tal singularidade, em entrevistas com algumas das principais oficiais que foram ex - alunas do colégio nesta época, estas relatam que tudo por causa do ingresso 3 anos antes da mulher na Academia da Polícia Militar, sofrendo esta, também, profundas mudanças. Por isso investigar este momento ímpar na história da luta pelos direitos da mulher e os desafios por elas superados no CPM, é por demais salutar para a discussão contemporânea sobre a luta por igualdade de gênero. Assim esta pesquisa teve como pesquisadores alunos da iniciação científica júnior do CPM pertencentes ao grupo de pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC) do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Gênero, GEOTEC, Direito.

REFLETINDO SOBRE A SAÚDE MENTAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Rosemeire Oliveira de Amorim¹

Adinalva Pereira Martins Filha²

Jucilene da Silva Souza Ramos³

Monaliza Cruz dos Santos⁴

Monique Santos Santana⁵

Após o movimento da Reforma Psiquiátrica, que se iniciou nos anos 70, e formalização da Lei 10.216/2001, que garante os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, foram assegurados o tratamento sem qualquer forma de discriminação e o direito ao atendimento preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental. O estudo tem como objetivo investigar e registrar notícias relacionadas à saúde mental veiculadas nos meios de comunicação, por meio de revistas relacionadas a todas as áreas de conhecimento, publicadas no período de agosto a dezembro de 2015. Trata-se de um portfólio reflexivo e consiste em atividade do componente curricular “Enfermagem em Saúde Mental”. O portfólio é uma estratégia que permite aprofundar o conhecimento em determinado tema com revisão crítica sobre a sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. A primeira notícia identificada foi publicada na revista *Mente e Cérebro*[®], intitulada “Alívio para a Esquizofrenia”. Após o registro da notícia, a fim respaldar a discussão e reflexão,

¹ UNIJORGE. Graduanda em Enfermagem: rosemeireamorim1@hotmail.com

² UNIJORGE. Graduanda em Enfermagem.

³ UNIJORGE. Graduanda em Enfermagem.

⁴ UNIJORGE. Graduanda em Enfermagem.

⁵ UNIJORGE, Docente Mestre em Enfermagem

foi realizada pesquisa na base de dados Scielo e selecionados três artigos científicos sobre: corpo e escrita na esquizofrenia; assistência de enfermagem no episódio de esquizofrenia; e mudanças ocorridas pela psicoterapia de grupo. A pesquisa possibilita maior clareza sobre o tema abordado em sala de aula, desenvolvimento do senso crítico sobre o processo ensino-aprendizagem e habilidade em buscar conhecimento em grupo.

Palavras- chaves: esquizofrenia, enfermagem psiquiátrica, portfólio.

PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NA PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO COM BASE NO ARCO DE MAGUEREZ

Brisa Alves Pereira de Moura¹

Ana Samira Lordelo²

Júlia Pereira Rabêlo³

Monique Santos Santana⁴

Renata da Silva Schulz⁵

O profissional de enfermagem atua como promotor de educação em saúde na prevenção das lesões no pé, que tem como objetivo sensibilizar, motivar e mudar atitudes do paciente que deve incorporar a informação recebida, sobre os cuidados com os pés e calçados, reduzindo, conseqüentemente, o risco de ferimento, úlceras e infecção. Trata-se de um relato de experiência da atuação das estudantes de graduação em enfermagem na prevenção do pé diabético, no Instituto de Saúde do Centro Universitário Jorge Amado. A abordagem metodológica tem sido embasada na problematização da aprendizagem, por meio da utilização do Arco de Charles Magueréz. As etapas deste método são: observação da realidade, pontos-chaves, teorização, hipótese de solução e aplicação na realidade. No período de junho de 2015 foi realizada a observação das estruturas, participação nas

¹ UNIJORGE, graduanda de enfermagem: brisa.alvesmoura@gmail.com

² UNIJORGE, graduanda de enfermagem

³ UNIJORGE, graduanda de enfermagem

⁴ UNIJORGE, Docente Mestre em Enfermagem

⁵ UNIJORGE, Docente Mestre em Enfermagem

atividades clínicas, apreciação das lesões diabéticas, dos testes para o diagnóstico da neuropatia diabética e orientações da enfermagem com o paciente portador de diabetes na prevenção do pé. A deficiência do autocuidado com os pés possui grande repercussão nas complicações da doença, de modo semelhante a ausência de exercício físico e a má alimentação tem elevado o nível glicêmico dos pacientes. A falta de recursos financeiros desses pacientes, a dificuldade em adquirir calçados adequados, ou ainda de ter a garantia do tratamento interdisciplinar nem sempre ocorre. As orientações precisam ser reforçadas em cada consulta mesmo quando os pacientes apresentam anos com a patologia, pois o déficit de conhecimento da doença e dos cuidados é recorrente na população.

Palavras-chave: relato de experiência, prevenção ao pé diabético, consulta de enfermagem.

PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL COM BASE NO ARCO DE MAGUEREZ

Hione da Silva Luciano Brito¹

Monique Santos Santana²

Priscila Emanuelle Sá Figueiredo³

Rayana Vital Valverde⁴

Ao estudar a disciplina Saúde Mental os estudantes de graduação em enfermagem trazem sentimentos de medo, preconceito, estigma e dificuldade em compreender a atuação da enfermeira nos dispositivos de atenção psicossocial, sobretudo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O presente estudo objetiva relatar a experiência da aproximação de estudantes de enfermagem ao CAPS tendo por base o Arco de Megueréz. Trata-se de um relato de experiência de estudantes de enfermagem sobre a aproximação ao CAPS, tendo por base o método da problematização o Arco de Magueréz. A primeira etapa compreendeu a observação da atuação do enfermeiro a partir da primeira visita a um CAPS do município de Salvador-BA, no dia 05 de maio de 2015, que é o ponto de partida para compreensão da realidade vivenciada nos centros e importante para o levantamento de problemas. A partir daí se desenvolveram as seguintes etapas de observação de pontos-chaves, teorização,

¹ UNIJORGE, Estudante de Enfermagem: hione21@hotmail.com

² UNIJORGE – Professora Mestre em Enfermagem

³ UNIJORGE, Estudante de Enfermagem

⁴ UNIJORGE – Estudante de Enfermagem

foi gerada uma hipótese de solução e uma conduta a ser aplicada na realidade da enfermagem no ambiente do CAPS, lançando mão das ferramentas como a SAE. O trabalho da enfermagem no CAPS ainda é rodeado de desafios e possui muitas barreiras a serem quebradas, barreiras cuja a principal é a falta de entendimento dos profissionais da própria área e de outras sobre como o enfermeira se encaixa na equipe multidisciplinar dos centros, cabe ao profissional lançar mão de sua autonomia e das suas ferramentas para implementar uma melhor assistência.

Descritores: enfermagem, centros de atenção psicossocial, enfermagem psiquiátrica.

O PALÁCIO DO RIO BRANCO E O SEU LEGADO PARA A CIDADE DE SALVADOR

Joana Gabriela Coutinho Soares¹

Imaira Santa Rita Regis²

Tânia Maria Hetkowski³

Localizado na Praça Tomé de Sousa em frente à Prefeitura Municipal de Salvador, o Palácio do Rio Branco além de ponto turístico conta muitas histórias. Construído pelo primeiro governador geral do Brasil (Tomé de Sousa) em meados do século XVI com o objetivo de ser o centro da administração portuguesa, entretanto esse objetivo se transformou ao longo do processo histórico. Teve várias funções, serviu como quartel e prisão. Abrigou D. Pedro II em 1859, em sua visita a Bahia. Em 1900 sofreu uma reforma, e passou a ostentar um estilo neoclássico. Em 1912 o palácio foi bombardeado, o edifício ficou em ruínas, e a pior perda foi o acervo de raros livros que o palácio possuía. Foi reinaugurado pelo governador Antônio Muniz em 1919. Quando reerguido recebeu nome de Rio Branco em homenagem ao Barão do Rio Branco. E atualmente abriga o memorial dos governadores, onde é possível encontrar vários objetos e documentos que pertenceram aos governadores da Bahia e ajudam a relatar a história do Estado. Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar e disseminar a história de um dos mais antigos e importantes palácios do Brasil (Palácio do Rio Branco). O método de pesquisa utilizado foi baseado na exploração oral através de

¹ CPM-LOBATO, Estudante de Ensino Médio - Salvador / Bahia – Brasil - joagabicouts@hotmail.com

² CPM-LOBATO, Professora Mestre em Geografia - Salvador / Bahia – Brasil

³ UNEB, Professora Doutora em Educação - Salvador / Bahia – Brasil

entrevistas bem como visitas ao palácio. Após todas as pesquisas e entrevistas chegamos à conclusão que o Palácio do Rio Branco tem uma enorme importância histórica para a sociedade atual, servindo como memória e patrimônio (histórico e cultural) através do museu dos governadores.

Palavras-chaves: História. Palácio do Rio Branco. Museu.

A IMPORTÂNCIA DO BRINQUEDO TERAPEUTICO NAS INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM.

Elenilda Nunes¹

Francine Brito²

Itala Fontes³

Lais Passos⁴

Lorena Siqueira⁵

Criança que é criança gosta mesmo é de brincar, seja de bola, de boneca, de correr ou de pular. Sendo tudo isso indispensável ao seu desenvolvimento. Entretanto, quando se encontram em determinadas situações da vida como: hospitalizada, essa diversão fica comprometida, porém não se torna impossível. É nesta hora que a enfermagem deve ser capacitada para atender as necessidades psicológicas e emocionais desses tão frágeis seres. A fim de reduzir ao mínimo possível, o medo, a tristeza e ansiedade dessas crianças, foi idealizado o brinquedo terapêutico que constitui-se num brinquedo estruturado para a criança aliviar a ansiedade gerada por experiências atípicas de sua idade, que costumam ser ameaçadoras e requerem mais do que recreação para resolver a ansiedade associada, devendo ser usado sempre que ela tiver dificuldade em compreender e lidar com a experiência. Seu objetivo é dar à enfermeira uma melhor compreensão das necessidades da criança e também auxiliar no preparo da criança para procedimentos terapêuticos,

¹ UNIJORGE, Graduando em Enfermagem: elenildanunesoficial@hotmail.com

² UNIJORGE, Graduando em Enfermagem: Francine.erika@hotmail.com

³ UNIJORGE, Graduando em Enfermagem: Italafontes@hotmail.com

⁴ UNIJORGE, Graduando em Enfermagem: laipassos22@hotmail.com

⁵ UNIJORGE, Docente do curso de Enfermagem: lorena.gabrielaa@hotmail.com

assim como permitir que ela descarregue sua tensão após os mesmos. A criança deve entender em qual situação está inserida, qual é sua nova realidade. É preciso explicar a ela qual sua patologia, quais procedimentos serão realizados e não fantasiar as situações, mesmo porque o tratamento delas impõe experiências dolorosas e assustadoras como sondagens, injeções, punções, curativos, entre outras. Este trabalho tem por objetivo Compreender a importância do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem. Trabalho de revisão bibliográfica descritivo-exploratório com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos através de 5 artigos escolhidos pelos autores que embasaram a pesquisa. Foi observado que Antes de qualquer procedimento, a enfermeira deve dar informações concretas e precisas sobre o procedimento, utilizando bonecos, material hospitalar e uma linguagem adequada à criança. Com o boneco por exemplo, a enfermeira pode demonstrar o que será feito e pedir a criança que ela mesmo faça o procedimento no boneco, utilizando os materiais hospitalares, deixando ela livre pra repetir quantas vezes julgar necessário (sempre supervisionada), além de deixar ela se expressar e fazer perguntas. Não se deve mentir para a criança e sim ser sincero, principalmente quanto a dor de alguns procedimentos e deixá-la chorar, procurando transmitir segurança. Desta forma concluímos que fica claro que com a utilização do brinquedo terapêutico, as crianças podem se tornar mais cooperativas durante os procedimentos invasivos, compreenderem a necessidade dos procedimentos, exteriorizar suas revoltas e mágoas com o tratamento e os profissionais que lhe assistem. Percebem que o tempo gasto com ela torna-se um auxílio durante a realização do procedimento invasivo, visando diminuir o estresse e o desgaste físico e emocional do enfermeiro, da família e principalmente da criança.

Palavras Chaves: Brinquedo Terapêutico, Enfermagem, Criança.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL – PROCESSO DE ESCOLHA.

*Gabriela Santana de Sousa
Josineide de França
Lorena Tavares Grillo
Jackeline Kruschewsky¹*

Na apresentação será abordada a importância do trabalho de Orientação Profissional no processo de escolha da profissão. Visto que o jovem que se encontra neste momento, se vê em meio a diversas questões sendo elas, vestibular, carreira, profissão, sonho, vocação, metas, aptidão, futuro, realização pessoal... na mente do jovem vestibulando, essas palavras transitam em ritmo frenético, consequência da infalível pergunta que todos fazem ao final do Ensino Médio: que profissão escolher? Pois é comum ouvir um monte de mitos e crenças sobre cada uma das profissões.

Na maioria dos casos, esses sentimentos estão presentes porque os jovens pensam que estão fazendo uma escolha para a vida. E este é um pensamento equivocados. Em meio a tantas pressões (social, familiar, a aprovação no vestibular, realização pessoal versus mercado de trabalho) características desta fase, algumas dicas práticas e menos filosóficas certamente são valiosas; é aí que entra em ação o trabalho do orientador vocacional com o objetivo de mediar essa busca de informações. Pois o jovem tem de ter papel ativo na escolha da profissão.

O conhecimento das profissões, através da busca de informações em sites, conselhos profissionais, guias de carreiras, conversas com profissionais visando uma abordagem mais aprofundada, a auto-reflexão, baseando-se na própria

¹ Orientadora

personalidade, a reflexão sobre o que anda acontecendo no mercado de trabalho, questionar profissões em alta, em baixa, estatísticas, conhecer o cenário do país em que se dará essa profissionalização, é de suma importância para a escolha da profissão.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Gerlan Oliveira da Rocha¹

RESUMO: O presente trabalho apresenta como finalidade empreender uma análise sobre o espaço escolar dentro de uma perspectiva da prática da pesquisa histórica, sinalizando a configuração deste ao ser apresentado ao pesquisador de História da Educação. Por meio de reflexões realizadas através de uma revisão bibliográfica de Pierre Nora, Rosely Rodinelli e Michael Pollak, buscaremos situar em que medida a escola se configura como um lugar de memória ou um lugar de história, ou se até mesmo ambos, colocando à luz de uma compreensão analítica o processo de pesquisa em história. Além de categorias próprias do estudo da ciência histórica, trabalharemos outras por vezes desconsideradas, como a gestão e administração escolar, por exemplo, na tentativa de podermos mensurar os impactos delas na organização do que é produzido na escola, a fim de visualizar o resultado que chega até o pesquisador durante sua prática investigativa. Recorreremos a autores que discorrem sobre gestão e administração escolar no Brasil, a exemplo de Benno Sander, no sentido de nos ajudar a diagnosticar a qualidade do ambiente de pesquisa apresentado para estudo, nos permitindo em seguida socializarmos a experiência de projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, que tem por objetivo a valorização da história e memória da educação.

Palavras-chave: Memória. Gestão escolar. Administração escolar

¹ Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Departamento de Educação – Campus I Salvador, Bahia, Brasil - gerlan_oliveira@hotmail.com

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA À
DISTÂNCIA:
UMA REALIDADE BAIANA
ÁREA: HUMANAS

Helio José Bastos Carneiro de Campos¹

Francisco José Gomdin Pitanga²

Diana Alencar da Silva³

Carlos Fernando de Amorim Alves⁴

A Educação a Distância tornou-se um instrumento fundamental na promoção e difusão do conhecimento, além de fomentar oportunidades de estudos e formação em diversos níveis, especialmente nos cursos de graduação. Trata-se de uma modalidade dinâmica, atual, democrática, tecnológica e inovadora que oportuniza aquelas pessoas que por variados motivos não tem acesso ao ensino no modelo presencial. O objetivo da coletânea Licenciatura em Educação Física à distância: uma realidade baiana é disseminar o conhecimento baseado em artigos e relatos de experiências vivenciados por professores integrantes do Curso de Licenciatura em Educação Física em EaD da Universidade do Estado Bahia(UNEB)/Universidade Aberta do Brasil(UAB). A metodologia utilizada parte de um estudo

¹ Doutor em Educação, Docente da UNIJORGE e UNEB/EaD/UAB - E-mail: helliocampos@Gmail.com

² Doutor em Saúde Coletiva pela UFBA, Professor Adjunto da UFBA

³ Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Coordenadora pedagógica da UNEB/EaD/UAB; Faculdade D. Pedro II

⁴ Mestre em Nutrição pela UFBA, Docente da UNEB/EaD/UAB UNIMI e UCSAL

exploratório, participante e de natureza qualitativa. A proposta da Coletânea foi aprovada em reunião de Colegiado, em seguida foi definido os critérios para as normas editoriais. Todos os professores e servidores foram convidados a participar enviando seus textos para o coordenador, o qual submetia ao Conselho Editorial formado pelos professores organizadores. Como resultado tivemos doze trabalhos selecionados assim distribuídos. Dois artigos de fundamentação histórica, sendo um com olhar diagnóstico. Três artigos de revisão bibliográfica e sete artigos de relato de experiência teórica e prática. Nas Considerações finais intuímos que a Coletânea trata-se de uma produção original e inédita, ao tempo que salientamos o valor do conhecimento e das vivências práticas na Educação a Distância, principalmente no Curso de Graduação em Educação Física na Bahia, um estado situado no Nordeste Brasileiro, onde existe uma enorme carência de professores com formação e qualificação adequada. Essa obra evidencia e também se distingue por oportunizar novas motivações e novas pesquisas na direção de valorizar do EaD como uma singular opção para a formação superior no Brasil.

Palavras-chaves: Licenciatura; Educação Física; Educação a Distância;

PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL COM BASE NO ARCO DE MAGUEREZ

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Hione Luciano Brito¹

Priscila Emanuelle Sá Figueredo²

Rayana Vital Valverde³

Monique Santos Santana⁴

Laís Chagas de Carvalho⁵

Ao estudar a disciplina Saúde Mental os estudantes de graduação em enfermagem trazem sentimentos de medo, preconceito, estigma e dificuldade em compreender a atuação da enfermeira nos dispositivos de atenção psicossocial, sobretudo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O presente estudo objetiva relatar a experiência da aproximação de estudantes de enfermagem ao CAPS tendo por base o Arco de Megueréz. Trata-se de um relato de experiência de estudantes de

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil. hione21@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduanda em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

⁴ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

⁵ Secretaria Municipal de Saúde. Enfermeira. Salvador - Bahia, Brasil.

enfermagem sobre a aproximação ao CAPS, tendo por base o método da problematização o Arco de Magueres. A primeira etapa compreendeu a observação da atuação do enfermeiro a partir da primeira visita a um CAPS do município de Salvador-BA, no dia 05 de maio de 2015, que é o ponto de partida para compreensão da realidade vivenciada nos centros e importante para o levantamento de problemas. A partir daí se desenvolveram as seguintes etapas de observação de pontos-chaves, teorização, foi gerada uma hipótese de solução e uma conduta a ser aplicada na realidade da enfermagem no ambiente do CAPS, lançando mão das ferramentas como a SAE. O trabalho da enfermagem no CAPS ainda é rodeado de desafios e possui muitas barreiras a serem quebradas, barreiras cuja a principal é a falta de entendimento dos profissionais da própria área e de outras sobre como o enfermeiro se encaixa na equipe multidisciplinar dos centros, cabe ao profissional lançar mão de sua autonomia e das suas ferramentas para implementar uma melhor assistência.

Palavras-chave: enfermagem, centros de atenção psicossocial, enfermagem psiquiátrica.

GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A PROJETOS: UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO “A RÁDIO DA ESCOLA NA ESCOLA DA RÁDIO” DO GEOTEC/UNEB

Icilma Nicolau Pazos Dourado¹

Silvia Leticia Costa Pereira Correia²

Tarsis de Carvalho Santos³

O projeto “A Rádio da Escola na Escola da Rádio” nasce na perspectiva de possibilitar os alunos e professores das escolas da Rede Pública, através das potencialidades das Geotecnologias e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ao registro da história dos bairros e a memória de eventos, acontecimentos e fatos que constituem a Cidade de Salvador/Ba a partir do lugar vivido e percebido, potencializando-o a ser reinventado e valorizado em sua essência. A partir do progressivo crescimento do projeto, fica evidente o objetivo desta proposta de trabalho, pautado na construção de um Plano de Gestão, para dinamizar, organizar e sistematizar as ações dos projetos de pesquisas que compõe o projeto “da Rádio”, alicerçada no potencial das TIC, através do dimensionamento e da articulação do projeto mencionado, buscando compreender e organizar as estratégias utilizadas na construção de saberes e inovações escolares. A metodologia adotada é pesquisa aplicada, utilizando como abordagem a pesquisa participante, inspirando-a nos pressupostos dos Projetos desenvolvidos pelo grupo GEOTEC,

¹ UNEB - E-mail: icilmapazos@yahoo.com.br.

² UNEB - E-mail: sil.lete@gmail.com

³ UNEB - E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

em uma perspectiva de redimensionamento e exploração das potencialidades das Geotecnologias e das TIC, no sentido de um processo social de construção e apropriação do espaço pelos sujeitos. O desenvolvimento da proposta envolve o processo de articulação entre os pesquisadores do GEOTEC e as Escolas Parceiras. Como resultado esperado, pretende-se fortalecer e organizar o projeto da “Rádio na Escola da escola da Rádio”, potencializando a ampliação à outras unidades escolares, permitindo que o processo de construção de conhecimento a partir da educação científica.

Palavras Chaves: Gestão; Tecnologias; Educação Científica.

AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO PULMONAR DE PACIENTES COM FIBROSE CÍSTICA SUBMETIDOS À HIDROCINESIOTERAPIA: UM ESTUDO PILOTO

ÁREA DE BIOLÓGICAS

*Arlenna Silva Damasceno Souza*¹

*Cícera Bruna Reis Alves dos Santos*²

*Gabriela Bezerra Dias*³

*Clícia Andrade Cordeiro*⁴

A Fibrose Cística, também conhecida como muciviscidose, é uma doença crônica e genética de herança autossômica recessiva, comum na raça branca e atinge igualmente ambos os sexos, onde o gene da mesma localiza-se no braço longo do cromossomo 7. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) no Brasil não há uma incidência fidedigna, porém estima-se de 1:7.000 habitantes, apresentando como principal sintomatologia tosse e dispnéia aos mínimos esforços. A Hidrocinesioterapia é um recurso fisioterapêutico que promove melhora das trocas gasosas, auxiliando no condicionamento cardiorrespiratório e capacidade aeróbica, diminuindo assim o esforço respiratório. O intuito do trabalho é promover uma melhora da função pulmonar de pacientes com Fibrose Cística, submetidos a um programa de Reabilitação Pulmonar em hidrocinesioterapia no Centro

¹ Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil.

² Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil.

³ Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil.

⁴ Orientadora - E-mail: arlenna.damasceno@hotmail.com

Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). A coleta de dados deste estudo será realizada entre setembro e outubro de 2015 no Instituto de Saúde da UNIJORGE. Os pacientes serão admitidos a partir de um relatório médico que evidencie o diagnóstico clínico de Fibrose Cística através do teste do suor. Serão utilizadas ficha de avaliação criada pelos autores da pesquisa, teste de caminhada de 6 minutos para avaliar a capacidade funcional conforme preconizado pela ATS (2005). Espera-se ao final do estudo ter como resultado uma otimização da função pulmonar.

Palavras chave: Reabilitação Pulmonar, Fibrose Cística, Hidrocinesioterapia

ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: PERCEPÇÕES E DISCUSSÕES

ÁREA DE EXATAS

Edleuza Gomes Sacramento¹
Iran Carlos Caria Sacramento²
Thiago da Silva Lôbo Luz³

No Brasil, a construção civil é um dos setores que mais contribui para o desenvolvimento da economia do país, porém, da mesma forma que essa grande indústria colabora em alguns aspectos positivos, ela é responsável por diversas agressões ao meio ambiente, principalmente, por conta da má destinação dos seus resíduos sólidos. Os tijolos, blocos, telhas, tubos, meios-fios, metais, vidros, gesso, dentre outros, são alguns exemplos de resíduos da construção e reformas. A destinação final desses resíduos pode ser a reciclagem, o reaproveitamento ou, até mesmo, o descarte em local apropriado conforme a lei vigente. A política de gerenciamento dos resíduos sólidos oriundos da construção civil é uma grande alternativa para minimizar os impactos ao meio ambiente. Neste contexto, os questionamentos que norteiam a referida pesquisa estão associados em como aplicar métodos eficientes de gerenciamento de resíduos sólidos em obra de construção civil? Tais reduções podem minimizar os

¹ UNIJORGE, Engenharia Civil, Salvador, Bahia, Brasil.

² UNIJORGE, Engenharia Civil, Salvador, Bahia, Brasil. - iransacramento@hotmail.com

³ UNIJORGE, Engenharia Civil, Salvador, Bahia, Brasil.

impactos ambientais associados aos resíduos sólidos provenientes da construção civil? Deste modo, a referida pesquisa pretende analisar os métodos de gerenciamento de resíduos sólidos em obras de construção civil, aplicado em uma empresa do ramo localizada no município de Lauro de Freitas, Bahia.

Palavras-chave: Gerenciamento; Meio Ambiente; Resíduos Sólidos.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO MUSCULAR DE TRONCO EM PACIENTE COM AMIOTROFIA ESPINHAL PROGRESSIVA TIPO II: UM ESTUDO DE CASO.

ÁREA: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Jôse Oliveira de Souza¹

Tatiana Maíta Alves Conceição²

Thaís Curvello³

A atrofia espinhal progressiva (AEP) é uma doença de herança autossômica recessiva, com incidência estimada de 1 em cada 100.000 nascidos. Caracteriza-se por degeneração de neurônios motores na medula espinhal, causando fraqueza progressiva de membros e tronco. Os pacientes são classificados em AEP tipo I, II, III e IV, baseado na idade de início dos sintomas. A AEP é causada por alterações no gene de sobrevivência do neurônio motor (SMN1). Este estudo de caso, contou com um programa de fortalecimento de tronco baseado nos princípios da Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (PNF), padrões internacionais de avaliação em fisioterapia neurológica, aplicação de escalas funcionais Egen Klassifikation (EK), Motor Function Measure Scale (MFM) e Eletromiografia (EMG) de Superfície. Este estudo tem por objetivo avaliar com instrumentos padronizados e eletromiografia

¹ Centro Universitário Jorge Amado; Fisioterapia; Salvador, Bahia, Brasil. - josybonfizio@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado; Fisioterapia; Salvador, Bahia, Brasil.

³ Universidade Estácio de Sá; Fisioterapia; Salvador, Bahia, Brasil.

de superfície a influência de um programa de cinesioterapia em tronco com base na PNF para um paciente com AEP tipo II. Realizou-se 10 sessões, 3 vezes por semana. A avaliação ocorreu antes e imediatamente após intervenção fisioterapêutica. Como resultado, observou-se que o tratamento de fortalecimento muscular baseado nos princípios da PNF, possibilitou aumento quantitativo de sinal elétrico para os músculos trapézio superior D e E, reto abdominal D, oblíquo externo D, peitoral maior D e E, grande dorsal E em contração voluntária máxima isométrica (CVMI) e valor médio do sinal EMG; manutenção do grau de força dos grupos musculares avaliados, aumento de ADM para rotação interna de ombro E; extensão, abdução e adução de ombro D; rotação à E em coluna lombar e flexão, rotação à D e E para coluna cervical e melhora funcional de acordo com a escala EK (6,25%) e MFM (16,65%) nos escores finais. De posse dos resultados, pode-se afirmar que o potencial elétrico do músculo sofre modificação com aumento dos sinais e melhora ou manutenção da condição funcional durante treinamento de tronco, baseado no conceito da PNF, sem acarretar prejuízos ao indivíduo que recebe este tipo de tratamento.

Palavras-Chave: atrofia espinhal progressiva, eletromiografia, facilitação neuromuscular proprioceptiva.

HABILIDADES COMUNICATIVAS DE CRIANÇAS AUTISTAS

ÁREA: BIOLÓGICAS

J. F. A. Rocha¹

C. C.²

Objetivo: verificar a existência de relações entre as informações fornecidas pelas mães e/ou cuidadores a respeito da funcionalidade comunicativa de seus filhos e o perfil funcional da comunicação estabelecido a partir de amostras filmadas de situações de interação lúdica com adulto familiar. Metodologia: Foram sujeitos desta pesquisa, 20 crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo com idades entre 03 anos e 01 mês a 14 anos e 05 meses, de ambos os sexos atendidos no ambulatório de Fonoaudiologia. Os resultados da aplicação do protocolo do Perfil Funcional da Comunicação foram comparados com os dados obtidos em entrevista com as mães e/ou cuidadores. No segundo momento foram realizadas duas atividades educativas baseada na metodologia dos grupos focais, considerando os conceitos do Letramento Funcional em Saúde. Resultados: O estudo evidenciou diferenças pontuais na percepção das capacidades comunicativas nos sujeitos pesquisados quando comparados os resultados obtidos na Avaliação Fonoaudiológicas e nas Entrevistas. As atividades educativas realizadas evidenciaram as dificuldades das mães e /ou cuidadores quanto ao processo comunicativo de seus filhos. Conclusão: E cada vez maior a necessidade de alinhamento entre o processo terapêutico e as ansiedades e dúvidas das mães e/ou cuidadores, permitindo assim que os processos terapêuticos possam ser transportadores para os diferentes ambientes em que a criança encontra-se inserida.

¹ Unijorge, Salvador – Bahia - e-mail de contato: julyrocha.fono@gmail.com

² UNEB, Salvador-Bahia

TOMBAMENTO: UMA FORMA INOVADORA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Katiani Lucia Zape¹

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência, os aprendizados e a apropriação do instrumento legal de proteção do patrimônio cultural material – o tombamento, por um grupo de 60 alunos, do segundo ano do curso de graduação em Direito, da Universidade Jorge Amado.

Durante o período de março a junho de 2015, os estudantes participaram de atividades teóricas e práticas com objetivo de proporcionar um olhar sobre o referido instrumento que pudesse ultrapassar a visão técnica e legalista. A proposta pedagógica aliou conceitos a vivência prática atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, que estabelecem como elementos estruturais do projeto pedagógico a interdisciplinaridade e o modos de integração entre teoria e prática. Esta interação ocorreu através de: aula expositiva, palestra realizada pelo IPAC; visitação a bens tombados; registro fotográfico; estudo sobre o patrimônio cultural brasileiro e realização de um sarau cultural abordando a temática do tombamento.

Para verificar os resultados deste trabalho foi realizada uma pesquisa quantitativa/qualitativa que revelou o conhecimento e as impressões prévias e posteriores dos participantes em relação ao tombamento. Apesar 73,33% dos alunos já terem ouvido falar

¹ Mestre em Políticas Sociais e Cidadania. Especialista em Gestão de Organizações da Sociedade Civil. Especialista em Gestão do Desenvolvimento e Responsabilidade Social. Professora de Direito Administrativo do Centro Universitário Jorge Amado. Advogada. katiani@participar.srv.br.

nesta modalidade de preservação cultural, 27,27% detinham conhecimento insuficiente para opinar sobre a importância deste instrumento. A grande parcela dos entrevistados (90%) revelou que já havia visitado pelo menos um bem tombado, contudo 68,51% destes alunos não sabiam que o referido bem estava protegido legalmente pelo tombamento. Seis estudantes, o que representa 10% do universo estudado, nunca havia visitado um bem tombado. Quando questionados se o conhecimento sobre o instrumento do tombamento foi ampliado após a realização das atividades propostas, 99% dos alunos afirmaram que sim e 90% registraram que isto não seria possível caso a aula fosse realizada exclusivamente no ambiente acadêmico e no formato tradicional, conforme demonstrado no depoimento de uma aluna participante:

Pelos dados levantados e os discursos registrados entende-se que as atividades propostas não apenas proporcionaram conhecimento técnico aos participantes, mas também, para alguns deles, um olhar mais sensível à preservação do patrimônio e de sua memória através da adoção de posturas preservacionistas. A experiência e o contato direto com as evidências e manifestações da cultura, permitiu a este grupo tornar-se sujeito ativo de conhecimento, uma vez que puderam se apropriar da herança cultural. Por outro lado, o estudo revela que é necessário investir em ações que aproximem a comunidade acadêmica deste patrimônio, pois o distanciamento da sala de aula dos prédios, casarões, praças e monumentos tombados, incentiva o culto a cultura estrangeira, o desconhecimento e a negação do patrimônio histórico e cultural como fonte de referência para a identidade local, bem como inflama o discurso pela demolição destes patrimônios em nome da modernização do espaço público.

Palavras-Chave: Tombamento. Patrimônio. Aprendizagem.

DIÁLOGOS EM SAÚDE: COEVOLUÇÃO DE SUJEITOS, EMPODERAMENTO E PRÁTICAS

*Larissa Neves da Paz¹
Anderson Santos Ferreira²*

O ser humano é um viajante no e do tempo. Irrompe do passado, podendo, contudo, sempre remeter-se a ele; vive o presente, desatando seus nós, e com blocos de sonhos, constrói escadas, avançando pelos degraus rumo ao futuro.

Este indivíduo se aventura por distintas áreas, até que se encontre e enraíze-se. Assim, apresenta-se aqui a viagem possibilitada pela atividade de extensão universitária intitulada Socorrista mirim: um projeto de formação de multiplicadores, vinculada a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, que objetiva compartilhar a vivência da extensão, estabelecida através de diálogos sobre primeiros socorros em uma escola de Salvador, discutir a importância do empoderamento social para inclusão de novos autores em um roteiro contranarcísico da vida, e compreender a indispensabilidade do contato entre o futuro profissional de saúde e o meio que o envolve.

O projeto supracitado conta com 3 estudantes bolsistas e cerca de 50 voluntários, que em subgrupos, atuam em diferentes escolas. Um dos grupos, distintamente do que sempre ocorrera, ao invés de lidar com crianças, foi direcionado ao diálogo com cerca de 20 mães e 1 pai, em sua maioria acima dos 40 anos, de

¹ Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos, Salvador, Bahia, Brasil.

² Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Farmácia, Salvador, Bahia, Brasil.
Área de atuação: biológicas. Email: lari.nevees@hotmail.com

alunos especiais. Durante 6 semanas, viajou-se por sobre temas que perpassam desde o engasgo, AVC, convulsões, queimaduras e outros.

Além da imprescindibilidade de um indivíduo que sabe o que fazer em uma situação de urgência, formaram-se ali cidadãos-estudantes empoderados, que passaram a se reconhecer como parte de um todo. Ao empoderar, possibilita-se ao sujeito um protagonismo em sua história de vida e nos seus projetos de felicidade, concedendo-lhe uma perspectiva de participação co-autoral na reinvenção do que é a saúde e do que é ser cidadão, sendo esta baseada na alteridade.

Já sobre o prisma da formação acadêmica do estudante de saúde, denota-se que grades curriculares engessadas e oclusas para as necessidades da sociedade, dificultam a gênese de profissionais comprometidos com o outro e com mudanças e rupturas indispensáveis para que se emerja uma saúde de qualidade, com responsabilidade, pautada no direito constitucional do próximo sobre a mesma. O sujeito que viaja só encontra-se sempre margeado pelo risco de se perder ficando-se no passado, ou por deslumbrar apenas o futuro; aquele que coletivamente transcende, germina no presente, sabendo que o novo se faz no agora. Coevolução.

Palavras-chave: Saúde, primeiros socorros, empoderamento.

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: FATORES QUE INFLUENCIAM NA ADESÃO E NÃO ADESÃO AO TRATAMENTO

ÁREA: BIOLÓGICAS

Livia Lima Barbosa¹

Noêmia Silva Santos¹

Milena Silva Beda Sacramento¹

Renata Naiara Silva dos Santos¹

Gilmara Ribeiro Santos Rodrigues²

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares (DCV) continuam sendo a primeira causa de morte no Brasil, responsáveis por quase 32% dos óbitos, além de ocupar a terceira maior causa de internações no país. A hipertensão arterial sistêmica (HAS) está entre os principais fatores de risco para as DCV e cerebrovasculares com elevada prevalência no Brasil. Por ser uma doença silenciosa e na maioria das vezes assintomática nos primeiros estágios, o seu diagnóstico e consequente tratamento se dar tardiamente, quando já apresenta um comprometimento de órgãos alvo, oferecendo assim maiores riscos à saúde e ao desenvolvimento de complicações tais como o infarto agudo do miocárdio (IAM) e o acidente vascular cerebral (AVC). Objetivo: Identificar os fatores que influenciam na adesão ou não adesão ao tratamento da HAS. Metodologia: Trata-se de

¹ Departamento de Enfermagem (Discentes) do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Bahia, Brasil. - livia.llb@hotmail.com

² Departamento de Enfermagem (Docente) do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador-BA, Brasil.

uma revisão sistemática efetivada por meio de busca nas bases indexadas ScieLo e LiLacs, entre os meses de setembro e outubro de 2014. Foram encontrados 131 artigos, destes, excluiu-se 38, por serem repetidos, 41 porque não tinham pertinência com a temática e 37 não atendiam ao objetivo do estudo. Portanto, a amostra final foi constituída por 15 artigos científicos. Resultados: O controle da HAS e das possíveis complicações relacionadas depende da adesão adequada a terapêutica. A idade superior a 60 anos e o sexo feminino são os principais fatores de adesão ao tratamento. A família, por sua vez, é apontada como o terceiro componente facilitador, pois influencia diretamente nos hábitos de vida do hipertenso. Para a não adesão, a baixa renda, falta de conhecimento da patologia, assintomatologia da HAS, dificuldade de marcar consultas, adquirir medicações e de mudar hábitos de vida, foram os fatores identificados como complicadores para o não tratamento.

CONCLUSÃO

O controle da hipertensão e das possíveis complicações relacionadas a HAS depende da adesão ao tratamento adequado, que consiste basicamente na terapia medicamentosa com o uso dos anti-hipertensivos e não medicamentosa, como mudança do estilo de vida. Os programas governamentais de controle da HAS devem possuir maior efetividade, e o Enfermeiro deve contribuir com condutas que atraiam a população, despertando nesses, a consciência do autocuidado, orientando quanto a importância do tratamento e comportamentos diários que minimizem os riscos provenientes da patologia.

Palavras chave: Hipertensão; Adesão; Tratamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. A.; CALIXTO, A. A. T. **Aspectos determinantes da adesão ao tratamento de hipertensão e diabetes em uma**

unidade básica de saúde. J Health Sci Inst. 2012;30(3):255-60. Disponível em: < http://www.unip.br/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2012/03_jul-set/V30_n3_2012_p255a260.pdf > Acesso em: 05 out. 2014.

BALDISSERA, V. D. A. et al. **Adesão ao tratamento não farmacológico entre hipertensos de um centro de saúde escola.** Rev Gaúcha Enferm Porto Alegre (RS) 2009 mar;30(1):27-32. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/5521/6556> > Acesso em: 25 set. 2014.

BEZERRA, A. S. M.; LOPES, J. L.; BARROS, A. L. **Adesão de pacientes hipertensos ao tratamento medicamentoso.** Rev Bras Enferm. 2014 jul-ago;67(4):550-5. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben-67-04-0550.pdf> > Acesso em: 02 out. 2014.

AVALIAÇÃO DO BEBÊ COM O USO DA ESCALA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO DA CRIANÇA

Débora Milena Santos de Freitas¹

Maianna Laise Teles Santos de Andrade¹

Naíne Morais da Conceição Santos¹

Vanderson Barreto Perreira¹

Márcia Leite Simões²

A importância da avaliação do desenvolvimento de crianças, em sua mais tenra idade é fundamental para a prevenção e promoção em saúde, permitindo melhor planejamento de intervenções necessárias. O projeto do NEAP-UJ em andamento, visa avaliar crianças de 1 a 12 meses incompletos de idade, por meio da Escala de Desenvolvimento do Comportamento da Criança – EDCC (Batista Pinto, E., Vilanova, L. C. P., & Vieira, R. M. (1997), com o intuito de possibilitar uma análise mais ampla do repertório comportamental, subsidiando a intervenção dos profissionais de saúde sobre os bebês que apresentam problemas de desenvolvimento e normais, haja vista a escassez de estudos na área da psicologia voltados para a saúde do bebê no Brasil. Autores como Pérez-Ramos, Sá, Morais e Jaehn (1992) sugerem que os programas de intervenção deveriam ser iniciados o mais cedo possível e para isto, a produção de dados diagnósticos mais precisos, deve ser priorizada. Assim, a proposta do NEAP-UJ,

¹ Graduandos de Psicologia pelo Centro Universitário Jorge Amado e integrantes do NEAP-UJ (Núcleo de Estudos em Avaliação Psicológica da UNIJORGE), Salvador, Bahia, Brasil.

² Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Jorge Amado e Coordenadora do NEAP-UJ.

neste projeto, é estudar detalhadamente o desenvolvimento do comportamento da criança nascida prematura e a termo, com saúde normal ou comprometida, comparando os resultados em momentos diferentes ao longo do primeiro ano de vida, envolvendo o atendimento mensal aos pais em unidade de saúde básica, identificando dificuldades e eventuais problemas e distúrbios. Os participantes serão selecionados, considerando indicações de pediatras atuantes na rede de saúde de Salvador, mediante aprovação do Comitê de Ética institucional. A amostra será formada por 40 bebês de ambos os sexos, divididos por três faixas etárias (1 a 3 meses, 4 a 6 meses, 7 a 9 meses). Para fins de seleção da amostra considerou-se a idade real das crianças (em meses). Através do uso da EDCC, pretende-se identificar o ritmo do processo de desenvolvimento do comportamento da criança, medindo-se o comportamento motor – axial e apendicular, espontâneo e estimulado – e em comportamento atividade – não-comunicativo e comunicativo, verificando atrasos ou avanços na sua aquisição, em relação à idade da criança e o estágio cognitivo/comportamental em que se encontra.

Palavras-chaves: avaliação psicológica; avaliação do bebê; atenção primária à saúde.

RERUM NOVUS NASCITUR ORDO:
FRANCISCO AGOSTINHO GOMES,
UM ILUSTRADO BAIANO EM UM TEMPO
DE TRANSFORMAÇÕES (1790-1842)

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

Maiara Alves do Carmo¹

Rerum novus nascitur ordo (Nasce uma nova ordem de coisas). Foi com essa epígrafe que o baiano Francisco Agostinho Gomes imprimiu em 26 de julho de 1823, em Recife, o jornal Escudo da Liberdade do Brazil, defendendo o estabelecimento no Império brasileiro de um governo constitucional, do liberalismo econômico e da liberdade de imprensa. Àquela época, Gomes já protagonizava uma História de 25 anos de luta contra o despotismo praticado sob o Antigo Regime português. Apesar disso, permanece como um personagem obscuro e pouco conhecido na historiografia. Atuou nos bastidores políticos, econômicos e intelectuais da capitania da Bahia e, posteriormente, do Império do Brasil, esteve presente e influente em notáveis movimentos políticos desde a Conjuração Baiana até a Independência. Tendo a narrativa biográfica como uma realidade dialética, descontínua e subjetiva, ao vislumbrar a trajetória do Padre Gomes pretende-se investigar a sua atuação no cenário político, econômico e cultural de seu tempo. Utilizando como fontes a imprensa periódica, onde atuou como editor, redator e publicista, disseminando suas ideias e as ideias com

¹ Faculdade São Bento da Bahia - maiaraalvesdocarmo@gmail.com - Ciências Humanas/História

as quais compactuava – e um conjunto de manuscritos inéditos dispersos em arquivos portugueses, baianos e flumineses, está sendo possível compreender e reconstruir a vida, bem como a complexa trajetória política e intelectual, de um do bahienses mais controversos da nossa história.

UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA E A INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR NA EXPERIÊNCIA DE ESTAGIO BÁSICO DA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA.

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

*Gisele de Bonfim Santana*¹

*Graziele Piton*²

*Maiumi Souza Cruz Ferreira*³

*Thais Santos Alves*⁴

RESUMO: No presente trabalho é apresentado aspectos sociais relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, bem como a importância da multidisciplinaridade na sua intervenção, embasado em pesquisa bibliográfica e na experiência prática, a partir do Estágio supervisionado Básico em Social da graduação de Psicologia no Centro Universitário Jorge Amado. O estágio foi realizado na instituição AMA (Associação de Amigos do Autista), organização sem fins lucrativos que atende a população autista ofertando recursos pedagógicos para auxiliar no desenvolvimento destes. Os programas de intervenção no AMA são focados no desenvolvimento de habilidades comunicativas e de processamento

¹ Centro Universitário Jorge Amado, Psicologia, Salvador, Bahia, Brasil.

² Centro Universitário Jorge Amado, Psicologia, Salvador, Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado, Psicologia, Salvador, Bahia, Brasil. - maiumi.psicologia@gmail.com.

⁴ Centro Universitário Jorge Amado, Psicologia, Salvador, Bahia, Brasil.

sensorial, o desenvolvimento emocional e intelectual da criança e assim buscam proporcionar a inserção social.

A partir de 2013 o Manual de Saúde Mental – DSM- V passou a reconhecer transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger como integrantes de um único diagnóstico: Transtorno de Espectro Autista (TEA) que pode ser adequada de acordo com a apresentação clínica de cada indivíduo. O transtorno do Espectro autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento caracterizado pela dificuldade de interação social, déficit na comunicação por dificuldades no desenvolvimento da linguagem associados a comportamentos repetitivos e restritos. Como a própria definição da síndrome já caracteriza como espectro, se entende que há vários graus da síndrome, ou seja, há diferentes formas de apresentação da mesma, sendo comum a qualquer grau a dificuldade de comunicação e relacionamento social. Os programas de intervenção são focados no desenvolvimento de habilidades comunicativas e de processamento sensorial, o desenvolvimento emocional e intelectual da criança.

Diante da dificuldade de interação social, definição da etiologia, no déficit cognitivo de desenvolvimento e nas formas de tratamento do Transtorno de espectro autista, este trabalho foi realizado a fim de estabelecer uma maior contextualização com os alicerces teóricos sob o estabelecimento e desenvolvimento social, sendo um desafio recorrente. Surgiu como uma fonte a mais de pesquisa sobre as técnicas de estimulação da interação social, os processos de aprendizagem, os benefícios de um diagnóstico prévio para uma melhor forma de tratamento, a importância dos psicólogos e da multidisciplinaridade no processo de intervenção, tendo em vista que cada paciente exige um tipo de acompanhamento específico que conta com um atendimento multidisciplinar que ajudam no desenvolvimento global do sujeito diagnosticado com Transtorno de Espectro Autista.

Palavras-chaves: Transtorno de Espectro Autista. AMA. Inserção Social.

A MONITORIA NO CURSO DE ENFERMAGEM COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Mariana Batista dos Santos Pinto¹

Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira²

A monitoria no curso de graduação em enfermagem se configura como um complemento pedagógico acadêmico que visa o desenvolvimento de habilidades técnicas e consequente aprofundamento e fixação do conteúdo teórico e prático do curso de enfermagem. Além disso, proporciona aos discentes maior contato com as disciplinas de maior aptidão do curso de enfermagem e crescimento curricular com a participação nessa atividade, e ainda é uma ferramenta facilitadora de aprendizagem mútua de professor-aluno e aluno-aluno. Tendo como objetivo, demonstrar como as atividades de monitoria do curso de enfermagem na disciplina saúde da mulher II, influencia no processo de aprendizagem na relação professor-aluno, foi realizado este relato de experiência das atividades de monitoria da disciplina durante o semestre 2014.2. Percebe-se que para os discentes monitores dar-se pela possibilidade de iniciação a docência, acompanhamento as aulas práticas e presenciando a relação aluno/professor; revendo os conteúdos, expondo a sua vivência e percepção acerca dos conteúdos e auxiliando a todo o momento o professor com os materiais de prática de laboratório para o bom desenvolvimento da aula. E para os discentes não

¹ Graduanda do curso de Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: maryanabatista@yahoo.com.br

² Mestre em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil.

monitores tendo a possibilidade de sanar dúvidas em horário disponibilizado para grupos de estudo ou quando for possível, com a finalidade de desenvolver segurança e habilidades aos mesmos nas avaliações e futuramente no âmbito de trabalho. Essa atividade oferece a todos os envolvidos um rico convívio , de ensino-aprendizagem, troca de experiências e orientações em busca de aperfeiçoamento acadêmico. Desta forma mostra-se como uma atividade de significativa importância acadêmica onde infelizmente não se vê o despertar do interesse de grande parte dos discentes.

Descritores: estudantes de enfermagem; saúde da mulher; aprendizagem.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM FIBROSE CÍSTICA SUBMETIDA À HIDROCINESIOTERAPIA: UM ESTUDO PILOTO

ÁREA DE BIOLÓGICAS

Daniela Moreno Firmino¹

Mateus de Santana Andrade²

Raiany Alves dos Santos³

Clícia Cordeiro⁴

A fibrose cística é uma doença genética, de caráter autossômico recessivo, crônica e progressiva, mais comum entre as populações caucasianas e que compromete o funcionamento de quase todos os órgãos e sistemas do organismo, sendo as complicações pulmonares as principais causas de morbidade e mortalidade. No Brasil a incidência varia de 1:7.000 no país como um todo, apresentando como principal sintomatologia tosse crônica persistente e dispneia aos mínimos esforços. A hidrocinesioterapia é uma abordagem terapêutica abrangente que utiliza exercícios aquáticos para ajudar na reabilitação, promovendo relaxamento muscular, proporcionando o condicionamento físico e respiratório, otimizando o desempenho

¹ Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil.

² Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil. E-mail: mateeus.andrade @hotmail.com

³ Unijorge, Fisioterapia, Salvador-Bahia-Brasil.

⁴ Orientadora.

das atividades funcionais e a socialização. O intuito do trabalho é relacionar a hidrocinesioterapia com a qualidade de vida de pacientes com Fibrose Cística, no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). A coleta de dados deste estudo será realizada entre setembro e outubro de 2015 no Instituto de Saúde da UNIJORGE. Os pacientes serão admitidos a partir de um relatório médico que evidencie o diagnóstico clínico de Fibrose Cística através do teste de suor. Será utilizada Ficha de Avaliação criada pelos autores da pesquisa, Questionário Saint George para a avaliação da qualidade de vida. Espera-se ao final do estudo ter como resultado uma otimização da função pulmonar promovendo assim, melhora da qualidade de vida desses pacientes.

Palavras chave: Fibrose Cística, hidrocinesioterapia, qualidade de vida.

NORMAL OU CESÁREA? IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA ESCOLHA SEGURA DA VIA DE PARTO.

Mariana Batista dos Santos Pinto¹

Micaelle Oliveira da Exaltação²

Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira³

Com o passar dos anos e os avanços da medicina e da tecnologia, o ato fisiológico de parir e nascer passou a ser encarado como um processo patológico com a necessidade de ambiente hospitalar, internação e procedimentos invasivos a parturiente, privilegiado a técnica medicalizada. Mediante a tal situação, a Organização Mundial de Saúde e outros órgãos não governamentais tem proposto o resgate do parto natural e suas intervenções não invasivas nem medicamentosas, com atuação de enfermeiros obstetras no intuito de posicionar a mulher como protagonista do processo parir/nascer.

Hoje a cesárea tem sido utilizada para satisfazer necessidades relativas como indicações médicas, diminuição da dor, possíveis complicações maternas, desejo de laqueadura, experiências anteriores positivas até mesmo escolha da data de nascimento. Antes a mesma era realizada com o propósito de salvar vidas, ou seja, quando o binômio mãe e bebê corriam risco real se o parto

¹ Graduanda do curso de Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil E-mail: maryanabatista@yahoo.com.br.

² Graduanda do curso de Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil.

³ Mestre em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil.

fosse realizado via vaginal, por ser considerada gravidez de risco.

Diante disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza apenas 15% de cirurgias cesáreas, considerando um percentual compatível com o intuito de promover o mínimo possível de intervenções, obtendo mãe e criança saudáveis. Desta maneira podemos perceber que tanto as taxas nacionais quanto do município de Salvador estão elevadas e medicamente injustificáveis. Nesse sentido tem-se como objetivo, discutir a atuação do enfermeiro como educador em saúde na escolha da via de parto segura a ser realizada pela mulher. O trabalho foi dividido em três categorias para discussão sobre os benefícios do parto normal, uso indiscriminado do parto cesáreo e cuidados de enfermagem frente a escolha da via de parto.

Concluiu-se que o enfermeiro é uma agente facilitador durante o acompanhamento a gestante desde o pré natal até o parto, instruindo a mulher quanto ao conhecimento às duas vias de parto (cesárea e normal) e a via mais segura sendo o parto normal exceto em casos com justificativa obstétrica.

Descritores: parto natural; gestantes; cuidados de enfermagem; educação em saúde.

ESTUDO DE CASO DA PRÁTICA NO HOSPITAL DO SUBÚRBIO

Mariana Batista dos Santos Pinto¹

Micaelle Oliveira da Exaltação²

Paula Elis Queiroz³

Trata-se de um estudo de caso realizado durante o estágio da disciplina de Saúde do Adulto II, no Hospital do Subúrbio nos dias 7 e 8 de novembro de 2013. O paciente em questão foi escolhido para o estudo devido a sua patologia requerer um acompanhamento contínuo da enfermagem, principalmente no que diz respeito à prevenção de possíveis complicações. Permitindo que os discentes pudessem vivenciar de fato a assistência de enfermagem, expandindo conhecimento e transmitindo em forma de cuidado e orientação ao paciente.

Esse estudo de caso foi realizado com a proposta de obter um retorno didático, a partir do que nos foi ensinado, no intuito de avaliar o conhecimento teórico, desenvolver habilidades na prática clínica da enfermagem hospitalar e implementar a SAE. Podendo perceber a importância do olhar clínico da enfermagem, observando o paciente de forma holística juntamente ao contexto psicossocial a que ele pertence.

Entendemos que o objetivo desse trabalho seja analisar os critérios da Sistematização da Assistência de Enfermagem no

¹ Graduanda do curso de Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil E-mail: maryanabatista@yahoo.com.br.

² Graduanda do curso de Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil.

³ Enfermeira Especialista em Emergência. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia, Brasil.

paciente hospitalizado identificando os aspectos importantes do histórico de enfermagem para acompanhamento do mesmo, levantando dados criteriosos para desenvolvimento do diagnóstico de enfermagem bem como do planejamento de enfermagem fundamentado, para uma eficaz implementação e consequentemente resultados esperados satisfatórios mediante a sistematização.

Descritores: Cuidados de enfermagem; estudos de caso; osteomielite; insuficiência cardíaca.

PRIVAÇÃO ALIMENTAR: UMA PESQUISA SOBRE OS EFEITOS DA FALTA DE ALIMENTOS NA VIDA DAS PESSOAS.

CIÊNCIAS HUMANAS

Miria Torres¹

Cristine Cunha da Silva¹

Érica Lima dos Santos¹

Juliana Souza Santos¹

Renade Araújo Leal Borges¹

Maria Isabel Araújo¹

Regiane Assunção Campos¹

O conceito de alimento foi estabelecido oficialmente pela legislação, que classifica o mesmo como sendo toda substância ou mistura, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinado a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento. Por conta da importância vital do alimento, pode-se intitulá-lo como a própria vida em si mesmo, pois, além de constituir a necessidade básica de todo ser vivo, alimentar-se é um ato nutricional e comer é um ato social. Assim, o presente estudo objetivou analisar os efeitos, a nível individual e coletivo, da privação de alimentos na vida das pessoas. Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, realizada na cidade de Salvador-BA, entre os meses de setembro e dezembro de 2014. Inicialmente, foram elaboradas quatro perguntas padronizadas para todos

¹ Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE, Departamento de Nutrição, Salvador, Bahia, Brasil. miriatorres2014@gmail.com

os entrevistados. As entrevistas foram feitas com indivíduos de ambos os sexos, em bairros distintos, mediante escolha aleatória e que não mantinham convívio social entre si. A coleta de informações ocorreu mediante a utilização do *gravador de voz* do aparelho celular. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na forma de texto, a fim de promover a assimilação das falas na sua totalidade. A identidade dos entrevistados foi preservada e os seus nomes substituídos por nomes fictícios. Paralelo à catalogação das entrevistas, foi pesquisado o referencial teórico sobre o tema proposto, perpassando por questões diretamente relacionadas com a pobreza, a classificação brasileira referente à fome e a legislação vigente no país. O contato com cada entrevistado, as impressões explícitas nas falas e, muitas vezes, implícitas na linguagem corporal e no olhar ajudaram o grupo a analisar com maior precisão os efeitos causados na vida dos indivíduos. Dos resultados obtidos, verifica-se que a escassez de alimento é capaz de marcar uma vida e/ou uma geração inteira, principalmente no período da infância; pode causar a sensação de ansiedade alimentar associada à compulsão, quando a pessoa estiver diante do alimento; sentimento de impotência pela falta de aquisição de alimentação diária para a família; constrangimento pela solicitação de comida a pessoas desconhecidas; solidariedade com outros indivíduos que vivenciam a privação alimentar; valorização intensa de qualquer comida, independente da quantidade e necessidade de saciar até mesmo o menor desejo por algum tipo de alimento. Portanto, essa pesquisa mostrou os efeitos acarretados pela falta de alimentos na vida das pessoas e promoveu grande aprendizado deste grupo, pela oportunidade de conhecer realidades distintas.

Palavras-chaves: Privação alimentar; Fome; Alimento.

O PRECEITO FUNDAMENTAL DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E SEUS REFLEXOS NOS EMPREENHIMENTOS PÚBLICOS

ÁREA: HUMANAS

Odemilson Luz de Matos¹

A aflorante preocupação com os direitos de terceira dimensão, caracterizados por formas que objetivam a proteção do gênero humano, dentre os quais está insculpido o Meio ambiente, logrou a atenção dos Estados para uma necessária tutela constitucional em substância fundamental, fato que incitou, por exemplo, o legislador constituinte de 1988, em seu art. 225, a prescrever o direito coletivo a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que embora não esteja situado no rol dos direitos e garantias fundamentais, o art. 5º, é facilmente identificado como. Esse presente ensaio, tem a finalidade de exaurir a noção de Meio ambiente ecologicamente equilibrado, relevante para a ciência jurídica, perpassando, inicialmente, por seu do conceito normativo, conteúdo jurídico e natureza jurídica, o que no final oportunizará erigi-lo à classe de Preceito Fundamental, o que o torna passível de controle abstrato e difuso por intermédio dos seus instrumentos típicos, em hipóteses de afronta, e, por conseguinte, reflete não só aos particulares, mas, notadamente,

¹ Centro universitário Jorge Amado, Direito, Salvador – Bahia – Brasil
5º Semestre do curso de direito. Turma B, matutino, sala 725. Inscrito sob a matrícula 131013249. E-mail: Odemilson_matos@hotmail.com

na administração pública direta ou indireta. Identificar um preceito fundamental não é tarefa fácil, por conta disso, a doutrina e a jurisprudência encontram sérias dificuldades. Para isso, se definem nesse escrito, uma concepção concreta de preceito fundamental, bem como requisitos subjetivos, que se instituem na análise sistemática de uma série de variáveis que cercam a Norma Suprema, e os objetivos, decorrentes dos pilares ideológicos da própria Constituição, de identificação de preceitos fundamentais, permitindo, por fim, fixar quais são os reflexos do preceito fundamental do Meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos empreendimentos públicos das figuras da administração direta ou indiretamente. De fato, a preocupação jurídica com o Meio ambiente deve ser exorbitante, inclusive por parte da administração pública, que em seus empreendimentos, a título de exemplo, deve ponderar o interesse de natureza pública ou privada com o necessário Meio ambiente ecologicamente equilibrado, no que toca suas possíveis consequências.

Palavras-chaves: Meio ambiente equilibrado – Preceito Fundamental – Empreendimentos Públicos

PROCESSO DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E ATUAÇÃO DE ENFERMAGEM

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Priscila Reis Oliveira¹

Ednamare Pereira da Silva²

O transplante de órgãos consiste em um processo muito criterioso onde estão envolvidos profissionais capacitados e respaldados pela Lei nº 9.434/97, a qual normatiza de maneira legal a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. A atuação da Enfermagem nesse processo tem respaldo legal na Resolução nº 292/2004 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que normatiza a atuação do enfermeiro na captação e transplante de órgãos e tecidos. O objetivo do estudo é identificar os fatores que interferem na captação de órgãos no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura de caráter descritivo, com análise de natureza qualitativa, considerando as publicações no idioma português, indexadas em base de dados, no período de 2009 a 2014. Foram identificados fatores como a falta de notificação da suspeita de morte encefálica, recusa familiar, falta de capacitação dos profissionais da saúde, contraindicação médica, parada cardíaca e problemas logísticos. Na atuação da enfermagem foram encontradas tais incumbências: realizar a entrevista familiar, notificar a Central de Notificação, Captação e Distribuição de

¹ Estácio FIB, Enfermeira, Pós-graduanda em Enfermagem em Emergência, Salvador, Bahia, Brasil, priscilaoliveira85@bol.com.br

² UNIJORGE, Enfermeira, Mestre em Enfermagem, Orientadora e Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Salvador, Bahia, Brasil

Órgãos (CNCDO) sobre a existência de potencial doador, aplicar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) nos períodos pré e pós-transplante, realizar a enucleação do globo ocular. Entende-se, portanto, a importância da enfermagem na captação de órgãos para transplante.

Palavras-chave: Transplante; Transplantes de Órgãos; Doador; Morte Encefálica; Cuidados de Enfermagem.

A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Rayana Vital Valverde¹

Priscila Emanuelle Sá Figueredo²

Hione Luciano Brito³

Monique Santos Santana⁴

Diante da nova configuração da enfermagem psiquiátrica e a necessidade de enfermeiros aptos para atuarem nos novos dispositivos de atenção em saúde mental, nota-se uma quantidade insuficiente de trabalhos científicos que abordem e descrevam a atuação das enfermeiras nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), surgindo a seguinte questão de pesquisa: qual o papel da enfermeira nos CAPS? O objetivo foi identificar e caracterizar a literatura disponível sobre o papel da enfermeira nos CAPS. Trata-se de uma revisão sistemática do tipo integrativa. A investigação foi realizada no mês de junho de 2015, nas bases de dados da BIREME, com os descritores: “Enfermagem Psiquiátrica”;

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil. rayana_vital@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

⁴ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

“Centros de Atenção Psicossocial”; “Serviços de Saúde Mental”; “Centros de Atendimento Psicossocial” e “Núcleos de Atenção Psicossocial”. Após as fases de seleção e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 11 artigos passaram a fazer parte do estudo. Os artigos foram caracterizados conforme título, periódico, ano de publicação, qualis do periódico, metodologia, tipo de CAPS utilizado na pesquisa, titulação dos autores, bem como quanto aos objetivos e resultados dos estudos em três categorias: Abordagem histórica do cuidar da enfermagem no CAPS; Atividades e papéis desempenhados pelas enfermeiras; e Compreensão x Conhecimento x Percepção acerca da prática da enfermagem. Pode-se concluir que o nível de conhecimento na área de saúde mental é um fator facilitador da sua atuação e inserção na equipe multidisciplinar, que trouxe diversos benefícios à sua atuação nos novos dispositivos de cuidado.

Palavras-chave: enfermagem psiquiátrica, centros de atenção psicossocial, enfermagem

PERCEÇÃO DO ESTUDANTE DE NUTRIÇÃO A CERCA DO FILME “COMO ÁGUA PARA CHOCOLATE”.

*Adriane dos Santos Rocha¹
Regiane Assunção Campos²*

O “comer” é um ato portador de inúmeras representações simbólicas e, portanto, é preciso compreender que determinadas práticas, assim como determinados alimentos, são símbolos máximos de complexidade cultural para distintos grupos sociais. Por vezes, estes símbolos denunciam muito das estruturas sociais vigentes, territorialidades, patrimônios culturais, tradições e identidades. Dar enfoque, assim, à alimentação no campo da cinematografia é um trabalho delicado que requer profundo cuidado no que diz respeito aos aspectos culturais evidenciados. Na maioria das produções cinematográficas, a alimentação, uma das atividades humanas principais, é deixada de lado nos enredos ou, quando presente, é abordada de forma secundária, como mera coadjuvante para a sobrevivência das tramas e das personagens. Em algumas produções, no entanto, as práticas alimentares assumem papel central, atuam como mediadora das relações sociais e propulsoras das ações no desenrolar da trama. “*Como água para chocolate*” (1992), filme mexicano, dirigido por Alfonso Arau e baseado no livro de Laura Esquivel, é um filme que explora como ideia central a relação com a comida e o alimento como mediador de sentimentos. O presente trabalho tem como objetivo fomentar a discussão acadêmica sobre a importância do cinema

¹ UNIJORGE - Graduanda de Nutrição, Monitora da Disciplina Alimentação e Cultura, adrianeasr@live.com

² UNIJORGE - Nutricionista, Docente do Curso de Nutrição.

arte, como forma de aproximação do graduando de nutrição com as diferentes culturas alimentares. Foi desenvolvido à partir da análise de estudos dirigidos, aplicados aos alunos da disciplina Alimentação e Cultura, do primeiro semestre da graduação de nutrição, após exibição do filme “Como Água para Chocolate” em sala de aula. A atividade buscou verificar a compreensão do aluno sobre a relação do filme, com a alimentação, a nutrição e a cultura. E estimular uma visão abrangente sobre as relações da comida como veículo de sentimentos, significados e interações. Instigou os acadêmicos acerca da relevância da utilização de filmes como ferramenta de abordagem nutricional, criando assim uma visão ampliada, interdisciplinar e multidimensional, ampliando as perspectivas de história, cultura e políticas alimentares.

Palavras-chaves: Nutrição, Alimentação, Cinema.

COTIDIANO E SEGREDOS DA FEIRA LIVRE DA SETE PORTAS, SALVADOR, BAHIA.

Rafaela do Amor Divino¹

Tamires Oliveira Santos²

Tamilis Iris Santos Silva³

Regiane Assunção Campos⁴

A palavra feira é originária do latim, **feria** que significa “dia de festa”! Em português, quer dizer lugar público, muitas vezes descoberto onde se expõe e se vendem mercadorias. A feira livre apresenta-se como lugar de uma ordem diferenciada com relação a outros estabelecimentos comerciais modernos, como por exemplo os supermercados. Na feira, dificilmente há filas, mas sim bancadas sempre com muita gente disputando espaços para a compra de produtos e o grito incessante dos feirantes, para atrair a clientela. É nesse espaço aberto e público, que vendedor e consumidor trocam receitas e apalpam alimentos. Localizada no Bairro da Sete Portas em Salvador, Bahia, esta feira, de mesmo nome do bairro, tem se modernizado com passar do tempo, sem perder as características que lhe são originárias. Com ruas e becos estreitos, cheiros fortes de temperos, preços populares, produtos de qualidade e bem expostos, agrega um número grande de pessoas que se cumprimentam o tempo todo. Tradicionalmente, a Feira da Sete Portas se mantém como um grande centro comercial desde a década de 40, com aproximadamente 200 boxes, que são passados de pai para filhos, entre pessoas simples que trabalham

¹ UNIJORGE - Graduanda de Nutrição, raffinamor@hotmail.com.

² UNIJORGE - Graduanda de Nutrição.

³ UNIJORGE - Graduanda de Nutrição.

⁴ UNIJORGE - Nutricionista, Docente do Curso de Nutrição.

para sobreviver, sem perder a alegria e a esperança de que mesmo com as grandes redes de supermercados o movimento tende a melhorar. Para o estudo, realizou-se uma imersão etnográfica e observação participante na Feira da Sete Portas, com o registro de falas, conversas, imagens e todo o contexto desse universo particular, para compreender relações sociais, comerciais e comensalidade local. O estudo buscou contribuir para a percepção das relações estabelecidas nesse cotidiano rico e instigante e possibilitar uma leitura humanista da temática da relação homem, alimento e cultura.

Palavras-chaves: Nutrição, Feira Livre, Alimentação e Cultura.

FORMAÇÃO CARTOGRÁFICA E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosangela Basto Oliveira¹

Silvia Letícia Costa Pereira Correia²

Tarsis de Carvalho Santos³

RESUMO: A criança a todo o momento está interagindo com o mundo, seja em gestos, linguagens e representações que são próprias do seu processo cognitivo. Dessa forma, a escola tem um importante papel no processo de descobertas, abrindo-lhe oportunidades de refletir, experimentar e formular hipóteses. Isto implica em considerar que as representações sociais do espaço seriam pertinentes para o ensino/aprendizagem da Alfabetização Cartográfica, pois sua contextualização estimula a criança a pensar e falar do seu cotidiano, gerando nele momentos de reflexão. Assim, este trabalho tem como objetivo abordar os processos formativos docentes aliados aos pressupostos da Alfabetização Cartográfica, analisando/elucidando a importância das primeiras etapas formativas na educação infantil, repercutido em todo o processo de escolarização. O processo de Alfabetização Cartográfica acontece durante toda a vida, mas é preciso que na Educação Infantil dê início como prática pedagógica, considerando os estágios de desenvolvimento, principalmente os advindos da teoria piagetiana, a qual ressalta a alfabetização como processo constituído das relações humanas com o espaço. Assim, essa proposta visa suscitar e provocar uma discussão sobre

¹ UNEB. E-mail: robastocal73@hotmail.com

² UNEB. E-mail: sil.lete@hotmail.com

³ UNEB. E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

a potencialidade da Alfabetização Cartográfica nos processos formativos com os professores da Educação Infantil, pautado na compreensão e leitura do mundo, tendo em vista que as experiências e vivências no espaço tornam-se ponto de partida para um trabalho contextualizado, onde a criança poderá realizar associações entre as informações que já possui e as conquistadas.

Palavras-chaves: Formação de Professores, Alfabetização Cartográfica, Educação Infantil.

REFLETINDO SOBRE A SAÚDE MENTAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS

Rosemeire Oliveira de Amorim¹

Adinalva Pereira Martins Filha²

Jucilene da Silva Souza Ramos²

Monaliza Cruz dos Santos²

Monique Santos Santana³

Introdução: Após o movimento da Reforma Psiquiátrica, que se iniciou nos anos 70, e formalização da Lei 10.216/2001, que garante os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, foram assegurados o tratamento sem qualquer forma de discriminação e o direito ao atendimento preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental.

Objetivo: Investigar e registrar notícias relacionadas à saúde mental veiculadas nos meios de comunicação, por meio de revistas relacionadas a todas as áreas de conhecimento, publicadas no período de agosto a dezembro de 2015. **Metodologia:** Trata-se da elaboração de um portfólio reflexivo, sobre a saúde mental nos meios de comunicação, sobretudo, notícias publicadas em revistas relacionadas a todas as áreas de conhecimento. A pesquisa consiste em atividade do componente curricular

¹ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil. rosemeireamorim1@hotmail.com

² Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Graduada em Enfermagem. Salvador – Bahia, Brasil.

³ Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge. Docente do curso de Enfermagem. Salvador- Bahia, Brasil.

“Enfermagem em Saúde Mental”. O portfólio é uma estratégia que permite aprofundar o conhecimento em determinado tema com revisão crítica sobre a sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. **Resultados parciais:** A primeira notícia identificada foi publicada na revista *Mente e Cérebro*[®], intitulada “Alívio para a Esquizofrenia”. Após o registro da notícia, a fim respaldar a discussão e reflexão, foi realizada pesquisa na base de dados *Scielo* e selecionados três artigos científicos sobre: corpo e escrita na esquizofrenia; assistência de enfermagem no episódio de esquizofrenia; e mudanças ocorridas pela psicoterapia de grupo. **Considerações parciais:** A pesquisa possibilita maior clareza sobre o tema abordado em sala de aula, desenvolvimento do senso crítico sobre o processo ensino-aprendizagem e habilidade em buscar conhecimento em grupo.

Palavras chaves: esquizofrenia, enfermagem psiquiátrica, portfólio.

RETIFICAÇÃO SUBJETIVA NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ÁREA: HUMANAS

Sidney Reis Borges¹

Nesta apresentação, pretendemos percorrer alguns elementos teóricos que nos permitam visualizar uma cartografia conceitual sobre o tema da retificação subjetiva nas pessoas que adquirem uma deficiência. Dessa forma, daremos enfoque aos seguintes pontos, que em nossos estudos e pesquisas achamos interessantes e importantes para entendermos a retificação subjetiva. São eles: o estudo do entendimento da imagem corporal para o sujeito; os efeitos que repercutem no sujeito após a perda da funcionalidade dita “normal” do seu corpo; a importância do reajuste psíquico na elaboração da nova imagem corporal e os principais fatores que contribuem para possibilitar o sujeito nessa retificação subjetiva.

Para começar, deixaremos claro que este estudo baseou-se em pessoas que tiveram perdas das suas funções e imagem corporal, ocorridas posteriormente a sua infância. Trataremos nesse artigo de pessoas que tiveram uma deficiência adquirida, ou seja, pessoa que ficaram deficientes após o nascimento, seja por causas não traumáticas como, por exemplo, tumores, acidente vascular encefálico, problemas degenerativos, entre outros, bem como as deficiências adquiridas por motivos traumáticos como, acidentes, quedas, mergulho, entre outros.

Segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes no decreto nº 3298/1999. Toda modificação, que ocorra de

¹ (Centro Universitário Jorge Amado, Curso de Psicologia, Salvador – Bahia)
E-Mail: sidneybahia@gmail.com

forma parcialmente ou de forma completa, de um ou de mais partes do corpo humano, que traga algum comprometimento das funções física do corpo, e que se caracterize por uma paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, é classificado como uma pessoa portadora de alguma deficiência.

Seguindo essa óptica, acreditamos que esse estudo sobre retificação subjetiva na pessoa com deficiência, possui ainda uma vasta gama de possibilidades para novos estudos a serem explorados. Nossa tentativa nesse trabalho é apresentar alguma delas, estando longe de finalizar os estudos referentes a essa temática.

TORTA DE ARROZ INTEGRAL COM SOJA E ESPINAFRE

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS.

Tâmara Alaíde Barreto Porto¹

Débora Silva Mota¹

Naiara Cristina Ferreira Santos¹

Mayra Silva Freiras¹

Bethania Felix²

Esse trabalho teve como objetivo desenvolver um produto enriquecido com propriedades nutricionais para prevenção do câncer, tais como: Tomate, soja e o espinafre, estes foram usados como fundamento para a elaboração da torta uma preparação nutricionalmente equilibrada e voltada para portadores de câncer, como também os não portadores para uma possível prevenção, para um melhor estilo de vida. A formulação foi desenvolvida utilizando os ingredientes básicos da torta. Para avaliar a aceitação do produto, foi realizada análise sensorial do atributo sabor, utilizando escala hedônica de 9 pontos. Foi avaliada também a intenção de compra do produto bem como a rotulagem nutricional a partir da RDC 359/03 e 360/03. A torta teve uma ótima aceitação com índice de aceitabilidade de 75%, relatada pelo teste feito pelos julgadores. Foi alcançando o resultado

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. E-mail: tamara_alaide.porto@hotmail.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela. Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador - BA CEP:41.745-130

esperado tanto para os portadores (público-alvo), quanto os não portadores, mas que poderiam ser consumidores com intuito da prevenção. Nesse contexto, o presente estudo investiga o uso desses ingredientes para produção da torta cujo consumo e comercialização tem aumentado no Brasil em função de avanços técnicos das indústrias. Têm implicações nutricionais práticas visto que viabiliza o uso de um ingrediente rico em nutrientes. Embora sejam componentes dietéticos recomendados para alimentação humana, esses nutrientes são comumente consumidos em quantidades insuficientes.

Palavras chaves: Torta, câncer, nutrientes.

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE ERVAS E ESECIARIAS UTILIZADAS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO INSTALADAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

ÁREA DE ATUAÇÃO: BIOLÓGICAS.

*Tâmara Alaíde Barreto Porto*¹

*Débora Silva Mota*¹

*Augusto Sérgio da Silva Barreto Porto*¹

*Ilana Santana Rocha*¹

*Sueli Alves da Silva*²

Os condimentos são utilizados, mundialmente, para aumentar e/ou conferir sabor aos alimentos, e, secundariamente, com finalidade de conservação, em razão às suas propriedades antimicrobianas e antioxidantes. No entanto, apesar destas características, esses produtos processados podem ser contaminados, e quando submetidos às determinadas condições de umidade e temperaturas, tornam-se suscetíveis à proliferação de diferentes micro-organismos. Considerando tal fato o presente estudo objetivou avaliar a qualidade microbiológica de ervas e especiarias utilizadas em Unidades de Alimentação e Nutrição (UANS) instaladas em uma instituição de ensino superior em Salvador - BA. As análises microbiológicas compreenderam: Número

¹ Discentes do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Jorge Amado, Salvador- Bahia-Brasil. E-mail: tamara_alaide.porto@hotmail.com - Centro Universitário Jorge Amado- Campus Paralela. Av. Luis Viana, n. 6775, Paralela Salvador - BA CEP:41.745-130

Mais Provável (NMP) de coliformes totais e termotolerantes 45°C/*Escherichia coli*; contagem de micro-organismos aeróbios mesófilos e anaeróbios (MAM); estafilococos coagulase positiva e pesquisa de *Salmonella spp.* Foram analisadas 12 amostras, sendo três de corantes, duas de cúrcuma, três de orégano, duas de louro, uma de páprica e uma de pimenta do reino. No que se refere a contagem total para mesófilos aeróbios e anaeróbios facultativos, os condimentos apresentaram valores entre $1,8 \times 10^2$ e $5,3 \times 10^5$ UFC/ g; contudo não foi identificada a presença de *Salmonella spp.*; *E. coli* e estafilococos coagulase positiva nas amostras avaliadas. Os resultados mostram que os condimentos estavam aptos para o consumo visto que não apresentaram contaminação por patógenos, não oferecendo, portanto, riscos de veiculação de doenças aos consumidores.

Palavras chave: condimentos; segurança alimentar; patógenos.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR – CMS

Marcos Antonio Morais Ferreira¹

Tarsis de Carvalho Santos²

Silvia Leticia Costa Pereira Correia³

No limiar da história da humanidade, a escola é concebida e constituída como principal espaço de transformação, pautado nos contextos políticos, econômicos, culturais e simbólicos que estrutura e forma o ser social. Assim, valorizar as ações e práticas que ocorrem no âmbito da escola, ligadas às histórias e memórias dos sujeitos que a compõem, possibilita a criação do sentimento de identidade e pertença. Portanto, este escrito tem como objetivo valorizar a história e preservar a memória do Colégio Militar de Salvador (CMS) através da potencialidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O CMS é uma instituição construída no processo de redemocratização do Brasil e possui um rico acervo documental latente a história da educação militar no Brasil. Desta forma, O Portal Redepub, espaço virtual onde reuni as Histórias das Escolas da Rede Pública de Salvador/BA, ajudará a difundir essas histórias e memória auxiliando o desenvolvimento da pesquisa em educação. Seguindo pistas deixadas pelos estudantes, professores e por autores como LIMA JR, (2005); HETKOWSKI (2004, 2008, 2010, 2012); CASTELLS

¹ UNEB. E-mail: marcos_historia88@hotmail.com

² UNEB. E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

³ UNEB. E-mail: sil.lete@gmail.com

(1999); PRETTO (2004); LEMOS (2001); LEVY (1997) na discussão acerca das tecnologias e educação; ARENDT (2009); BONETI (2009,2010); FREIRE (2001) entrelaçando as políticas e a relação dos sujeitos com a sociedade; MOREIRA (2005, 2006, 2009); HALBWACHS (2006); LE GOFF (1996), contextualizando memória como produto da história dos homens propomos uma articulação entre TIC, Lugar, História e Memória das escolas da Rede Pública da cidade de Salvador/BA, para discutir o processo da produção do sentido, pertença e identificação na construção do espaço escolar. A metodologia para o desenvolvimento do trabalho é dividida paralelamente e inter-relacionados em dois momentos, pautada na pesquisa qualitativa com uma abordagem de pesquisa documental e pesquisa participante. Portanto, o engajamento entre comunidade, escola e universidade permitirá à atualização de um dispositivo tecnológico para que alunos, professores e interessados utilizem e auxiliem na constituição, preservação, manutenção e ampliação de uma rede de memória.

Palavras-chave: TIC; História; Memória.

AS TIC E OS DISPOSITIVOS MÓVEIS: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA MUNICIPAL GOV. ROBERTO SANTOS - SALVADOR/BA

Cátia Nery Menezes¹

Silvia Leticia Costa Pereira Correia²

Tarsis de Carvalho Santos³

Resumo: O uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, é uma realidade que a cada dia se torna mais presente no espaço escolar, dinamizando outras práticas no processo educacional contemporâneo. Portanto, os docentes, precisam ter consciência de que a sala de aula se configura enquanto ambiente fecundo e favorável às ações pedagógicas inovadoras, dialogando diretamente com suportes e artefatos tecnológicos aliados aos fenômenos sociais que ocorrem na comunidade em quem a escola está ancorada. Deste modo, as referências e símbolos que estão presentes no cotidiano discente precisam ser valorizadas e potencializadas, tornando-se recurso pedagógicos que produz sentido às práticas de leitura e escrita. Sendo assim, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), da Universidade do Estado

¹ Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC). E-mail: kakanmenezes@hotmail.com

² Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC). E-mail: sil.lete@gmail.com

³ Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

da Bahia (UNEB), respaldada nos pressupostos do projeto “A rádio da escola na escola da rádio”. Objetiva-se explorar os potenciais das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) redimensionando sua utilização à contribuição nos processos de leitura e escrita, mobilizados pelo entendimento do Lugar dos alunos do Ensino Fundamental I, da Escola Pública da cidade de Salvador/BA. As bases epistemológicas que alicerçaram essa proposta versa sobre TIC, Alfabetização e Letramento e lugar, aliada a metodologia da pesquisa aplicada, com abordagem participante, agregando e possibilitando aos partícipes, serem autores e atores da construção do conhecimento, fomentando o pensamento autônomo e crítico. Deste modo, consideramos o letramento como prática social de inclusão e, os processos de leitura e escrita como fundamentais à ampliação e/ou apropriação de conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade.

Palavras-chaves: Estratégia Pedagógica; TIC; Letramento.

PROCESSOS TECNOLÓGICOS E ROBÓTICA PEDAGÓGICA LIVRE: ARTICULAÇÕES ENTRE O SABER E O FAZER PEDAGÓGICO

Lorena Barbara da Rocha Ribeiro¹

Tarsis de Carvalho Santos²

Mary Valda Souza Sales³

Resumo: Os processos educacionais contemporâneos a cada dia estão mais rápidos, intensos e complexos exigindo que a escola e o profissional docente dialoguem com métodos e objetos tecnológicos presentes na sala de aula e na vivência discente. Deste modo, a prática pedagógica precisa ser articulada aos suportes e artefatos tecnológicos para mobilizar uma ação criativa, inerente do próprio sujeito. Portanto, o objetivo desse escrito é relatar a experiência formativa do curso denominado “Laboratório de Robótica Pedagógica Livre”, desenvolvido pelo Departamento de Educação (DEDC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cuja abordagem perpassa pela discussão acerca dos aspectos teóricos e metodológicos no/do contexto da Robótica Livre na formação do pedagogo contemporâneo, bem como, compreender as potencialidades das práticas pedagógicas que utilizam os artefatos robóticos de baixo custo como recurso pedagógico. Os pressupostos teóricos estão fundamentados nas TIC, Robótica Livre e Prática Pedagógica Inovadora. A metodologia para o desenvolvimento do trabalho está pautada no estudo de caso, visto as especificidades e impressões dos participantes do curso de formação. Assim, a Robótica Pedagógica Livre surge

¹ UNEB. E-mail: lore_barbara@hotmail.com

² UNEB. E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

³ UNEB. E-mail: maryssales@gmail.com

como outra proposta de redimensionamento da tecnologia, potencializando o fazer pedagógico.

Palavras-Chaves: Robótica; Prática inovadora; TIC; Recurso Pedagógico.

PROCESSOS FORMATIVOS E DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL CLEUSA DA CONCEIÇÃO ARÃO - AMÉLIA RODRIGUES/BA

Luci Cláudia Alves de Oliveira¹

Tarsis de Carvalho Santos²

Resumo: Nos últimos anos a educação em Direitos Humanos vem se destacando por mobilizar os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil em prol de assegurar os direitos constitucionalmente garantidos. Assim, este texto tem como objetivo apresentar uma proposta de intervenção pautado na educação em direitos humanos (ética, respeito, direitos e deveres sociais, meio ambiente) contextualizando com a vivência e experiência dos alunos da modalidade de Educação de jovens e Adultos (EJA) do Colégio Municipal Cleusa da Conceição Arão, pertencentes à rede pública de ensino da cidade de Amélia Rodrigues/Ba. As bases epistemológicas e categorias de pesquisa versam a Educação como princípio político humano, Educação em Direitos Humanos e Processos formativos colaborativos. A metodologia adotada, está ancorada nos pressupostos da pesquisa aplicada, com abordagem participante, ao qual não se apresenta como modelo metodológico isolado, de mão única, e sim, pautados na construção mutua entre os pares. Assim, a pesquisa participante possibilita aos participantes serem autores e atores da construção do conhecimento, pensamento e ações coletivas à resolução de um problema identificado no grupo.

¹ UNEB. E-mail: lucioliveira@hotmail.com

² UNEB. E-mail: ths.carvalho@hotmail.com

O resultado destas atividades ocasionou na construção de um pequeno folder informativo retratando os direitos humanos a partir do olhar discente, considerando que cada sujeito é responsável por constituir o tecido social.

Palavras-Chaves: Educação; Direitos Humanos; Processos Formativos.

PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO SOTEROPOLITANA SOBRE A CONVIVÊNCIA EM ESPAÇOS URBANOS COM POMBOS (*COLUMBIA LIVIA DOMESTICUS*) E A SUA RELAÇÃO COM A TRANSMISSÃO DE DOENÇAS.

ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.

*Victor Lucas Gomes Lopes*¹
*Deise Maria Andrade da Paz*²
*Evelin Santos Oliveira*³

Introdução: Os pombos são alvos de estudos controversos quanto sua importância ambiental e social. A espécie *Columbia livia domesticus* é a mais encontrada na zona urbana e atualmente convive nas grandes e pequenas cidades. Muitas culturas cultuam essas aves pela simbologia relacionada a paz e a libertação. Já diversos órgãos ambientais demonstram preocupação quanto a disseminação de doenças, principalmente nos grandes centros urbanos. Tornou-se comum dividir os espaços públicos com essas aves e isso leva preocupação aos órgãos de saúde. Desta forma, seu contato com os humanos é próximo e a sujeira e excrementos podem dissipar-se pela ação do vento e atingir as pessoas.

¹ (Estudante da Unijorge – Departamento de Ciências Biológicas, Salvador, Bahia, Brasil);

² (Estudante da Unijorge – Departamento de Ciências Biológicas, Salvador, Bahia, Brasil);

³ (Professora e coordenadora do projeto -Unijorge – Departamento de Ciências Biológicas, Salvador, Bahia, Brasil). Contato: victorlglopes@hotmail.com

Objetivo: Avaliar a percepção da população soteropolitana sobre os riscos de infecção por parasitas através do contato direto ou indireto com os pombos (*Columba livia domesticus*). Metodologia: Entrevista com 80 pessoas em locais públicos, tais como: praças, feiras populares, estações de transbordos e áreas externas hospitalares. Após a entrevista, serão entregues panfletos informativos sobre as zoonoses que podem ser transmitidas pelos pombos, além de esclarecimentos sobre as formas de prevenção dessas doenças. Resultados esperados: A partir da entrevista, analisar se a população conhece os riscos da transmissão das doenças causadas pelos pombos. Alertar a população quanto aos riscos do contato direto ou indireto com os pombos ou através dos seus excrementos.

Palavras-chave: Pombos urbanos; Zoonoses; Infecção parasitária.

CIBERCULTURA E ENSINO DE LITERATURA

ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS HUMANAS

Vigna Nunes Lima¹

Resumo: Diante dos avanços da tecnologia e o surgimento da cultura digital é importante refletir como esses interagem com a educação. Assim como entender de que forma a convivência em uma cultura digital, o uso de diversos suportes tecnológicos, o formato hipertextual podem intervir no processo de leitura, sobretudo a literária. Nesse sentido, este estudo aborda a relação entre a cibercultura e o ensino da literatura brasileira no Ensino Médio. Teve como objetivo investigar a interação das tecnologias digitais e a relação com o ensino e leitura de literatura, identificando se o uso de suportes digitais e hipertextuais favorece a leitura. O estudo realizado pautou-se nos seguintes teóricos: Lévy (1999), Castells (1999), Cosson (2014). Trata-se de um estudo, que teve como base a pesquisa bibliográfica e de campo. A partir do estudo realizado, concluiu-se que, pôr em prática as orientações para o ensino de literatura, entendido como processo de letramento literário, é um grande desafio, frente a interação dos jovens com a cibercultura e com o ciberespaço.

Palavras-chave: Cibercultura. Ensino. Tecnologia Digital.

¹ Professora do Instituto Federal da Bahia, campus Camaçari-BA, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Formação, Tecnologia, EAD e Currículo- ForTEC, vignanunes@ifba.edu.br

O ENGENHO CENTRAL DO IGUAPE: MODERNIZAÇÃO DO FABRICO DO AÇÚCAR E SEUS DESDOBRAMENTOS. 1883-1886

ÁREA DE ATUAÇÃO: CIÊNCIAS HUMANAS

Vinicius Bonifacio Santos Alves¹

Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do engenho central do Iguape na modernização do fabrico do açúcar e seus desdobramentos, com isso incentivar o reconhecimento da participação da Central do Iguape no suporte econômico da província da Bahia, expondo o quão foi trabalhoso para mantermos a hegemonia do produto açúcar e permanecermos dentro da economia do Império, mesmo em meio à crise de fins do século XIX. Analisar as tentativas de estruturar meios do melhoramento do cultivo e da produção da cana de açúcar no Recôncavo Baiano, na cidade de Santiago do Iguape, através da criação do Engenho Central nesta terra, tão como verifica outras relações sociais.

Palavras-Chaves: Engenhos Centrais - Cana de Açúcar - Trabalho

¹ Centro Universitário Jorge Amado- Unijorge, Departamento de história, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: vinicius.nikima@gmail.com

O TRANSPORTE COLETIVO URBANO COMO DESENCADEADOR DE ESTRESSE NOS PASSAGEIROS.

ÁREA DE ATUAÇÃO: HUMANAS

Zirlene dos Santos Matos¹

No Brasil, o ônibus é o transporte coletivo mais utilizado para chegar local de destino a exemplo do trabalho, escola, hospital, shopping, entre outros, pois os demais tipos de transportes coletivos disponíveis não estão presentes em todas as cidades do país visto que demandam maior investimento financeiro e tecnológico, o que nem sempre é disponibilizado para cidades pequenas, por exemplo. A cidade de Salvador, no entanto, mesmo sendo uma cidade grande com um número aproximado de três milhões de habitantes, ainda mantém o ônibus como principal meio de transporte público, devido as linhas do metrô ainda estarem em fase de implantação mesmo após, aproximadamente, doze anos de obras. No entanto, o tempo gasto pelos ônibus para completar o percurso determinado pelas empresas, em geral, é superior ao dos automóveis e das motocicletas fazendo com que os passageiros passem longo período em seu interior, tempo este que pode variar de acordo com o itinerário, destino da linha, congestionamentos, acidentes, dentre outros. Visto que, neste ambiente, o usuário pode vivenciar situações de risco de acidentes, assaltos, agressões e desconfortos, ocorrências que o leva a estar frequentemente em estado de alerta levando o

¹ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: zirlenemattos@hotmail.com

seu corpo a se preparar fisiologicamente para reagir a qualquer momento, o estresse agudo, e muitas vezes, o estresse crônico é uma realidade. Essa pesquisa buscará identificar os fatores estressores que estão presentes no contexto do transporte coletivo urbano e de que forma eles podem influenciar no nível de estresse dos passageiros. Além disso, buscaremos enfatizar a necessidade de atuação do psicólogo nesse contexto para auxiliar na criação de políticas públicas voltadas para melhorias no transporte público com foco nos usuários, visando minimizar os impactos psicológicos ocasionados por este meio de transporte. Para tanto será utilizada metodologia qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas. A nossa hipótese é que a utilização do transporte coletivo urbano por tempo prolongado juntamente com os fatores estressores próprios desse contexto, irá desencadear um alto nível de estresse nos usuários.

Palavras-chaves: Transporte Coletivo; Estresse; Políticas Públicas;